



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Raul Nunes de Oliveira

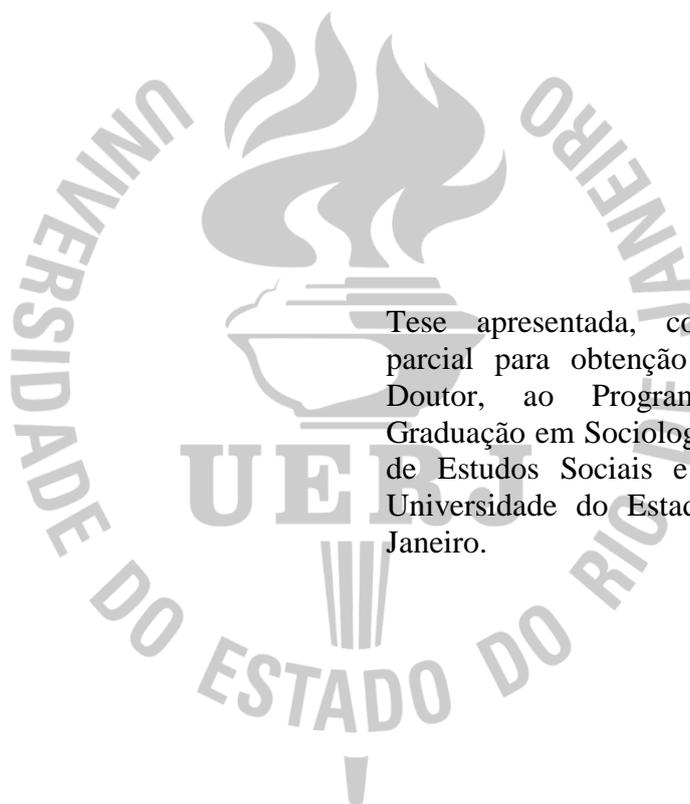
**O campo ciberativista no Brasil:
atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018)**

Rio de Janeiro

2022

Raul Nunes de Oliveira

**O campo ciberativista no Brasil:
atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

O48 Oliveira, Raul Nunes de.
O campo ciberativista no Brasil: atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018) / Raul Nunes de Oliveira. – 2022.
241f.: il.

Orientador: Breno Marques Bringel.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Internet – Aspectos políticos – Teses. 2. Comunicação política – Teses. 3. Ciberativismo – Teses. 4. Movimentos sociais – Teses. I. Bringel, Breno Marques. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 007:32

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raul Nunes de Oliveira

**O campo ciberativista no Brasil:
atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de abril de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ

Prof. Dr. José Maurício de Castro Domingues da Silva
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ

Prof. Dr. Luiz Augusto de Souza Carneiro Campos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ

Profa. Dra. Raquel da Cunha Recuero
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, faço um agradecimento especial a André Fischer, Charô Nunes, Larissa Santiago e Thayz Athayde, que se dispuseram a expor suas histórias e percepções e me ajudaram a olhar para a história do ciberativismo no Brasil de uma perspectiva engajada, abrindo caminhos cruciais para a reflexão.

Agradeço ao professor Breno Bringel, que confiou na proposta da tese e no meu trabalho e me auxiliou sempre que preciso, além de ter participado ativamente de toda a minha formação acadêmica desde os primeiros dias de IESP-UERJ.

Ao professores José Maurício Domingues, Luiz Augusto Campos, Raquel Recuero e Ricardo Fabrino Mendonça por terem aceitado compor a banca de defesa da tese.

À CAPES e à FAPERJ, por terem financiado essa pesquisa em diferentes momentos com bolsas de doutorado.

Ao Breno e ao José Maurício agradeço também por coordenarem o NETSAL, grupo que contribuiu decisivamente para a minha formação em teoria social, movimentos sociais e América Latina. Agradeço muito a todas e todos os colegas do NETSAL, em especial dos subgrupos de movimentos sociais, de teoria e do Observatório de Movimentos Sociais da América Latina. Nossos debates e nossa convivência foram fundamentais para o meu percurso no IESP-UERJ. Estendo os agradecimentos a todo o grupo que compôs a pesquisa coletiva “Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada”, na qual essa tese se insere, e também à FASE, parceira constante do NETSAL.

A todos os professores e professoras do IESP-UERJ, pelo espaço intenso de aprendizagem. Especialmente a Luiz Augusto, Frédéric e San, com quem também estabeleci uma relação de afeto e admiração. Ao Thiago, por me estimular a continuar programando. Ainda, à memória do professor Luiz Antonio Machado da Silva, pelas generosas aulas de Teoria Sociológica I.

A todos os funcionários e funcionárias do IESP-UERJ, em especial Alessandra, Gisele, Louise, Maricleide, Romário, Rosalina e Rosângela.

Aos diversos amigos que fiz no IESP-UERJ: Ábia, Amanda, Chico, Daniel, Felipe, Gabi, Hellen, Hélio, Lívia, Luciane, Luisa, Natasha, Talita e Simone. Natália, pela amizade compreensiva nesses últimos anos e por me incentivar a “mexer com dados”. Rafael, por nossas conversas e discordâncias. Ao Victor, que se tornou um grande parceiro de escrita e reflexões e a quem admiro muito. Ao André, que além de companheiro sempre foi muito generoso e,

ademais, topou fazer o código que direciona essa tese. À Juliana Marques agradeço pela apresentação da Wayback Machine, que se tornou central para esse trabalho.

A Cipriano, Lucas e Renan, que muito me ensinaram no último ano e que me ajudaram, mesmo que de maneira indireta, a finalizar a tese no momento mais crítico.

A todos os amigos e amigas, começando por Mari e Napê, que tornaram a vida no Rio mais fácil. Mas também a Arthur, Arthur, Camila, Felipe, Maíra, Mauro, Polly, Luciana, Kênia, Rachel, Rafaela e Ricardo.

A minha mãe, meu pai e minha irmã, que sempre apoiaram minhas escolhas e me incentivaram a continuar estudando. Também a toda a minha família pelo cuidado, em especial aos meus avós.

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer

Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut

De Connecticut acessar
O chefe da Macmilícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus pra atacar programas no Japão

Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um vídeopôquer para se jogar

Pela Internet, Gilberto Gil

Criei meu website
Lancei minha homepage
Com 5 gigabytes
Já dava pra fazer um barco que veleje

Meu novo website
Minha nova fanpage
Agora é terabyte
Que não acaba mais por mais
que se deseje

Que o desejo agora é garimpar
Nas terras das serras peladas virtuais
As criptomoedas, bitcoins e tais
Novas economias, novos capitais

Se é música o desejo a se considerar
É só clicar que a loja digital já tem
Anitta, Arnaldo Antunes, e não sei mais
quem
Meu bem, o iTunes tem
De A a Z quem você possa imaginar

Estou preso na rede
Que nem peixe pescado
É zapzap, é like
É instagram, é tudo muito bem bolado

O pensamento é nuvem
O movimento é drone
O monge no convento
Aguarda o advento de Deus pelo iPhone

Cada dia nova invenção
É tanto aplicativo que eu não sei mais não
What's app, what's down, what's new
Mil pratos sugestivos num novo menu

É Facebook, é Facetime, é Google Maps
Um zigue-zague diferente, um beco, um
CEP

Que não consta na lista do velho correio
De qualquer lugar
Waze é um nome feio, mas é o melhor
meio
De você chegar

RESUMO

OLIVEIRA, Raul Nunes de. *O campo ciberativista no Brasil: atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018)*. 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Essa pesquisa se insere no campo de Internet & Política a partir do debate sobre o ciberativismo no Brasil, com vistas a contribuir para a historicização do ciberativismo como um campo de disputas em torno da opinião pública. A tese enfrenta algumas das lacunas na literatura, como a compreensão do ciberativismo como um campo relativamente autônomo de disputas, a mobilização de um quadro analítico que parte do diálogo com as teorias dos movimentos sociais e uma análise diacrônica de seu desenvolvimento, levando em conta diferentes subcampos. Os dois primeiros capítulos buscam fornecer um quadro teórico-metodológico para a análise do objeto e os três últimos reconstituem os períodos do desenvolvimento do campo ciberativista no Brasil. Nesse sentido, o primeiro capítulo toma como base a teoria das subjetividades coletivas, como teoria geral, e a teoria dos campos, como teoria de médio alcance, para, a partir das diferentes vertentes das teorias dos movimentos sociais, elaborar as categorias analíticas de atores, práticas e gramáticas em interação. No segundo capítulo, o ciberativismo é tratado como objeto teórico e empírico, de modo a propor uma sociologia digital que utilize arquivos da web para a análise de redes sociais, destrinchando a construção do corpus, os parâmetros da análise e o uso de dados secundários. A parte propriamente empírica da tese empreende uma avaliação da hipótese segundo a qual o ciberativismo no Brasil pode ser considerado um campo estável de disputas. O período de emergência do campo é tratado no terceiro capítulo, que descreve a construção da sociedade em rede no país com a ação decisiva do IBASE, o surgimento dos primeiros portais ciberativistas nos anos 1990 e a interação entre os portais ampliados após a virada do milênio. O quarto capítulo explora a febre do ciberativismo a partir de 2005-6, que põe blogosferas em disputa e abre o período de consolidação, em que três grandes subcampos se formam e caminham para a institucionalização: o de centro-esquerda, o de centro-direita e o de direita-radical; além disso, abre um debate sobre o subcampo ciberfeminista. No quinto e último capítulo, a rotinização do campo ciberativista é observada a partir das manifestações de 2013 e da abertura de um novo ambiente comunicacional, com a plataformização da web. A tese conclui que o ciberativismo emergiu e se consolidou como campo de ação por meio das interações entre blogosferas e que com a abertura de um novo cenário técnico e político em 2013 esse campo passa por reacomodações, com uma migração para as plataformas de redes sociais. Finalmente, essa pesquisa entende que o campo ciberativista se constituiu não só como um polo de agendamento da opinião pública, mas antes, entra na disputa no mercado de informação como espaço legítimo de produção da opinião pública.

Palavras-chave: Ciberativismo. Internet e política. Comunicação política. Movimentos sociais.

Teoria dos Campos.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Raul Nunes de. *The cyberactivist field in Brazil: contending actors, practices and grammars in the cyberspace (1995-2018)*. 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This research opens up a dialogue with the Internet & Politics field, specifically within the debate on cyberactivism in Brazil, with an aim to contribute to the historicization of cyberactivism as a contentious field. The thesis takes on some of the gaps in the literature, such as the understanding of cyberactivism as a relatively autonomous contentious field, the mobilization of an analytical framework based on the social movement theories and a diachronic analysis of its development taking into account different subfields. The first two chapters seek to provide a theoretical-methodological framework for the analysis and the last three ones reconstitute the development of the cyberactivist field in Brazil in its three periods. In this sense, the first chapter takes the theory of collective subjectivities as a general theory and the theory of strategic action fields as a middle-range theory and elaborates, in dialogue with the different strands of social movement theories, the analytical categories of actors, practices and grammars in interaction. The second chapter focuses on cyberactivism as a theoretical and empirical object in order to propose a digital sociology that uses web archives for social networks analysis, unraveling the construction of the corpus, the analytical parameters and the use of secondary data. The properly empirical part of the thesis undertakes an evaluation of the hypothesis according to which cyberactivism in Brazil can be considered a stable contentious field. The third chapter deals with the emergence period of the field which describes the construction of the network society in Brazil with decisive action by IBASE, the appearance of the first cyberactivist portals in the 1990s and the interaction between the expanded portals after the turn of the millennium. The fourth chapter explores the cyberactivism fever from 2005-6, which puts blogospheres in a quarrel and opens up the period of consolidation, with the formation and institutionalization of three major subfields: the center-left, the center-right and the radical right. The fifth and final chapter explores the routinization of the cyberactivist field from the 2013 demonstrations onwards, with the opening of a new communicational environment as the web undergoes a process of platformization. The thesis concludes that cyberactivism emerged and consolidated itself as a strategic action field through interactions between blogospheres and also that, with the opening of a new technical and political scenario in 2013, this field undergoes readjustments, with a migration to social networking platforms. Finally, this research understands that the cyberactivist field was not only constituted as a space for the agenda-setting of public opinion, but rather, it enters the dispute in the information market as a legitimate space for the very production of public opinion.

Keywords: Cyberactivism. Internet and politics. Political communication. Social movements.
Field theory.

LISTA DE ABREVIATURAS

API	<i>Application Programming Interface</i>
ARPA	<i>Advanced Research Projects Agency</i>
ARS	Análise de Redes Sociais
BBS	<i>Bulletin Board System</i>
C&P	Comunicação Política
CGI	Comitê Gestor da Internet
CMI	Centro de Mídia Independente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CSS	<i>Cascading Style Sheets</i>
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HTML	<i>HyperText Markup Language</i>
I&P	Internet e Política
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MSM	Mídia Sem Máscara
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
RENPA	Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
STF	Supremo Tribunal Federal
TCP/IP	<i>Transmission Control Protocol/Internet Protocol</i>
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
WWW	<i>World Wide Web</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Categorias analíticas.....	37
Figura 1 –	Página da Wayback Machine com a lista de versões arquivadas do site do PCB.....	62
Figura 2 –	Página da Wayback Machine com uma versão reconstruída do site do PCB.....	62
Quadro 2 –	Categorização dos grupos.....	69
Figura 3 –	Lista de BBS publicada na Folha de São Paulo (02/12/1996).....	76
Figura 4 –	Notícia sobre o uso do Alternex pela CUT (24/07/1991).....	78
Figura 5 –	Notícia sobre a conexão da Eco-92 com a Internet (18/12/1991).....	79
Figura 6 –	Notícia sobre a estreia da novela Explode Coração (05/11/1995).....	82
Figura 7 –	Primeira tela do BBS Direitos Humanos e Cultura (1995).....	84
Figura 8 –	Notícia sobre a parada gay virtual do MixBrasil (13/01/1997).....	88
Figura 9 –	Página inicial do portal Providafamília (1998).....	89
Figura 10 –	Zine do Pró-Vida de Anápolis (1997).....	91
Figura 11 –	Trecho final da coluna de Olavo de Carvalho em O Globo (27/01/2001)..	94
Figura 12 –	Página inicial do portal Centro de Mídia Independente (2001).....	102
Figura 13 –	Página inicial do portal Mídia Sem Máscara (2002).....	105
Figura 14 –	Banners do Censo GLS (2004).....	120
Figura 15 –	Capa da Folha de S. Paulo do dia 06/05/2005.....	127
Figura 16 –	Matéria sobre o blog do prefeito César Maia (25/08/2005).....	129
Figura 17 –	Postagem do blog Alice no País da CPI.....	131
Quadro 3 –	Número de nós e arestas a cada ano (1996-2006).....	135
Figura 18 –	Trecho de postagem do blog Olho Vivo (2006).....	142
Figura 19 –	O blog Os Amigos do Presidente Lula e sua paródia (2006).....	144
Figura 20 –	Blogs de direita e de esquerda discutem a exclusão do Dá-lhe Reale (2005).....	145
Figura 21 –	Postagem no blog Aparte como parte do movimento Xô Sarney! (2006)..	150
Figura 22 –	Fragments do blogroll do blog da Norma Braga (2006).....	151
Figura 23 –	Postagem do blog Querido Leitor (2005).....	156
Figura 24 –	Selo do dia da blogagem política (2008).....	161

Figura 25 –	Indivíduos usando internet no Brasil (% da população), 1995-2018.....	182
Figura 26 –	Sites com links para redes sociais, por plataforma (2004-2018).....	183
Figura 27 –	Proporção das plataformas entre os links de redes sociais (2004-2018)....	185
Figura 28 –	Exemplo de integração de um site com plataformas de redes sociais.....	186
Figura 29 –	Exemplo de incorporação de site noticioso no Facebook (2022).....	187
Figura 30 –	Imagem da página "Sobre" do Anonymous Br4sil.....	190
Figura 31 –	Evento no Facebook em junho de 2013, exemplo autonomista.....	191
Figura 32 –	Evento no Facebook em junho de 2013, exemplo antipolítico.....	192
Figura 33 –	Convocação para o ato contra Dilma no dia 15/11/2014.....	195
Figura 34 –	Convocação para o ato contra Dilma no dia 15/03/2015.....	195
Figura 35 –	Convocação para o ato contra Dilma no dia 16/08/2015.....	196
Figura 36 –	Manifestação com apoio à Lava Jato e à Intervenção Militar.....	198
Figura 37 –	Manifestação com apoio a Olavo de Carvalho.....	199
Figura 38 –	Manifestação pró-Dilma.....	200
Figura 39 –	Capa da Época sobre a Primavera das Mulheres.....	201
Figura 40 –	Manual "Como ocupar um colégio?".....	203
Figura 41 –	Topo do site de Bolsonaro (2002).....	210
Figura 42 –	Santinho digital de Bolsonaro para as eleições de 2002, parte 1.....	211
Figura 43 –	Santinho digital de Bolsonaro para as eleições de 2002, parte 2.....	212
Figura 44 –	Site Bolsonaro (2004).....	213
Figura 45 –	Jair Bolsonaro em programa de entretenimento (25/11/2010).....	215

LISTA DE GRAFOS

Grafo 1 – Rede ciberativista (1996).....	96
Grafo 2 – Rede ciberativista (1997).....	97
Grafo 3 – Rede ciberativista (1998).....	98
Grafo 4 – Rede ciberativista (1999).....	99
Grafo 5 – Rede ciberativista (2000).....	113
Grafo 6 – Rede ciberativista (2001).....	114
Grafo 7 – Rede ciberativista (2002).....	116
Grafo 8 – Rede ciberativista (2003).....	118
Grafo 9 – Rede ciberativista (2004).....	119
Grafo 10 – Rede ciberativista (2006), com menos grupos.....	134
Grafo 11 – Rede ciberativista (2006), com mais grupos.....	137
Grafo 12 – Subcampo Feminista (2006).....	138
Grafo 13 – Subcampo LGBT (2006).....	139
Grafo 14 – Subcampo de centro-esquerda (2006).....	140
Grafo 15 – Subcampo de centro-direita (2006).....	147
Grafo 16 – Subcampo de direita radical (2006).....	152
Grafo 17 – Subcampo neutro (2006).....	155
Grafo 18 – Rede ciberativista (2012).....	168
Grafo 19 – Subcampo feminista (2012).....	169

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CAMPO DE AÇÃO: ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS	18
1.1	O campo como subjetividade coletiva	18
1.1.1	<u>Atores</u>	23
1.1.2	<u>Práticas</u>	25
1.1.3	<u>Gramáticas</u>	27
1.2	O campo em ação	30
1.2.1	<u>Uma tipologia do campo</u>	32
1.2.2	<u>A dimensão material-tecnológica do campo</u>	33
1.3	Esquema analítico do campo do ciberativismo	35
2	PARA UMA SOCIOLOGIA DO CIBERATIVISMO	39
2.1	O ciberativismo como objeto de pesquisa	41
2.2	Sociologia, internet e história	51
2.2.1	<u>Sociologia digital</u>	51
2.2.2	<u>A web arquivada</u>	54
2.3	Métodos e técnicas	60
2.3.1	<u>Construção do corpus</u>	60
2.3.2	<u>Análise de redes sociais</u>	65
2.3.3	<u>Análise qualitativa: sites, entrevistas e fontes secundárias</u>	70
3	EMERGÊNCIA (1995-2004)	73
3.1	A “pré-história”: o IBASE e a construção da sociedade em rede no Brasil ..	73
3.2	Dos BBS aos portais temáticos: o ciberativismo nos anos 1990	84
3.3	A virada do milênio, os portais ampliados e os blogs	101
4	CONSOLIDAÇÃO (2005-2012)	126
4.1	A febre do ciberativismo	126
4.2	Blogosferas em disputa	137
4.3	Ascensão, institucionalização e crise das blogosferas	158
5	ROTINIZAÇÃO (2013-2018)	180
5.1	As manifestações de 2013	180
5.2	As redes e as ruas	193

5.3	O campo ciberativista como opinião pública.....	209
	CONCLUSÃO.....	223
	REFERÊNCIAS.....	230

INTRODUÇÃO

“Se o Ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o Ministério? Essa é uma pergunta de internauta”¹. Assim se dirigiu o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, ao general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, que prestava depoimento no Senado no dia 19 de maio de 2021. Nesse dia, o Brasil contabilizava 439.379 mortes pela covid-19, conforme se via nas placas do presidente e do relator da Comissão. A CPI da Pandemia foi instalada com a finalidade de apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

A referência de Renan Calheiros a um “internauta” pode soar antiquada para muitos estudiosos das relações entre internet e sociedade, mas naquele contexto tinha razão de ser. O grupo majoritário da CPI estabeleceu um diálogo muito próximo com perfis criados por usuários anônimos no Twitter. @jairmearrependi, @tesoureiros e @desmentindoboço surgiram após as eleições de 2018 com o objetivo de contrapor o governo de Jair Bolsonaro a partir dos registros de sua atuação digital. Com a CPI da Pandemia, esses atores passaram a fornecer elementos para as arguições e investigações e a repercutir os acontecimentos da Comissão de maneira bem humorada, atividade em que se incluiu também o @camarotedacpi. O relatório final da CPI conta com uma menção à “colaboração dos internautas que fizeram denúncias” e também à “valiosa contribuição dos integrantes e colaboradores voluntários do grupo de Telegram Camarote da CPI”².

A atuação digital da CPI teve papel fundamental na oposição ao governo Bolsonaro. À época, @jairmearrependi argumentava que a “rua e as redes se complementam, até porque a disputa que a gente tem atualmente não é da rua. É uma disputa de narrativas. Até o início da CPI, os bolsonaristas dominavam o Twitter. Eles pautavam o assunto do dia e a esquerda só combatia”³. A simbiose entre os senadores e internautas abriu uma janela de oportunidade que foi utilizada pela oposição para organizar as primeiras manifestações durante a pandemia, levando centenas de milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país, sob a demanda de vacinação em massa, defesa da democracia e impeachment de Jair Bolsonaro.

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=mpg-KW4PdH8>

² <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>

³ <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/nos-bastidores-da-cpi-da-covid-perfis-de-oposicao-ganham-espaco-na-internet-ao-ajudar-senadores-em-depoimentos.html>

Esse ativismo na internet, contudo, não deve ser visto como mero instrumento para a disputa política nas ruas. Como sinaliza o perfil @jairmearrependi, a CPI se inseriu na dinâmica das disputas travadas no próprio ciberespaço. A eleição de Bolsonaro foi emblemática no uso dispositivos da internet para a política e levou ao surgimento do bolsonarismo, um amálgama de indivíduos, organizações e discursos que têm nas redes sociais e aplicativos de mensagens sua forma primordial de atuação. Não é por menos que o relatório final da CPI da Pandemia tem recorrentes menções a site (107), blog (22), redes sociais (151), Facebook (42), Instagram (15), YouTube (86) e Twitter (243). Mais do que isso, o relatório dedica um capítulo inteiro à “desinformação na pandemia”, em que o relator destrincha o que seria uma organização voltada à comunicação digital com foco na produção de narrativas sobre a pandemia alinhadas aos interesses do governo federal. Para isso, a CPI da Pandemia contou com informações fornecidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, instalada um ano após a eleição de Jair Bolsonaro para investigar

os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio⁴.

A CPI da Pandemia e a CMPI das Fake News apontam para a centralidade da internet nas disputas políticas no Brasil atual. Apontam ainda para a existência de um espaço de disputas aberto pela utilização cada vez maior da internet para fins políticos. O embate entre o “camarote da CPI” e o “gabinete do ódio” só foi possível porque o ciberativismo se tornou um campo de disputas que reivindica o monopólio da enunciação legítima da opinião pública. Esse fenômeno certamente não emergiu na pandemia e sua história está ainda por ser contada. As eleições de 2018 de fato são um marco histórico desse campo, mas também o são as manifestações de 2013, com seus desdobramentos para as eleições de 2014 e o impeachment de 2016. Caso se queira voltar mais no tempo, o lançamento do Centro de Mídia Independente em 2001 quase sempre aparece como o início do ciberativismo no Brasil.

Foi a inquietação com essa linha do tempo tão cheia de lacunas que levou às reflexões iniciais para a tese. Quando, afinal, surgiu o ciberativismo no Brasil? Como ele se desenvolveu ao longo do tempo? Com a pesquisa, foi possível perceber que recorrentemente o que aparecia como “novidade” em termos de ativismo na internet já havia acontecido de forma bastante parecida em períodos anteriores. Muito do que foi visto como uma grande surpresa, como a

⁴ <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>

chegada do bolsonarismo ao poder, na verdade foi uma construção constante de décadas, que sedimentou ideias, interpretações, identidades, formas de ação e organização e até mesmo laços.

A indagação histórica e contextual vinha atrelada a outra, mais abrangente: é o ciberativismo apenas uma nova forma de ação ou há algo que o diferencie como um espaço de ação? Com frequência, estudos sobre internet e sociedade apregoam o fim da divisão entre online e offline, ao passo que os estudos sobre internet e política tomam a ação na internet como um meio para a ação política efetiva. Assim, pensar o ciberativismo como um campo de disputas relativamente autônomo parecia uma hipótese fadada ao falseamento, uma vez que se baseava numa ideia tida como antiquada sobre a relação entre internet e sociedade. A pesquisa foi reforçando, contudo, que quando os senadores da CPI falavam aos “internautas”, não era um deslize de políticos poucos atentos às mudanças tecnológicas, mas, ao contrário, a sagacidade de quem sabe muito bem se comunicar com o público.

Pondo a questão de maneira mais explícita, essa tese busca dialogar com as interpretações sobre o ciberativismo no geral e os estudos sobre seu desenvolvimento no Brasil. No primeiro aspecto, a tese se distancia de análises que consideram o ciberativismo como mero instrumento para a ação em outros espaços, como sugerem Gerbaudo (2012) e Castells (2013). Esse afastamento se dá pela hipótese de que o ciberativismo constitui um campo de disputas relativamente autônomo. Assim, a tese oferece uma solução teórico-conceitual distante do que vem sendo feito nos estudos sobre ciberativismo, trazendo para a análise as noções de subjetividades coletivas e campos de ação. Por outro lado, esse trabalho deve muito à sistematização de Alcântara (2015) quanto ao estado da arte dos estudos sobre ciberativismo, em que a autora critica a falta de rigor analítico na literatura e propõe a incorporação das teorias dos movimentos sociais aos estudos sobre o tema. Em termos metodológicos, a tese se soma às discussões sobre o reconhecimento e a produção de uma Sociologia Digital — a exemplo do que propõe Nascimento (2020) —, aos empreendimentos para a utilização de arquivos digitais como fonte de pesquisa — aportando do livro seminal de Brügger (2018) — e ainda à análise de redes sociais como método para a investigação das interações sociais — tendo como principal guia a sumarização de Recuero (2010).

Quanto ao debate sobre o ciberativismo no Brasil, um ponto de ruptura importante se dá com os trabalhos que privilegiam acontecimentos estrangeiros — especialmente dos Estados Unidos e da Europa — para a construção de uma narrativa histórica de maneira unificada. Em que pese o esforço de compilação do desenrolar histórico e da multiplicidade de relações entre ativismo e internet pelo mundo, Malini e Antoun (2013) dão pouco espaço para o ciberativismo no Brasil como um campo relativamente autônomo e apostam, em vez disso, na relação entre

fatos que se passaram no país e o cenário global. Por outro lado, a tese aqui construída guarda muita proximidade com esforços recentes que tentam sistematizar a história do ciberativismo no Brasil para além de momentos canônicos (a exemplo do CMI) ou de grande visibilidade (como os protestos de 2013), optando por estudos longitudinais, que permitem desembaraçar processos sociais, políticos e tecnológicos. Alguns trabalhos que vão nesse sentido são: a tese de Carvalho (2017) sobre o surgimento e a trajetória da blogosfera progressista; a tese de Rocha (2018) sobre a formação do contrapúblico ultraliberal por meio do Orkut e sua posterior institucionalização; e a tese de Alves (2019), que tem como objeto a disputa pela hegemonia discursiva tendo o Facebook como principal fonte de dados.

Para dar conta das indagações e dos diálogos em tela, foi necessário estabelecer os parâmetros teóricos e metodológicos da tese. O primeiro deles tem a ver com o conceito que daria conta do ciberativismo como espaço de disputas. Como vêm consolidando as análises sobre o ainda incipiente campo de estudos sobre ciberativismo, há um déficit na aplicação de conceitos e categorias analíticas e, em especial, uma negligência das teorias dos movimentos sociais. Assim, o movimento reflexivo da tese seguiu do ponto mais abstrato da teoria social às categorias necessárias para a análise, passando por uma teoria de médio alcance.

Desse modo, produziu-se o esquema analítico dos campos de ação como subjetividades coletivas com atores, práticas e gramáticas próprios, que estabelecem relações conflituosas ou cooperativas com outros campos. O campo do ciberativismo se insere num quadro de mediação profunda e se constrói como um espaço de ação social cujo recurso em disputa é o monopólio da enunciação legítima da opinião pública — portanto se relaciona de maneira mais próxima com a mídia e com a política. Em termos propriamente metodológicos, abriu-se uma discussão sobre como a análise de redes sociais pode se integrar a uma sociologia digital que utilize arquivos da web para o estudo do ciberativismo. Assim, foram utilizados processos manuais e automatizados para a coleta de links entre sites ao longo do período determinado. A partir daí, deu-se a análise da relação entre atores e suas conexões, bem como a avaliação de sua importância na rede, com o exercício de consulta a seu conteúdo e com o recurso a outros elementos, como entrevistas, imprensa e fontes secundárias. Com isso, foi possível chegar a um projeto de investigação empírica que tem como foco os elementos elencados a seguir.

Problema

- A pergunta central da tese é: o ciberativismo no Brasil constitui um campo estável de ação estratégica?

Hipótese

- A hipótese central da tese é a de que o ciberativismo brasileiro constitui um campo estável de ação estratégica, com atores, práticas e gramáticas que podem manter relações com outros campos, mas não podem ser neles diluídos, apresentando, assim, um modo de funcionamento autorreferente.

Objetivo geral:

- Contar a história do ciberativismo no Brasil enquanto um campo de ação estratégica em suas múltiplas dimensões (atores, práticas e gramáticas).

Objetivos específicos:

- Analisar as condições estruturais que permitiram o surgimento do ciberativismo no Brasil;
- Descrever quais os atores individuais e coletivos surgiram ao longo do tempo e como se reconfiguraram, incluindo identidades, pautas, trajetórias, parcerias, antagonismos e multirreferencialidades;
- Descrever as práticas ciberativistas ao longo do tempo, tanto em termos de repertórios de contestação, quanto de organização interna;
- Descrever as gramáticas ciberativistas mobilizadas ao longo do tempo, em termos de ideologia e de enquadramento;
- Reconstituir como esses elementos compõem ou não um campo de ação estratégica.

Além dessa introdução e da conclusão, a tese é dividida em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos buscam construir o quadro geral para a produção e análise dos dados. Os três capítulos empíricos seguem uma divisão cronológica do campo ciberativista elaborada a partir de critérios materiais e políticos, que dão conta de três períodos: Emergência (1995-2004), Consolidação (2005-2012) e Rotinização (2013-2018).

O capítulo 1 é dedicado à elaboração do arcabouço teórico-conceitual, que toma como base a teoria das subjetividades coletivas como teoria social geral e a teoria dos campos como teoria social de médio alcance. Numa aproximação com as teorias dos movimentos sociais, o capítulo decompõe as dimensões do campo em atores, práticas e gramáticas.

O capítulo 2 propõe uma discussão teórico-metodológica para a investigação dos objetos teórico e empírico da tese. Em primeiro lugar, toma-se a digitalização como o fenômeno que

possibilita a emergência do ciberativismo como objeto social passível de ser analisado sociologicamente e, a partir do diálogo com a literatura especializada, busca-se uma definição do que é ciberativismo e como essa pesquisa se insere no campo de estudos de internet e política. Depois, passa-se a uma reflexão sobre sociologia digital e como é possível utilizar arquivos digitais para a pesquisa de processos históricos que se desenrolaram na internet. Por fim, segue-se uma exposição dos dados empíricos utilizados para a pesquisa em questão.

O capítulo 3 inicia a parte empírica da tese, com a descrição e análise sobre o momento de emergência do ciberativismo no Brasil. A primeira seção é dedicada à etapa imediatamente anterior ao escopo da tese, que é o conjunto de iniciativas envolvidas na criação de uma sociedade em rede no Brasil. A centralidade do Ibase e a importância dos BBS são elementos importantes para compreender os anos iniciais do ciberativismo (a partir de 1995). Dos portais aos blogs e destes às redes sociais, o capítulo explora como atores, práticas e gramáticas foram se estabelecendo no ciberespaço de forma cada vez mais consistente.

O capítulo 4 é dedicado ao período de consolidação do ciberativismo no Brasil, que se inicia com a febre dos blogs de política durante a primeira grande crise do governo Lula — o escândalo do Mensalão em 2005. Nesse sentido, é possível constatar que o campo ciberativista se torna mais diversificado com a ocupação da centro-esquerda e da centro-direita, que se incorporam à rede de relações previamente existente, liderada pela direita radical. As formas de atuar na internet sofrem alterações apenas incrementais, mas o campo ciberativista ganha lugar de destaque no embate com outros campos pelo monopólio da determinação da opinião pública.

O capítulo 5 trata do processo de rotinização do campo ciberativista no Brasil a partir dos impactos das manifestações de 2013. Nesse momento, o campo ciberativista se torna um espaço inevitável para a ação política que se pretende relevante, seja pela sua capacidade de levar multidões às ruas, seja pela sua capacidade de agendar a opinião pública a partir de debates públicos. Além disso, o capítulo discute a eleição de Jair Bolsonaro como um novo marco para a comunicação política no Brasil e a crescente reivindicação do campo ciberativista como espaço para a enunciação legítima da opinião pública.

1 CAMPO DE AÇÃO: ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS

Contar a história de um processo desde um ponto de vista sociológico perpassa pela construção de categorias analíticas capazes de organizar o emaranhado caótico que é a realidade empírica. A teoria produz a caixa de ferramentas heurísticas que permitem ao sociólogo compreender, descrever e explicar um fenômeno, controlando um conjunto de características. A dupla tarefa da pesquisa é transformar conceitos em categorias que deem conta dos dados e, em seguida, confrontar a teoria com os dados obtidos.

Evidentemente uma teoria, para ser razoável, precisa comportar os fatos, mas disso não se conclui que os fatos sozinhos, descobertos independentemente da teoria, determinam o que a teoria será, nem que a teoria não seja um fator determinante de quais fatos serão descobertos, de qual será a direção do interesse da investigação científica (PARSONS, 1949, p. 6, tradução minha)⁵.

Nesse sentido, o ciberativismo será considerado aqui como um campo de ação. Para construir esse enquadramento, o presente trabalho trilhará o caminho da elaboração teórica, construindo categorias analíticas, e, depois, da esquematização das categorias para a operacionalização da pesquisa empírica. O principal debate teórico se dará com a teoria dos campos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), enquanto teoria social de médio alcance, e a teoria das subjetividades coletivas (DOMINGUES, 1995), enquanto teoria social geral. As categorias de análise serão elaboradas a partir de debates mais próximos com vertentes da sociologia dos movimentos sociais.

1.1 O campo como subjetividade coletiva

O campo é um tipo específico de subjetividade coletiva, que é marcada pelo conflito, mas pressupõe cooperação. Para entender o campo e seus elementos num quadro ampliado de teoria social, é preciso que sejam escritas de antemão algumas linhas sobre a teoria das subjetividades coletivas, teoria esta que ajudará o presente trabalho a organizar seus conceitos.

⁵ No original: "It goes without saying that a theory to be sound must fit the facts but it does not follow that the facts alone, discovered independently of theory, determine what the theory is to be, nor that theory is not a factor in determining what facts will be discovered, what is to be the direction of interest of scientific investigation".

A teoria das subjetividades coletivas é uma tentativa de superar o paradigma dicotômico das Ciências Sociais, baseado na separação entre causalidade ativa e causalidade condicionante, divisão que foi levada a último termo no debate das décadas de 1970-80 sobre agência e estrutura. Domingues (1995) propõe a causalidade coletiva como a propriedade dos sistemas sociais (subjetividades coletivas) que tem como potencial a produção de efeitos (em outras subjetividades coletivas). Em realidade, a causalidade coletiva consiste na propriedade distintiva da subjetividade coletiva, ambas constituindo, concretamente, o mesmo objeto social.

A subjetividade coletiva consiste em práticas coletivas com propriedades específicas. Isso quer dizer que os agrupamentos sociais produzem efeitos coordenados que são qualitativamente diferentes do que seria a mera soma das ações individuais. Ainda assim, essa coletividade não é um todo necessariamente coeso, apresentando-se, em vez disso, como um sistema de ações com maior ou menor grau de centramento (em combinações entre graus de univocidade e de coordenação). A causalidade coletiva é formada por uma combinação entre as dimensões hermenêutica, material, espaço-temporal e o poder.

Parte crucial dessa teoria é a adoção da interação como unidade analítica. A interação acontece na díade individualizada e entre indivíduos em grupos, mas também entre as próprias subjetividades coletivas. Nesse sentido, uma determinada causalidade coletiva só pode ser compreendida em interação. Domingues (2018a) distingue dois princípios da interação: organização e antagonismo. Embora o autor desdobre esses princípios em tipos específicos de interações, aqui será mantida a divisão binária. Afinal, cooperação (organização) e conflito (antagonismo) são as duas formas básicas da relação entre seres humanos e seus agrupamentos, sempre promovendo separações e articulações.

Exceto por situações de conflito radicalizado⁶ — como extermínios —, todas as interações sociais pressupõem algum nível de cooperação, sendo o nível elementar o do entendimento (HABERMAS, 2012). O entendimento consiste na busca pela compreensão da ação do outro; não de suas motivações ou objetivos, mas de seu significado. O entendimento não é sinônimo de consenso, ainda que seja caminho necessário para tal. Num processo comunicativo, a busca pelo entendimento é, antes de qualquer coisa, a concretização da necessidade subjetiva de auto-posicionamento no mundo (MEAD, 1962)⁷.

⁶ Machado da Silva (2004) propôs que essas situações fossem entendidas pelo tipo ideal da sociabilidade violenta, isto é, a instrumentalização radical do outro.

⁷ Fligstein e McAdam (2012) têm argumento parecido. Para os autores, o que distingue o ser humano enquanto tal e o que o move continuamente não é nem o conflito, nem a solidariedade, mas a função existencial, que é dar sentido à própria existência, construindo identidade coletiva e entendimentos compartilhados sobre o mundo. Na busca por provar aos outros e a si que sua vida tem sentido, o ser humano incorre em ações instrumentais ou significativas, a depender do contexto. Deste modo, uma capacidade humana crucial é a capacidade social de

Destarte, as subjetividades coletivas interagem em diferentes combinações entre conflito e cooperação⁸, isto é, entre separação e união. A formação da divisão nós/eles, constitutiva da vida social, é o movimento sucessivo da construção de coletividades, que só são coletividades porque se diferenciam entre si. Não obstante, nem todas as subjetividades, individuais ou coletivas, se reconhecem como integrantes de todas as coletividades existentes⁹, o que será discutido na seção sobre atores.

A rigor, todo conflito gera um campo de ação em torno de si, porque faz com que indivíduos e coletividades tomem parte, assumam algum papel na disputa. Com isso, existiriam infinitos campos em constante criação e oclusão, haja vista a efemeridade da maior parte das interações conflituosas. Nesse sentido, é preciso pontuar que, em termos analíticos, um campo só merece tal denominação quando alcança estabilidade, ou quando há elementos suficientes para se evidenciar uma tendência à estabilidade. Sem isso, é pouco provável que um campo tenha valor para a análise sociológica.

Nesse momento, cabe abrir um diálogo com a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Além de ter uma das mais importantes concepções de campo na Sociologia, Bourdieu é um dos autores mais citados — senão o mais citado — nas Ciências Sociais brasileiras, sendo referência para as sociologias da cultura, da comunicação, dos intelectuais e da educação (CAMPOS; SZWAKO, 2020; ROCHA; PETERS, 2020). Na sociologia bourdieusiana, o campo é um “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 1998, p. 64) que corresponde a um “universo relativamente autônomo de relações específicas” (BOURDIEU, 1998, p. 65-66). O campo emerge como um espaço de disputas por algum recurso (capital) e se configura como uma espécie de jogo. Nesse jogo, está envolvido um conhecimento prático determinado (*habitus*), que torna natural aos jogadores as regras do jogo. Ao mesmo tempo, o campo é um campo de forças, em que as disputas por um capital estruturam posições (de poder).

A teoria bourdieusiana dos campos é crucial para a perspectiva adotada aqui, porque enfatiza o caráter relacional de um espaço social relativamente autônomo que se produz com base em entendimentos (práticos) compartilhados quanto à estruturação da disputa por um recurso específico. Em que pese a complexidade e maleabilidade do arcabouço fornecido por

convencer outrem por meio do entendimento de suas razões, sendo capaz de construir coletividades e/ou ações coletivas.

⁸ Por isso rejeitam-se aqui as subdivisões em que incorre Domingues (2018a). Autoridade hierárquica nada mais é do que um conflito latente, ou seja, a legitimação do poder demonstrado, auferido ou imaginado. Do mesmo modo, a competição consiste no conflito indireto, isto é, mediado, em que as subjetividades individuais e coletivas interagem por meio de outra coletividade (Estado, mercado etc.).

⁹ Tilly (1978) considera que atores coletivos são “catnets” (*categories e networks*), ou seja, surgem da combinação entre categorias (divisões sociais latentes) e redes de relacionamentos.

Bourdieu, sua teoria da prática possui limitações importantes para a sociologia dos movimentos sociais. Numa tentativa de incorporação do autor à análise de movimentos sociais, por exemplo, Husu (2012) aposta no que Bourdieu chama de “hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos” (BOURDIEU, 1998, p. 67). A autora então compreende que a posição estrutural de indivíduos que compõem os movimentos sociais se reflete em sua abertura e capacidade para se relacionar com atores em outros campos que ocupam a mesma posição estrutural, o que aumentaria ou diminuiria a chance de sucesso dos movimentos (HUSU, 2012). Tomada dessa maneira, a concepção de campo para a análise de movimentos sociais acaba por reforçar a ideia de Bourdieu como um teórico da reprodução, que enxerga até mesmo os processos dinâmicos como processos de manutenção da ordem social (CAMPOS; SZWAKO, 2020; ROCHA; PETERS, 2020). Mais do que uma dificuldade teórica em lidar com a mudança social, o autor não propõe conceitos satisfatórios para abarcar atores coletivos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Na teoria bourdieusiana dos campos, a disputa se dá entre indivíduos ou, numa extensão, entre posições existentes, e não entre grupos intermediários que empreendem ações coletivas. Do mesmo modo, pode-se dizer que a análise bourdieusiana é *campocêntrica*, uma vez que não fornece instrumental adequado para pensar a relação entre os diversos campos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

Na sociologia dos movimentos sociais feita no Brasil, há pelo menos duas tentativas de relacionar atores coletivos e campos. Para Ana Maria Doimo (1995), os campos ético-políticos seriam constituídos por um amálgama de sociabilidade comum, senso de pertença, valores compartilhados, predisposição à participação e um conjunto de ações. Do mesmo modo, esses campos seriam multicentrados, com diversas identidades disputando os rumos do campo. Nesse mesmo sentido, Breno Bringel (2018) propõe que os campos sejam pensados como

configurações sociopolíticas e culturais que expressam ordens sociais em que os atores (indivíduos ou coletividades) interagem entre si e com outros campos a partir de um entendimento e um consenso mínimo — muitas vezes implícito — sobre os códigos, relacionamentos e propósitos que os configuram (BRINGEL, 2018, p. 132-133, tradução minha)¹⁰.

Os aportes de Doimo e Bringel são interessantes porque permitem a incorporação de atores coletivos aos campos, percebem os próprios campos como atores em relação e trazem à tona uma multidimensionalidade para os aspectos compartilhados e disputados no campo. Contudo, tanto a autora como o autor, sobretudo em suas análises empíricas, enfatizam a unidade dos

¹⁰ No original: “configuraciones sociopolíticas y culturales que expresan órdenes sociales en los cuales los actores (individuos o colectividades) interactúan entre ellos y con otros campos, a partir de un entendimiento y e un consenso mínimo —muchas veces implícito— sobre los códigos, relaciones y propósitos que los configuran”.

campos, dedicando toda a atenção a campos como o “movimento popular” e o “liberal-conservador”. Deste modo, Bringel e Doimo apontam para os campos mais como espaços de disputas pela construção de uma identidade coletiva do que por algum recuso que esteja em jogo. Nesse caso, seria difícil pensar num campo que abarcasse atores díspares — como esquerda progressista e direita conservadora.

Levando em conta as potencialidades e limites dessas interpretações sobre a noção de campo, considera-se aqui o campo de ação como uma ordem social de nível médio em que atores interagem entre si com base em entendimentos compartilhados sobre os propósitos do campo, as relações estabelecidas no campo e as regras que governam o campo (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Um campo estável é aquele em que os atores podem se reproduzir, em que há alguma previsibilidade e que perdura por um período considerável de tempo.

Como subjetividades coletivas, os campos abarcam relações internas (dentro do campo) e externas (entre os campos), sendo sempre uma configuração provisória de coalizões de atores que disputam determinado recurso (ou a forma de distribuição deste recurso). O Estado é um campo de papel destacado na modernidade, uma vez que se apresenta como um emaranhado complexo de campos em relação, capazes de, em sua causalidade coletiva, influenciar, ou mesmo determinar, a constituição e direcionalidade das mais diversas subjetividades coletivas — incluindo outros campos.

Em suma, o campo representa uma subjetividade coletiva que tem no seu cerne o conflito pela (re)definição¹¹ de seus termos, isto é, de sua espacialidade, aparecendo aos atores como uma cristalização no tempo (de abrangência variável, mas sentida como eterna no presente contínuo), que pressupõe formas legítimas e/ou rotinizadas de interação (ou seja, organização e ação) e conteúdos (quadros interpretativos, ideologias, valores), operacionalizados e forjados pelos atores, isto é, pelas subjetividades (coletivas e individuais) devidamente posicionadas no interior do campo.

Para dar conta do ciberativismo como campo de ação estratégica, serão utilizadas categorias elaboradas a partir de distintas abordagens das teorias dos movimentos sociais¹², balizadas pela teoria dos campos de Neil Fligstein e Doug McAdam e pela teoria das subjetividades coletivas

¹¹ Está próximo ao que Melucci (1996) concebe como “rompimento dos limites de compatibilidade” e Bourdieu como “luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão desse mundo” (BOURDIEU, 1998, p. 173-174).

¹² As categorias aqui utilizadas foram elaboradas coletivamente para a pesquisa “Transformações do ativismo contemporâneo”, liderada pelo Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). Os resultados podem ser acessados em: <http://www.ativismos.com.br/>. Além disso, uma abordagem em diálogo com os atores políticos foi organizada pela FASE (2018). Esse capítulo avança no sentido de dar substrato teórico à discussão.

de José Maurício Domingues. Cada uma das três categorias a seguir destrinchadas — atores, práticas e gramáticas — conjuga tendências de um conjunto de trabalhos sobre movimentos sociais, articulando distintos conceitos que implicam uma mesma ideia e, mais importante, que descrevem os mesmos fenômenos concretos — ou ainda que sublinham elementos específicos de cada fenômeno.

1.1.1 Atores

Os atores são as partes que se envolvem no conflito em algum nível, disputando determinados recursos num mesmo campo. Na literatura, são chamados de “jogadores”, “classes sociais”, “incumbentes e desafiadores”, “dominantes e dominados”, dentre outros. Aqui serão denominados de atores, para além da conveniência da linguagem cotidiana, porque interessa a ação, ou melhor, a interação, e a autoconstrução desses atores enquanto tais. Os atores podem ser individuais ou coletivos.

É errôneo assumir que todos os atores num campo estarão sempre altamente mobilizados. Pelo contrário, os atores podem ser classificados, num primeiro aspecto, pelo nível de envolvimento com as disputas daquele campo (MCCARTHY; ZALD, 1977). Pode-se dizer que *integrantes* são aqueles engajados em um grupo, coalizão ou lado da disputa, sendo os *adeptos* seus apoiadores costumeiros. Os *oponentes*, portanto, são os integrantes ou adeptos que compõem o “lado de lá” e devem ser combatidos. Enfim, o *público* diz respeito à parte que (ainda) não tomou lado no conflito.

Deve-se enfatizar que campos e atores são subjetividades coletivas que se diferenciam pela inclinação interativa predominante, ou seja, pelo vetor resultante das várias interações naquele sistema de ação. Campos são definidos, sobretudo, pelo conflito, enquanto nos atores a cooperação é sobressalente. Campos podem se comportar como atores quando interagem com outros campos, enquanto atores se mostram como campos quando as disputas internas são evidenciadas. Em realidade, a distinção entre campos e atores é mais analítica do que empírica, haja vista que depende da lupa aplicada ao caso.

Na sociologia dos movimentos sociais, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)¹³ foi a corrente que mais se dedicou ao estudo dos atores. Toda a sociologia da ação

¹³ A divisão entre as famílias de teorias dos movimentos sociais segue Alonso (2008).

de Alain Touraine, precursora dessa corrente, consistiu numa batalha contra o individualismo metodológico e o funcionalismo. Por um lado, Touraine rejeitava a noção de que o indivíduo poderia ser entendido isolado da sociedade e, por outro, de que a sociedade poderia ser compreendida em si mesma. O “retorno do ator”, portanto, representava o retorno do sujeito como fruto da sociedade, mas que a todo o momento a produz.

O ator-produtor só pode ser trazido de volta numa sociologia que saia do imobilismo do problema da ordem e se volte à análise da dinâmica e do conflito. Touraine diferencia três tipos de conflito que buscam mudar aspectos da organização social e cultural: comportamento coletivo, luta e movimento social. O primeiro seria reativo, o segundo estratégico, mas específico, e, o terceiro, um projeto mais abrangente. Para o autor, um movimento social seria

a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados — o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito (TOURAINÉ, 2006, p. 19)¹⁴.

Assim, Touraine reforça um ponto previamente mencionado, o de que, num campo, é necessário que os adversários se reconheçam como tais, tendo como base entendimentos compartilhados sobre o próprio campo. Essa visão é levada adiante por Alberto Melucci, que entende movimento social como “[...] a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” (MELUCCI, 2001, p. 35). Para Melucci, um movimento social é constituído pela solidariedade, pelo conflito e pelo objetivo último de rompimento dos limites de compatibilidade de um sistema social.

O processo de construção de um sistema de ação (coletividade) é, pois, denominado identidade coletiva. Esse processo, interativo e mediado, decorre da necessidade humana de orientação da ação e (auto)situação num campo de ação. A identidade coletiva envolve a definição de meios, fins e campo de ação, isto é, a construção de consensos parciais sobre “nós” e “eles”; a mobilização de uma rede ativa de relacionamento entre as partes; e o investimento emocional de fazer parte de uma comunidade (MELUCCI, 2001).

Deste modo, a construção de identidades coletivas conforma os atores (individuais e coletivos), implicando em sua autopercepção enquanto tais e numa demarcação em relação aos

¹⁴ Touraine fornece diferentes definições de movimento social ao longo do tempo. Pensar em termos de classes em conflito, por exemplo, já foi crucial para sua definição em momento anterior (TOURAINÉ, 1996). O que permanece, entretanto, é a concepção de que os movimentos sociais expressam conflitos (e não contradições) e projetam mudanças culturais.

outros. Entretanto, nem toda coletividade depende da existência ou construção de identidade¹⁵, podendo apresentar variados níveis de centramento (DOMINGUES, 1995). Somada à forma de organização, a identidade compõe a intencionalidade de uma subjetividade coletiva.

A centralidade do conceito de movimento social para os autores da TNMS, entretanto, cria dificuldades analíticas. O problema ocorre na ordem inversa para os dois autores aqui analisados. Se em Touraine o grau de centramento é ainda elevado, em Melucci o descentramento é pressuposto. Uma forma de fugir a esse dilema seria a divisão corrente nos estudos organizacionais entre movimentos sociais e organizações de movimentos sociais, sendo os primeiros mais descentrados e, as últimas, mais centradas. De todo modo, essa é uma divisão precária para dar conta dos atores sociais concretos, uma vez que o centramento do ator depende tanto de sua identidade, quanto de sua organização. Movimentos sociais podem ter identidade forte e organização descentralizada, enquanto organizações, por sua vez, podem ter identidade fraca e serem centralizadas e hierarquizadas. O debate será retomado nas sessões seguintes.

1.1.2 Práticas

As práticas correspondem à forma das interações entre os atores, que sempre combinam cooperação e conflito. Nos dois grandes momentos da interação conflitiva, os atores podem se organizar, coordenando suas ações, ou entrar em confronto com outros atores. Na sociologia dos movimentos sociais, quem mais se dedicou à investigação das práticas foram autores da Teoria da Mobilização de Recursos e da Teoria do Processo Político¹⁶.

Um ponto de partida para pensar as práticas dos atores coletivos está nas contribuições dos estudos organizacionais. Preocupados com a compreensão de como se daria a ação coletiva sustentada no tempo e os cálculos para otimizar seu funcionamento e garantir o seu sucesso, esses estudos tendem a observar as estruturas mais sólidas das coletividades, isto é, as organizações — aglomerados de recursos, inclusive humanos, destinados à obtenção de um bem coletivo. Nesse sentido, atentam-se ao processo de mobilização de recursos para atingir

¹⁵ Bennett e Segerberg (2012), ao proporem o conceito de “ação conectiva”, tentam dar conta do fato de que subjetividades coletivas altamente descentradas apresentam causalidade coletiva, podendo gerar grande impacto causal. O ponto de discordância com o autor e a autora se deve somente ao fato de abandonarem a noção de coletividade, em que pese a tentativa de afastamento com as teorias da ação coletiva.

¹⁶ Gohn (1998) aproxima a TMR e a TPP como constituindo a escola estadunidense dos estudos de movimentos sociais, em contraposição à vertente europeia, a TNMS.

determinados fins, dentre os quais está a manutenção da própria organização (MCCARTHY; ZALD, 1977).

Com vistas a garantir a subsistência da organização e a efetividade das ações coletivas, os atores podem atingir variados níveis de centramento. Em realidade, quando essa preocupação se apresenta é porque aquele ator já possui um patamar elaborado de identidade ou coordenação. Em termos organizacionais, o centramento tem a ver com o grau e a forma de engajamento dos integrantes e também com a distribuição interna das práticas organizativas (NUNES, 2017a)¹⁷.

O debate sobre formas de organização tem um momento importante no começo do século XX, com o embate entre Lênin (1902) e Rosa Luxemburgo (2009[1904]). Para Lênin, o partido revolucionário deveria ser forte e centralizado, atuando como vanguarda a organizar a classe trabalhadora. Luxemburgo, por sua vez, era contra a centralização do partido e a divisão rígida entre vanguarda e massas, defendendo, antes, que a forma de organização deveria variar conforme o contexto, pois o partido deveria se forjar na luta concreta. A autora chega a admitir e valorizar a existência de greves “espontâneas”, isto é, não mediadas pelas organizações.

Em suma, a mobilização de recursos pode assumir diversas feições, sendo uma delas angariar aliados para o objetivo comum. Essa mobilização, entretanto, pode se dar também em forma de contestação, como numa greve ou passeata. Precisamente para dar conta dessas formas de mobilização, Charles Tilly (1988) forjou a noção de repertórios de ação coletiva. Para o autor, cada sociedade, num determinado momento histórico, conta com um repertório limitado de formas de agir coletivamente, isto é, cada performance de uma dessas formas seria o recurso a um arcabouço cultural já definido. Mudanças se dariam num longo prazo, com tentativas de levar aquelas formas de ação coletiva mais adiante.

Além de serem circunscritas a um repertório sócio-histórico, essas práticas coletivas são ainda modeladas pela estrutura de oportunidades que se apresenta no instante do evento ou ciclo de protestos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Quer dizer, a ação a ser empreendida coletivamente depende da conjuntura que se apresenta — depende, pois, de um cálculo dos atores entre o possível e o desejado. Do mesmo modo, táticas e estratégias levam sempre em conta uma série de dilemas, que podem ser os já apontados, como os entraves objetivos, ou outros relativos às crenças dos atores e sua identidade coletiva (JASPER, 2004). Movimentos pacifistas, por exemplo, tendem a recorrer à prática da não-violência, sob o risco de pôr em xeque suas crenças. Nesse aspecto, a TPP tem pouco a dizer sobre os atores em termos de sua

¹⁷ Domingues (1995) fala da existência ou não de “núcleos decisórios”, o que pode levar a confusões sobre a configuração concreta dessas subjetividades coletivas. De outro modo, pode-se pensar, como em Nunes (2017a), que as práticas organizativas podem ou não estar aglutinadas e podem ou não apresentar divisão hierárquica.

identidade. Por outro lado, ao voltarem o foco da análise para as dinâmicas da política conflitiva, conseguem comparar diferentes atores em suas práticas, além de refletir sobre como estes se relacionam.

Um problema mais grave, porém, acomete essa vertente. A centralidade do papel do Estado na análise da política contenciosa acaba por eclipsar conflitos entre diferentes atores que não necessariamente interagem com o Estado — ao menos prioritariamente —, a exemplo de movimentos sociais que buscam promover mudanças culturais. McAdam, Tarrow e Tilly consideram que “identidades são políticas [...] na medida em que se envolvem em relações com governos” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 134, tradução minha)¹⁸. Na definição aqui desenvolvida, identidades são eminentemente políticas, uma vez que sua produção decorre do antagonismo entre os atores.

1.1.3 Gramáticas

A terceira e última categoria corresponde a gramáticas, que é, em grande parte, a dimensão hermenêutica das interações entre subjetividades coletivas. De antemão, vale alertar que o uso de “gramática” aqui não segue a divisão corrente na linguística entre gramática (sintaxe), semântica e pragmática, isto é, forma, significado e uso da linguagem (BLÜHDORN, 1997). Ao contrário, segue a utilização idiosincrática do segundo Wittgenstein¹⁹, em que a gramática perpassa todos os reinos da linguagem, não se atendo somente aos aspectos formais, mas abarcando também a significação e os usos concretos da língua (DOBLER, 2011).

Conforme Wittgenstein, interessa a este trabalho entender os jogos de linguagem empregados pelos atores no exercício do entendimento de outrem (DOBLER, 2011). Serão investigados, portanto, os aspectos propriamente linguísticos atrelados ao senso prático — isto é, os signos em suas regras e sentidos, como mobilizados em cada situação —, mas também os aspectos valorativos e estratégicos, mais intencionais, que produzem quadros interpretativos das situações.

Na sociologia dos movimentos sociais, esses quadros interpretativos receberam o nome de enquadramento (*frame*, no original), num esforço de “trazer as ideias de volta” para as

¹⁸ No original: “Identities are political, then, insofar as they involve relations to governments”.

¹⁹ A noção de gramática é recorrente no pragmatismo francês, sendo Ludwig Wittgenstein uma influência confessada para pragmatistas como Boltanski (CORRÊA; DIAS, 2016).

análises da TMR e da TPP. Benford e Snow (2000) entendem o enquadramento como uma produção de significados por parte dos atores coletivos com vistas a convencer algum público, que pode ser de membros, apoiadores, espectadores ou adversários²⁰. Desta maneira, o enquadramento de ação coletiva equivale ao processo significativo empreendido por coletividades de modo a se somar a um enquadramento hegemônico ou a ele se contrapor. Existiria, pois, uma disputa pela construção dos significados que envolve movimentos sociais, mídia, governos locais e o Estado.

Os autores entendem enquadramento como um esquema interpretativo que permite aos atores localizar, perceber, identificar e categorizar ocorrências no seu espaço social ou no mundo, tornando-os capazes de organizar a experiência cotidiana e guiar suas ações. No caso dos atores coletivos em interações conflituosas, esses quadros interpretativos simplificam e condensam os significados do mundo, de modo a mobilizar possíveis apoiadores e membros, ganhar o apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas (BENFORD; SNOW, 2000).

Deste modo, seriam tarefas essenciais de enquadramento: identificar qual é o problema em questão; apontar o que ou quem seria responsável por causá-lo; sugerir alternativas para resolvê-lo; e, por fim, instigar o público para agir nesse sentido. As duas primeiras tarefas estariam contidas no que os autores denominam enquadramento diagnóstico, enquanto que a proposição de solução consistiria no enquadramento prognóstico, e o chamado à ação, no enquadramento mobilizatório (BENFORD; SNOW, 2000).

Embora a noção de enquadramento estratégico vise atribuir maior agência aos atores, é necessário apontar que a produção de significados sofre uma série de constrangimentos. O primeiro e mais evidente tem a ver com a dependência que o prognóstico tem, em alguma medida, do diagnóstico anteriormente realizado. Além disso, o enquadramento deve ser construído visando o contexto interno do movimento ou organização e o contexto externo, sobretudo o público a que se direciona. Ainda, o enquadramento deve levar em conta os elementos culturais disponíveis e a forma mais eficiente de atingir um objetivo, sendo essa escolha ponderada por inúmeros fatores, como, por exemplo, a manutenção de membros e apoiadores — o que poderia ser dificultado com enquadramentos deveras amplos e fluídos, mais propensos a atingir espectadores. Finalmente, os atores muitas vezes levam em consideração os contra-enquadramentos, isto é, contendas interpretativas, assimilando elementos da linguagem adversária (BENFORD; SNOW, 2000).

²⁰ Essa divisão de atores por grau de engajamento na disputa é consonante com a proposição de McCarthy e Zald (1977) discutida na seção 1.1.1.

Esses quadros podem ser fabricados em processos estratégicos, discursivos e contestados. Os primeiros foram aventados nos parágrafos anteriores. Os discursivos dizem dos diálogos que ocorrem entre indivíduos para que estes cheguem a entendimentos coletivos sobre determinada interpretação, enquanto os contestados se referem às disputas entre indivíduos, grupos e diferentes coletividades para que se chegue a um quadro provisório (BENFORD; SNOW, 2000).

Pensados de forma processual e negociada, esses quadros construídos relativamente a momentos e movimentos específicos podem ser abstraídos, remodelados, compartilhados e reutilizados. Quando isso ocorre, há a emergência de *master frames*, ou seja, enquadramentos amplos, que comportam uma multiplicidade de enquadramentos, a exemplo da linguagem de “direitos”, que pode abarcar desde as lutas pelo direito ao próprio corpo até aquelas pelo “direito à vida” (BENFORD; SNOW, 2000).

Oliver e Johnston (2000), entretanto, alertam que não se deve confundir enquadramento amplo com ideologia. O autor e a autora asseveram que, ao deixarem de lado o debate sobre ideologia, ou trazê-lo à tona na roupagem do enquadramento, as análises sobre movimentos sociais, sobretudo aquelas preocupadas com o simbólico, perderam a capacidade de identificar elementos específicos relacionados às ações coletivas contenciosas. Entendendo ideologia como “um sistema de significação que une afirmações e teorias sobre a natureza da vida social com valores e normas relevantes à promoção da mudança social ou resistência a esta” (OLIVER; JOHNSTON, 2000, p. 7, tradução minha)²¹, Oliver e Johnston enfatizam o caráter mais intrincado e duradouro da ideologia. O enquadramento seria, pois, uma expressão pontual, planejada e externalizada da ideologia.

No meio do caminho entre enquadramento e ideologia, Sader (1988) propõe que se pense em termos de matrizes discursivas, isto é, a elaboração simbólica da experiência. Para o autor,

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas (SADER, 1988, p. 143).

A gramática possui, portanto, aspectos heurísticos, estratégicos e normativos²². Neste último caso, para além das regras que podem impor sanções (externas) às subjetividades

²¹ No original: “a system of meaning that couples assertions and theories about the nature of social life with values and norms relevant to promoting or resisting social change”.

²² Wright Mills (2016) entende que o ato de justificar, isto é, de dar motivos, opera um duplo movimento: de

coletivas, a norma funciona como motivação para a ação (DOMINGUES, 1995). Para Boltanski e Thévenot (2001), essas normas podem ser divididas em *cités*, isto é, esferas que contêm princípios de justiça acionados em momentos críticos — aqueles em que a prática rotineira é abalada pelo inusitado e surge a necessidade de reelaboração discursiva e justificação de posições e entendimentos. Num movimento similar, Honneth (2003) percebe os conflitos sociais como lutas por reconhecimento, sendo que essas lutas têm seu início na experiência de desrespeito por parte dos sujeitos. A luta se dá no âmbito das dimensões morais do reconhecimento intersubjetivo, procurando reforçar ou ampliar seu escopo. Em suma, o estudo das gramáticas deve se ater tanto a aspectos discursivos diretamente observáveis, quanto às suas possíveis motivações, sejam estas estratégias, ideologias ou valores. A gramática organiza a experiência, isto é, a interação (prática) entre os atores.

1.2 O campo em ação

Apresentados os elementos que compõem o campo, cabe agora explorar os modos pelos quais estes se relacionam, produzindo subjetividades coletivas específicas. Antes, uma recapitulação. Os campos são subjetividades coletivas marcadas pelo conflito, onde se produzem atores, práticas e gramáticas numa configuração que é, ao menos em um nível basilar, compreendida pelas subjetividades coletivas que deles participam. O conflito pode se dar tanto pela tentativa de se obter um recurso escasso, quanto pela busca de redefinição mais radical do campo.

Na interação conflituosa há um conjunto de práticas legitimadas — ou ao menos reconhecidas — pelos atores que compõem aquele campo. Os atores coletivos são constrangidos por uma série de fatores ao pôr em curso suas ações, dentre os quais: a estrutura de oportunidades que se apresenta (como está a correlação de força entre os atores), os repertórios internalizados e os objetivos a serem atingidos. Além disso, sua identidade coletiva e as gramáticas em uso são componentes essenciais para que seja tomado um caminho ou outro, uma vez que essa deliberação envolve crenças, valores e afetos. Cada interação, porém, reitera e modifica o repertório de contestação²³, dotando aquela ação de sentido histórico e situacional.

interpretação da conduta e de tentativa de influenciar (produzir) condutas. Em certo sentido, o que se chama aqui de gramática é o que autor denomina “vocabulário de motivos”.

²³ Como na noção de estruturação, em Giddens (2003), e de performatividade, em Butler (1993).

Outrossim, criatividade e ousadia são condições necessárias para qualquer (inter)ação. A identidade coletiva, ao abarcar concepções sobre mudanças sociais e futuro, projeta possibilidades que tensionam a percepção do presente como um empecilho espaço-temporal. A relação entre passado, presente e futuro dá o tom da dinâmica dos atores no campo, uma vez que é na avaliação entre o que existiu, o que existe, o que pode e o que deve existir que está a tomada de posição.

Esse auto-posicionamento no campo está ligado a uma gramática que é realista, mas também valorativa. No primeiro sentido, a utilização da gramática dos direitos, por exemplo, implica na interação com as subjetividades coletivas capazes de concedê-los, sobretudo o Estado e suas instituições auxiliares. No segundo, os fundamentos de justificação moral (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999) podem levar, por exemplo, o ator a desconsiderar interações violentas porque preza a vida humana acima de tudo, inclusive acima de ideais de igualdade.

Também as interações que constituem os atores internamente são passíveis de avaliação pragmática e valorativa. Assim, a organização depende de condições que constroem (ou parecem constroem) a ação, como as formas disponíveis de organização e a estratégia elaborada, bem como componentes da identidade coletiva, da ideologia e da narrativa. Em verdade, a forma de organização ou as formas de contestação podem ou não ser elemento central na dimensão hermenêutica de uma subjetividade coletiva.

Tanto os aspectos descritivos quanto os aspectos valorativos da gramática podem variar no tempo e a depender do sistema social em que se encontram. Ambos os aspectos, todavia, constroem-se mutuamente e em alguma medida. O que é verdadeiro e o que é correto se imiscuem na percepção da realidade e fabricam visões de mundo e narrativas específicas. Esses enquadramentos podem ser considerados como ideologia quando abarcam uma quantidade muito ampla de fenômenos e parâmetros, possuindo grande coerência interna, mesmo em suas contradições.

A combinação entre atores, práticas e gramáticas configura não só uma causalidade coletiva peculiar, mas pode definir também o grau de centramento e intencionalidade de uma subjetividade coletiva. Uma interação conflituosa só é possível quando existe identidade coletiva, organização ou alguma gramática compartilhada²⁴ — sendo que para cada ator

²⁴ Deste modo, o que Bennett e Segerberg (2013) consideram como ação conectiva, além de poder envolver focos de organização e identidade coletiva, deve envolver alguma gramática comum. Nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, por exemplo, houve uma profusão de pautas e ideologias, mas existia um sentimento compartilhado pelos manifestantes (sobretudo os não-engajados em outras coletividades propriamente políticas) de que o Estado não estava atuando em favor do povo. Quem era o Estado, quem era o povo e por que a situação

individual qualquer um desses elementos pode ser o fator motivador da ação. O nível de engajamento varia conforme a força desses fatores combinados. Por fim, vale ressaltar que o impacto causal de uma coletividade não está diretamente atrelado ao seu grau de centramento (DOMINGUES, 1995).

1.2.1 Uma tipologia do campo

A teorização até aqui realizada se deu em dois níveis: na ordem geral, dos sistemas sociais, e na ordem média, dos campos de ação. No primeiro caso, a preocupação foi com o caráter universal das subjetividades coletivas. No segundo, com o caráter particular dos campos. Na pesquisa empírica propriamente dita, o que se buscará é a investigação da apresentação singular dos fenômenos sociais, o que será feito nos próximos capítulos. Falta, então, uma reflexão sobre o caráter particular das subjetividades coletivas nos campos.

Domingues (1995) propõe uma tipologia das subjetividades coletivas conforme seu nível de centramento. Apresentando baixo nível de centramento, isto é, pouca organização e sem identidade definida, redes e categorias (como classe, raça e gênero) exerceriam impacto causal de maneira não intencional, ainda que possam, principalmente as categorias, fornecer o substrato para a organização e a construção de identidades. Grupos e encontros apresentariam alto grau de centramento, sendo os primeiros mais permanentes e de identidade mais marcada e os últimos mais efêmeros. Os movimentos sociais e as organizações teriam nível intermediário de centramento, sendo os primeiros caracterizados mais pela identidade e, os últimos, pela organização. Por fim, sociedades seriam um tipo específico de subjetividade coletiva, não só pelo alto grau de centramento, mas por sua vasta complexidade interna.

Em que pesem os problemas decorrentes de categorizações abstratas e sumárias, o agrupamento das subjetividades coletivas em termos de níveis de centramento pode ser interessante para a compreensão de determinados fenômenos sociais em suas manifestações concretas, podendo-se contrastá-las com um quadro de referências. No caso dos campos, é mais comum que a análise recaia sobre coletividades de nível intermediário de centramento (movimentos sociais, sindicatos, associações, empresas, Estado), ainda que, na prática, atores com todos os graus de centramento estejam implicados em seu funcionamento. Vale resgatar,

era injusta são questões que admitiam variadas respostas, como será elaborado no capítulo 5.

portanto, os tipos de atores no campo segundo seu nível de engajamento com a disputa, podendo ser: integrantes, apoiadores, público e adversários.

Por fim, pode-se também decompor as práticas, estas segundo sua finalidade interativa. As práticas reflexivas e formativas se atentam para a construção de estratégias, identidades e gramáticas. As práticas contestatórias são direcionadas ao momento pontual do conflito com adversários, ao passo que as práticas mobilizadoras correspondem à tentativa de integrar na coletividade o público e os apoiadores. As práticas burocráticas se destinam a assegurar a continuidade das coletividades, enquanto as práticas panfletárias buscam a divulgação de suas ações e concepções. Por sua vez, as práticas emocionais dizem respeito à mobilização de sentimentos (NUNES, 2017a).

1.2.2 A dimensão material-tecnológica do campo

As interações não podem ser reduzidas à sua dimensão hermenêutica, sendo também “constituídas por elementos materiais de natureza transformada — para começar, por nossos corpos, mas também pelos variados elementos de habitação e vestuário, transporte e instrumentos, estando todos entrelaçados com o comportamento dos indivíduos” (DOMINGUES, 1995, p. 99, tradução minha)²⁵. Assim, uma das dimensões das subjetividades coletivas é sua constituição material. Embora não atribua prioridade causal a esta, Domingues (1995) entende que a dimensão material constitui o substrato natural que em muito limita as possibilidades da interação social:

é sobre essa base irreduzível, que nunca é completamente dominada pela humanização da natureza (incluindo nossa natureza interna e corporal) que eu quero localizar a causalidade material dos sistemas sociais [...]. Ela é dotada de uma eficácia que, não obstante ser mediada por relações sociais, sempre tem um caráter externo (DOMINGUES, 1995, p. 131-132, tradução minha)²⁶.

O embate entre natureza e cultura é constitutivo das Ciências Sociais, sendo recorrentemente tratado pela Antropologia. Em geral, o que se entende é que a natureza limita

²⁵ No original: “constituted by material features of transformed nature - to start with by our bodies, but also by the manifold elements of lodging and clothing, transportation and instruments, all of which are intertwined with the behaviour of individuals”.

²⁶ No original: “it is on this irreducible basis, which is never thoroughly mastered by the humanisation of nature (including our inner and bodily one), that I want to place the 'material' causality of social systems [...] It is endowed with na efficacy that, notwithstanding its being mediated by social relations, has always an external character”.

as possibilidades da cultura, mas não a determina. Rejeitando concepções abstratas da relação entre seres humanos e natureza (como na exposição de Marx sobre o trabalho como característica distintiva do ser humano), Domingues entende que “indivíduos se relacionam com a natureza através da mediação do sistema interacional a qual pertencem” (DOMINGUES, 1995, p. 132, tradução minha)²⁷. Deste modo, o autor parece transformar a dimensão material na causalidade condicionante da subjetividade coletiva, recaindo na mesma dualidade que enfrentara (a divisão da vida social em causalidade ativa e causalidade condicionante).

A dificuldade aqui se encontra em forjar uma explicação satisfatória para a relação entre a ação humana e tudo o que a circunda, o que a constitui e a que se refere, sem que se recaia em um determinismo social, por um lado, ou um determinismo material, por outro. Uma tentativa de superar essa dicotomia foi proposta por Bruno Latour (2012), com a teoria do ator-rede. O autor entende que os sistemas sociais são articulados em redes que possuem diversos nós como pontos de conexão. Deste modo, os actantes seriam aqueles elementos responsáveis por articular outros elementos, compondo a rede. Os actantes, enquanto elementos humanos e não-humanos, produziram ação, movimento, ou seja, nos termos de Domingues, causalidade.

Na teoria dos campos, a constituição material das interações sociais se encontra subteorizada. Embora Fligstein e McAdam assinalem que o avanço tecnológico contribui para a emergência de campos de ação estratégica, os autores não explicam exatamente como esse processo se daria, contentando-se em dizer que:

certos avanços tecnológicos no decorrer dos três últimos séculos expandiram dramaticamente a capacidade de realizar ações humanas coordenadas, tornando possível organizar o espaço social de maneira muito mais rápida e com alcance territorial muito maior do que nunca. De fato, ao longo da história, aprimoramentos tecnológicos nos transportes e na comunicação têm sido tanto uma causa quanto efeito da emergência de campos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 87, tradução minha)²⁸.

Os autores apontam, portanto, para o impacto das mudanças tecnológicas (dimensão material) na forma e na dimensão espaço-temporal (ritmo e alcance) das interações entre subjetividades coletivas, deixando poucas pistas no que se refere às dimensões hermenêutica e do poder. No primeiro sentido, é importante compreender que “desejos dão origem a novos potenciais tecnológicos, que dão origem a ainda mais desejos” (VINSEL, s.d., n.p., tradução

²⁷ No original: “individuals relate to nature through the mediation of the interactive system in which they belong”.

²⁸ No original: “certain technological advances over the past three centuries have dramatically expanded the capacity for coordinated human action, making it possible to organize social space faster and with much greater territorial reach than ever before. Indeed, throughout history, technological improvements in transportation and communication have been both a cause and an effect of field emergence”.

minha)²⁹, tanto no sentido de desejar/incorporar tecnologias específicas, quanto no sentido de desejar/incorporar novas perspectivas sobre a realidade, sobre o passado, o presente e o futuro. Quer dizer, a tecnologia pode agir na produção de novos campos, seja provendo um novo tipo de recurso, demandando novos (ou antigos) recursos ou ainda alterando a compreensão sobre o mundo.

Além disso, é importante compreender a relação entre tecnologia e poder. Em primeiro lugar, porque a produção de tecnologias provém de disputas que conformam campos³⁰. Mas também porque as tecnologias rearranjam as relações de poder. Callon e Latour (1981) entendem que a diferença entre atores micro e macro, ou melhor, entre atores mais ou menos poderosos, não tem a ver exatamente com a detenção de poder ou seu tamanho, antes se refere à sua capacidade de mobilização de outros atores (humanos e não-humanos) pelas redes em que se encontram.

De todo modo, a tensão entre os determinismos material e social reaparece: as tecnologias possuem poder embutido ou são só elementos de elaboração da vida social? Sociologicamente, a segunda alternativa parece muito mais atrativa. Entretanto, é preciso que se considere com seriedade o fato de que algumas tecnologias possuem causalidades incontornáveis, como o exemplo clássico da bomba atômica (VINSEL, s.d.) e exemplos mais recentes, como o dos algoritmos nas redes sociais. Neste último caso, porém, acentua-se o fato de que as tecnologias são agregados de trabalho humano sobre a natureza, comportando, assim, significados e relações de poder presentes nas relações intersubjetivas.

A internet representa um dos debates mais tensos atualmente em termos da relação entre tecnologia e interação conflituosa. Além do ponto da definição algorítmica das interações sociais, questões como o controle e a utilização de dados de usuários por agentes econômicos e políticos são alvo de intensa discussão. Na virada para o século XXI, Castells (1999) atentava para a capacidade inexorável da internet em redefinir tempo e espaço, bem como as formas de interação entre atores individuais e coletivos. Mais do que isso, Castells (2003) foi precursor na compreensão da internet não só como meio, mas também como espaço de ação: o ciberespaço.

1.3 Esquema analítico do campo do ciberativismo

²⁹ No original: “desires give birth to new technological potentials, which give birth to still further desires”.

³⁰ O foco principal do “jovem Latour” era exatamente descortinar como controvérsias sociotécnicas são convertidas em caixas-pretas, aparecendo aos leigos apenas como fato; ver Latour (2000). A preocupação com o campo científico também já foi tema de Bourdieu (1983).

O ciberespaço compreende uma gama infindável de subjetividades coletivas; estudá-lo empiricamente de maneira complexificada seria como tentar investigar toda a humanidade e seus campos, num trabalho de Sísifo. O empreendimento aqui proposto é mais modesto: trata-se de analisar como se desenrolou a história do campo ciberativista no Brasil, em termos de seus atores, práticas e gramáticas. A definição mais específica do que é ciberativismo virá no próximo capítulo, ainda que seja necessário pontuar, segundo a tipologia proposta (ver seção 1.2.1), que este se aproxima de coletividades com grau intermediário de centramento, como organizações e movimentos sociais, com foco especial em seus integrantes. Ou seja, a pesquisa terá como foco as subjetividades coletivas com maior grau de organização e identidade e que têm engajamento mais destacado nas disputas dentro do campo. Ademais, é necessário demonstrar como as categorias analíticas até então elaboradas guiarão a pesquisa empírica.

Com a categoria *atores*, pretende-se compreender de que forma atores coletivos constroem subjetivamente o conflito em que estão inseridos, atentando para sua identidade, suas pautas, seus adversários e seus aliados. Serão observadas ainda as fronteiras identitárias dos atores individuais, seus pertencimentos coletivos e sua caracterização social. Na teoria dos campos de ação estratégica essa categoria corresponde ao acordo entre os envolvidos sobre quem são os atores e como estes se posicionam num mesmo campo. Com esses dados será possível posicionar os atores no campo, identificando as coalizões e os conflitos, bem como quais atores detêm mais poder, ou seja, quem consegue mobilizar mais recursos e influenciar a dinâmica do campo.

A segunda categoria corresponde a *práticas*, e no bojo da teoria dos campos ora adotada diz respeito às concepções compartilhadas num campo sobre as regras que o regem, isto é, sobre as formas legítimas de ação e de organização. Isto posto, pensar em termos de práticas é indagar quais são as tarefas internas à organização (comunicação, formação, questões estruturais), como estas são distribuídas (por afinidade, por autoindicação, por eleição, pelo diálogo) e de que maneira as decisões são tomadas (assembleia, reunião, votação). Do mesmo modo, envolve investigar aspectos da ação contestatória propriamente externa da coletividade, isto é, quais são as estratégias e táticas adotadas e ainda quais são suas formas de ação (hacktivismo, *swarming*, publicação e divulgação de textos, memes, *hashtags*).

A terceira e última categoria, *gramáticas*, compreende, na teoria dos campos, o quadro interpretativo mais amplo dos atores, segundo o qual estes compreendem a realidade do campo. Na pesquisa, as gramáticas consistem nas narrativas produzidas pelos ciberativistas sobre como os atores estão distribuídos no campo e quais são as razões e os efeitos disso, ou seja, como funciona e por que funciona de determinado modo o campo ciberativista. Destarte, será

necessário desvendar quais são os elementos simbólicos e quais as estratégias persuasivas adotados na construção desses enquadramentos. Por fim, compete à análise observar se há enquadramentos amplos, ou seja, um léxico compartilhado por uma gama variada de atores (inclusive adversários) e em que medida se pode dizer que há quadros valorativos que perduram no tempo (ideologias, gramáticas morais). O quadro se completa:

Quadro 1 – Categorias analíticas

Categoria	Teoria dos Campos	Conceitos	Elementos empíricos
Atores	Acordo entre os envolvidos sobre quem são os atores e como estes se posicionam no campo.	Ator; Identidade coletiva.	Quem são os e as ciberativistas; Como se relacionam; Como se distribui o poder.
Práticas	Concepções compartilhadas num campo sobre as regras que o regem.	Repertórios de ação coletiva; Organização.	Quais são os repertórios de ação ciberativistas; Como os e as ciberativistas se organizam.
Gramáticas	Quadro interpretativo mais amplo dos atores.	Ideologia; Enquadramento; Gramática moral.	Como os e as ciberativistas constroem narrativas sobre os acontecimentos; Quais são os ideais por trás das narrativas e das práticas.

Fonte: O autor, 2022

Com essas três categorias, pretende-se elaborar uma visão multifacetada do campo ciberativista envolvendo diferentes níveis de análise e aliando cultura, conflito e condições estruturais — elementos que geralmente permanecem dispersos nas diversas teorias (e análises) dos movimentos sociais. Atores, práticas e gramáticas são categorias analíticas que, muitas vezes, aparecem sob outros nomes nas observações sobre os movimentos sociais, tanto nos estudos acadêmicos, quanto na própria ação dos sujeitos coletivos. O esforço de alinhar essas categorias numa teoria dos campos tem como objetivo dar maior nitidez à descrição e análise dos fenômenos envolvidos na construção do ciberativismo no Brasil. O próximo capítulo segue

com o propósito de entender o que é e como pode ser estudado o ciberativismo a partir do enquadramento teórico-conceitual aqui proposto.

2 PARA UMA SOCIOLOGIA DO CIBERATIVISMO

Como definido no capítulo anterior, a unidade de análise de uma pesquisa baseada na teoria das subjetividades coletivas é a interação. Sendo assim, observar o desenrolar dos processos intersubjetivos passa, em grande medida, por levar em conta a construção da realidade social como um emaranhado de práticas comunicativas, isto é, práticas em que significados são compartilhados — ainda que para serem disputados. Contudo, a interação face-a-face numa díade de indivíduos não deve ser vista como a unidade interacional fundacional da ordem social, ou melhor, como momento privilegiado da comunicação intersubjetiva; ao contrário, as interações sociais se estabelecem num contínuo entre proximidade e distância, que pode até chegar a uma espécie de interação com a sociedade como o outro generalizado (uma simplificação generalizante da realidade social).

Colocado desta maneira, uma Sociologia que tenha como foco a análise de interações baseadas na comunicação deve reconhecer o caráter mediado das interações sociais e, com isso, a existência de uma construção mediada da realidade social (COULDRY; HEPP, 2017). No capítulo anterior, a discussão sobre a dimensão material-tecnológica das subjetividades coletivas teve como objetivo avançar nesse sentido, mas aqui é necessário ir mais adiante para tematizar especificamente o papel da mídia na mediação das interações sociais. Mídia é um termo que descreve o conjunto de tecnologias e infraestruturas envolvidas nas práticas comunicativas, isto é, no processo de dar sentido ao mundo. Os meios de comunicação são formas definidas de emprego dessas tecnologias e envolvem o duplo sentido da comunicação: os meios de comunicação são aqueles envolvidos nas relações de proximidade (como carta, telefone e e-mail) e também aqueles que correspondem à transmissão de enunciados numa direção única (como jornal e televisão) — há ainda a possibilidade de imbricação entre proximidade e transmissão. A importância da mídia para a comunicação está para além de seu uso direto para a interação: a existência de meios de comunicação como formas de comunicação disseminadas serve para a interação mesmo quando aquele meio não está envolvido, uma vez que constitui o horizonte de práticas comunicacionais existentes — como uma conversa por telefone sobre o último capítulo da novela, por exemplo (COULDRY; HEPP, 2017).

Se a mídia é parte fundamental das interações sociais, mudanças no ambiente midiático também podem levar a mudanças sociais. Assim, a midiatização corresponde às transformações dos processos sociais e comunicativos e, com isso, das formas sociais, tendo como base a relação intrincada entre tecnologia e sociedade — que se constituem mutuamente. A

midiatização reconfigura limitações e possibilidades envolvidas na construção social da realidade. Mais ainda, a midiatização tem impacto sobre a dimensão espaço-temporal das subjetividades coletivas, precipitando mudanças nas dinâmicas e formas de estruturação do mundo social (COULDRY; HEPP, 2017). Como consequência, é possível pensar que a própria noção de interação face-a-face como díade interacional que corresponde a uma proximidade no espaço e no tempo é relativizada por formas contemporâneas de comunicação, como a comunicação mediada por computador, ou, num exemplo ainda mais contemporâneo, a comunicação mediada por chamada de vídeo via smartphone. Em suma, ao reconfigurar as dimensões material e espaço-temporal das subjetividades coletivas, a midiatização altera também a forma de construção das dimensões hermenêutica e do poder.

Em termos históricos, é possível antever ao menos três ondas de midiatização: mecanização, eletrificação e digitalização. Essas ondas correspondem à criação e utilização de determinados meios de comunicação que então produzem alterações nas formas de interação social. As ondas de midiatização não dizem respeito à dominância de um meio de comunicação diretamente relacionada a inovações tecnológicas, e sim a uma mudança no ambiente midiático que cria novos pontos de partida para as práticas comunicativas — ou seja, não é uma história global unificadora (COULDRY; HEPP, 2017).

Na mecanização, a invenção e utilização da prensa móvel serviu tanto para a reorganização de meios de comunicação previamente existentes (como a industrialização da produção dos livros), quanto para a criação de novos meios (como panfletos e jornais). No quadro geral, a mecanização possibilitou a ampliação de espaços comunicativos para além do âmbito local, o que se relaciona com a fundação dos Estados-nação e da esfera pública, ao lançar as bases para a criação de comunidades imaginadas de leitores (COULDRY; HEPP, 2017; HABERMAS, 2014).

A eletrificação como onda de midiatização tem origem na transmissão eletrônica, que tem como infraestrutura a implementação de rede elétrica, cabos de rede e redes direcionadas de rádio. Nesse período, para além da eletrificação do processo de produção de meios de comunicação previamente existentes, uma diversidade de meios veio à tona, como o telegrafo, o telefone, o toca-discos, o filme, o rádio e a televisão. A eletrificação contribuiu para uma intensificação da relação entre os diversos meios de comunicação e para pôr em curso a simultaneidade translocal, seja na comunicação de proximidade (como as ligações telefônicas) ou na comunicação distante unidirecional (como as transmissões de TV e rádio). Nesse sentido, a interrelação entre os meios de comunicação e a simultaneidade do compartilhamento de

experiências no período da eletrificação abriram espaço para o surgimento da cultura de massa (COULDRY; HEPP, 2017).

Como um prolongamento dos desenvolvimentos na onda de eletrificação, a partir da Segunda Guerra Mundial o que se viu no campo dos microeletrônicos foi a criação do transistor, do circuito integrado e do microprocessador. No âmbito das telecomunicações, ocorreu o desenvolvimento dos comutadores, dos roteadores eletrônicos e das ferramentas de transmissão. Com investimento militar, científico, econômico e cultural, essas tecnologias se encontraram no computador e deram origem à internet³¹ (CASTELLS, 1999).

Na onda da digitalização, computador, internet e telefone celular apareceram como principais artefatos de inovação. Contudo, artefatos “antigos” também sofreram alterações, a exemplo da criação de rádios online, do uso de computadores nas redações de jornais e ainda da interação entre apresentadores de TV e o público via redes sociais. Na realidade, houve uma convergência dos meios, o que significa a incorporação mútua de funcionalidades — no caso dos novos artefatos, por exemplo, as transmissões ao vivo na internet e os aplicativos de emissoras de TV nos celulares. Além disso, as interações agora podem se dar de maneira praticamente instantânea e o polo da emissão é ampliado, abrindo espaço para uma espécie de autocomunicação de massas (CASTELLS, 2013; COULDRY; HEPP, 2017).

É importante atentar ainda para o fato de que as ondas de midiaticização, ao instituírem novos cenários comunicacionais, contribuem para a construção de novos espaços de interação social e para a conexão entre eles. No caso da digitalização, a interação social via internet deu origem ao ciberespaço como um espaço cada vez mais central e habitual para conduzir a vida social (COULDRY; HEPP, 2017). Conforme se constitui como espaço de interação social, o ciberespaço se converte num espaço de mobilizações sociais e disputas políticas, tornando-se um espaço contestado (CASTTELS, 2003). É por isso que faz sentido supor a existência de um campo de ação do ciberativismo, como será discutido de maneira teórica na próxima seção e de maneira empírica nos próximos capítulos.

2.1 O ciberativismo como objeto de pesquisa

³¹ Esse processo será discutido em maior detalhe na seção 3.1.

O ativismo possibilitado pela internet se tornou objeto de estudo das Ciências Sociais e da Comunicação, mas ainda não há consenso formado em relação à sua nomenclatura e definição. Quanto às terminologias, “midiativismo” aparece na literatura para abarcar formas de ativismo que empregam mídias diversas (como rádio, televisão e jornal) e pode conter concepções variadas em relação à centralidade do uso das mídias para mobilizações sociais (BRAIGHI; CÂMARA, 2018). Nesse mesmo sentido, muitos trabalhos da área se utilizam do conceito de “mídia radical”, conforme definido por Downing: “mídia geralmente de pequena escala e de formas variadas que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas da mídia hegemônica”³² (DOWNING, 2001, p. V)³³. Embora as noções de “midiativismo” e “mídia radical” possam ser empregadas de maneiras sutilmente diferentes, ambas apontam para uma gama variada de mídias nas quais se pode investir para o confronto político. Deste modo, esses conceitos se tornam imprecisos para o que se pretende nesse trabalho, uma vez que dizem respeito a práticas que se dão com o uso de mídias diversas, que vão muito além da internet.

Para dar conta especificamente do ativismo feito por meio da internet, autores e autoras exploraram diferentes formulações ao longo dos anos, como webativismo (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2015), net-ativismo (DI FELICE, 2020), ativismo digital (KARATZOGIANNI, 2015) e ciberativismo (ALCÂNTARA, 2015). Em que pese a profusão de conceituações do fenômeno, a adoção de cada termo tem poucas implicações diretas no que se refere aos parâmetros analíticos. Os aspectos mais substantivos do debate serão explorados mais adiante, mas cabe aqui uma defesa da opção pelo termo ciberativismo em detrimento das outras possibilidades.

Ativismo digital é uma opção bastante viável, embora tecnicamente imprecisa: “digital” faz referência à transmissão de informações na sequência binária de 0 e 1, e seu uso se refere aos computadores de uma forma mais ampla. Webativismo traz a centralidade da internet, porém considera apenas a web como parte desta. Net-ativismo é uma alternativa possível se bem fundamentada, contudo, seu emprego pode sugerir um tipo de ativismo voltado exclusivamente a pautas relativas à internet, como a democratização do acesso à rede.

Ciberativismo aparece como uma boa variação por razões semânticas e pragmáticas. No primeiro sentido, o prefixo “ciber” é associado a tudo o que é relativo à internet, como em

³² No original: “By radical media, I refer to media, generally small-scale and in many different forms, that express an alternative vision to hegemonic policies, priorities, and perspectives”.

³³ “Mídia radical” e “mídia alternativa” são expressões utilizadas de forma praticamente intercambiável pelo autor, que fala ainda em “mídia alternativa radical”.

“cibercrime”, “ciberbullying” e “ciberespaço”. No segundo sentido, destaca-se a utilização recorrente do termo “ciberativismo” no debate acadêmico brasileiro: seja em publicações (ALCÂNTARA, 2015; ARAÚJO, 2011; SCHAUN et al., 2018), seja como parte do nome do Grupo de Trabalho (GT) “Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Assim como a questão terminológica, a definição do que é ciberativismo também abarca posições algo dissonantes. Para André Lemos, o ciberativismo se refere a “práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas” e tem como objetivo principal “difundir informações e reivindicações sem mediação, e organizar ações independentes e livres” (LEMOS, 2003, p. 15). Já para Livia Moreira Alcântara, o ciberativismo é “a utilização de NTICs³⁴ em ações coletivas e por movimentos sociais” (ALCÂNTARA, 2014, p. 22). David de Ugarte, por sua vez, argumenta que

O ciberativismo é uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que, utilizando ferramentas dessa rede, gerem a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia a rua, ou modifique, de forma perceptível, o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

Em comum, os autores e a autora destacam como distintiva no ciberativismo a utilização da internet por atores políticos. Essa definição mínima tem uma limitação de saída que é a ênfase no aspecto instrumental do uso da internet no ciberativismo, especialmente em relação às práticas. Com a onda global de protestos iniciada em 2011, essa concepção do ciberativismo como instrumento de mobilização política se consolidou no debate público e acadêmico. Os trabalhos seminais de Gerbaudo (2012) e Castells (2013) consideram, no primeiro caso, o ciberativismo como um meio de mobilização para as manifestações de rua e, no segundo, as ruas e redes como espaços de atuação política concertada, em que as últimas só adquirem real poder contestatório quando se aliam às primeiras.

Desse modo, a hipótese desse trabalho vai em direção contrária à tendência atual na literatura sobre movimentos sociais e internet, pois considera o ciberativismo como um campo relativamente autônomo de disputas políticas, que pode ser compreendido para além de seus usos instrumentais para a atuação em outros campos de ação. Em síntese, o ciberativismo será definido aqui como a *disputa política através da internet*. Essa caracterização pretende abrir espaço para a investigação dos atores, práticas e gramáticas ciberativistas, tendo como foco seu

³⁴ Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

caráter contencioso. O aspecto da disputa política é o que define a sociologia dos movimentos sociais e, por isso, faz sentido que a disputa política através da internet defina uma sociologia do ciberativismo.

Essa definição ampla permite a incorporação de diferentes matrizes teóricas e ainda pesquisas sobre diferentes formas de ciberativismo³⁵. No caso específico da tese, a hipótese avaliada é a de que o ciberativismo no Brasil teria se tornado não só mais uma forma de ação, mas também um espaço de disputas em si. Tomar o ciberativismo como campo de ação, portanto, é considerar que este possui atores, práticas e gramáticas próprios e que tem autonomia relativa face a outros campos.

Nesse aspecto, vale pontuar que de fato os principais campos de contato com o ciberativismo são o Estado e a mídia³⁶. O ciberativismo como campo é a criação de um polo de disputa do que determina e do que constitui a opinião pública. Diferente do debate público na ágora, que possuía um espaço (concreto e simbólico) delimitado, o público na modernidade é um espaço social sem contornos definidos, um status a ser reivindicado (CAMPOS, 2015). Essa indefinição do que é o público se reflete nas diversas concepções do que é a opinião pública: um reflexo do somatório de opiniões individuais, uma resultante da esfera pública ou ainda uma opinião especializada que deve orientar a vida social. No marco teórico da tese, pode-se entender a opinião pública como uma subjetividade coletiva que conforma outras subjetividades coletivas e é definida na relação com estas (DOMINGUES, 2018b). A opinião pública corresponde, em seus efeitos, à opinião da sociedade, contudo (ou mesmo por isso), a legitimidade de enunciar essa opinião é alvo de disputas. O campo que melhor reivindicou o monopólio legítimo da enunciação da opinião pública foi a imprensa, com a figura dos especialistas e a adoção das pesquisas de opinião (LIPPMANN, 2009; PIAIA, 2021). Enquanto os especialistas baseiam sua legitimidade na demonstração de desinteresse (honestidade) e, por isso, aparentam estar mais próximos da verdade, as pesquisas de opinião constroem a percepção de desintermediação e, portanto, alegam possuir acesso imediato à opinião da sociedade como ela é (BOURDIEU, 1998; BOURDIEU, 1987). Apesar de reivindicar o monopólio com bastante sucesso, a mídia não o detém, em vez disso participa de uma disputa que envolve principalmente atores políticos, como parlamentares, ministros e outros ocupantes de cargos públicos que buscam persuadir o público (FIGUEIREDO, 2000).

³⁵ Para Earl (2015) seriam quatro formas principais: a) *brochureware*, a utilização da internet para espalhar informações; b) e-mobilizações, que é o uso da internet para a convocação de protestos offline; c) participação online, que seriam ações específicas voltadas à internet; d) organização online de e-movimentos, a organização de movimentos completamente online.

³⁶ Nesse caso, mídia diz respeito aos meios de comunicação de massa, especialmente os veículos de imprensa.

Em resumo, o campo ciberativista corresponde a um conjunto de lutas políticas pelo monopólio da organização da atenção, das percepções e dos valores de um determinado corpo social (LIPPMANN, 2009). Por esse motivo, suas principais interações são com o Estado — que organiza a vida em sociedade — e com a mídia — que trabalha na seleção, organização e validação do que constitui a opinião pública. De todo modo, essas interações não devem ser vistas apenas como participação e agendamento (*agenda-setting*), isto é, como uma forma de tornar outros campos responsivos. O ciberativismo pode envidar esforços para a redefinição dos próprios limites do Estado e da mídia, formar atores para ocupá-los ou ainda almejar a ocupação do espaço intersticial da opinião pública. É importante que a análise desses aspectos esteja sempre amparada por estudos empíricos.

No Brasil, os estudos sobre ciberativismo são crescentes e em grande medida estão abrigados no campo emergente de Internet e Política (I&P). Sampaio et al. (2017) consideram que os primeiros passos nessa direção foram dados com os estudos na área da Comunicação relacionados à cibercultura nos anos 1990 e com uma incorporação da internet ao campo da Comunicação Política (C&P) nos anos 2000. Entre os marcos institucionais, cabe citar o ano de 2006, em que foram criadas a Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber) e o GT “Internet e Política”, já no contexto do lançamento da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica). Em 2008, a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) incorporou a área temática “Comunicação Política e Opinião Pública” ao seu congresso, fortalecendo o diálogo entre Comunicação e Ciência Política. Finalmente, em 2010 a ANPOCS instituiu o GT “Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura” (SAMPAIO et al., 2017).

Numa análise sistemática de 106 trabalhos apresentados no GT da ANPOCS dedicado ao tema entre 2010 e 2017, Sampaio et al. (2017) encontraram autores com formação distribuída entre Ciências Sociais (31%), Ciência Política (24%), Comunicação (17,5%) e Sociologia (10%). Mais da metade dos trabalhos estava na área de Ciberpolítica (53%) — vinham depois Ciberativismo (28,3%) e Cibercultura (17,9%) —, com crescimento dos estudos sobre ciberativismo após 2014. Apesar da maioria dos trabalhos se dedicar ao âmbito social (59,4%) em detrimento do institucional (40,6%), os principais objetos foram: instituições (27,4%), movimentos sociais e organizações cívicas (22,6%), políticas de comunicação (19,8%) e esfera civil não organizada (16%). Quanto ao objeto tecnológico, a internet como um todo (40,6%) se sobrepôs às mídias sociais (26,4%) e aos sites (18,9%). Já as abordagens teóricas se dividiram entre identidade, sociabilidade e cidadania (17%), economia política / políticas de comunicação (16%), participação (15,1%), engajamento (13,2%) e *accountability* e representação (12,3%).

A esmagadora maioria consistia em trabalhos empíricos (83%), e as metodologias estavam entre: qualitativa (46,2%), quantitativa (23,6%), teórica (17%) e mista (13,2%). Dentre as técnicas mobilizadas, estavam a análise de conteúdo (50%), entrevista / grupo focal (13,6%) e análise documental (6,8%). 47,2% empregaram análises estatísticas e, destes, 82% utilizaram frequência simples (SAMPAIO et al., 2017).

Com foco na área de I&P, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016) reproduziram o mesmo tipo de investigação tendo como corpus 526 trabalhos apresentados em 11 eventos das Ciências Sociais (Sociologia e Ciência Política) e da Comunicação entre 2000 e 2014. Nesse levantamento, autoras da Comunicação encabeçaram as titulações, ao passo que a Sociologia permaneceu em menor proporção: Comunicação (45,6%), Ciência Política (13,9%), Ciências Sociais (8%), e Sociologia (7,4%). Os aspectos sociais continuaram proeminentes (58,9%), o que se reflete nas três abordagens mais utilizadas: engajamento (18,3%), participação (20,7%) e deliberação (9,4%). Os principais objetos de pesquisa foram esfera civil não organizada (27,6%), governo (24,3%) e movimentos sociais e organizações cívicas (17,9%), com foco na internet como um todo (30,4%), sites (28,7%) e redes sociais (23,2%) — os estudos sobre blogs aparecem em 2006 e depois decrescem, enquanto as redes sociais dominam após 2013. As abordagens empíricas se mantêm como maioria (66,3%); já em relação aos métodos, há divisão quase equitativa — qualitativo (37,8%), bibliográfico (31,2%), quantitativo (31%) —, com preponderância disparada de análises de conteúdo (47,7%) e estudos sem técnica especificada (38,2%). 30,2% dos estudos utilizaram estatística, dos quais 65,4%, estatística simples (SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016).

Santos, Aldé e Schwambach (2016) analisaram 84 teses e dissertações sobre I&P defendidas entre 1995 e 2014. Entre as principais referências bibliográficas, a pesquisa encontrou uma mistura de autores brasileiros e estrangeiros, dentre os quais: Wilson Gomes (187), Rousiley Maia (101), Francisco Jamil Marques (99), Jürgen Habermas (95), Manuel Castells (67), Stephen Coleman (67), Pierre Lévy (63), Sérgio Braga (60), Pippa Norris (52) e Rachel Gibson (52). Quanto às obras mais citadas, destacaram-se “Transformações da política na era da comunicação de massa” (25), de Wilson Gomes; “Mudança estrutural da esfera pública” (24), de Jürgen Habermas; e “A sociedade em rede” (21), de Manuel Castells. Os temas mais frequentes foram Comunicação e Sociedade Civil, Comunicação e Democracia, e Políticas de Comunicação; o que, segundo as autoras, sugere preocupação especial com estudos sobre o aprimoramento da democracia através das NTICs. Temporalmente, há um aumento de trabalhos nos anos 2000, com crescimento expressivo a partir de 2010: 1995-1999 (4), 2000-2004 (17), 2005-2009 (17) e 2010-2014 (46) (SANTOS; ALDÉ; SCHWAMBACH, 2016).

Além dos levantamentos bibliográficos sobre o campo de I&P no Brasil, há ao menos outras quatro revisões específicas sobre o ciberativismo, que serão tratadas nos próximos parágrafos. Araújo (2011) encontrou 22 teses, dissertações e artigos disponibilizados entre 2000 e 2010 relativos ao tema do ciberativismo na área da Comunicação. Entre os objetos estavam: ferramenta ativista (36%), organização ativista (18%), objeto teórico (18%), mobilização específica na rede (14%), comunidade ativista (9%) e discurso ativista (5%). Entre os autores mobilizados, sobressaíram-se: Manuel Castells (6), Francisco José Paoliello Pimenta (6), Henrique Antoun (5), André Lemos (4), Pierre Lévy (3) e Dênis Moraes (2) (ARAÚJO, 2011).

Schaun et al. (2018), por sua vez, examinaram 32 publicações referentes ao ciberativismo em anais de eventos relacionados à comunicação entre 2002 e 2012. Entre as principais mídias utilizadas, as autoras encontraram: redes *peer-to-peer*, blogs, celulares, mídias alternativas, redes sociais e jogos. Dentre as plataformas, estavam blogs, Facebook, Orkut, Twitter, Fotolog e *smart mobs/crowds*. Ambientalismo, minorias sociais, mídia livre, narrativas digitais, política e cidades foram os assuntos mais frequentes. Como fontes para a definição de ciberativismo, foram notados: Lemos (2003); Vegh (2003); Ugarte (2006); Antoun, Lemos & Pecini (2007); De Felice (2008); Paiva (2009); Fonseca (2009); Amadeu (2009); Inocencio, Dantas (2010); Pereira (2010); Medeiros (2011); e Almeida (2012). Outros conceitos citados para além de “ciberativismo” foram hacktivism, *slacktivism* (ativismo de sofá) e ciberpunks. Para a contextualização do fenômeno da digitalização, foram mencionados Lemos (2001, 2003, 2006, 2007, 2009), Vegh (2003), Lévy (1995, 1999), Castells (2003, 2006), Recuero (2006), Santaella (2007) e Machado (2007). A investigação também encontrou uma preponderância de métodos qualitativos e ensaios teóricos, sendo os tipos preferenciais de pesquisa os métodos exploratórios, experimentais e descritivos, bem como os estudos de caso (SCHAUN et al., 2018).

Tomando como base os periódicos com classificação acima de B1 (Qualis CAPES) nas áreas de Comunicação e Ciência Política, Sarmiento e Viana (2019) selecionaram 25 artigos sobre “ativismo político online” publicados entre 2000 e 2017. Nas titulações dos autores e autoras, predominaram Comunicação (40%), Sociologia (12%) e Ciências Sociais (8%). Com a maioria de trabalhos de cunho empírico, Facebook (22,22%), blogs (11,11%) e Twitter (7,41%) emergiram como as principais arenas prescruadas. Os vieses mais empregados foram informação (36%), mobilização (18%) e organização (16%); enquanto os autores mais referenciados foram: Manuel Castells (17), Maria da Glória Gohn (11), Carolina Ferreira (9), Denise Cogo (8), Adriana Piscitelli (7), Thomas Tufte (7), Pierre Lévy (6) e Ilse Scherer-

Warren (5). Em termos temporais, os anos com maior volume de artigos foram 2014 (20%) e 2017 (24%) (SARMENTO; VIANA, 2019).

A revisão de literatura de Ruskowski et al. (2020) tem como corpus artigos publicados nos periódicos A1 e A2 (Qualis CAPES) nas Ciências Sociais e trabalhos publicados nos anais dos GTs “Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura” e “Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos” da ANPOCS, em todos os casos considerado o período entre 2010 e 2017. As autoras filtraram essa seleção para textos que tangenciam movimentos sociais, ativismo e NTICs, e obtiveram 42 publicações. Mais da metade dos estudos escolheu como objeto um único ator (37%) — sobretudo movimentos de direita ou partidos de esquerda — ou pauta (20%) — com foco em gênero e arte. Facebook e Twitter lideram no tipo de tecnologia observada, enquanto blogs e sites vêm num segundo pelotão, atrás de trabalhos sem tecnologia especificada; no geral predominam estudos que levam em conta mais de uma tecnologia. Dentre os autores citados, há ampla vantagem de Manuel Castells, seguido por Dênis de Moraes, Michael Foucault, Rousiley Maia, Sérgio Amadeu, Gilles Deleuze, Maria da Glória Gohn, Pierre Lévy, Raquel Recuero, Yochai Benkler, Michael Hardt, André Lemos e Antonio Negri. Nas palavras-chave das publicações, destacam-se: cibercultura (6), sociedade em rede (6), ciberativismo (4), ativismo (3), hacktivismo (3), esfera pública (3), movimentos sociais (3), multidão (3) e redes de movimentos sociais (3). Quanto aos problemas de pesquisa, são mais frequentes: descrição e análise do uso de TICs, impacto das TICs nas mobilizações sociais, descrição do uso das TICs em disputas interpretativas, descrição de atores coletivos da internet e, ainda, o impacto do uso de TICs pelos movimentos em mudanças políticas. Em relação à explicitação das técnicas de produção de dados, 44% especificaram, 38% explicaram superficialmente e 18% não especificaram. Nos comentários gerais, estão principalmente textos com análise de publicações e observação; ao passo que entre os especificados são mais frequentes entrevistas, etnografia, extração de conteúdo e revisão teórica (RUSKOWSKI et al., 2020).

Pondo em perspectiva essas revisões de literatura, uma primeira conclusão geral é a de que a Sociologia tem participação muito tímida nas produções de I&P, embora a maioria das pesquisas nesse campo emergente tenha como foco os aspectos sociais, incluindo os movimentos sociais e a sociedade civil. Em relação às tecnologias, há maior atenção a reflexões sobre a internet como um todo, em que pese a maior parte dos trabalhos ser composta por estudos empíricos. A principal abordagem metodológica é a análise de conteúdo, contudo os autores enfatizam a baixa precisão em sua utilização; outras abordagens, como a análise de redes sociais, são subutilizadas — representam menos de 5% no corpus de Sampaio, Bragatto

e Nicolás (2016) e de Sampaio et al. (2017). As principais referências bibliográficas brasileiras são da Comunicação e, em menor medida, da Ciência Política; na literatura internacional, têm destaque expoentes da Sociologia que se debruçaram sobre o papel da comunicação e da internet nas mudanças sociais, como Castells, Habermas e Lévy.

Observando especificamente as revisões sobre ciberativismo, o padrão de citações tem poucas diferenças, com a importante exceção de menções a Maria da Glória Gohn, o que pode indicar um esforço de aproximação com as teorias dos movimentos sociais. Entretanto, Ruskowski et al. (2020) argumentam que os trabalhos em geral não incorporam discussões sobre movimentos sociais e, mais ainda, raramente mobilizam conceitos para elaborar uma análise que vá além da mera descrição. Esse problema também foi percebido por Alcântara (2014) na literatura internacional: a profusão de “conceitos empíricos”, que tratam cada fator como novo e específico, sem que seja relacionado a análises anteriores e articulado com um quadro interpretativo mais amplo. A ausência de teorias de médio alcance e conceitos intermediários dificulta o aprofundamento das análises, inclusive a possibilidade de questionamento das teorias gerais a partir dos elementos empíricos (RUSKOWSKI et al., 2020). Foi exatamente a percepção desse problema na literatura sobre ciberativismo o que levou à construção do capítulo 1 desta tese, numa tentativa de articular teoria geral, teoria de médio alcance e categorias analíticas.

Ruskowski et al. (2020) apresentam ainda uma crítica à dimensão operacional das pesquisas em ciberativismo, uma vez que grande parte não especifica os processos adotados na coleta e classificação dos dados e faz pouco uso de técnicas informacionais, que poderiam permitir maior interação com os objetos. Justamente por isso, as seções seguintes deste capítulo terão como foco a operacionalização da pesquisa no sentido de uma integração digital e descrição do passo-a-passo do processo de coleta e análise dos dados.

Por fim, Ruskowski et al. (2020) ecoam achados presentes também em Sarmiento e Viana (2019), que apontam para a expansão de estudos sobre o ciberativismo em espasmos, como indica o crescimento de publicações após as manifestações de 2013 e novamente após os protestos no contexto do impeachment presidencial em 2016. Ademais, é possível perceber uma forte variação das plataformas investigadas conforme varia também sua utilização pela sociedade e, como apontam diretamente Ruskowski et al. (2020), uma dedicação excessiva a fenômenos contemporâneos (como o crescimento da direita), numa “tendência da literatura em estudar a inovação” (RUSKOWSKI et al., 2020, p. 57).

Como defende Mattoni (2017), estudos longitudinais das práticas midiáticas empreendidas por ativistas são importantes para entender o uso de diferentes tecnologias ao

longo do tempo (lógicas midiáticas, razões para o seu uso e consequências de seu emprego), incluindo a convivência entre “novos” e “velhos” meios de comunicação. Gerbaudo (2017a) deu uma contribuição importante para a historicização do ciberativismo partindo dos aspectos ideológicos. Para o autor, um primeiro momento do ciberativismo tem a ver com as mobilizações antiglobalização que se deram a partir de meados dos anos 1990. Nesse contexto, atores lançaram mão de iniciativas autônomas na internet (como sites, listas de e-mail e atividades hacker) numa abordagem ciberautonomista de emancipação como fuga da interferência de grandes instituições. No segundo momento, que se abre a partir dos anos 2010 com as manifestações de rua de larga escala, uma abordagem ciberpopulista teria se utilizado das plataformas de redes sociais como forma de mobilização e fusão de indivíduos atomizados para enfrentar as elites. Karatzogianni (2015) propõe uma periodização similar do ativismo digital, porém dividida em quatro fases: a origem, com iniciativas particulares que objetivavam a criação de uma “aldeia global” (1994-2001); a ascensão, que trouxe o ativismo para o cenário da guerra a partir do impacto do 11 de setembro (2001-2007); a propagação do ativismo pelas redes sociais e para conflitos envolvendo diretamente o Estado, a começar pelas disputas eleitorais (2007-2010); e a popularização, a partir da ação do Wikileaks e dos protestos globais que se seguiram à Primavera Árabe (2010-2014).

As análises de Gerbaudo (2017a) e Karatzogianni (2015) em muito coadunam com a proposta dessa tese, ao levar em conta certa autonomia do ciberativismo e considerá-lo em termos de atores, práticas e gramáticas. Contudo, há limitações significativas nessas elaborações. Em primeiro lugar, a análise global dos fenômenos mescla temporalidades e espacialidades muito diferentes numa mesma interpretação unificadora, que acaba por eclipsar contextos específicos. Além disso, no caso de Gerbaudo (2017a), a separação em dois momentos estanques apaga o processo que levou à reelaboração dos atores, práticas e gramáticas face aos contextos apresentados e às tecnologias disponíveis. No caso de Karatzogianni (2015), a periodização abarca mais divisões, mas também a concepção das mutações históricas não é processual, uma vez que se ancora em contextos nacionais e fenômenos políticos muito distintos, cuja linha de continuidade nem sempre é explicitada. Por fim, ambos os autores dão pouca atenção ao caráter contestado do ciberativismo e privilegiam a visão de movimentos sociais como inerentemente progressistas. Levando em conta esses fatores, a próxima seção busca discutir a dimensão histórica dos estudos sobre ciberativismo de forma mais detida, trazendo para o centro do debate as considerações metodológicas.

2.2 Sociologia, internet e história

Como visto até aqui, a discussão da literatura sobre ciberativismo aponta para uma série de impasses em termos teóricos e metodológicos, alguns dos quais essa tese pretende enfrentar. Assim, o capítulo 1 consistiu num esforço para a elaboração de um quadro teórico-conceitual que vai do abstrato ao analítico, mobilizando as teorias dos movimentos sociais por meio da teoria das subjetividades coletivas como teoria geral e da teoria dos campos como teoria de médio alcance, o que deu origem às categorias de atores, práticas e gramáticas. Até aqui, o capítulo 2 buscou inserir o ciberativismo na terceira onda de midiatização, propor uma definição para o conceito e explorar como a literatura estrangeira e o ainda incipiente campo de estudos nacional têm tratado o tema. Essa seção, por sua vez, constitui um exercício de aproximação da sociologia do ciberativismo com a internet e a história, através dos debates sobre sociologia digital e arquivos da web. Na última seção do capítulo, as discussões teórico-metodológicas aqui enfrentadas serão traduzidas em instrumentalização empírica.

2.2.1 Sociologia digital

Com as discussões até aqui empreendidas, pode-se dizer que o digital se tornou um objeto de pesquisa nas Ciências Sociais. Cada esfera da vida social tem algum componente presente no ciberespaço e por isso progressivamente este entra no radar de mais pesquisadoras e pesquisadores. Esse é um dos aspectos da digitalização das relações sociais: cada vez mais fenômenos sociais variados se relacionam com a internet. Contudo, é preciso expandir a compreensão do que significa esse processo de digitalização. De forma crescente, pesquisadores de fronteira propõem a constituição de uma Sociologia Digital, ou seja, uma Sociologia que seja capaz de repensar o fazer sociológico a partir do surgimento de novos objetos, de mudanças sociais de amplo alcance, da reformulação das teorias e metodologias, bem como a utilização das inovações tecnológicas para a divulgação científica e a formação de novos campos e redes de pesquisa (KATEMBERA, 2020; NASCIMENTO, 2020).

Para além de uma Sociologia do digital enquanto objeto de pesquisa, autores e autoras enfatizam a necessidade de repensar elementos fundantes da teoria social, uma vez que a relação entre seres humanos e a internet reconfigura as próprias relações sociais. Nesse sentido, é

possível resgatar autores clássicos para pensar problemas contemporâneos ou ainda estabelecer um diálogo mais crítico com essa literatura, avaliando seus potenciais e limitações. Martins e Piaia (2020), por exemplo, mobilizam a teoria social de Alfred Schütz para refletir sobre as implicações tecnológicas na aceleração do tempo e na memória. Por outro lado, Nunes (2018) pretende adequar o conceito de identidade coletiva de Alberto Melucci ao ciberespaço, destacando como sua construção se dá em espaços que funcionam sob a lógica de espaço público ou contrapúblicos subalternos. Em suma, esses dois exemplos indicam que tanto elementos ontológicos quanto conceituais podem e devem ser reelaborados a partir do novo contexto comunicacional e tecnológico.

Além disso, as mudanças sociotécnicas possibilitadas pela criação e expansão da internet, bem como pelo desenvolvimento de artefatos computacionais, oferecem às Ciências Sociais novos potenciais metodológicos. No caso da pesquisa direcionada a objetos eminentemente digitais, há a possibilidade de utilização de métodos e técnicas clássicas para a análise dos dados, assim como a produção de outras ferramentas. No primeiro sentido, é possível entrevistar ciberativistas, etnografar o uso de aplicativos de entregas por trabalhadores, aplicar pesquisas de opinião presenciais sobre o uso de redes sociais para o consumo de informações políticas e toda a sorte de combinações. De outro modo, a internet também pode servir para a coleta de dados, com o emprego de *surveys* online (com formulários preenchidos pelos próprios usuários), entrevistas virtuais e a consulta a arquivos digitalizados. Nestes casos, a adequação metodológica envolve considerar de que maneira o meio influi na coleta e em que aspectos esta se difere das formas clássicas de obtenção os dados (NASCIMENTO, 2020).

Por outro lado, o ciberespaço fornece também dados propriamente digitais, advindos de sites, postagens em redes sociais, log³⁷ de uso de programas, comunicação por chat, dentre outros. Para coletar dados gerados na caminhada humana pelo ciberespaço, pesquisadoras têm empregado métodos como etnografias virtuais — também referidas como netnografias — e técnicas diversificadas para a raspagem de dados — seja de forma direta ou via aplicações das plataformas. Nesse contexto, a reflexão metodológica exige um nível maior de aprofundamento, indo do comportamento social que gerou aqueles dados à capacidade técnica e humana de coletá-los, passando ainda por possíveis filtros de conteúdo. Em relação às raspagens, por exemplo, é preciso avaliar os programas e códigos disponíveis, bem como a interação com a plataforma digital em questão — no caso das redes sociais, por exemplo, as aplicações fornecidas pelas empresas apresentam grande limitação no volume, ritmo,

³⁷ Log é o registro de ações executadas num ambiente computacional.

temporalidade, diversidade e qualidade dos dados a serem extraídos. Afunilando mais ainda, o novo ambiente tecnológico e computacional defrontou as Ciências Humanas com grandes volumes de dados, os chamados *big data*, que impõem desafios tanto à coleta quanto à análise de dados (NASCIMENTO, 2020).

Como propõe Nascimento (2020), o debate sobre a Sociologia Digital também engloba um giro computacional da disciplina, que demanda a formação de pesquisadoras capazes de programar. Assim como as máquinas datilográficas foram substituídas pelos computadores para o ganho de tempo, eficiência e diversificação de alternativas de produção intelectual, a oferta crescente de dados (digitais ou digitalizados) abre espaço e cria uma pressão para o uso da programação como forma de refinar e ampliar análises. Entrevistas podem ser categorizadas em tópicos, *surveys* podem ser tabelados e testados para consistência estatística, documentos podem ser organizados segundo alguma variável escolhida pela pesquisadora — e tudo isso numa mesma linguagem de programação. A programação permite ainda a automatização de trabalhos manuais repetitivos, podendo alcançar exercícios de maior complexidade e menor necessidade de monitoramento, como o aprendizado de máquina (*machine learning*) e as redes neurais. Mas mais do que isso, a internalização de métodos computacionais às pesquisas sobre objetos digitais pode facilitar a integração entre o campo e sua análise. Isso não quer dizer, entretanto, que a programação é a única via possível para pesquisas no campo digital ou para a Sociologia como um todo; apenas aponta para uma das tendências da disciplina.

Por fim, vale ressaltar que a própria Sociologia enquanto prática acadêmica sofre os efeitos da interação com a internet e suas tecnologias. No âmbito das publicações, já estão consolidados o envio de manuscritos por meio digitais — via e-mail ou sistemas próprios — e a divulgação dos artigos para acesso em sites dos periódicos ou portais que agregam trabalhos científicos. A isso se somam ferramentas de fronteira, como programas que usam a internet para detectar plágio, indexação de referências, índices de citação e o compartilhamento dos dados e códigos utilizados para a pesquisa — assim como a publicação de versões ainda não avaliadas por pares, os pré-prints. Os livros estão em e-books, as teses e dissertações em bancos de dados e sites pessoais, e incitativas hacktivistas trabalham pela liberação do acesso a conteúdo pago. No âmbito pedagógico, aulas, programas de ensino, comunicações e leituras contam com presença digital. Na pesquisa, grupos distantes podem estabelecer cooperações e trocar informações em tempo real. Do mesmo modo, a aceleração do tempo, a abundância de informações e a hiperconectividade influem na experiência do fazer sociológico, incluindo seus aspectos negativos, como o produtivismo, a publicação “fatiada” e o adoecimento do corpo

acadêmico. Em vários planos, a Sociologia se apresenta mais e mais como Sociologia Digital; reconhecer as mudanças em curso contribui para um aperfeiçoamento do fazer sociológico.

2.2.2 A web arquivada

Os estudos sobre as relações entre internet e sociedade até hoje têm se atido quase que exclusivamente a fenômenos contemporâneos ao momento em que as pesquisadoras resolvem iniciar a coleta dos dados. No caso do ciberativismo, isso se deve, em partes, a uma tendência mais geral dos estudos de movimentos sociais que privilegia a análise detalhada de atores e protestos, embarcando num presenteísmo que é alheio às disputas sociopolíticas e às dinâmicas de longo prazo (Bringel, 2020). Entretanto, há outra explicação possível: a dificuldade de encontrar dados para recompor processos históricos que aconteceram no ciberespaço desincentiva análises de longo prazo.

Como sugerido na discussão sobre Sociologia Digital, é possível usar a internet para construir pesquisas sociológicas e/ou históricas a partir de conteúdos disponibilizados na rede, como publicações acadêmicas, acervos de meios de comunicação e mesmo sites que estejam ainda online. Porém, diferente dos artefatos físicos que podem ser preservados no original e em cópia, os artefatos digitais — como os sites — são definitivamente destruídos assim que saem do ar. A velocidade da mudança dos conteúdos virtuais é acompanhada de uma evanescência que torna muito mais complexa a preservação do que acontece no ciberespaço.

Para dar conta desse problema, governos e organizações passaram a investir no arquivamento de sites da web e, mais recentemente, pesquisadores têm se dedicado a refletir sobre a história da internet e a utilização de dados digitais para a pesquisa científica³⁸. Autor do livro “*The Archived Web: Doing History in the Digital Age*” (“A web arquivada: fazendo história na era digital”), Niels Brügger defende que o primeiro passo para uma utilização qualificada de arquivos da web é entender sua especificidade em relação aos arquivos de artefatos físicos. Para Brügger (2020), é preciso conhecer a digitalidade das etapas envolvidas no arquivamento de conteúdos da web para que se faça uma pesquisa bem orientada metodologicamente.

³⁸ São iniciativas nesse sentido a criação do periódico *Internet Histories*, da *Research Infrastructure for the Study of Archived Web materials* (RESAW) e de certa maneira do *Programming Historian*.

Digitalidade pode ser definida como “as formas específicas pelas quais elementos digitais são materializados e combinados num artefato midiático concreto e em textos concretos” (BRÜGGER, 2020, p. 19, tradução minha)³⁹. Os artefatos digitais possuem dois tipos de dualidade em sua digitalidade. O primeiro tipo tem a ver com sua dimensão propriamente material, em que correntes elétricas geram sequências binárias (0 e 1) que então produzem o artefato digital que é realmente experimentado pelos seres humanos. Um site que para o usuário apenas saiu do ar pode ter esse destino por uma série de razões, como a danificação do servidor em que ele estava hospedado ou uma falha da comunicação entre o navegador e o código. O segundo tipo de dualidade está nas várias camadas de linguagem de programação por trás do texto — seja esse texto imagem, vídeo, áudio ou qualquer elemento compreensível. Para ir ao ar, um site comum precisa passar da linguagem binária dos computadores para linguagens mais elaboradas — como C, C++, HTML, CSS, PHP e Javascript — num processo que traduz os 0 e 1 em textos compreensíveis para seres humanos.

Em que pese a miríade de combinações entre as dualidades materiais e textuais, é possível categorizar os artefatos digitais em relação à sua origem. Artefatos digitalizados são artefatos que já existiram num formato não digital e por isso possuem um original físico ao qual se referem — a ele podem se adicionar camadas de texto, como o reconhecimento ótico de caracteres (*Optical Character Recognition* ou OCR). Artefatos originalmente digitais são aqueles feitos diretamente para meios digitais (como sites e mp3), sem correspondente físico. Já os artefatos digitais reconstruídos são aqueles feitos originalmente para meio digitais, mas que foram arquivados e preservados, e cujo processo de arquivamento reformula seus elementos constituintes. A preservação de conteúdos da web envolve exatamente a reconstrução de artefatos digitais (BRÜGGER, 2020).

Neste ponto cabe distinguir a internet da web: enquanto a primeira corresponde à rede de redes que conecta computadores, a segunda é uma porção desta, que envolve componentes específicos⁴⁰. Para caracterizar a digitalidade da web, é preciso ter em mente seus três elementos constitutivos: o *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP), o *Uniform Resource Locator* (URL)⁴¹ e o *Hypertext Markup Language* (HTML). No percurso pela web, o navegador envia uma solicitação por meio do protocolo HTTP para a URL acessada a fim de receber do servidor o

³⁹ No original: “In the present context, the term digitality is used to capture the specific ways in which the digital bits are materialized and combined in a concrete media artifact and in concrete texts”.

⁴⁰ Para exemplificar: aplicativos de celular e a “deepweb” não fazem parte da web. As redes sociais são uma polêmica à parte e por isso muitas vezes são consideradas parte da “web 2.0”.

⁴¹ O elemento localizador é consensualmente considerado constitutivo da web, mas diferentes autores apontam para diferentes componentes. Enquanto Brügger (2020) se refere à URL — o endereço visível do site —, Carvalho (2006) destaca o servidor da web, ao qual a URL faz referência por meio de um IP a ela associado.

conteúdo do site, que é traduzido para um texto humanamente compreensível por meio da linguagem HTML. Como consequência dessa configuração, a digitalidade da web pode ser caracterizada como fragmentada, (hiper)conectada e com duas camadas de texto (BRÜGGER, 2020).

A primeira camada textual é aquela imediatamente visível para os usuários: as palavras, os sons, os tamanhos, as cores, as imagens e a disposição dos elementos de uma página na tela. Por trás dela, há uma camada de código que fornece ao navegador os comandos para que todos esses itens sejam organizados conforme se espera. Essa camada “invisível” é onde está sobretudo o HTML, mas também o *Cascading Style Sheets* (CSS), o *Hypertext Preprocessor* (PHP) e o JavaScript. Esses códigos que conformam as páginas também trazem informações que podem ser importantes para a pesquisa, como a legenda alternativa de uma imagem ou o endereço de um site vinculado a um texto (BRÜGGER, 2020).

O aspecto fragmentário da web se dá, em grande parte, pela independência de seus elementos. Na camada visual, um título, um parágrafo, uma imagem e um link são partes autossuficientes, que podem ou não ser exibidas, interagindo de maneiras variadas. Na camada do HTML, `<title></title>` (título), `<p></p>` (parágrafo), `` (imagem) e `` (link) são pedaços de códigos que podem ser articulados de diversas maneiras. O código HTML pode também fazer referência a um arquivo CSS externo com padrões de visualizações (como cores, tamanhos e formatos), a linhas de PHP (que podem esconder, mostrar ou alterar algum desses elementos), ou ainda a um excerto de Javascript (para tornar esses elementos interativos em relação à navegação do usuário) (BRÜGGER, 2020).

Apesar de ser apenas um dos elementos da camada textual, o (hiper)link é o que fornece uma das características primordiais da web: a conexão. É por meio do link que os sites se conectam entre si, que um site conecta suas páginas internas umas às outras e que uma página mobiliza arquivos externos, seja de mídia ou de código. Presente no HTML, o link pode se apresentar como uma palavra (ou expressão) ou sob alguma mídia (como banners), e ainda ser acionado a partir de alguma função predefinida ou interação do usuário. Em suma, a conexão gerada pelos links promove a principal forma de navegação no ciberespaço (BRÜGGER, 2020).

O que vem sendo chamado de web até aqui é um conjunto de cinco estratos que podem ser analisados de forma individual ou inter-relacionada. Em primeiro lugar, estão os elementos da web, que são a unidade básica desse meio: links, parágrafos, imagens e daí em diante. A organização desses elementos conforma uma página da web, que pode ser entendida como o espaço delimitado pelo navegador, visível entre os limites da tela. Já os sites da web são de definição mais complexa: são uma composição de páginas que apresentam alguma coerência

interna⁴². A reunião de sites com algo em comum pode ser considerada uma esfera da web — o agrupamento pode se dar pela temática, pela conexão por links, pela presença de uma extensão na URL (.gov, .edu, .com, .br, .pt, .us) e assim em diante. E, por fim, a web como um todo seria o estrato mais amplo a ser estudado. Em todos esses casos, é importante reforçar que os estratos podem ser investigados em seu aspecto visível ou “escondido” para o usuário, por exemplo: uma imagem ou o que há na etiqueta ; os elementos textuais de uma página ou seu código HTML como um todo; o conjunto de páginas de um site ou as partes que compõem sua URL (domínio, subdomínio, extensões); o agregado de textos de uma esfera ou sua conexão via links de saída e entrada (BRÜGGER, 2020).

Até aqui foram discutidos os aspectos da digitalidade da web originária, mas é preciso ir adiante. Afinal, na maior parte das vezes a análise histórica pressupõe o acesso a arquivos que comportam determinados artefatos. No caso da web, a produção de arquivos é afetada pela digitalidade de suas partes constitutivas em três momentos sucessivos: a coleta, a preservação e a disponibilização — o acesso da pesquisadora ao acervo seria uma quarta etapa dessa interação.

No caso da coleta, há diferentes estratégias que podem ser adotadas, e cada uma acarreta perdas e ganhos na produção das coleções. Em primeiro lugar, é possível capturar o que é reproduzido no navegador na forma de imagem ou vídeo. Nestes formatos, há ganho na preservação da web como observada pelos usuários em detrimento dos dados das camadas de código e da possibilidade de interação com o artefato. Em seguida, pode-se optar pelo download individual dos arquivos ou ainda pelo download recursivo automatizado (*web crawling*), que parte de um conjunto inicial de URLs para novos sites a serem raspados⁴³. Nesse caso, o código é o conteúdo salvo, podendo posteriormente refletir ou não o que estava visível⁴⁴. Ademais, há plataformas, como as redes sociais, que oferecem aplicações próprias para a coleta de dados — conhecidas como *Application Programming Interface* (API). A principal potencialidade dessa forma de extração é a retenção da camada compreensível do texto com grande qualidade; contudo as plataformas em geral limitam o ritmo, o volume e a amplitude dos dados que podem ser requisitados, tornando inacessível o código da própria plataforma. Existem também formas mais precárias de arquivamento, como a preservação do conteúdo original pela própria autora

42 Do ponto de vista técnico, há certa dificuldade em cravar a delimitação de um site. Um domínio (*google.com*) pode ser considerado um site para fins analíticos, assim como um subdomínio (*scholar.google.com*). Na próxima seção serão discutidas as escolhas metodológicas feitas nesse sentido.

43 Esse tópico será melhor elaborado na seção seguinte, sobre a construção do corpus.

44 Em boa parte das coleções digitais, por exemplo, arquivos de flash não são reproduzidos, e mesmo mídias ou códigos auxiliares (como CSS) podem se perder, mudando a aparência da página.

do site, ou ainda capturas presentes em mídias impressas ou audiovisuais — como jornais e documentários (BRÜGGER, 2020).

Independente da forma de coleta, há desafios inerentes ao processo de arquivamento de conteúdos da web. O primeiro e maior deles é que não há um original ao qual se possa comparar a cópia, uma vez que os elementos de um site ou página podem se alterar imediatamente após a coleta, o que cria uma incerteza constitutiva desse tipo de acervo. Decorrente disso, deve-se avaliar a possibilidade de erro na coleta, seja por problemas no código, nos servidores, na conexão, entre outros. Ademais, é preciso definir o escopo da coleta, em termos de tempo (como o ritmo da coleta) e alcance (o nível de especificidade dos estratos). Quer dizer, é necessário tomar atitudes arbitrárias para transformar o continuum que é a web em pedaços coletáveis, sobretudo porque é impossível armazenar tudo o tempo todo (BRÜGGER, 2020).

Uma vez coletados os dados, estes precisam ser preservados para que de fato constituam um arquivo. Nesse sentido, entram em jogo novamente aspectos virtuais e materiais. No primeiro sentido, existem opções de formatos para salvar o conteúdo, modelos de estruturação da base de dados e a possibilidade de preservar metadados⁴⁵. No aspecto material, entram em jogo avaliações sobre custos, limitações e potencialidades relativos aos dados acumulados — como a necessidade de manter cópias do acervo em diferentes servidores (computadores). Nas três últimas décadas, diversas iniciativas foram tomadas no sentido de preservar a história da web, seja por parte de pesquisadores, de órgãos do Estado, entidades privadas ou instituições voltadas especificamente para esse fim. Vale citar os arquivos nacionais de Portugal, da França e da Dinamarca, bem como o Internet Archive, um dos mais abrangentes e antigos acervos transnacionais (BRÜGGER, 2020).

Após a coleta e preservação dos conteúdos digitais, abre-se a oportunidade de disponibilização e consulta dos arquivos. Os acervos podem ser consultados em arquivos contendo a base de dados inteira ou parte dela, através de APIs ou ainda por ferramentas do tipo *wayback machine*. Neste último caso, as instituições reconstroem os conteúdos arquivados e emulam a navegação na web. Não obstante, deve-se reiterar que a web arquivada é um artefato reconstruído e não um artefato originalmente digital, portanto a navegação reconstruída possui certo nível de artificialidade (BRÜGGER, 2020).

Em síntese, a web arquivada possui as seguintes características: a falta de um original ao qual se referir; a incompletude dos dados originais; ser somente uma versão do que estava online, e não exatamente uma cópia; e a provável existência de inconsistências internas (no

⁴⁵ Metadados são dados sobre dados, como os aspectos que estiveram envolvidos na coleta (programas, links originários, dia e horário).

tempo e no alcance) entre versões de fragmentos relacionados. Essas particularidades da web arquivada têm consequências muito importantes para a formulação e execução de pesquisas com base nesses dados (BRÜGGER, 2020).

Primeiramente, é necessário enfatizar a impossibilidade de verificar a qualidade do arquivo com base no original. Com isso, pode-se buscar outras versões e informações que corroborem aquele dado, ou, especialmente no caso de análises muito volumosas, aceitar a precariedade do que pode ser obtido e investir em reflexões e filtros que amenizem o problema. Na mesma direção, é preciso reconhecer que os dados sempre serão incompletos: alguns sites, páginas e elementos não foram arquivados em momentos específicos ou mesmo em momento algum. Mais do que isso, em muitos casos sequer é possível determinar o que exatamente está faltando num acervo em relação ao que realmente existiu (BRÜGGER, 2020).

Em outro sentido e como discutido anteriormente, o processo de arquivamento da web é um processo de reconstrução, que envolve uma série de escolhas que alteram sensivelmente os dados originais. Assim, mais do que cópias, os artefatos reconstruídos são versões. Uma forma de reduzir o efeito desse revés seria a comparação entre versões de diferentes acervos, produzidas de diferentes maneiras. O problema mais óbvio, contudo, é que nem todos os acervos armazenam os mesmos conteúdos. Por fim, vale pontuar duas outras limitações interrelacionadas na digitalidade da web reconstruída, mormente relacionadas às coletas automatizadas. Nesse contexto, os estratos da web estabelecem conexões e delimitações muito mais frágeis do que os originais, convertendo-se, em verdade, num cesto de arquivos. Assim, é possível que dentro de um mesmo site nem todas as páginas sejam arquivadas simultaneamente, o que poderia levar a uma navegação que vai e volta no tempo, tornando-se ainda mais distante da navegação realmente existente à época (BRÜGGER, 2020).

Com todas as contextualizações e ressalvas feitas, deve-se assinalar que os arquivos da web são a principal forma de acessar e reconstruir as histórias do ciberespaço, uma vez que disponibilizam versões de artefatos produzidos digitalmente em momentos que hoje são inacessíveis (BRÜGGER, 2020). Para estudos de caráter longitudinal, os sites da web arquivados são a principal fonte sobre o ciberespaço e por isso serão alvo dessa tese. Já os dados de redes sociais são de difícil acesso, tanto por sua volatilidade como por impedimentos criados pelas plataformas, o que torna menos viável a produção de arquivos digitais desse tipo de conteúdo. Apesar de existirem, muitos desses acervos estão sob a guarda de empresas ou de órgãos do Estado; outros são compostos pelos próprios pesquisadores, mas em geral compreendem uma parcela pequena, específica e assistemática dos dados produzidos pelos usuários. Do mesmo modo, os meios privados ou semiprivados (ELM, 2009) — como troca de

e-mails e grupos de Whatsapp — são de mais difícil acesso e envolvem dilemas éticos importantes. Em alguns casos, os dados gerados nesses meios podem ser fornecidos pelos próprios usuários.

2.3 Métodos e técnicas

Considerando as reflexões estabelecidas até aqui quanto à pesquisa sobre ciberativismo, à sociologia digital e aos arquivos da web, cabe agora delinear as técnicas de coleta e análise de dados empregadas nesta pesquisa, bem como as fontes de dados escolhidas. De maneira preponderante, serão utilizados os dados dos arquivos da web, uma vez que estes possibilitam o acesso público e contêm materiais coletados desde o princípio da produção humana do ciberespaço. De forma subsidiária, serão utilizadas entrevistas, acervos jornalísticos e produções acadêmicas, seja para verificar informações, ampliar o entendimento sobre acontecimentos ou mesmo dar conta de elementos digitais não arquivados de forma sistemática — como os dados de redes sociais.

2.3.1 Construção do corpus

O arquivo digital escolhido para essa pesquisa foi o *Internet Archive*, e isso se deu pelas razões elencadas a seguir. Em primeiro lugar, o IA não limita sua coleta por barreiras geográficas, e com isso possui um acervo de páginas brasileiras. Além disso, o IA tem uma das coleções da web mais completas do mundo, pois começou sua operação em 1996 e hoje conta com mais de 651 bilhões de páginas arquivadas⁴⁶. O instituto emprega a raspagem automatizada (*web crawling*) para a coleta, o que garante acesso a muitos sites relacionados e páginas internas, e, além disso, preserva a camada de código e grande parte da camada textual. Ademais, o IA disponibiliza publicamente a ferramenta *Wayback Machine* para acesso ao seu acervo, bem como uma API para a coleta de metadados. Através da WM, é possível emular a navegação à época da raspagem e, ainda, coletar dados de ambas as camadas textuais. Em suma, pelo WM

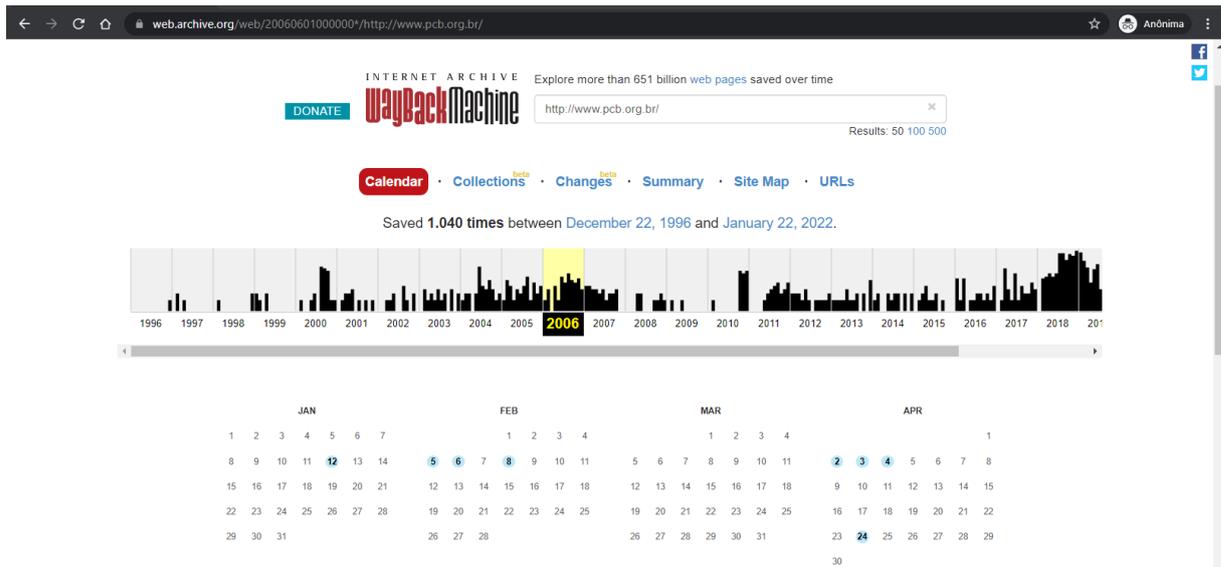
⁴⁶ <https://archive.org/about/>

é possível analisar elementos, sites, páginas e esferas da web; já uma análise da web como um todo esbarraria nos limites do acervo.

Quanto às limitações, a primeira diz respeito às próprias informações oferecidas pelo IA: não está público quais foram as URLs iniciais, os critérios para decisões sobre escopo e frequência da raspagem, nem o método empregado para lidar com erros de raspagem ou armazenamento. Como qualquer arquivo digital, o IA possui lacunas importantes: foi possível notar a ausência constante de elementos correspondentes a Javascript e Flash — o que algumas vezes comprometeu qualquer navegação pelos sites — e também a ausência eventual de imagens, vídeos e até mesmo códigos adicionais, como CSS — geralmente pela hospedagem destes em servidores externos ao do site. Mais preocupante, porém, é a falta de sites e páginas internas que comprovadamente existiram. Nesse sentido, em alguns momentos a navegação foi interrompida pela inconsistência temporal, em que apenas uma parcela das páginas de um site era exibida — a propósito, alguns sites só foram arquivados anos após efetivamente ficarem online.

Apesar de todas essas ponderações, o acesso ao acervo do IA pelo WM se mostrou uma alternativa viável para produzir uma aproximação do que foi a web brasileira a partir de 1996, com maior estabilização dos dados a partir dos anos 2000. As lacunas e inconsistências em grande parte puderam ser superadas pelos métodos e códigos e pela consulta a outras fontes.

Figura 1 — Página da Wayback Machine com a lista de versões arquivadas do site do PCB



Fonte: Internet Archive, 2022.

Figura 2 — Página da Wayback Machine com uma versão reconstruída do site do PCB



Fonte: Internet Archive, 2022.

Nas Figuras 1 e 2, é possível ver o funcionamento da Wayback Machine. Ao digitar um endereço, a ferramenta mostra uma linha do tempo de todos os anos em que aquela página foi salva e, dentro de cada ano, um calendário com dias e meses, podendo incluir mais de uma raspagem por dia. Os círculos azuis significam que a página foi salva com sucesso; os verdes, que aquele link redireciona para um endereço diferente do digitado; e o amarelo e o vermelho

representam erros do cliente ou do servidor na raspagem. Ao clicar num dos círculos azuis, a WM leva para a página da web reconstruída. A partir de então é possível navegar pelos links de maneira similar à navegação rotineira na web original.

Para automatizar a raspagem dos dados fornecidos pela WM, foi criado um código na linguagem R⁴⁷ que recebe uma lista de links, bem como o mês e o ano de referência — para a padronização, foi adotado dezembro de cada ano. Com isso, o código acessa a API⁴⁸ do WM para consultar as datas de raspagem disponíveis e retorna um endereço com a data mais próxima à requisitada, sempre no ano definido (ainda que o mês possa variar). Depois, o código segue com dois processos praticamente simultâneos. O primeiro é salvar o código HTML num arquivo de texto. O segundo é gravar especificamente os links — como definidos pelo ` NOME ` — numa tabela (*dataframe*), em que constam três colunas: o link fornecido, o link de destino e o ano selecionado para a raspagem. Vale ressaltar que o código não fica apenas na página inicial, antes percorre todas as páginas internas disponíveis naquele ano — uma espécie de “mergulho” nas páginas do site.

Com o código em mãos, o passo seguinte foi elaborar a lista inicial de links para a raspagem. A lista de sementes foi fruto de dois processos. No primeiro, foram coletados os endereços de sites mencionados pela literatura empírica sobre ciberativismo, especificamente: Nunes (2020), Alves (2019), Carvalho (2017), Rocha (2018) e Dias (2007). O segundo passo foi uma consulta à ferramenta de busca disponibilizada pela Wayback Machine com termos que remetem ao debate político⁴⁹. Para a validação dos resultados da busca, foram utilizados critérios que permaneceram também em outros momentos: 1) o site deveria ser em português brasileiro⁵⁰; 2) o site deveria ser brasileiro ou direcionado ao público brasileiro; 3) o site deveria ter conteúdo político. Como fica evidente, os critérios crescem em grau de arbitrariedade e subjetivismo, sendo especialmente difícil a definição sobre política. Entraram na base, portanto, sites que demonstrassem o posicionamento ou o debate relativo a alguma disputa sobre recursos (materiais e simbólicos) e sua distribuição. A menção dos termos buscados ou ideias relacionadas a eles foram determinantes para manter um site. Além disso, ficaram de fora

⁴⁷ O código foi inteiramente elaborado por André Félix, com direcionamentos básicos do autor. Por outro lado, a raspagem, limpeza, organização e análise dos dados foram feitas pelo autor.

⁴⁸ A documentação pode ser consultada em: https://archive.org/help/wayback_api.php

⁴⁹ Os principais termos usados foram: integralismo, fascismo, nazismo, liberalismo, conservadorismo, direita, pátria, socialismo, comunismo, anarquismo, Lula, Dilma, esquerda, feminismo, mulheres, movimento negro, negritude.

⁵⁰ O ciberativismo brasileiro, sobretudo à direita, teve forte relação com o ciberativismo português. Esses links foram removidos da base de dados, mas merecem pesquisa futura.

veículos de imprensa que reivindicam neutralidade e sites vinculados a órgãos do Estado, bem como fóruns e redes sociais.

No fim, obteve-se um total de 342 links-semente, os quais foram provisoriamente caracterizados como direita (121), esquerda (49), progressista⁵¹ (62) feminista (56) e negro (54). A partir dessa lista, foi feita uma raspagem automatizada em todos os anos (1996-2018) e o resultado foi uma nova lista com 32.957 links para os quais os links-semente apontavam. Essa lista passou então por duas limpezas manuais. A primeira consistiu em eliminar linhas sem URLs tecnicamente válidas (como e-mails e arquivos em pdf), reduzir o link ao mínimo correspondente ao site (ignorando páginas internas) e remover links específicos. A limpeza seguinte foi substantiva, seguindo os critérios mencionados no parágrafo anterior, com a única diferença de que sites que eventualmente veiculavam conteúdos políticos — mas não os tinha como fundamentais — também foram mantidos. Essa escolha teve como motivação manter atores não necessariamente mobilizados, mas que também participam dos debates e embates políticos (ver Seção 1.1.1). A consulta foi feita por meio do acesso a cada link na Wayback Machine para análise rápida do conteúdo⁵².

Após a limpeza, os 32.957 links se converteram em 4.522 links únicos que atenderam aos critérios estabelecidos. Partindo dessa segunda lista, foi realizada nova raspagem automatizada para cada ano, com o objetivo de alcançar mais graus de liberdade entre a escolha inicial de links do autor e os caminhos seguidos pelos próprios atores. Nesse momento foi realizada uma última limpeza da base de dados. Na parte automatizada, foram removidas URLs tecnicamente inválidas (que não representam sites) e, mais importante, os endereços foram reduzidos à sua raiz, sobretudo aos domínios⁵³. Na parte manual e substantiva, foi realizada novamente a avaliação segundo os critérios apresentados anteriormente: língua, público e tema.

Finalmente, o corpus que compõe a principal fonte de análise da tese corresponde a uma série de tabelas categorizadas por ano, com três colunas cada, referentes ao link de origem, ao link de destino e ao ano da coleta. De maneira mais substantiva, a base de dados corresponde ao conjunto de atores (sites) e à relação que estes estabelecem entre si ao passar dos anos tendo como unidade de interação os links fornecidos na camada HTML disponível na Wayback

⁵¹ São aqueles que Carvalho (2017) classifica como Blogosfera Progressista.

⁵² Com o crescimento da base foi mais difícil lidar com casos específicos. Blogs que passam a falar de política ou sites diferentes que surgem ao longo do tempo com o mesmo endereço representaram desafios nem sempre satisfatoriamente solucionados. De todo modo, esses casos foram minoria na amostra coletada.

⁵³ O pacote utilizado (*urltools*) tem grande taxa de acerto, mas em alguns casos foi necessário recorrer à correção manual. Enquanto institutoliberal.org.br e blogdasanta.blogspot.com foram corretamente reconhecidos como [institutoliberal](http://institutoliberal.org.br) e [blogdasanta](http://blogdasanta.blogspot.com), fdr.wunderblogs.com e soaressilva.wunderblogs.com foram ambos considerados [wunderblogs](http://wunderblogs.com). Em outro exemplo, orbita.starmedia.com/~varican/ teve que ser manualmente identificado como [varican](http://varican.com).

Machine. Na próxima seção será discutida a teoria subjacente à análise de redes sociais⁵⁴, seus elementos fundamentais, como ela contribui para a tese e como os dados serão manipulados e apresentados.

2.3.2 Análise de redes sociais

A Análise de Rede Sociais (ARS) é uma abordagem metodológica voltada ao estudo das conexões (arestas) entre atores sociais (nós) (RECUERO, 2010). Como na teoria das subjetividades coletivas e na teoria dos campos, discutidas no primeiro capítulo, o que importa é entender o resultado das interações entre diferentes atores sociais. Essa ferramenta de análise guarda grandes semelhanças com o arcabouço teórico adotado até aqui e o objetivo dessa seção é justamente elencar aproximações, diferenciações, possibilidades e limites.

O primeiro elemento desse tipo de análise é o ator social. Para Recuero (2010), no caso da comunicação mediada por computador, os atores são sempre indivíduos que constroem representações sociais (individuais ou coletivas). Seguindo o quadro proposto no capítulo anterior, atores sociais são sempre entidades construídas a partir de interações que promovem a formação identitária, por isso não parece necessário distinguir aqui atores de representações. Ademais, atores individuais e atores coletivos de fato diferem em muitas dimensões, mas não necessariamente essas diferenças são relevantes para o tipo de interação em questão. Quando um blog direciona um link para outro, faz pouca diferença saber se eles são blogs individuais ou coletivos, ou mesmo se a identidade virtual dos atores individuais se distingue de sua existência offline — até porque estas podem se influenciar mutuamente. Concordando com Recuero (2010), entretanto, é crucial ter em mente que as práticas realizadas pelos atores para entrar em contato uns com os outros fazem parte de sua construção identitária (individual ou coletiva), uma vez que estes partem do entendimento mútuo para se afastar ou se somar. Além disso, os diferentes ambientes digitais (e presenciais) podem fornecer pistas diversas para o reconhecimento mútuo mínimo.

⁵⁴ É importante notar que neste trabalho a expressão “redes sociais” é usada em dois sentidos. No primeiro, diz respeito às plataformas de redes sociais (como Facebook, Instagram e Twitter), também nomeadas como mídias sociais ou mídias digitais. No segundo, refere-se a uma metodologia específica: a análise de redes sociais, que investiga a associação de atores (não só na internet). Para dirimir possíveis confusões, a menção à metodologia será sempre precedida de “análise”, ou, de outro modo, quando “rede” se referir a uma simples conexão entre atores, não vira acompanhada de “social”. Será feito um esforço na tentativa de distinguir as acepções ao longo do texto.

Quanto às práticas, que correspondem às formas de interação entre os atores, é necessário reforçar que há uma diferença muito importante entre as interações face-a-face e as interações mediadas pelo computador: estas últimas podem se dar de forma assíncrona. Assim, um ator pode começar sua prática num momento e atingir outro ator numa temporalidade distinta. O que está em jogo aqui é a causalidade coletiva resultante de alterações na dimensão espaço-temporal. Ademais, a dimensão material-tecnológica influi no tipo de interação tornada possível na internet. As interações proativas⁵⁵ são aquelas em que se pode pôr em jogo uma ampla gama de significados, enquanto as interações reativas limitam os atores num sentido unidirecional (agir ou não). Uma troca de comentários, por exemplo, é uma interação proativa, enquanto trocar links ou adicionar alguém em uma plataforma de rede social são interações reativas. O conjunto de interações estabelecidas entre os atores formam padrões interativos chamados de relações sociais, e estes se sedimentam a ponto de estabelecer laços sociais. Ainda, esses laços podem ser do tipo forte ou fraco. Laços fortes indicam maior proximidade, reconhecimento e intencionalidade entre os atores, enquanto laços fracos correspondem a relações mais esparsas, com menor intencionalidade e reconhecimento. Enquanto os laços fortes tendem a precipitar a formação de grupos (também atores ou campos), laços fracos têm um papel destacado na conexão de grupos, atores e campos dissimilares⁵⁶. Por fim, cabe pontuar que os laços podem ser de três tipos em relação à reciprocidade: simétricos, quando há conexão em mesma intensidade; assimétricos, quando não há conexão nas duas direções ou quando estas são de intensidades diferentes; ou ainda multiplexos, quando as conexões se dão em diversos espaços. Respectivamente, são exemplos: usuários que fazem comentários nos blogs uns dos outros; usuários que fazem comentários num blog, mas não recebem comentários do autor ou não são respondidos; e usuários que têm relações entre seus blogs e seus perfis em algum site de rede social, como o Facebook (RECUERO, 2010).

Neste ponto, é preciso retomar a ideia de que as interações — e também as relações e laços — podem ter formas diferentes: como cooperação (aproximação dos atores) e conflito (distanciamento dos atores)⁵⁷. Essas duas formas são complementares e se combinam de maneiras específicas a cada interação. Do mesmo modo, é a conformação de um laço o que

⁵⁵ Essas são referidas como “mútuas” por Recuero (2010), mas isso suporia uma reciprocidade que nem sempre é verdadeira. Já “proativa” contrasta com “reativa” no aspecto específico de diferenciação: a abrangência da dimensão hermenêutica.

⁵⁶ É esta a principal razão para a manutenção na base de sites que tematizam a política de maneira eventual, já que estes podem contribuir para a formação de laços fracos com diferentes atores ou grupos ao apresentarem caráter em geral neutro.

⁵⁷ Como Domingues (2018), Recuero (2010) também considera a competição uma forma de interação específica. Entretanto, mantém-se aqui a definição do primeiro capítulo: competição nada mais é do que uma combinação entre cooperação e conflito que se dá por meio de outra subjetividade coletiva.

indica a formação de um agrupamento (clusterização). Os grupos (*clusters*) são importantes na análise de redes porque indicam a força dos laços e a maneira mesma pela qual os atores se relacionam. Esses grupos operam de fato como atores coletivos e, a depender da lupa, como um campo em si. Contudo, nem sempre todos os atores de um grupo formado pela intensidade de suas relações concordam substantivamente — um ator com poucas conexões pode ser atraído para um grupo porque com ele se conecta, ainda que com ele não se identifique (seja porque estabelece relações conflitivas, ou porque cooperam em outros aspectos). Em resumo: é necessário também levar em conta a dimensão hermenêutica das interações. Além do mais, é fundamental reconhecer o caráter dinâmico das interações sociais e, com isso, das redes formadas por elas, uma vez que atores podem modificar suas relações e estas podem se adaptar a diferentes contextos (RECUERO, 2010).

Por fim, um elemento constitutivo das interações entre os atores é a influência do capital social, ou seja, da dimensão do poder. Embora Recuero (2010) recorra a definições que enfatizam aspectos como confiança, moral e valores, a perspectiva aqui adotada reterá apenas a versão bourdieusiana do conceito. Portanto, capital social nada mais é do que um recurso reconhecido pelos atores num espaço social que remete à capacidade de mobilização de uma rede de relações sociais por um ator ou grupo de atores. Esse capital pode ser convertido de e para capitais econômicos, culturais e simbólicos. A disputa pelo capital social, portanto, é a disputa pela agregação e, em certa medida, pela submissão da rede a um ator ou grupo de atores.

Como fica manifesto na exposição, a análise de redes sociais tem muitas afinidades com o arcabouço teórico elaborado para esse trabalho. É possível investigar como atores mobilizam práticas e gramáticas para suas interações e como estas conformam campos. Contudo, é necessário que haja adequações na conversão dos conceitos para a aplicação concreta. Os atores são os nós, os laços são as arestas, a rede é o grafo e suas subdivisões são os grupos (*clusters*). Pode-se dizer que o estudo quantitativo de uma rede passa pela conversão desta num grafo, isto é, num conjunto finito de nós e arestas. Os grafos possuem propriedades específicas que podem se referir a um nó, a um conjunto de nós ou à rede inteira, sempre com base na quantidade e direção das arestas.

Primeiramente, um nó pode ser caracterizado pela quantidade de arestas que estabelece, ou seja, pelo seu grau (*degree*). Um nó que recebe muitas arestas tem alto grau de entrada (*indegree*), enquanto um nó que fornece muitas arestas possui elevado grau de saída (*outdegree*). Um nó também pode ser classificado de acordo com sua centralidade para uma determinada rede: um nó com alto grau de proximidade (*closeness*) é aquele que precisa percorrer o menor número de arestas para chegar a cada nó do grafo, ao passo que um nó com

elevado grau de intermediação (*betweenness*) é aquele que encurta o caminho a ser percorrido entre todos os nós de um grafo (RECUERO, 2010). As equações por trás dessas medidas operam no sentido de tornar quantificável o capital social de um ator na rede.

Os grafos também possuem propriedades mais amplas, em que se considera o conjunto inteiro de nós e arestas numa rede. A primeira dessas medidas é a densidade, que corresponde, em termos matemáticos, à razão do número de conexões existentes pelo número de conexões possíveis. Já a centralização diz respeito à coesão de um grafo a partir de nós específicos. Por fim, é possível quantificar também a formação de grupos (clusterização/modularidade), levando em conta o grau de conexões dos nós com um conjunto determinado de nós em relação ao resto do grafo (RECUERO, 2010).

Em relação às propriedades do grafo como um todo, pode-se empreender uma análise topológica, ou seja, da estrutura da rede em questão. Inicialmente, os grafos podem ser entendidos como centralizados, descentralizados e distribuídos, a partir de suas configurações respectivas: arestas que partem de um único centro, arestas que partem de mais de um centro e nós com mais ou menos a mesma quantidade de arestas — estas últimas também são chamadas de redes igualitárias. Seguindo adiante, há pelo menos duas considerações teóricas principais sobre o caráter estrutural das redes. A primeira é a dos mundos pequenos, ou seja, a possibilidade, dado um número de nós e arestas, de passar de um lado a outro do grafo com poucos movimentos. Depois, o estudo das redes sem escalas postula que nós com grande número de conexões tendem a receber ainda mais conexões em relação ao resto do grafo ao longo do tempo, seja pela entrada de novos nós ou pela formação de novas arestas com nós existentes (RECUERO, 2010).

Lançadas as bases teóricas e analíticas para a análise de redes sociais, é hora de colocá-la em prática. Na base construída até aqui, os nós serão os sites e os laços serão os links, e a partir deles serão formados os grafos e seus grupos. Nesse sentido, serão analisadas interações reativas entre aqueles de onde se originam os links àqueles aos quais estes se direcionam, considerando a dinâmica anual de alterações na rede. A medida escolhida para auferir o capital social dos atores tem dois momentos. Até 2006, foi utilizado o grau das conexões, uma vez que esta atenua problemas advindos da utilização de arquivos da web: a coleta não-exaustiva de dados, as inconsistências do acervo, possíveis problemas na interação entre o código de coleta e o acervo e, finalmente, a variação na quantidade de atores ao longo do tempo. Sem a força da direcionalidade, diminuem as chances de sobrerrepresentar ou subrepresentar atores na rede. A partir de 2006, porém, a quantidade elevada de links na base de dados permitiu dar um passo além e levar em conta o grau de entrada dos atores, medindo sua influência dentro do grupo.

Para a produção do grafo, foi utilizado o programa gephi⁵⁸ e o layout Force Atlas-2 (JACOMY et al., 2014). Para a formação de grupos, a modularidade foi calculada com resolução 5 até 2006 e com resolução 3 daí em diante (e adicionalmente com a resolução 2 em 2012). Isso quer dizer que num primeiro momento foi forçada a formação de poucos grupos e no segundo momento foi estimulada a formação de uma quantidade maior de grupos, uma vez que o aumento no número de atores foi seguido do aumento no número de conexões. A classificação dos grupos partiu de uma avaliação qualitativa — discutida na próxima seção — e as cores foram atribuídas de maneira arbitrária, mas padronizada segundo o quadro abaixo:

Quadro 2 – Categorização dos grupos

Cor	Código	Grupo
Vermelho	#ff6e6e	Esquerda tradicional
Verde	#33d900	Direita radical
Azul	#6eb7ff	Centro-direita
Roxo	#b273ff	Feminismo
Amarelo	#d9c300	Religioso
Marrom	#ab886d	Movimento Negro
Cinza	#999999	Outros
Rosa	#ff82f3	LGBT
Laranja	#FC9646	Esquerda radical
Verde-amarelo	#C5DB00	Ecologismo

Fonte: O autor, 2022

A partir de 2013, o processo de plataformização da web diminuiu a importância tanto dos sites quanto dos links entre eles, e os grafos criados nesses anos tiveram baixa capacidade explicativa, tornando-se muito distantes da realidade observada — basicamente repetindo as conexões estabelecidas em anos anteriores. Portanto, no capítulo 5 a base de dados foi utilizada unicamente para mapear a presença de links direcionados às plataformas de redes sociais nos sites ciberativistas, o que será elaborado no próprio capítulo.

Além disso, em que pese a grande contribuição da ARS para a configuração espacial das interações entre atores, aspectos relevantes ficam de fora no caminho aqui adotado. Em primeiro lugar, é impossível diferenciar cooperação e conflito somente pelo estabelecimento de

⁵⁸ <https://gephi.org/>

conexões (links), ou seja, não dá para distinguir até que ponto os atores compartilham as mesmas gramáticas ou se chocam em termos simbólicos — bem como a caracterização de quais são essas gramáticas. Além disso, ao deixar de fora sites de redes sociais e outras formas de interação no ciberespaço — como comunicações privadas —, essa análise desconsidera relações multiplexas. No fim, a rede não pode ser tomada como o campo em si, mas como uma das representações possíveis de sua forma. Para que a pesquisa possa realmente atingir os objetivos elencados e avaliar a existência de um campo, é necessário lidar com dados efetivamente qualitativos, que tragam à tona a percepção dos próprios atores envolvidos nas disputas.

2.3.3 Análise qualitativa: sites, entrevistas e fontes secundárias

Como forma de qualificar e complementar a análise de redes sociais, é necessário recorrer a fontes que ajudem a verificar os dados e permitam uma análise que leve em conta as perspectivas dos atores. O aspecto intersubjetivo é crucial porque permeia todos os elementos do conceito de campo, como o reconhecimento entre os atores e o tipo de interação que cada um estabelece. Para esse fim, foram escolhidas três fontes adicionais: os sites arquivados, entrevistas e fontes secundárias.

A principal fonte de dados qualitativos a ser mobilizada é a própria base de dados de sites. Os grafos servem como pistas para a incursão na rede de links ao sinalizar atores, suas conexões, seu capital social potencial e os grupos formados por eles. A partir dessas indicações, foi possível navegar pelos links presentes na base por meio da Wayback Machine de maneira mais consciente, de modo a observar as páginas internas dos sites e seus elementos, como postagens, comentários, banners, descrições e listagem de links. Esses objetos ajudam a formar o quadro de interpretação dos atores para os problemas de acordo com a época em que ocorreram, dando mais nitidez às relações entre os atores, bem como as práticas e gramáticas empregadas. O acompanhamento dessas informações permite compor melhor o campo a partir das intencionalidades demonstradas, dirimindo as ambiguidades das interações reativas. Foi a partir dessa navegação que se classificou cada grupo presente na rede; é também ela que contribui para anotar quando atores se ligam a grupos com os quais não têm proximidade ideológica. Além disso, o acesso aos sites permite alargar a investigação sobre práticas para

além da referencialidade por meio de links, envolvendo, por exemplo, banners, comentários e citações em textos.

As entrevistas realizadas com André Fischer (MixBrasil), Thayz Athayde (Blogueiras Feministas), Charô Nunes e Larissa Santiago (Blogueiras Negras), apesar de não abarcarem a pluralidade dos atores e toda a temporalidade considerada, foram elaboradas conforme um roteiro semiestruturado que traz nas perguntas as principais indagações da tese quanto ao problema e às categorias. Deste modo, as entrevistas contribuem para complexificar o entendimento sobre atores coletivos específicos a partir de sua percepção sobre si e sobre o campo, que guarda relação tanto com o período vivido, quanto com o período atual (DUARTE, 2004). Essas entrevistas foram especialmente importantes para trazer à tona a inserção de atores individuais em projetos coletivos construídos no ciberespaço.

Por último, foram de suma relevância as fontes secundárias sobre o ciberativismo no Brasil. Estas são de três tipos: imprensa, livros e publicações acadêmicas. Reportagens, notícias e artigos de opinião em veículos de imprensa contribuem para a checagem de informações e para a reconstrução do contexto tecnológico, cultural, social e político. Além disso, a imprensa também é partícipe das disputas ciberativistas, seja pela menção dos atores a seus conteúdos, pela presença de jornalistas e colunistas no ciberespaço ou ainda pelo enfrentamento com o campo ciberativista na disputa pelo monopólio da opinião pública. Os arquivos da Folha de São Paulo e do jornal O Globo foram as principais fontes consultadas nesse sentido, e são exemplos de arquivos digitalizados com adição de uma camada de texto à sua cópia: é o OCR o que permite a busca virtual de termos em textos originalmente impressos em papel. Os livros técnicos ou informativos sobre a internet no Brasil, por sua vez, viabilizaram a descrição da dimensão material-tecnológica e até mesmo espaço-temporal da construção do ciberativismo no país. Já as publicações acadêmicas tiveram papel fundamental ao fornecer mais fontes de validação de dados, perspectivas dos atores ou das autoras de forma contemporânea ao desenrolar dos fatos — por meio de entrevistas com atores individuais ou análise dos sites — e, talvez mais importante, por alcançarem espaços de interação mediada por computador que vão além dos sites presentes nos acervos, como plataformas de redes sociais, listas de e-mail e aplicativos e chats para trocas de mensagem. Neste sentido, a remissão a estudos acadêmicos anteriores auxilia a análise de redes no que se refere à investigação das relações multiplexas.

Em resumo, esse capítulo teve como objetivo articular o arcabouço teórico-conceitual a uma perspectiva metodológica que possibilite a reconstrução histórica do campo ciberativista no Brasil a partir de dados empíricos. Das limitações normativas aos desafios analíticos nos estudos sobre ciberativismo, passou-se pelo debate sobre o que significa tornar a Sociologia

digital e como arquivos da web podem contribuir nessa direção. Ademais, foi feita uma descrição das etapas realizadas para a produção do corpus e os achados preliminares, uma adequação da análise de redes sociais à base constituída e uma consideração sobre a necessidade de se recorrer a outras fontes. Os três capítulos seguintes serão uma caminhada pela história do campo ciberativista no Brasil em seus três momentos: emergência (1995-2004), consolidação (2005-2012) e rotinização (2013-2018). Essa periodização leva em conta aspectos material-tecnológicos, sociais e políticos que impactam a conformação do campo (NUNES, 2020).

3 EMERGÊNCIA (1995-2004)

3.1 A “pré-história”: o IBASE e a construção da sociedade em rede no Brasil

Se na Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento dos computadores eletrônicos tinha como objetivo calcular a trajetória de projéteis e decifrar mensagens interceptadas, a Guerra Fria foi o marco na busca por estabelecer a comunicação mediada por computador (CARVALHO, 2006). O grande passo nessa direção foi dado pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A agência investiu em projetos de pesquisa na área — que foram liderados por universidades estadunidenses — e em 1969 lançou a ARPANET, uma rede de computadores criada para interligar os departamentos de pesquisa e compartilhar informações entre eles. Dentro desta rede foi desenvolvido o e-mail, um correio eletrônico que servia para a troca de mensagens entre quaisquer usuários — funcionalidade que suplantou a expectativa inicial de um canal para o intercâmbio de arquivos e atualizações.

A rede cresceu, internacionalizou-se e se complexificou. Em meados dos anos 1970, a ARPA possuía três redes independentes entre si (ARPANET, PRNET e SATNET) e precisava de um protocolo que padronizasse o envio e leitura de dados entre elas. A arquitetura foi elaborada a partir da união entre um professor universitário e um pesquisador ligado ao Departamento de Defesa e recebeu o nome de *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP), uma junção de dois dos protocolos mais usados à época. Em 1977, o protocolo TCP/IP conseguiu conectar redes heterogêneas e assim foi ao ar pela primeira vez a Internet⁵⁹.

No começo dos anos 1980, foram criadas redes para além da ARPANET. Através do financiamento governamental da *National Science Foundation* (NSF), foi ao ar a *Computer Science Research Network* (CSNET), uma rede voltada aos departamentos de Ciência da Computação. Iniciativas autônomas também estiveram em curso, como a *User Network* (USENET) — que posteriormente se conectaria à ARPANET — e a *Because It's Time Network* (BITNET) — que cresceria vertiginosamente até a década seguinte, conectando universidades de vários países, no que se inclui o Brasil. Os EUA apertaram o passo novamente, desta vez

⁵⁹ A opção por manter “Internet” em maiúscula nesta parte da tese tem a ver tanto com o uso corrente naquele momento, quanto com o fato de que a Internet era então apenas uma das muitas redes de redes e não o grande complexo de conexões que se conhece hoje.

para fazer face às movimentações do Japão, e a partir de 1985 puseram em funcionamento o plano de construção da NFSNET, uma rede nacional que se conectaria a redes regionais e estas a conexões locais. Em 1990, a ARPANET foi desligada, as conexões militares passaram para a MILNET, e a NFSNET se tornou a espinha dorsal (*backbone*) que reunia uma rede de pesquisas totalmente civil (CARVALHO, 2006).

No Brasil, as telecomunicações estavam sob monopólio estatal desde os anos 1960, com a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, e da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás), em 1972. Na década de 1970, o governo militar trabalhou para expandir as conexões urbanas com a criação das Teles (empresas estaduais) e começou a se movimentar para integrar a comunicação de dados a este sistema. No I Seminário Latino-Americano de Comunicação de Dados, realizado em São Paulo em 1975, foi feita pela primeira vez uma demonstração de conexão com a ARPANET no país — via Embratel. As universidades também se movimentavam e tentaram emplacar a Rede Sul de Teleprocessamento (RST), que acabou não saindo do papel (CARVALHO, 2006).

A partir da convergência no contexto mundial, que apontava para a aproximação entre telecomunicações e informática, o Brasil envidou esforços para construir uma sociedade da informação no território nacional. O paradoxo da descentralização inerente às redes e a centralização da infraestrutura nos países ricos entrou em choque com a orientação protecionista do regime militar, que tinha como horizonte a capacitação tecnológica nacional e a reserva de mercado. Como uma das medidas para iniciar a abertura lenta, gradual e segura no âmbito da telemática, o governo lançou em 1982 o projeto Ciranda, que estimulava os funcionários da Embratel a comprar e utilizar microcomputadores e modems, constituindo assim a primeira comunidade teleinformatizada do país (BENAKOUCHE, 1997).

O ano de 1984 é emblemático para a história do Brasil tanto no campo da política, como no da informática. Nas ruas, a população pedia Diretas Já com manifestações gigantescas, que reverberaram no Congresso e terminariam por enfraquecer o governo Figueiredo. Esse enfraquecimento não foi sinônimo de imediata calmaria, mas, ao contrário, dos espasmos finais do autoritarismo de um regime moribundo. Nesse contexto, foi criada a Política Nacional de Informática (PNI), Lei n.º 7.232, que regulamentava o fluxo de dados transnacionais (FDT) e impedia a livre circulação de dados para o exterior, tendo como base a preocupação com a segurança nacional. No mesmo ano, a Embratel lançou a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (RENPA) com o objetivo de alcançar a crescente parcela da população que possuía microcomputadores no país. A iniciativa não obteve sucesso, e a estatal então apostou no Cirandão, uma extensão do projeto Ciranda, fazendo parcerias com

associações profissionais. Novamente o alcance foi baixo, sem conseguir ultrapassar a média de cem acessos diários⁶⁰ (CARVALHO, 2006).

Correndo ao largo do controle estatal, foi também em 1984 que se abriu o primeiro BBS do Brasil: o BBS do Pinto, criado por Paulo Sérgio Pinto no Rio de Janeiro. BBS é a sigla para *Bulletin Board System*⁶¹, um espaço de conexões baseado em um computador que conecta outros computadores por meio de uma linha telefônica e um modem. Conceitualmente, difere-se da internet por ser um ambiente encapsulado e centralizado, que conecta computadores individuais, enquanto a internet se configura como uma grande rede de redes de computadores, descentralizada e aberta. O primeiro BBS do mundo foi o BBS Chicago, criado por Ward Christensen em 1978 (GALLO, 1992).

Os BBS se popularizaram por sua relativa facilidade no acesso: era necessário apenas obter um computador, um modem e uma linha telefônica — além, é claro, dos programas básicos e um conhecimento mínimo de programação. Muitos “micreiros” logo se tornaram “BBSzeiros”. A denominação *Bulletin Board System*, que pode ser traduzida como “sistema de quadro de avisos”, tem relação com a função principal desses ambientes virtuais: a troca de mensagens entre os usuários. Essas mensagens podiam ser enviadas de forma direta ou ainda através de e-mails, de fóruns e até para o próprio operador de sistema (*system operator*). O sysop era o ator principal nesse espaço, pois tinha a função de estruturar e manter funcional o BBS, tanto em termos técnicos quanto na convivência entre os membros. Os sysops eram responsáveis, por exemplo, por banir usuários, regular conteúdo e tirar dúvidas. Nos BBS mais rudimentares (com apenas uma linha telefônica e um computador), era também o sysop quem, uma vez por dia, colocava o conteúdo “online” para que todos pudessem acessar. Nesse começo, o mais comum era que se baixasse o conteúdo presente no BBS para ler e responder offline, já que muitos acessos simultâneos podiam congestionar a rede. Junto à comunicação, os BBS eram ainda espaço para compartilhamento de bases de dados, documentos e programas — embora a precariedade das conexões desincentivasse essas funcionalidades (GALLO, 1992).

O BBS do Pinto durou apenas quatro meses, mas foi sucedido por vários outros, como Fórum-80 (Rio de Janeiro), Sampa e Sampinha (São Paulo) e Sampa-Sul (Curitiba). O formato foi ganhando cada vez mais adesão no país, com o aumento do público de cada BBS, surgimento de novos agrupamentos e diferenciação quanto às temáticas. Para encontrar um BBS, a forma

⁶⁰ Outras iniciativas se deram no nível das Teles, como a tentativa da Telesp de emplacar o videotexto, que contou com “olhões” espalhados por São Paulo, mostras artísticas e até uma exposição virtual na Bienal de 1983 (CARVALHO, 2006).

⁶¹ Inicialmente referido como *Computer Bulletin Board System* (CBBS), com o tempo a grafia mais frequente abandonou o “C”.

mais fácil era ter acesso a alguma lista, seja em outros BBS, em publicações especializadas em informática ou em jornais, como a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, que rotineiramente publicavam relações de BBS, como mostra a Figura 3.

Figura 3 — Lista de BBS publicada na Folha de São Paulo (02/12/1996)

Confira relação de BBS			
Nome do BBS	Tels, dados/voz	Horário	Áreas de interesse
AA2Classline	816-8384	24h	Classificados de amizade e amor
ABiruta	816-6091/870-1128	24h	Cultura, lazer, turismo e esportes
Access	3641-0020/260-5715	24h	Jogos on line, chat e arquivos shareware
Acies	959-3888/959-5960	24h	Pesquisa, medicina, softwares, esportes, jogos e Internet
Action	867-8425	24h	Crackers, games e imagens Gif
Action Sports	914-9520/272-2327	24h	Esportes de ação, ecologia, cibercultura e surfe
Adrenalina	211-3113/210-7088	19h às 07h	Suporte para montagem de BBS, jogos e redes de mensagens
All Net	3061-3600/3061-0088	24h	Jogos, televidas, programação de lazer e Internet
Alphanet	7295-9595/7295-9572	24h	Jogos, resumo de jornais diários, programação de lazer e Internet
AltConn	953-7696/953-6654	24h	Jogos, arquivos, Internet e redes de mensagens
APCD Online	959-8266/959-3022	24h	Pesquisas e informações de odontologia
Apollo Online	870-0311/870-1770	24h	BBS multimídia com grande quantidade de arquivos e áreas de mensagens
ArquivoX	573-5901	24h	"The X Files", ufologia e paranormalidade; BBS multimídia
Art Gallery	956-1742	19h às 06h	Jogos, hacker, demos, "Windows", "OS/2" e músicas
ASA	5566-1985	20h às 05h	Sexo, Internet e Atomknet
Astro	5581-2009/577-8599	24h	Astronomia com software e imagens
Bananaloca	224-9322/222-4827	24h	"Gay-friendly", chat, roteiros, imagens e aplicativos
BBSex	3061-9979	24h	Imagens e animações de sexo, BBS com síqilo total
BBSICP	256-9554/256-4801	24h	Religião e artigos sobre selias
BBS Idea/Construnet	574-8249/575-0931	24h	Arquitetura, engenharia, CAD, gabaritos e catálogos eletrônicos
BBS Sampa	887-6088	24h	BBS da Prefeitura de São Paulo
BBS Seade	230-7980/229-2433	24h	Estatísticas do Estado de São Paulo e municípios
BBSlga	253-1690	24h	Chat, arquivos, e-mail, jogos on line e conferências
BCSP	230-6302	24h	Arquivos, mensagens e chat on line
BDC On line	258-9403	22h às 08h	Serviço de criação de home pages
BR 2001	3115-2001/535-3864	24h	Genérico; ambiente gráfico em "Windows" e Internet
Brasil Online	681-9777/681-7973	24h	BBS gráfico com jogos on line, arquivos e redes de mensagens
Cálibra	6193-0407/296-5776	24h	Lazer Interativo com imagens eróticas e televidas
Calgula	959-6718/950-8262	24h	Sexo, "PCBoard", fotos e jogos on line
Canal Fantasma	820-9925/820-6893	24h	Arquivos e redes de mensagens
Canal Vip	844-5559/846-7377	24h	Genérico, cultura, lazer, jogos, direlto e e-mail Internet
Channel Zero	457-6285	22h às 07h	Arquivos, sexo e horóscopo
Clima Tempo	574-5154/575-4591	24h	Informações meteorológicas em tempo real
Clippers	858-3970/934-5304	24h	Programas, exemplos, dicas, utilitários e suporte para "Clipper"
CPV	846-8650/842-1211	24h	Educação com informações sobre vestibulares das principais universidades
Crazy Dream	875-3481	00h às 05h	Imagens Gif, gerenciadores de BBS e utilitários para "DOS" e "Windows"
CyberSex	3794-0333/3794-0334	24h	Fotos e filmes eróticos, fóruns e sex shop on line
Datanet	5581-9109/275-5988	24h	"OS/2", LAN, eletrônica, radioamadorismo e imagens Gif
Delta	5561-1503/535-5969	24h	Lazer, cultura, educação, serviços e classificados
Demons	862-4077	24h	"Flight Simulator" e e-mail

Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 1996.⁶²

62

O processo de reabertura da política brasileira se intensificou no fim da década de 1970 a partir das greves do ABC e da Lei de Anistia, e com isso exilados pela ditadura militar voltaram ao Brasil, dando fôlego à crescente demanda por uma sociedade democrática. Dentre os exilados, retornaram ao país Herbert de Souza (o Betinho), Marcos Arruda e Carlos Afonso, que juntos fundaram, em 1981, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O Ibase se estruturou como uma ONG pautada pela defesa da democracia, da igualdade, dos bens comuns e pela democratização do acesso à informação. Em 1984, o Ibase participou de uma reunião de ONGs na Itália em que foi lançado o projeto INTERDOC, que visava promover o uso de tecnologias da informação e da comunicação pelas entidades da sociedade civil. Foi a partir daí que o Instituto passou a trabalhar com comunicação de dados, conectando-se à RENPAC e a BBS estrangeiros — com o aval do Estado para o fluxo de dados transacionais⁶³ (CARVALHO, 2006).

Em 1985, o Ibase colocou no ar o Alternex, “um BBS que servia às entidades da sociedade civil (de pesquisa, direitos humanos, meio-ambiente, capacitação profissional etc.) oferecendo correio eletrônico, acesso remoto a bases de dados alternativas e teleconferências⁶⁴” (CARVALHO, 2006, p. 114). Através da RENPAC, o Alternex ganhou alcance nacional em 1987, disposto a incentivar a troca de e-mails entre ONGs brasileiras e a compartilhar informações sobre temas diversos, com destaque para a questão da AIDS⁶⁵. Em 1988, o Ibase conseguiu apoio governamental e de ONGs estrangeiras para melhorar a infraestrutura do projeto. Em meados de 1989, o Alternex estabeleceu uma conexão com o *Institute for Global Communication* (IGC), uma ONG baseada nos Estados Unidos, e passou a integrar a *Association for Progressive Communications* (APC), que tinha como meta a criação de uma rede civil global⁶⁶ (CARVALHO, 2006). Deste modo, o Ibase conseguiu promover a interação entre organizações nacionais, seus membros e também entidades estrangeiras. A Central Única de Trabalhadores (CUT), por exemplo, se conectou à rede via Alternex em 1991, apostando no terreno virtual para facilitar a comunicação interna e externa do sindicato (ver Figura 4).

⁶³ A autorização, porém, tinha seus contratempos e por vezes a conexão era desligada, sendo necessário recorrer à Embratel (DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019).

⁶⁴ Teleconferências eram listas de discussões.

⁶⁵ Carlos Afonso relata o apoio da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e do “hacker” Márcio Lima na consolidação do Alternex (CARVALHO, 2006).

⁶⁶ Também naquele ano o BBS Hot-Line (depois Inside BBS) promoveu o primeiro acesso do Brasil à FIDONET, numa conexão com os EUA via Argentina — esta sem aval do Estado em termos de FDT.

Figura 4 — Notícia sobre o uso do Alternex pela CUT (24/07/1991)

CUT usa computador para formar quadro



Sindicalista usa micro para conversar com outras entidades

Free-lance para a Folha

A classe operária também vai ao paraíso da informática. Desde o início do ano, o Departamento Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (DNM- CUT) vem operando com a rede Alternex, para comunicação com diversos sindicatos filiados e outras entidades do mundo inteiro.

Com o novo "companheiro" —um micro padrão IBM PC, ligado à linha telefônica por meio de um "modem"—, a CUT pretende agilizar o intercâmbio de informações, formar sindicalistas no uso da tecnologia e montar um banco de dados para pesquisa e documentação.

O computador será responsável, também, por coordenar conferências com todos os usuários ligados —no caso, os 20 dos 74 sindicatos filiados à entidade.

Quando a CUT-Nacional adquiriu os primeiros computadores, diz Celeste Dantas, coordenadora do projeto, a filosofia da

Central era de mudar da máquina de escrever elétrica para o computador, usando-o para digitar textos com maior rapidez, processar a contabilidade e elaborar uma mala direta.

A rede telemática Alternex é o principal canal para a realização dos objetivos dos metalúrgicos da CUT. Trata-se de uma rede de comunicações sem fins lucrativos, gerada pelo Ibase, entidade de pesquisas sociais do Rio de Janeiro.

O sistema destina-se a atender entidades e pessoas físicas. A inscrição custa US\$ 20 (Cr\$ 7,4 mil, pelo câmbio paralelo) e a taxa de manutenção US\$ 10 (Cr\$ 3,7 mil) por mês. Nesse preço está incluída uma hora de uso gratuito mensal, além do treinamento para uso do programa.

O sistema Alternex faz parte da Associação para o Progresso da Comunicação (APC) e integra várias redes localizadas em sete países, entre eles Inglaterra, EUA e Canadá. (Mariljó Zilvetti)

Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 1991.⁶⁷

No âmbito acadêmico, as iniciativas de criação de redes regionais patinavam e, por isso, em 1988 as universidades organizadas no Laboratório Nacional de Redes de Computadores (LARC) elaboraram um projeto para a criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que contou com apoio imediato do Ministério da Tecnologia. Até o fim da década, o Brasil contava com três conexões acadêmicas com a BITNET, que, contudo, não conversavam internamente. Em 1990, a chegada de Fernando Collor à presidência trouxe consigo o enfraquecimento da política de reserva de mercado e da regulação dos protocolos. Esses dois passos foram importantes para a efetivação da RNP porque contribuíram para diminuir os custos de aquisição de equipamentos atualizados e para reduzir a resistência estatal ao protocolo TCP/IP, que vinha se consolidando como o mais utilizado na Internet — até então o país obrigava a utilização da padronização OSI, criada pela ISO (CARVALHO, 2006).

Em 1991, a FAPESP mobilizou a sua *Academic Network at São Paulo* (ANSP) para transmitir dados pelo protocolo TCP/IP e se conectar à *Energy Sciences Network* (ESNET), que servia de porta de entrada para a NSFNET. Em outras palavras: em 1991 o Brasil estabeleceu sua primeira conexão acadêmica com a Internet. A ação empolgou a comunidade acadêmica e

67

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=11399&anchor=4096858&pd=b66584b5fbaaa0c58e95206309a3aef9>

impulsionou a integração de redes, até chegar à fundação efetiva da RNP como uma espinha dorsal (*backbone*) para as conexões nacionais.

Concomitante a esse processo, no final de 1989 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o Brasil como país sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a ser realizada em 1992 como culminância da elaboração da Agenda-21. Com o objetivo de fomentar a participação da sociedade civil na conferência, os comitês preparatórios, liderados pela APC, adotaram como meta a construção de uma infraestrutura comunicacional para o evento (ver Figura 5). Único representante da APC no Brasil, o Ibase desenvolveu um projeto para fornecer acesso à Internet que terminou por ser incluído pela ONU no Acordo de País Sede firmado com o governo brasileiro. Como aponta Carvalho:

Com a aprovação do projeto, o IBASE conseguiu um upgrade nos computadores do Alternex e, conforme previsto, ficou responsável pela montagem e operação da rede que interligou todos os espaços do evento entre si à Internet, tanto na conferência oficial (no Centro de Convenções do Riocentro), quanto na sala de imprensa (no Museu do Telefone) e no Fórum Global (evento paralelo das ONGs que aconteceu no Aterro do Flamengo). Ligada na Internet, essa rede ofereceu serviços de troca de mensagens, acesso às bases de dados e conferências eletrônicas a milhares de ONGs, pesquisadores, jornalistas e demais participantes (CARVALHO, 2006, p. 119).

Figura 5 — Notícia sobre a conexão da Eco-92 com a Internet (18/12/1991)

FOLHA DE S. PAULO informática Quarta-feira, 18 de dezembro de 1991 **6-3**

Computador vai ligar a Eco-92 ao mundo

Conectados à rede Alternex, usuários de outros países podem acompanhar as discussões do encontro no Rio

O SISTEMA DE CONSULTA DA ECO - 92
Veja como funciona

O usuário digita a sua senha no micro ou em um terminal

A base de dados Alternex é acessada pela linha telefônica

O usuário seleciona a informação que deseja saber

Pagando uma taxa inicial de US\$ 20 e mais US\$ 10 por hora de uso, a base de dados pode fornecer informações como a agenda do dia, documentos completos da United Nation Conference Environment and Development (Unced) ou as discussões abordadas durante o evento

A base de dados transmite a informação pela linha telefônica

O usuário receberá as informações na tela do monitor. Terminada a consulta, ele corta a comunicação com a base de dados

Da Reportagem Local

Ecologistas e pessoas interessadas na questão do meio ambiente do mundo inteiro que não conseguiram estar presentes na Eco-92, que acontece entre os dias 1 e 12 de junho do próximo ano no Rio de Janeiro, vão poder acompanhar os trabalhos do encontro pelo computador.

Todos os dados sobre os encontros oficiais e eventos paralelos poderão ser acessados através da rede Alternex. Desde já é possível acessar uma série de serviços que incluem agenda dos principais eventos da Eco-92, dados das reuniões preparatórias ou informações oficiais da preparação das conferências do evento.

Durante a Eco-92, será possível acessar a rede pelos terminais que

estarão disponíveis em pelo menos três pontos: Riocentro, Hotel Glória e aterro do Flamengo.

Nesses lugares, bastará que usuários entrem com o código de senha que será fornecido e acrescentar informações sobre opiniões ou então ter acesso às discussões realizadas durante o encontro.

Quem tiver um microcomputador em casa ou no escritório poderá ligar-se à rede. Basta ter um modem, programa de comunicação e pagar uma taxa inicial equivalente a US\$ 20. A primeira hora de uso é gratuita e, pelo serviço, o Ibase cobra US\$ 10 por hora de acesso.

Alternex é o nome dado à rede de comunicações do Instituto Brasileiro da Análises Sócio Econômicas (Ibase), entidade sem

fins lucrativos e suprapartidária. Criada em 1989, a rede surgiu para estimular a comunicação entre grupos sociais.

Seu objetivo é oferecer informações sobre entidades, sindicatos e movimentos populares, além de servir como meio para discussões sobre temas que abrangem política, antropologia, meio ambiente ou ainda política sindical.

A rede funciona 24 horas todos os dias e conta hoje com 630 usuários inscritos — 490 no Brasil e o restante na América Latina e outros países. A rede é afiliada à Associação para o Progresso da Comunicação (APC), que reúne os países da América Latina, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha e Austrália.

(Marjão Zilveti)

Acervo Folha de São Paulo, 1991.⁶⁸

O acesso à Internet na ECO-92 foi decisivo para consolidar o protocolo TCP/IP no Brasil, para conseguir novos aliados na empreitada de conectar o país ao mundo e,

principalmente, para ampliar as conexões no território nacional por meio de equipamentos de alta potência. O evento também contribuiu para implementar uma rede estadual no Rio de Janeiro e melhorar as conexões em São Paulo, estas cruciais para a espinha dorsal da RNP.

O Alternex se firmava como o primeiro — e, por algum tempo, o único — provedor de acesso à Internet para o público não acadêmico. Por cobrar pelo uso do serviço, houve um desentendimento entre o Ibase e a Rede Rio, que resultou na saída da ONG da rede fluminense e migração para a rede paulista. Para os pesquisadores do Rio, era preciso separar o uso das universidades do uso comercial, sob o perigo de congestionar o tráfego e tornar inviável a utilização tanto para fins de pesquisa, como para fins comerciais. Além disso, argumentavam que o Ibase oferecia um serviço pago enquanto desfrutava de uma infraestrutura gratuita, construída e mantida pelo Estado. Por outro lado, o Ibase via um encapsulamento da rede acadêmica, que fazia poucos esforços para ampliar o acesso para a população em geral e para democratizar a comunicação e a informação (CARVALHO, 2006).

Enquanto o Brasil batalhava para construir sua estrutura básica de conexões e afinar os protocolos de compartilhamento de dados, a Internet se desenvolvia para além das linhas de programação (e dos BBS). Um grande desafio era estabelecer uma linguagem comum para a integração de utilitários diversos numa rede que cada vez mais se expandia e complexificava, enredando vários países e organizações. Timothy John Berners-Lee foi o responsável por aglutinar conhecimentos e aproximar instituições, criando a *World Wide Web* (WWW), um sistema que se baseia na lógica de hipertexto, ou seja, um sistema em que documentos se referenciam mutuamente para fornecer a informação. A Web é composta por quatro elementos básicos: “a linguagem *Hypertext Markup Language* (HTML), o protocolo *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP), o servidor Web e um cliente Web (*browser*)” (CARVALHO, 2006, p. 131).

Em 1991, foram feitas as primeiras demonstrações da Web e em 1994 foi lançado o *World Wide Web Consortium* (W3C), incumbido da padronização do sistema. Naquele mesmo ano, foi disponibilizado o navegador Netscape (antes Mosaic Netscape), primeiro numa versão gratuita e depois numa versão comercial. Em 1995, a Microsoft introduziu o navegador Internet Explorer, que seria embutido em seu sistema operacional (Windows 95) e assim estava projetada a chamada “guerra de navegadores”. Nesse contexto, empresas que ofereciam soluções para redes se voltaram à Internet e lojas virtuais e mecanismos de busca aderiram à Web. Organizações das mais diversas correram para estabelecer seu lugar no ciberespaço (CARVALHO, 2006).

De volta ao Brasil, a Embratel começou a testar seu serviço de acesso à Internet no fim de 1994, utilizando a estrutura da RNP. No ano seguinte, pôs em curso uma segunda fase do

plano, que garantiria o acesso gradual a cerca de 15 mil usuários previamente cadastrados. Neste mesmo momento, chegava à presidência Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com um governo de orientação liberal e vocação privatista. Foi assim que em abril de 1995 o Ministério das Comunicações quebrou o monopólio da Embratel no ramo da internet e abriu espaço para o início efetivo da internet comercial no Brasil, primando pela liberdade de empresa e facultando a qualquer pessoa com condições financeiras suficientes a possibilidade de adentrar o ciberespaço. Com a rasteira no planejamento da Embratel, os primeiros anos da internet comercial no Brasil foram de infraestrutura precária (ainda bastante dependente da espinha dorsal da RNP) e domínio dos BBS, que expandiram seus serviços (CARVALHO, 2006).

Sob pressão do Ibase, uma nota conjunta de maio de 1995 do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações previu a criação do Comitê Gestor da Internet (CGI). O CGI foi efetivamente instituído por uma portaria interministerial e tinha entre seus primeiros membros representantes do governo, das Teles, da comunidade científica, do mercado e da sociedade civil — dentre os quais estava Carlos Afonso, do Ibase⁶⁹. Com caráter consultivo e propositivo, o CGI tinha como prerrogativa elaborar caminhos para a expansão da conectividade no país, organizar e fornecer informações e, de forma mais autônoma, “coordenar a atribuição de endereços IP (*Internet Protocol*) e o registro de nomes de domínios” (BRASIL, 1995).

O ano de 1995 foi um marco não só na abertura comercial da internet, mas também foi o ano em que a rede mundial de computadores invadiu a casa dos brasileiros e brasileiras, ainda que por outro meio de comunicação (ver Figura 6). Neste ano, a Rede Globo inaugurou o Projac (o maior complexo de produção de conteúdos televisivos da América Latina) e exibiu a primeira novela gravada nestes estúdios. Escrita por Glória Perez, *Explode Coração* estreou em 6 de novembro com uma trama que envolvia a tradição cigana, crianças desaparecidas e namoro virtual. No centro do enredo, Dara, que era noiva de Igor, contrariava a expectativa de seus pais ao começar a se relacionar, via internet, com o empresário Júlio Falcão, alheio à comunidade cigana.

⁶⁹ <https://cgi.br/portarias/numero/183>

Figura 6 — Notícia sobre a estreia da novela Explode Coração (05/11/1995)

ONDA CYBER

Internet invade o Brasil pela janela da televisão

MARIA ERCILIA
Da Reportagem Local

No Brasil tudo vira novela —até rede de computador. A inclusão da Internet no roteiro de “Explode Coração” vai apresentar a rede a uma imensa quantidade de pessoas que nunca ouviram falar nela e nem sequer cogitaram comprar um computador.

É um efeito curioso da importação de modismos no Brasil. As novelas das oito cumpriram o mesmo papel que a produção média de cinema em Hollywood, diluindo temas atuais para o público de massa.

No entanto, os primeiros filmes sobre a Internet só foram lançados nos Estados Unidos em meados deste ano e chegaram ao Brasil no mês passado.

Isso no país que comanda a indústria de computadores mundial, que inventou a Internet e onde estão sendo investidas grandes quantidades de dinheiro para tornar a comunicação por computador viável comercialmente.

Aliás, parece que no Brasil as coisas só começam a existir quando viram novela, mesmo. Uma continha simples já produz um resultado surpreendente: segundo as estatísticas mais otimistas, a Internet tem hoje 50 milhões de usuários no mundo inteiro. A TV brasileira tem cerca de 110 milhões de espectadores potenciais.

Segundo Paulo Carneiro, diretor de divulgação da Globo, a audiência de uma novela das oito na Globo chega à metade desses 110 milhões.

Noves fora: o número de pessoas que vão assistir a uma novela sobre a Internet no Brasil pode ser o mesmo que as que efetivamente usam a Internet no mundo inteiro. A falta de telefones e computadores, a rede vai entrar definitivamente no Brasil pela janela —da TV.

Novelão

Glória Perez fez sua lição de casa. Antes de escrever “Explode Coração” passou meses usando a Internet, trocou mensagens com usuários, ouviu histórias. Criou uma mistura es-

perta de futuro e passado com Dara (Teresa Seibitz), a personagem cigana que se rebela contra as tradições e aproveita o anonimato da rede para desabafar.

A rede também servirá como pretexto para personagens de mundos totalmente diferentes entrarem em choque.

Os dois eixos dramáticos envolvendo a Internet serão uma fraude financeira e a paixão entre pessoas que nunca se viram. Com ou sem computador, é o binômio crime e amor do novelão...

Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 1995.⁷⁰

Como forma de aprimorar a escrita do roteiro, a autora frequentou BBS para se acclimatar à comunicação virtual e interagiu com os BBSzeiros, pedindo informações e relatos sobre relacionamentos amorosos no ciberespaço. Além disso, Perez contou com a assessoria de membros do Ibase, do BBS CentroIn⁷¹ e do CGI — especificamente Silvio Meira, que representava os usuários da Internet no comitê e tinha o papel de “evangelizar” em todos os espaços sobre o acesso à rede mundial de computadores (DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019). A autora ainda interagiu com os telespectadores por meio dos BBS, recomendava o acesso à página da novela na Web e trocava e-mails.

Na tela da TV, Glória Perez exibiu outro casal além dos protagonistas: o hacker Edu, afeito aos flertes virtuais, e a jornalista Yone, que acessava a internet em busca de furos de reportagem. A novela tinha como meta explorar as várias formas de interação por meio de computadores, como bate-papo, e-mail e acesso a páginas da Web. O impacto cultural foi enorme. Enquanto o número de usuários de internet no Brasil não alcançava os 100 mil⁷², a novela das oito da Globo chegava à casa de milhões de brasileiros e brasileiras todos os dias. Explode Coração apresentou a internet para o Brasil desconectado, o que alavancou o interesse pela rede. Esse empurrão foi crucial para que o mercado pontocom decolasse de vez no país, como conta Gustavo Viberti, um dos criadores do Cadê?:

⁷⁰

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12963&anchor=481783&pd=9543e14b310911d563bfabb296b4e3bd>

⁷¹

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=XsXlpS3JhyjPRlqWtIzruRkTn5gsbaiTIK21%2faveFrp7coeWd3nfsd9pqxU5BCuJe%2fpjRSWsic%3d&origem=amz>

⁷² <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/guia-rnp.pdf>

Essa novela foi um dos fatores que me estimulou a criar o Cadê? e a acreditar que a Internet tinha um alto potencial de penetração no Brasil. A partir daquele momento comecei a fazer um informativo semanal com as novidades do Cadê? para nossa audiência e formadores de opinião (VIEIRA, 2003, p. 59).

O Cadê? foi a primeira ferramenta brasileira dedicada a buscas, servindo como porta de entrada para guiar a navegação pela internet através da consulta por termos que direcionava a uma lista de páginas. Criado em 1995, o mecanismo teve como inspiração o estadunidense Yahoo!. Em 1996, o Cadê? fechou um contrato para exibir publicidade do Ministério da Educação e, no ano seguinte, da Amazon — que viria a se tornar uma das maiores empresas no campo do comércio virtual. Nesse momento, o buscador se somava a uma série de empreendimentos pelo país. No ramo das prestadoras de serviços para Internet, destacaram-se a NutecNet — originalmente a primeira empresa a fornecer soluções para o protocolo TCP/IP no país — e o Mandic INTERNET, que ao fim de 1995 faturava R\$ 2 milhões anualmente — o Mandic foi um dos BBS de maior sucesso na primeira metade dos anos 1990. Já a Booknet foi a primeira loja completamente virtual do Brasil, dedicada ao comércio de livros e criada também em 1995.

Aos poucos, a internet brasileira passava a contar com websites de lojas, organizações e artistas, bem como portais, a exemplo do Zip.Net — que abrigava as páginas da Rádio Jovem Pan, MTV, Jornal da Tarde, Agência Estado, Pelé.Net, Maurício de Sousa e Comitê Olímpico Brasileiro — e do UOL — com as edições diárias da Folha de São Paulo, da Folha da Tarde e do Notícias Populares, reportagens traduzidas do *The New York Times*, uma versão digital da revista IstoÉ, uma seção de classificados e ainda um espaço para bate-papo, sua maior fonte de tráfego (VIEIRA, 2003).

Se os sites se referem a qualquer endereço da internet⁷³ que disponha de um domínio, os portais são um tipo específico de site, que congrega uma série de caminhos para a circulação interna e tem como objetivo guiar o acesso à rede. Em suma, o portal fornece conteúdos e funcionalidades diversas, além de outros trajetos possíveis para a navegação no ciberespaço. Como será apresentado a seguir, o ciberativismo nos anos 1990 esteve assentado numa simbiose, ao menos temporária, entre BBS e portais.

⁷³ A partir daqui “internet” será usado como sinônimo de “web”. Embora essa seção e o capítulo 2 tenham deixado evidente o que representa cada termo, a progressiva centralidade da web como sistema de navegação na internet faz com que a diferenciação deixe de ser produtiva. Quando necessário, será apontado que o acesso se deu “fora da web” — exceto no caso dos BBS, em que a menção se faz desnecessária pelo que já foi exposto.

3.2 Dos BBS aos portais temáticos: o ciberativismo nos anos 1990

Em 1º de maio de 1995, dia da inauguração do acesso comercial à internet no Brasil⁷⁴, foi lançado pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) o BBS Direitos Humanos e Cultura (ver Figura 7). O BBS tinha como objetivo disponibilizar informações e dados para ativistas dos direitos humanos e militantes de movimentos populares para que estes pudessem empreender ações locais, como “fazer um habeas-corpus ou qualquer outra medida jurídica ou simplesmente obter a lista de desaparecidos políticos e o endereço das delegacias de mulheres”⁷⁵. Direitos Humanos e Cultura era uma ponte entre os usuários e a internet, à qual o BBS se conectava por meio do provedor do Alternex⁷⁶. Foi essa iniciativa, inclusive, que despertou o interesse do CDHMP para o mundo digital:

Quando o vídeo popular começa a dar mostras de enfraquecimento, em meados de 1994 [...], deslumbrados com o que estava acontecendo via IBASE com o ALTERNEX/RENPAE e principalmente, com a transmissão da Conferência de Viena de Direitos Humanos (1993), formamos um grupo de discussão para fazer a transição do analógico para o digital⁷⁷.

Figura 7 — Primeira tela do BBS Direitos Humanos e Cultura (1995)



Fonte: DHnet, 1995.⁷⁸

Essa transição para o digital, porém, não foi automática; antes contou com a divulgação do BBS por meio de boletins informativos, folders e cartazes, bem como oficinas de capacitação

⁷⁴

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12775&anchor=540943&pd=f9c7a46deadc38c09c4a333e1f2fb9a6>

⁷⁵ <http://www.dhnet.org.br/dhnet/midia/navegarbbs.html>

⁷⁶ <https://acervo.estadao.com.br/publicados/1995/05/15/g/19950515-37098-nac-0070-inf-g32-not-xqpwxqp.jpg>

⁷⁷ http://www.dhnet.org.br/w3/teiavida/digital/maya_rom.htm

⁷⁸ <http://www.dhnet.org.br/dhnet/textos/historiadhnet.htm>

para o uso do sistema. Com vistas a democratizar a comunicação, o CDHMP promovia ações on e offline, como o curso “Os Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos”, que envolvia a disponibilização de material digital (na internet e em CD) para a realização de ciberoficinas interativas e também encontros presenciais em cidades como Natal, Belém e Rio de Janeiro (SOUSA, 2005). Com sede em Natal, o CDHMP, enquanto articulador da Rede Estadual de Direitos Humanos, realizou Caravanas de Direitos Humanos por diversas cidades do Rio Grande do Norte, coletando dados sobre as localidades — que eram posteriormente sistematizados e discutidos — e fomentando a formação de Núcleos ou Clubes de Direitos Humanos. O Centro compunha ainda o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), demonstrando forte vocação associativa.

Foi nesse espírito que o BBS Direitos Humanos e Cultura, por meio da ONG CENARTE – Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural, converteu-se no portal DHNet, com os complementos: “Rede de Telemática Direitos Humanos & Cultura”, “Rede Direitos Humanos e Cultura” e ainda “Enciclopédia Digital de Direitos Humanos”. Os muitos codinomes do site condizem com sua gama de funcionalidades. O portal manteve e ampliou o caráter enciclopédico do BBS, com a organização, produção e divulgação de conteúdos sobre o tema, em acervo “composto de artigos e ensaios sobre direitos humanos, leis, documentos, declarações, relatórios de encontros, manifestos, cartilhas, manuais e links úteis” (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005, p. 70). Além disso, o DHNet promovia a comunicação e interação entre diversas organizações e movimentos de DH espalhados pelo país; possibilitava a estes a construção de seus próprios sites sob aquele domínio; e fornecia download de muitos programas. O portal iniciou ainda o “Movimento dos Sem Tela” como forma de tentar diminuir a desigualdade de acesso à informação e à informática; dentre as ações adotadas estava a disponibilização de computadores comunitários (“orelhões eletrônicos”) com acesso a um programa contendo dados da DHNet e, quando possível, com acesso à internet.

Os sites ligados à DHNet permitiam “cadastrar voluntários, promover campanhas e receber doações” (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005, p. 78), além de encorajar o debate por meio de fóruns e abrir espaço para que fossem feitas denúncias de violações de direitos humanos. Organizados em rede, formavam uma espécie de guerrilha virtual. Tal guerrilha conseguia promover ações concertadas, como em 1996. Naquele ano fora assassinado Gilson Nogueira, advogado de DH do Rio Grande do Norte e membro do CDHMP, sob fortes suspeitas do envolvimento de grupos de extermínio e agentes do Estado. As organizações bombardearam

organismos de DH e agências de notícias com as denúncias, conseguindo que o fato ganhasse visibilidade nacional e internacional.

Ainda que não diretamente ligadas às lutas populares das ONGs, outras iniciativas à esquerda surgiram no começo dos anos 1990. Convidado pelo cineasta Karim Aïnouz, em junho de 1993 o jornalista André Fischer levou uma mostra de curtas brasileiros com temática LGBT para o *New York Gay and Lesbian Experimental Film Festival* (Festival de Filme Experimental Gay e Lésbico de Nova Iorque) — à época conhecido como MIX New York. Entre 5 e 10 de outubro do mesmo ano, Fischer organizou o primeiro Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, que passaria a ser realizado todo ano desde então. Para a segunda edição do Festival, o jornalista abriu o BBS Mix Brasil em São Paulo e, depois, no Rio de Janeiro. Nesse primeiro momento, nada do mundo virtual era óbvio:

Então eu me lembro que os primeiros folhetos do Mix Brasil, do BBS e tal, era explicando o que quer dizer “online”, explicando assim, sabe... “olha o que você pode encontrar”, botar o modem, que é uma caixinha... e era muito didático nesse sentido. E falando assim “olha, isso é um instrumento pra nossa comunidade, pra gente poder se encontrar, falar com pessoas”.⁷⁹

Nada era óbvio, muito menos imediato:

o BBS tinha essa coisa no começo, no primeiro ano, no segundo, sei lá, que a gente se conectava com internet duas vezes por dia. Então entrava meio dia e acho que às seis da tarde, alguma coisa assim, a gente entrava e aí tudo o que as pessoas postaram, fizeram, aí mandava e baixava pacotes de coisas lá, né. Depois é que foi, enfim, com uma conexão melhor, foi aumentando essa frequência, mas era a relação com internet, bom, a gente era uma ponta ali, uma pontinha dentro da internet. Mas era tudo feito, as comunicações eram feitas internamente mesmo, no chat do próprio BBS, nos painéis que tinha lá, era ali dentro mesmo que as coisas aconteciam.

O objetivo do BBS era reunir a comunidade LGBT para além dos espaços presenciais guetificados — como as boates — e, com isso, possibilitar um encontro a partir do público do Mix Brasil. A propósito, Fischer conta que o termo GLS⁸⁰ (gays, lésbicas e simpatizantes) foi inventado por eles exatamente para descrever o público do Festival no manifesto de lançamento do BBS. O termo se disseminou nos anos posteriores:

e aí a coisa pega muito rapidamente, né, as pessoas começam a usar isso aí; hoje eu entendo a importância, sei lá, histórica e o porquê dessa sigla ter sido usada tão... por todo mundo, muito louco, você vê, assim, no final de 95 o jornal do Ceará se referindo às pessoas LGBT como GLS lá, sabe, assim, é... chegando para fazer o festival, sei lá, em 96, no interior do Mato Grosso, e GLS já é uma expressão que todo mundo usa, então foi muito rápida a disseminação dessa... porque acho que tinha um desejo das pessoas de pertencerem, um não comprometimento com você ser gay, qualquer pessoa podia dizer que era simpatizante, tinha essa questão.

⁷⁹ Entrevista concedida por André Fischer ao autor em 26 de fevereiro de 2021.

⁸⁰ A sigla surgiu de uma brincadeira com os carros Gran Luxo Super, era uma forma de dizer que ser gay era legal como aqueles carros mais sofisticados.

Como aponta Facchini (2002), GLS de fato ajudou a “ampliar os limites do gueto”, mas era visto como uma “sigla mercadológica” por setores mais organizados do movimento LGBT. Além disso, o próprio criador da sigla a vê hoje como parte de um momento histórico específico, que perdeu lugar num debate que evoluiu, sobretudo no sentido de incluir o T — travestis, transexuais e transgêneros.

O site do MixBrasil surgiu ainda em 1994 com caráter jornalístico e profissional — já naquele momento possuía um assistente remunerado —, mas também erótico e bem humorado. As sessões da primeira versão incluíam: agenda de eventos e roteiro de estabelecimentos voltados à comunidade LGBT; espaço para “troca troca” (encontros virtuais); galeria de fotos eróticas e área para a venda de vídeos com conteúdo sexual; informações sobre o Festival MixBrasil; dicionário de gírias gays; guia para pais de homossexuais; e uma página de links — em português, havia apenas os sites da cantora Vange Leonel e da então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), além de página interna do candidato a vereador Elias Lilikã, “o primeiro candidato assumidamente gay”. Nesse momento, o portal mantinha uma chamada para o BBS, com explicação do funcionamento, número de telefone e indicação do conteúdo:

No BBS MiX Brasil você vai encontrar um e-nor-me Banco de Imagens sobre Música, Idolos, Roteiros, Madonna, o maior acervo de Arte Homoerótica do país, cinema, todas as variações sexuais que você já imaginou sem nenhuma censura e muuuito mais. Você encontra também textos eróticos em português e inglês, informações sobre Aids e Saúde, sons, vídeos e programas.
 Informações e dados estatísticos sobre cultura gay no Brasil e no Mundo.
 Você pode fazer Chat (conversas ao vivo) com pessoas que realmente interessam ou ainda trocar mensagens em mais de 30 conferências de assuntos específicos.⁸¹

Em 1995 ocorreu no Rio de Janeiro uma marcha após a 17ª conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, no que ficou conhecida como a primeira parada LGBT do Brasil — da qual Fischer participou. Em São Paulo, houve uma tentativa parecida em 1996, mas só em 28 de junho de 1997 ocorreu a primeira parada LGBT na cidade. Antes disso, porém, em 20 de janeiro de 1997, o MixBrasil colocou no ar uma “parada gay virtual” (ver Figura 8). Organizada pelos membros do BBS, o objetivo da parada virtual era reunir mensagens de apoio à causa enviadas pelo público, que seriam exibidas numa página, como descreve Benjamin Bee:

Um mestre de cerimônias, a BBS, recolhe as mensagens, que vão ser agrupadas e jogadas numa homepage. Além disso, homenagearemos as pessoas que morreram vítimas da Aids ou da violência. Haverá a ala dos pais e filhos. Será um desfile público, que garantirá a privacidade dos que não quiserem se expor.⁸²

81 <https://web.archive.org/web/19970413022214/http://www.mixbrasil.com.br/bbs.html>

82

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13398&anchor=5344944&pd=3b84db9f0883e805d57629913b1fbb3e>

Figura 8 — Notícia sobre a parada gay virtual do MixBrasil (13/01/1997)

FOLHA DE S. PAULO
segunda-feira, 13 de janeiro de 1997 **Ilustrada** 4 ■ 3

GLS *Evento acontece no dia 20, de São Sebastião, 'padroeiro dos homossexuais'; iniciativa é de usuários da MixBrasil*

BBS faz 1ª parada gay virtual do mundo

MARCELO RUBENS PAIVA
especialista para a Folha

O próximo dia 20 de janeiro é a data escolhida para a primeira parada gay virtual do mundo.

A iniciativa partiu de usuários da BBS MixBrasil, rede de informações dirigida a gays, lésbicas e simpatizantes. A parada conta com apoio do provedor.

Até o dia 19 de janeiro, todos os usuários estão convidados a enviar mensagens de apoio à comunidade homossexual que luta pela "cidadania plena".

Com o próprio nome ou pseudônimo, o usuário deve acessar as conferências do MixBrasil (www.mixbrasil.com.br), ou enviar e-mails para johnnys-kank@geocities.com ou para albenjamin.bee@mixbrax.apc.org.

No dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, "o padroeiro dos homossexuais", segundo Benjamin Bee, organizador da parada, o MixBrasil colocará na rede uma homepage da Virtual Gay Parede, incluindo as manifestações de apoio.

Paradas gays

Em ruas das principais cidades do mundo, é comum paradas gays anuais onde se manifesta o orgulho de ser homossexual.

A mais famosa atravessa as ruas centrais de San Francisco (EUA), no último domingo de junho, marcando o início do verão. Tal parada é, hoje, data festejada da cidade, atraindo turistas — quem a abre são as Dikes on Bikes (lésbicas sobre rodas).

Em Nova York, a parada atravessa o Central Park no Stone Wall Day, dia em que houve um massacre de homossexuais no bar Stone Wall, na década de 70.

No Brasil, as parcas tentativas de se organizar uma parada gay nas ruas mingaram.

Segundo Benjamin Bee, pseudônimo de um artista plástico que não quer seu nome divulgado, "os homossexuais brasileiros são intimidados". Para falar da parada gay virtual, Bee concedeu uma entrevista pelo telefone.

Folha - O homossexual brasileiro prefere o anonimato?

Benjamin Bee - A maioria é intimidada pela sociedade. Não gosto da palavra enrustido, que tem um sentido pejorativo. Os gays, aqui, ficam dentro do armário. Sem contar que, durante a ditadura, eles foram perseguidos. O gay brasileiro é muito discriminado.

Folha - Como vai ser a parada virtual?

Bee - Um mestre de cerimônias, a BBS, recolhe as mensagens, que vão ser agrupadas e jogadas numa homepage. Além disso, homenagearemos as pessoas que morreram vítimas da Aids ou da violência. Haverá a ala dos pais e filhos. Será um desfile público, que garantirá a privacidade dos que não quiserem se expor.

Folha - Por que não existem paradas nas ruas brasileiras?

Bee - Em julho do ano passado até que houve uma tentativa, no centro de São Paulo. Foi um fracasso. Nem os organizadores apareceram. No México e na Argentina já existem paradas gays.

Folha - O Carnaval é a plataforma de visibilidade do gay brasileiro?

Bee - O Carnaval tem outra conotação. Precisamos de uma manifestação política. Não se pode esquecer que o Brasil tem influência católica, e a Igreja discrimina os homossexuais.

Folha - A violência intimidada os homossexuais?

Bee - Claro. No ano passado, houve um massacre no Burger Beer (ponto de encontro de homossexuais, na avenida da Consolação, São Paulo). Trinta pessoas entraram no bar. Foi uma pantufaria. Gay é um polo de atração. Agora, mais que nunca, está na moda. Mas ele não é pleno na vida pois não pode se mostrar. Quase não tem organizações, não se aviz que mexem com Aids.

Folha - A parada virtual pode resultar numa futura parada nas ruas?

Bee - Ela pode ser estopim. Mas não se pode marcar paradas facilmente. Tem que ser no verão. Será no dia 20 de janeiro, no Rio de Janeiro, em São Paulo. André e os dois são terrados, e antecedem o carnaval.



Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 1997.

Em 1996, André Fischer assumiu uma coluna fixa na Folha de São Paulo (na Revista da Folha) — a coluna “Gay” passou a se chamar “GLS” — e em 1997 o Portal MixBrasil foi abrigado no UOL. Com os recursos do “portal dos portais”, o MixBrasil chegou a ter 18 funcionários (12 de carteira assinada), transformando-se em uma verdadeira redação. Essa maior profissionalização do portal intensificou a busca pelo furo jornalístico (o que gerava um clima de competição com outros sites do gênero) e possibilitou a realização de entrevistas com figuras importantes, como senadores e governadores. O grande sucesso, porém, sempre foram os contos eróticos, sejam eles enviados pelo público ou escritos pelos próprios membros do portal. O link para os contos ficava num espaço escondido o bastante para manter a “seriedade” de um portal jornalístico, mas explícito o suficiente para que os internautas interessados o encontrassem.

Ao longo dos anos, o MixBrasil se converteu em uma referência LGBT na internet e estabeleceu uma relação de amizade com a G Magazine (revista de nu masculino), mas também de disputa para noticiar novidades. Quanto à relação com adversários, Fischer diz que “o Mix sempre teve a pretensão de ser a Rede Globo do movimento LGBT”. A referência não é trivial: o objetivo do Mix era ser o principal portal LGBT do país e por isso mesmo tinha boas relações com militantes, personalidades, sites e veículos de imprensa dentro e fora da rede. Fischer, contudo, fez questão de frisar: “diferentemente da Globo, a gente mencionava outros portais”.

Se a internet da década de 1990 foi espaço para a construção de portais progressistas, também abrigou iniciativas conservadoras. A Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família -

PROVIDAFAMÍLIA foi criada em 1993 por Humberto Leal Vieira. A Providafamília tinha como objetivo a promoção da “defesa da vida, desde a concepção até a morte natural e dos valores cristãos, éticos e morais da família” e surgiu dois anos após a apresentação do primeiro projeto de lei para a descriminalização do aborto no Brasil (ROCHA, 2020). O portal da Providafamília foi inaugurado em 5 de setembro de 1997, no I Encontro em Defesa da Vida e da Família, realizado em Brasília. O encontro contou com a participação de políticos e do cardeal Alfonso López Trujillo, presidente do Pontifício Conselho para a Família da Igreja Católica — para o qual Vieira fora nomeado consultor naquele mesmo ano. Ao fim do encontro, foi lançada uma declaração dos participantes que tinha como um dos pontos: “4. A criação de uma rede de informação entre os Movimentos Pró-Família e Pró-Vida, aproveitando as modernas técnicas como a oferecida pela Internet e a ampla rede dos Meios de Comunicações Sociais, especialmente por meio da Rede Vida de Televisão”⁸³.

Figura 9 — Página inicial do portal Providafamília (1998)



Fonte: Site do Providafamília, 1998.⁸⁴

O foco do portal era mesmo a luta contra o aborto, mas as seções em sua página inicial apontam para outras preocupações adicionais: bioética, contracepção, controle da população, educação sexual, eutanásia, família, “homossexualismo”, legislação e ação parlamentar e

⁸³ https://web.archive.org/web/19980506003355/http://providafamilia.org/declaracao_i_encontro.htm

⁸⁴ <https://web.archive.org/web/19980117012222/http://www.providafamilia.org/>

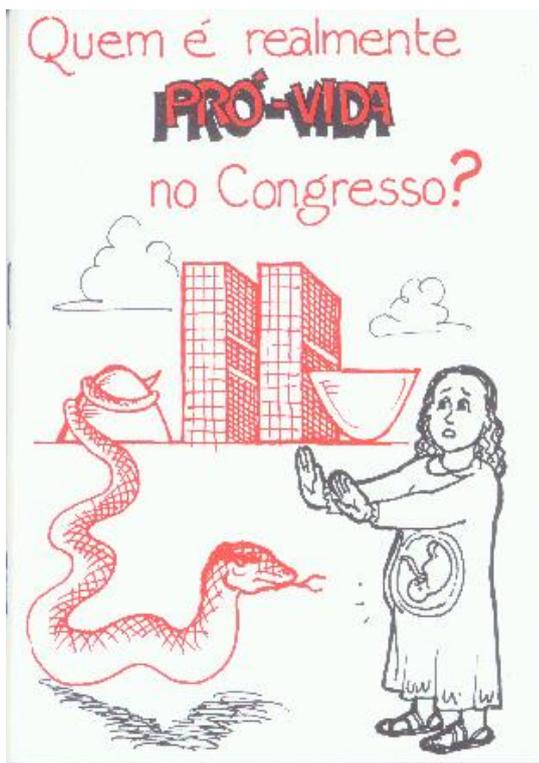
planejamento familiar natural (ver Figura 9). Como aponta Rocha (2020), essa atuação abrangente de grupos pró-vida está em sintonia com o movimento original estadunidense (de organizações como a *Human Life International*), que se opõe a formas progressistas de viver a vida, vistas como parte de uma “cultura da morte”. Por um lado, práticas como aborto, contracepção e eutanásia seriam maneiras de impedir a vida de seguir seu curso natural por meio da intervenção sobre a biologia humana. Por outro, educação sexual e homossexualidade atuariam para impedir a continuidade da procriação e a formação de famílias (heterossexuais).

Os grupos autodenominados pró-vida dividem o mundo entre quem defende a “cultura da vida” e aqueles que promovem a referida “cultura da morte”. Do lado funesto, o portal destaca parlamentares favoráveis a pautas “antivida” e também o CFÊMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que é descrito como “entidade feminista, apoiada pelo UNICEF, FNUAP, Fundação MacArthur, Fundação Ford”. Na concepção do Providafamília, haveria um “lobby pró-aborto” no Congresso Nacional financiando por organizações estrangeiras. Do outro lado da disputa, estariam organizações pró-vida, com base cristã. Rocha (2020) argumenta que o elemento unificador desse movimento é o conservadorismo, o que ajuda a mobilizar justificações laicas — morais e científicas — e também a articular diversas coletividades, em especial de diferentes denominações religiosas, como espíritas, evangélicos e católicos. Contudo, o movimento antiaborto com expressão virtual possuía estreita relação com a Igreja Católica. Para além do já mencionado Pontifício Conselho para a Família, o Providafamília menciona como parte de suas atividades a discussão de encíclicas, os Encontros de Casais com Cristo, a interação direta com autoridades eclesiásticas e a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — todas atividades, instituições e organizações católicas.

Na página de links, a Providafamília recomendava, enquanto organizações nacionais, a Aliança dos Dois Corações - Aborto⁸⁵ e o Movimento Pró-Vida da Diocese de Anápolis. Oficialmente Pró-Vida de Anápolis, esta última entidade foi criada em 1997 pelo padre Luiz Carlos Lodi da Cruz e em seu estatuto delegava ao bispo diocesano poderes fundamentais (como a nomeação do presidente a partir de uma lista quádrupla). O site da organização goiana foi lançado no mesmo ano de sua fundação e contava com diversos materiais informativos, como os zines (“livrinhos”) sobre aborto (ver figura 10).

⁸⁵ Inacessível via Wayback Machine.

Figura 10 — Zine do Pró-Vida de Anápolis (1997)



Fonte: Site do Pró-Vida de Anápolis, 1997.⁸⁶

O Providafamília e o Pró-Vida de Anápolis estavam em consonância quanto às estratégias de atuação online. Em primeiro lugar, ambos os portais tinham como objetivo formar uma opinião pública antiaborto, para o que dispunham aos visitantes materiais informativos: textos de opinião, artigos traduzidos e dados sobre o tema. O site de Anápolis contava ainda com uma série de textos de especialistas em direito (advogados, procuradores, juízes) com argumentos jurídicos antiaborto em formato zip para livre distribuição. Além disso, os dois atores se empenhavam na fiscalização de atividades políticas que pudessem vir a facilitar a realização do aborto no Brasil. O Congresso era o principal alvo das preocupações e ações devido à tramitação do PL 20/1991, que previa a descriminalização do aborto. Por isso, os sites mantinham listagens com os posicionamentos e as votações dos parlamentares, recomendando aos visitantes que punissem esses políticos com o voto e fizessem pressão por meio do telefone ou e-mail de seus gabinetes. Para mostrar força coletivamente, empregavam também abaixo-assinados — com possibilidade de participação por e-mail ou impressão do texto-base para coleta mecânica de assinaturas — e coordenavam manifestações presenciais. O Providafamília

⁸⁶ <https://web.archive.org/web/19990210083542/http://www.genetic.com.br/~provida/>

especificamente possuía um papel de articulação mais destacado, com a divulgação de chamados para encontros e conferências presenciais.

Esses portais conservadores abriram espaço para um movimento que se consolidaria ao longo dos próximos anos e que tem como ponto articulador a figura de Olavo de Carvalho. Reconhecido por seus pares como filósofo, embora não tenha concluído qualquer graduação, Olavo é autor de uma série de livros que empregam um liberal-conservadorismo específico para a reflexão sobre o mundo e o lugar do Brasil no contexto internacional. Astrólogo em certo momento da vida, ganhou espaço no debate público após exercer diversas funções em veículos de imprensa, constando, inclusive, como colunista em muitos deles. A vocação messiânica e o tom polemista renderam ao escritor inúmeros inimigos, mas também uma horda de seguidores — muitos deles alunos de seus Seminários de Filosofia.

Na segunda metade dos anos 1990, Olavo quis se lançar como crítico cultural e buscou financiamento junto a setores pró-mercado, dos quais havia se aproximado após ministrar cursos e palestras (ROCHA, 2018). A dificuldade em conseguir patrocínio e a necessidade de cobrir os gastos excessivos levaram o escritor a buscar na internet um espaço para divulgar suas ideias, angariar novos alunos e conseguir doações (PATSCHIKI, 2012). O site Olavo de Carvalho - *Sapientiam autem non vincit malitia*⁸⁷ entrou no ar em maio de 1998, creditado ao próprio Olavo e a Marcelo De Polli, um dos alunos dos seus seminários. Roxane Andrade de Souza, esposa do escritor, é creditada por sua biografia.

O site se dedicava a uma entronização de Olavo de Carvalho, com informações sobre sua trajetória, indicação de seus livros, reprodução de seus artigos para jornais e revistas, listagem de repercussões sobre sua obra e chamadas para os Seminários, com disponibilização das apostilas. Posteriormente, o site contaria também com um fórum para debates sobre os livros do autor e desdobramentos sobre seu pensamento⁸⁸. Na página inicial, havia três selos (*banners*): o de site do mês de abril de 1999, concedido pelo guia de jornalismo da Openlink; o da campanha internacional contra o “politicamente correto” (que será encontrada posteriormente em outros sites de direita); e o de acesso para o portal Aborto. Este último retribuía o link a Olavo e se conectava ao Providafamilia⁸⁹, do qual colhia informações a serem disponibilizadas publicamente.

No fim de 1998, Olavo propôs aos responsáveis pelo portal Gramsci e o Brasil um "intercâmbio de links". Conforme sua descrição, o site dedicado a Gramsci almejava

⁸⁷ "A malícia não vence a sabedoria" (Sab. 7:30), segundo o próprio site.

⁸⁸ <http://web.archive.org/web/20001018124858/http://olavodecarvalho.org/cgi-bin/forum/Ultimate.cgi>

⁸⁹ <http://web.archive.org/web/19991001172025/http://www.aborto.com.br/index2.html>

estabelecer “uma rede virtual, descentralizada e sem pretensão de exclusividade, na qual circulem informações, nasçam contatos, se refaçam pontos de referência comuns”⁹⁰. Em sua estrutura, havia a página “Bibliografia”, com uma listagem de obras de Antonio Gramsci, escritos de autores brasileiros sobre o filósofo italiano, textos traduzidos de comentadores e também textos em sua língua original. Mantenedores do portal, Luiz Sérgio Henriques, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira responderam conjuntamente a Olavo de Carvalho no Natal daquele ano, concordando em incluir seu livro “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci” na página bibliográfica⁹¹. O trio, entretanto, rechaçou a proposta de troca de links:

Consideramos muito positivo que o senhor tenha na Internet um site pessoal, no qual expressa suas posições políticas e filosóficas, entre elas as que criticam Antonio Gramsci. Estamos seguros de que o senhor também é a favor de que pessoas de esquerda, identificadas com Gramsci e com o socialismo, possuam seu próprio site, no qual manifestam outras posições, radicalmente diferentes das suas.

Em "Gramsci e o Brasil", incluímos "links" de páginas que julgamos importantes para a difusão de nossos valores democráticos e socialistas -- e não colocamos, aos "linkados", nenhuma "condição" para essa inclusão. Portanto, não estamos interessados no intercâmbio que, sob "condições", o senhor nos propõe. Sem mais, no momento, também lhe desejamos os melhores votos.⁹²

Olavo ironizou a resposta e publicou o diálogo em seu site “para que todos os visitantes tenham o prazer de conhecer a mentalidade gramsciana ao vivo e a cores”. Como será exposto na próxima seção deste capítulo, Gramsci é um autor central para as leituras olavistas, o que explica a crença do escritor de que a cultura brasileira estaria se transformando “num vasto sistema de hyperlinks gramscianos”.

Ainda mais importante na práxis olavista, contudo, é a confrontação direta e belicosa de intelectuais, analistas e interlocutores em geral (ROCHA, 2018). Foi esse o tom adotado pelo escritor em suas colunas pelos jornais em que escreveu. Não eram raras também as tréplicas de Olavo a comentários sobre suas colunas no painel destinado ao leitor. Em certo momento, o movimento entre seu espaço na mídia impressa e na mídia virtual deu a volta: Olavo passou a colocar o endereço de seu site nas colunas que escrevia nos jornais como forma de prolongar os confrontos. Como pode ser visto na Figura 11, Olavo antagonizou com Cecília Coimbra, fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, rejeitou a alcunha de “defensor de tortura” e convocou os leitores d’O Globo a acessarem uma reposta mais elaborada em seu site — o texto mencionado provavelmente era “Obrigado, dona Cecília”⁹³.

⁹⁰ <https://web.archive.org/web/19990204040455/http://www.artnet.com.br/gramsci/quem.htm>

⁹¹ <https://web.archive.org/web/19990423052818/http://www.artnet.com.br/gramsci/biblio.htm>

⁹² <https://web.archive.org/web/19991013154917/http://www.olavodecarvalho.org/textos/enfeza.html>

⁹³ <https://web.archive.org/web/20180409104249/https://olavodecarvalho.org/obrigado-dona-cecilia/>

Figura 11 — Trecho final da coluna de Olavo de Carvalho em O Globo (27/01/2001)

PS — Tendo outras coisas a dizer neste meu espaço semanal em vez de gastá-lo para rebater a nova investida caluniosa de dona Cecília Coimbra (O GLOBO, 20 de janeiro), mas ao mesmo tempo repugnando-me toda afetação de silêncio superior, coloquei uma resposta a ela e a seus comparsas no meu website, <http://www.olavodecarvalho.org>, onde mostro como essa senhora, por inépcia furiosa, prova o que queria desmentir e desmente o que queria provar. E, doravante, chega de explicações: qualquer nova tentativa de fazer do meu artigo “Tortura e terrorismo” uma apologia da tortura será respondida diretamente com um processo judicial.

OLAVO DE CARVALHO é filósofo.

Fonte: Acervo O Globo, 2001⁹⁴

O estilo divisivo de Olavo de Carvalho lhe rendia desafetos, mas também criava uma identidade que mobilizava aliados. Muitos desses, em sintonia com o mentor, investiram na internet como espaço para aumentar sua rede de relações e expandir o alcance de suas ideias. Foi assim que surgiu o portal O Expressionista, criado pelo estudante de Comunicação Social santista Diogo Chiuso, que se propunha ser uma “publicação independente com o propósito de estimular debates de idéias em um espaço com liberdade de expressão”⁹⁵. Chiuso era editor, diagramador e colunista do site, mas contava também com os escritos de jornalistas como Clóvis Rossi e Boris Casoy, e mesmo de Olavo.

O Expressionista retornava links para os já mencionados site do Olavo e portal Aborto e também para O Indivíduo. Este último portal foi criado por estudantes da PUC-Rio após terem o jornal de mesmo nome recolhido pela reitoria sob acusação de racismo. O caso repercutiu na imprensa, com colunas e reportagens debatendo o ocorrido e defesa do próprio Olavo de Carvalho, além de Carlos Heitor Cony, José Osvaldo de Meira Penna, Miguel Reale e, em certa medida, de Elio Gaspari. Acuados pelas represálias na universidade, Alvaro Velloso, José Roberto de Barros, Pedro Sette Câmara e Sérgio Coutinho de Biasi resolveram replicar a

94

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=olavo+de+carvalho&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2001&mesSelecionado=1&diaSelecionado=27>

⁹⁵ <http://web.archive.org/web/19991103231420/http://www.bsnet.com.br/usr/chiuso/info.htm>

primeira edição do jornal estudantil na internet. Pedro Sette-Câmara, um dos integrantes do grupo, descreve assim:

Por causa da polêmica, Sergio de Biasi rapidamente comprou o domínio oindividuo.com e fez um site com os artigos. Diante dos custos de imprimir um jornal, e da comparativa facilidade de manter um site, acabamos ficando só na internet. A internet, por sua vez, cresceu; e acredito que o nosso site foi lido por muitas pessoas que hoje escrevem. Não acho, é claro, que o Indivíduo foi a motivação para que as pessoas passassem a escrever; mas acho que elas se sentiram mais à vontade para falar mal do esquerdismo e das modas acadêmicas depois que três garotos o fizeram, apanharam na imprensa (eu cheguei a levar também um soco na cara na PUC. Não vi quem foi) e sobreviveram bem.⁹⁶

O Expressionista e O Indivíduo comungavam da mesma base interpretativa, possuíam colonistas em comum e contavam com estrutura similar. Ambos tinham páginas fixas (para informações e links) e uma página central de caráter dinâmico, com a atualização de colunas, numa tentativa de mimetizar a lógica dos jornais e seus portais. O Indivíduo mantinha ainda uma seção de cartas para a interação com os leitores. Quanto às diferenças, o portal santista tinha como foco interpretações mais cotidianas sobre a política e a cultura, ao passo que o carioca objetivava reflexões de cunho mais filosófico a partir de um elogio da individualidade.

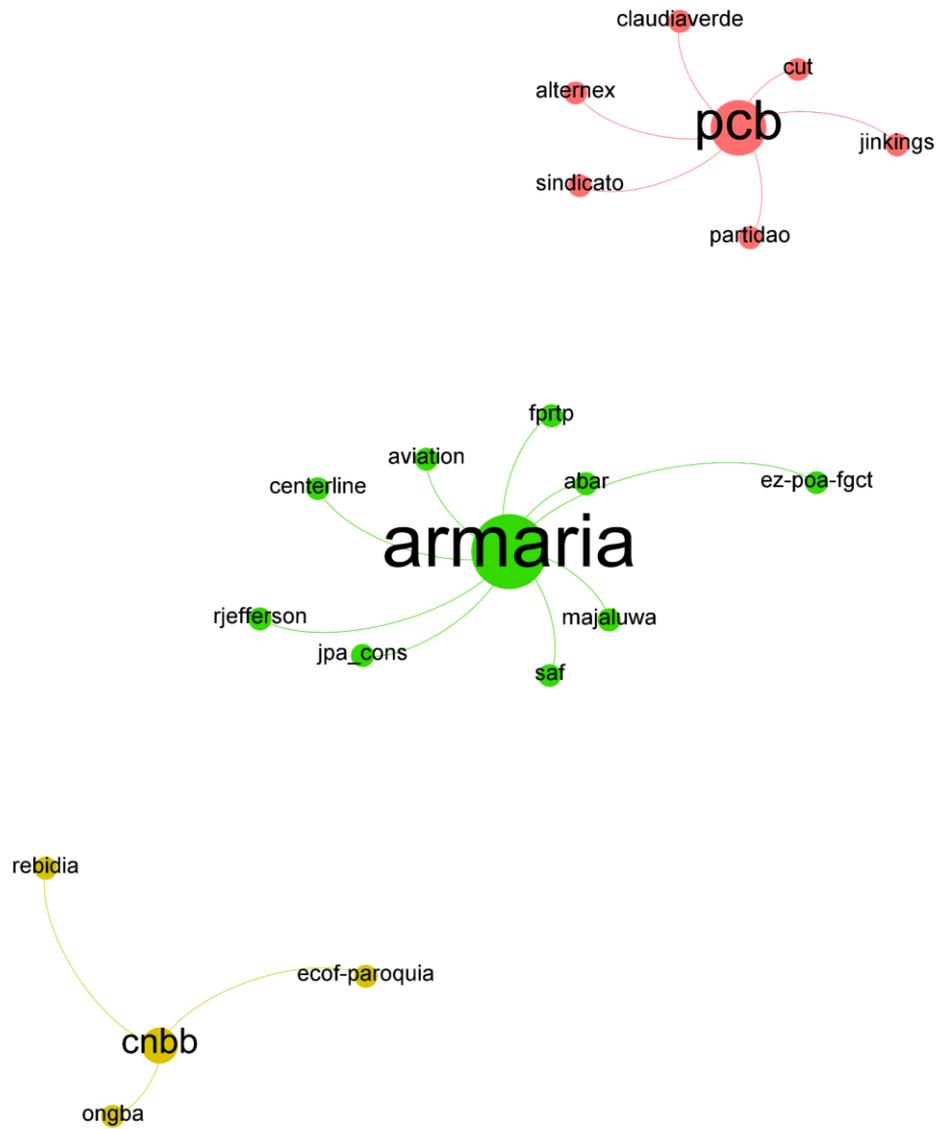
Ao fim dos anos 1990, apenas 2% da população brasileira possuía acesso à internet⁹⁷; ainda assim o ambiente virtual do país passou por intensas mudanças. Os BBS perderam espaço após anos de convivência com a web, que se tornou dominante e concentrou a atenção de quem buscava a comunicação mediada por computador. A criação e atualização de páginas virtuais se mantinha como uma atividade de poucos, sobretudo aqueles com conhecimento de HTML e recursos para pagar domínio e hospedagem — ou serviços especializados. Por isso e porque os mecanismos de busca eram precários, os portais serviam como porta de entrada para a internet. No ciberativismo, o espaço de debate dos BBS foi para o e-mail, enquanto os conteúdos expostos nos sites se tornaram abertos ao público.

O ciberespaço aparecia aos diversos atores como espaço de livre expressão com segurança garantida. Deste modo, foi um refúgio para atores tão diversos como católicos pró-vida e o movimento LGBT. Mais do que isso, a atuação virtual passou a ser vista como meio para a difusão de mensagens e posições políticas e também para angariar aliados. As interações conflituosas eram pouco frequentes, mas as alianças se transformavam em links, postagens e apoios públicos. O campo ciberativista começava a ganhar seus atores e suas práticas, com gramáticas ainda bastante dependentes do terreno offline. Os grafos de 1 a 4 dão um panorama desse campo emergente e seus atores iniciais.

⁹⁶ <https://oindividuo.com/2004/11/20/sete-anos-de-o-individuo/>

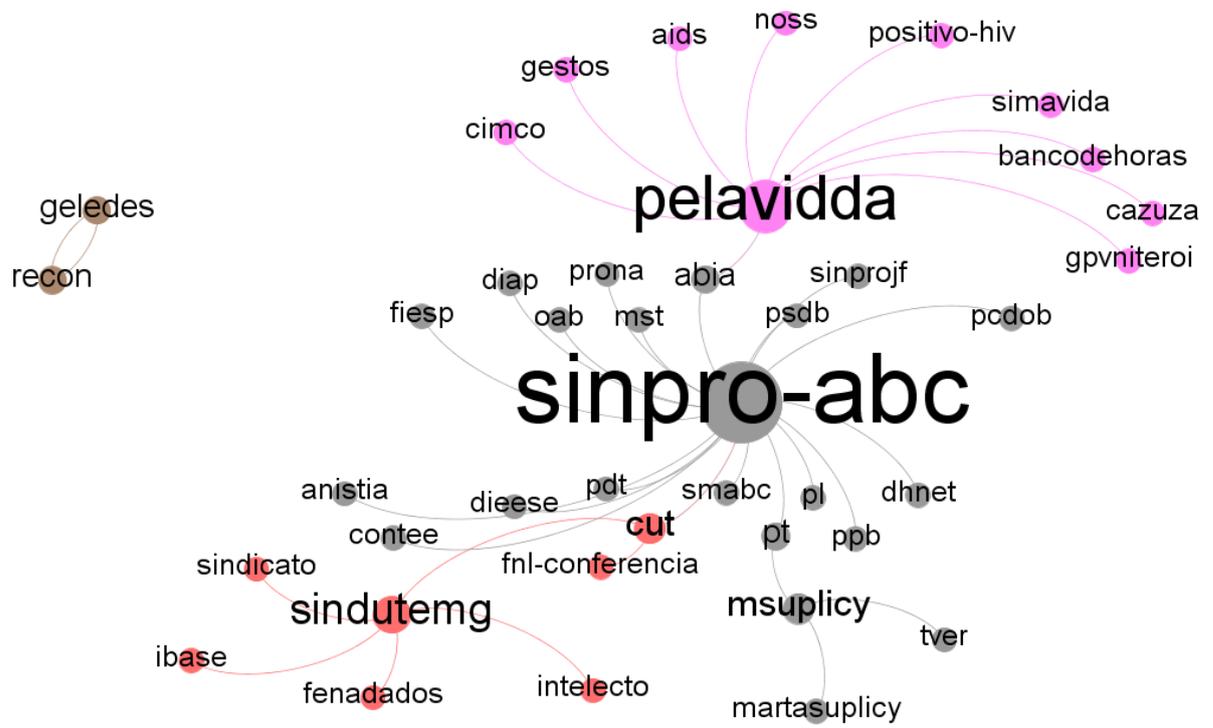
⁹⁷ <https://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.ZS?end=2016&locations=BR&start=1994&view=ch>

Grafo 1 — Rede ciberativista (1996)



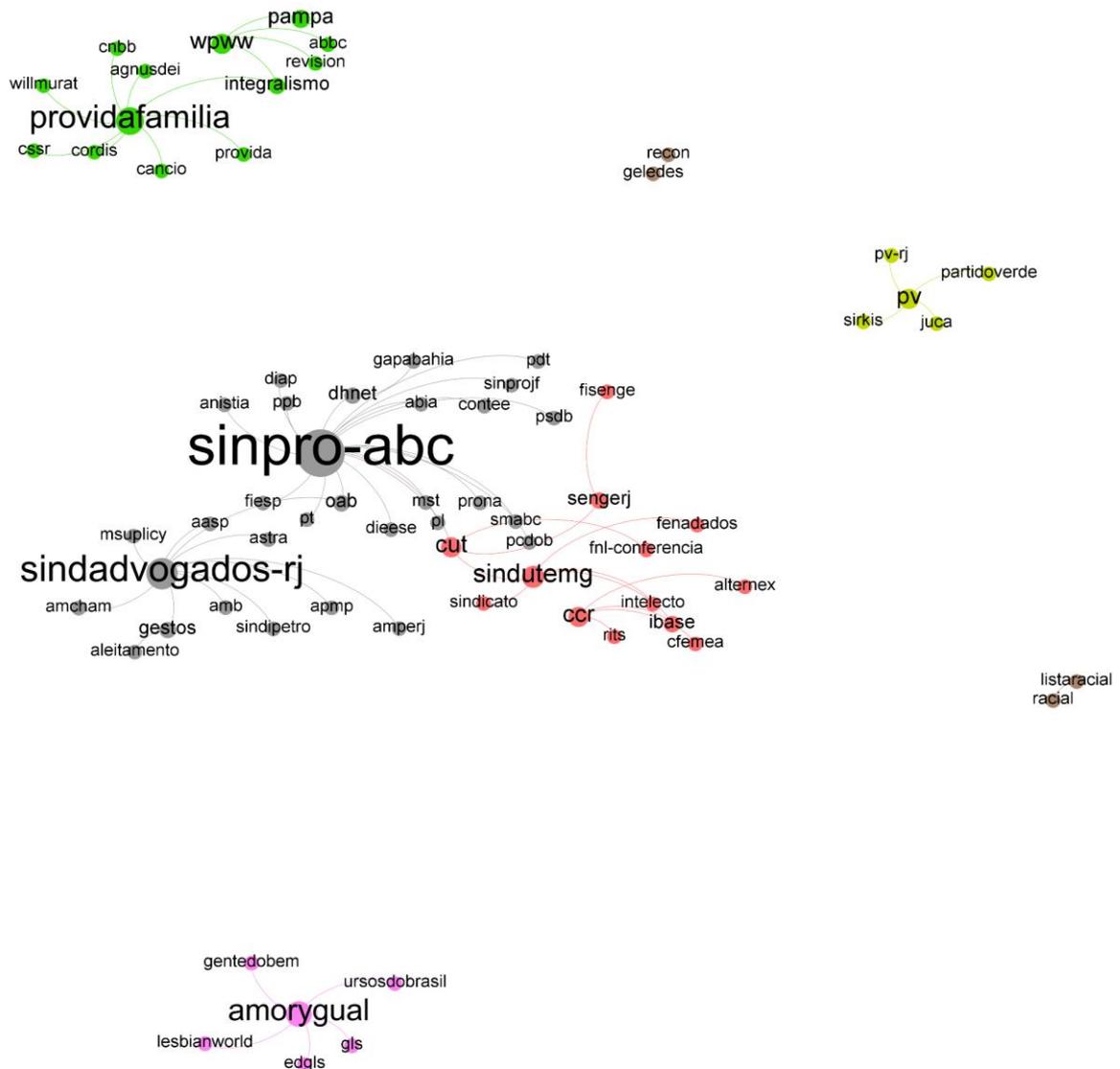
Fonte: O autor, 2022

Grafo 3 — Rede ciberativista (1998)



Fonte: O autor, 2022

Grafo 4 — Rede ciberativista (1999)



Fonte: O autor, 2022

Como discutido no capítulo 2, esses mapeamentos não são uma representação exata da realidade, mas permitem que sejam tiradas algumas conclusões. Em primeiro lugar, neste momento a rede é, na verdade, um conjunto de ilhas ideológicas, sem conexão de fato entre esquerda e direita — o Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro-ABC) se diferencia por estar à esquerda e ter links também para partidos de direita e para a FIESP, uma organização patronal⁹⁸; assim como a CNBB, que em momentos diferentes aparece à esquerda (lutas sociais)

⁹⁸ A rede formada em torno de si está em cinza, sem caracterização ideológica específica, justamente por ter conexões variadas.

ou à direita (movimento anti-aborto). Além disso, essas ilhotas são formadas principalmente em torno de atores pré-existentes, como partidos, parlamentares, sindicatos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Por fim, a direita aparece sempre isolada em um grupo uniforme, enquanto grupos de esquerda fazem conexões efêmeras e plurais.

No grupo notadamente de esquerda, vale destacar a CUT, o PCB, o PT e a então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP). Os grupos LGBT têm ligações esporádicas com a esquerda, como o MixBrasil e o Grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids). Isolado, o Grupo Amor Ygual⁹⁹, um site hospedado no UOL, almejava ser um espaço para “refletir, serenamente, sobre o que é ser gay, encontrar idéias que ajudem a enfrentar os desafios que isso ainda traz - e, enfim, vivenciar o assunto”.

O mesmo acontecia com páginas do movimento negro: ligada à esquerda, a Web Zumbi¹⁰⁰, rede de ONGs da Bahia, trazia conteúdos sobre negritude e links para sites de ONGs voltadas às lutas sociais, especialmente do estado da Bahia. Por outro lado, estavam apartados o Geledés - Instituto da Mulher Negra, ONG fundada em 1988; a página da lista de e-mails Racial¹⁰¹, que promovia debates sobre o racismo e seus desdobramentos; e a Rede Eletrônica de Comunicação de Mulheres Negras (RECON), que se propunha contribuir para a organização de mulheres negras e enfrentar o desafio de “diminuir distâncias e promover intercâmbio de informações através da difusão de agendas, da discussão de temas do nosso interesse, da socialização de idéias”.

À direita, sobressai o ARMARIA¹⁰², um portal pró-armamento, editado por quatro organizações: Associação Brasileira Dos Colecionadores De Armas (ABCA), Confederação Brasileira De Tiro (CBT), Confederação Brasileira De Tiro Prático (CBTP) e Associação Brasileira De Conservação (ABC). O site contava com artigos e editoriais voltados à defesa da liberação do armamento no país, indo de argumentos existenciais ao engajamento com tramitações legislativas; além do espaço do “Muro da Vergonha”, uma seleção de textos publicados em jornais e execrado pelos mantenedores, que recebiam sugestões dos leitores. No ano de 1999, surge um conglomerado que é capitaneado pelo Providafamilia, pela página dos Skinheads do Orgulho Paulista¹⁰³ e pelo site Integralismo, que faz a conexão entre ambos e é mantido pela Juventude Nativista Bandeira do Sigma¹⁰⁴. Embora pareça inusitado, o encontro

⁹⁹ <https://web.archive.org/web/19990224125330/http://sites.uol.com.br/amorygual>

¹⁰⁰ https://web.archive.org/web/19970605115506fw_/http://www.ongba.org.br/afro/home.html

¹⁰¹ <https://web.archive.org/web/19991127135948/http://www.racial.cjb.net/>

¹⁰² <https://web.archive.org/web/19961219205341/http://armaria.com.br/>

¹⁰³ <https://web.archive.org/web/19991004150258/http://sp.wpww.com/>

¹⁰⁴ <https://web.archive.org/web/19981202155639/http://www.integralismo.com/>

entre ativistas anti-aborto, integralistas e neonazistas não é uma surpresa para quem estuda esses atores mais de perto, como descreve Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro:

Muitos dos novos integralistas participam de movimentos católicos anti-aborto, alguns frequentam círculos pró monárquicos, alguns são militares e ainda há uma certa aproximação, não concretizada com a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e cujo símbolo, o leão rampante, é usado, ladeando o retrato de Plínio Salgado, pelos integrantes do CEDI (Centro de Estudos e Debates Integralistas) fundado em 2002. Ainda se aproximam do integralismo, os chamados “Carecas”, principalmente os de Niterói e os do ABC paulista, de inspiração nazista, contrários à defesa de direitos de minorias e anti-semitas (CARNEIRO, 2007, p. 6).

Desta maneira, a internet aparecia como um prolongamento das possibilidades da comunicação offline, transformando encontros presenciais em conexões mediadas pelo computador. A estas organizações se somavam iniciativas propriamente virtuais, que começavam a se reconhecer mutuamente, mas empreendiam poucos embates no ciberespaço. Salvo raras exceções, os embates de fato se davam de forma indireta, com atores vindos de fora daquele ambiente: com menções às organizações políticas e seus representantes. Com a progressiva utilização da internet, os BBS caíram em desuso e deram lugar aos portais. Na década seguinte, os portais se ampliaram a ponto de não mais comportar a conflitividade emergente.

3.3 A virada do milênio, os portais ampliados e os blogs

O encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1999 ocorreu em Seattle, nos Estados Unidos, sob intensos protestos de um movimento que rechaçava a globalização enquanto liberalização das economias nacionais. Meses antes, uma coalizão de jornalistas, ativistas e desenvolvedores se uniram com o objetivo de cobrir essas manifestações de maneira factual, uma vez que entendiam que a mídia corporativa estava alinhada aos interesses da cúpula do encontro. Além de reunirem diversos veículos de mídia alternativa, os organizadores puseram no ar o site Indymedia, que permitia aos usuários postar conteúdos (fotos, vídeos, textos) e se comunicar por meio de um fórum.

A partir desse evento, tomou forma o movimento antiglobalização — também conhecido como alterglobalização ou movimento por justiça global. Após Seattle, centrais do Indymedia se espalharam por outras partes do mundo seguindo as mobilizações contra os encontros de organismos globais, num primeiro momento, e depois de forma mais autônoma.

No Brasil, o Centro de Mídia Independente (CMI) foi criado no ano 2000 por um grupo paulista que vinha se organizando em torno da luta antiglobalização.

Figura 12 — Página inicial do portal Centro de Mídia Independente (2001)



Fonte: Site do Centro de Mídia Independente, 2001.

O CMI Brasil nasceu como um espaço alternativo para amplificar as vozes de movimentos sociais que não encontravam espaço na cobertura das mídias corporativas. A função primordial do site era tornar acessível para um público amplo coberturas jornalísticas de ações coletivas e também artigos escritos pelos militantes dos movimentos (ver Figura 12). O portal funcionaria como uma central de aglutinação das várias lutas sociais de modo a convergir no movimento antiglobalização, como uma conjunção de frentes confrontando um mesmo sistema.

Na prática, porém, o CMI vivia um conflito identitário: queria ser um veículo para os movimentos sociais, mas era também um coletivo em si mesmo. Em termos organizacionais, o CMI Brasil era um centro nacional formado a partir de coletivos locais — diferente de outras filiais do Indymedia, que possuíam coletivos subnacionais independentes, inclusive com endereços próprios. Seus membros participavam de listas de e-mails (nacional, locais e relativas a funções) e se reuniam presencialmente. Na busca pela horizontalidade, o CMI prezava por tomadas de decisões por consenso e distribuía funções conforme a aptidão e disponibilidade dos voluntários (CAIRES, 2010).

Além disso, membros do CMI Brasil participavam individual ou coletivamente de lutas presenciais em parceria com outros movimentos, como manifestações, ocupações e intervenções urbanas. Nesses casos, uma de suas práticas era promover a cobertura daquela

mobilização in loco, com repercussão no site sob o ponto de vista da participação ativa. Propagar informações fidedignas sobre as lutas concretas era a principal meta, mas a cobertura poderia servir também para ajudar a coibir a repressão policial, colocando os agentes do Estado sob os holofotes de câmeras de filmagem e registrando possíveis abusos de poder. O CMI realizava ainda oficinas para aprimorar os usos da comunicação digital e fazia ações próprias, como a distribuição do jornal impresso Ação Direta. É memorável também o episódio da colagem de um adesivo com o nome do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar, sobre a placa de uma rua com o nome de Roberto Marinho, dono da Rede Globo e colaboracionista do regime. O protesto acabou com a prisão de integrantes do grupo¹⁰⁵.

Organizado em torno da luta antiglobalização, o grupo inicial do CMI tinha forte tendência autonomista, com muitos membros identificados com o anarquismo. Essa concepção de mundo dificultava a relação do CMI com partidos políticos e organizações a eles vinculados. O portal tinha como princípio o anticapitalismo, pautado tanto na esfera das relações econômicas, como em seus desdobramentos nas demais dinâmicas sociais, de modo que ampliava seu escopo de atuação e abria espaço para mais vozes. Nos artigos, os principais temas versavam sobre problemas sociais, meio ambiente, libertação animal, direitos de minorias, concepções políticas, mídia, cenário político nacional e internacional, e movimentos estudantil e sindical (CAIRES, 2010).

Entre os formatos predominantes, o CMI apresentava maior quantidade de textos opinativos do que notícias sobre ações e demandas dos movimentos sociais, e ambos em volume muito maior do que textos escritos por representantes dos movimentos (CAIRES, 2010)¹⁰⁶. Essa disparidade reforça a dualidade coletivo/veículo inerente ao CMI, numa tensão que perpassa a própria conformação do portal na internet, dividido entre a coluna da direita e a coluna do meio. À direita, havia uma coluna para a publicação de textos por qualquer pessoa que visitasse o site, sem necessidade de autorização ou cadastro prévios. Com o texto no ar, entrava em cena o coletivo editorial, responsável pela moderação do conteúdo: um texto fora da política editorial (pró-capitalismo, racista, sexista, partidário) poderia ser movido para a seção de artigos escondidos (onde ainda era possível a leitura) ou simplesmente excluído. Era também do coletivo editorial a prerrogativa de mover um artigo da coluna da direita para a coluna do meio. No meio estava a coluna para a publicação de editoriais, onde ficava expressa a posição do CMI — seja por textos autorais ou pela alocação de um artigo da coluna da direita.

¹⁰⁵ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ato-contra-oligopolio-da-midia-rebatiza-Av-Roberto-Marinho/5/2127>

¹⁰⁶ Os dados se referem à coluna da direita, a ser detalhada adiante.

O coletivo editorial é mais uma das fontes de tensões identitárias do CMI: sua composição tinha forte componente de “confiança” de membros mais antigos do grupo, sem abertura imediata e sem critério objetivo. Esse ingrediente, questionável para um grupo que se queria horizontal, era entendido como necessário para manter a viabilidade e a segurança da coletividade. A comunicação entre seus membros, porém, era feita por meio de uma lista de e-mails tornada pública no próprio site, de onde se podia extrair motivações para exclusões dos textos e outras decisões. Afora a editoração e publicação de textos, os voluntários podiam se dedicar à manutenção da infraestrutura do site, à cobertura de mobilizações e ainda a traduções — afinal, o CMI sempre teve vocação internacionalista.

O CMI Brasil se tornou uma referência na internet brasileira ao longo do tempo, acumulando dezenas de milhares de acessos mensais. Seu diferencial era ter um formato prático, ágil, interativo e aberto. O portal servia como fonte de informação e espaço para a expressão e discussão de ideias, com possibilidade de influir sobre debates públicos, sobretudo entre militantes de esquerda. Como apontava Toya, uma das fundadoras do CMI no país: “A gente tem um nível de audiência muito grande, e que dá para aumentar, e conseguir estar mais presente na formação de opinião pública” (CAIRES, 2010, p. 187). Deste modo, o CMI inaugura um tipo de ciberativismo que se percebe como partícipe potencial da opinião pública, uma vez que aglutina diversos outros atores em torno de si. Neste aspecto, difere do ciberativismo nos anos 1990, mais voltado a ações isoladas e pontuais, direcionadas ao convencimento de atores específicos. A posição de Toya converge com um dos slogans do Indymedia: “Não odeie a mídia, seja a mídia!”¹⁰⁷. Como será elaborado a seguir, o rechaço à mídia hegemônica era combustível para outros atores em disputa por um lugar no ciberespaço.

Em 2002, animado pelo processo eleitoral, Olavo de Carvalho criou o Mídia Sem Máscara. O impulso por trás da criação do MSM era uma vontade de Olavo de disputar as narrativas presentes nos veículos de imprensa, como Carta Capital, Folha de São Paulo, IstoÉ, dentre outros, fornecendo opiniões e notícias “sonegadas” ao público. O portal foi inspirado pelos tabloides ingleses e por sites conservadores estadunidenses, como NewsMax, TownHall e WorldNetDaily — a inspiração se dava tanto no formato, quanto pelo fato de conjugarem notícias e colunistas sindicados, isto é, colunistas que distribuíam o mesmo texto para uma série de veículos. Foi Maria Inês de Carvalho, filha de Olavo, quem teve a função de dialogar com um programador para transformar em código HTML o projeto gráfico do pai; trabalho que foi custeado por verbas próprias e doações de poucos amigos¹⁰⁸.

¹⁰⁷ “Don't Hate the Media, Become the Media!”, no original.

¹⁰⁸ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=IMyDskwm8ow>

Figura 13 — Página inicial do portal Mídia Sem Máscara (2002)

OLAVO	ARQUIVOS	QUEM SOMOS	CARTAS	LINKS
--------------	-----------------	-------------------	---------------	--------------

MÍDIA SEM MÁSCARA

QUI SCRIBIT, BIS LEGIT

ANO 1 NÚMERO 5 EDITOR: OLAVO DE CARVALHO 14 DE NOVEMBRO DE 2002

Quem armou Saddam: nós.

↓ Paulo Diniz traz à luz alguns fatos - essas coisas antigas chamadas fatos - e conclui que, na Guerra do Golfo, os EUA não armaram nem financiaram o Iraque. Quem o fez foi o Brasil, junto com seus coleguinhas da turma soviética.

[Mais ▶](#)

Terror, Fardas, Gaspari

EXTRA As possíveis revelações do novo estudo de Elio Gaspari e como a mídia não as cogitou. Por Sandro Guidalli

[Mais ▶](#)

A mídia totalitária

EXTRA Entrevista com Antonio Fernando Borges, autor de *Braz, Quincas e Cia*. Por Sandro Guidalli.

[Mais ▶](#)

O beabá do MST

EXTRA O paraíso socialista idealizado por Lênin, Fidel e Che Guevara tem uma legião de seguidores entre alunos de uma escola encravada em Veranópolis, a 130 quilômetros de Porto Alegre.

[Mais ▶](#)

O petismo atlético

EXTRA O puxassaquismo ao mais novo "salvador da pátria amada" já atingiu a área esportiva. Qualquer semelhança com o regime militar... Por Paulo Diniz.

[Mais ▶](#)

Arbex: que jornalismo é esse?

EXTRA José Arbex Jr. (*Caros Amigos*) é tudo, menos um jornalista de caráter. Por Sandro Guidalli.

[Mais ▶](#)

O assunto que nasceu morto

Direto do NYT para o OESP, a cantilena liberal não muda uma nota sequer. Está aí um artigo de Paul Krugman que não nos deixa mentir. Por

Propaganda enganosa da braba

DESTAQUES

Leia e assine! Proteste enquanto é tempo!
[Manifesto contra a ditadura esquerdista na mídia](#)

Fonte: Site do Mídia Sem Máscara, 2002.

O site finalmente foi ao ar em agosto de 2002: em vermelho, branco e preto, como mostra a Figura 13. No topo, um menu que dava acesso ao site de Olavo, a um arquivo dos artigos, à página com a descrição do projeto, a um espaço para cartas dos leitores (devidamente respondidas) e a uma lista de links (páginas de colunistas e páginas afins, brasileiras ou não). Como nos jornais impressos, seguiam-se o cabeçalho e a manchete. Na coluna da esquerda, constavam destaques informativos, espaço publicitário, caixa de busca interna e uma listagem dos colunistas, com cada nome sendo um link de acesso para os textos daquele autor. À direita, divididas em três colunas, estavam caixinhas com o título e o resumo dos artigos — vale pontuar que muitas vezes o título na página inicial não era idêntico ao título real do artigo, pois tinha que ser curto para que pudesse ser exibido com letras grandes para chamar a atenção.

Quanto ao conteúdo, cabe apontar de saída que a gramática olavista é baseada num anticomunismo específico, pois entende que a estratégia marxista-leninista da revolução pela

conquista do Estado teria se convertido em “gramscismo”, passando a objetivar uma revolução cultural para subjugar um povo e seus valores e só então conquistar o poder (PATSCHIKI, 2012). Nessa leitura, a ditadura militar iniciada em 1964 teria se preocupado apenas com o combate à subversão violenta (guerrilhas comunistas), sem dar atenção à subversão moral operada em universidades e na imprensa, isto é, sem exterminar a dissidência. A mídia estaria contaminada pelo pensamento esquerdista pois abriria espaço para noções progressistas de sociedade e não lidaria frontalmente com a ameaça do marxismo cultural. Nessa leitura de mundo, o raciocínio de esquerda, cada vez mais dominante, impediria a livre expressão de atores de direita (liberal-conservadores). É a partir dessa leitura da realidade que Olavo e seus seguidores recorrem à internet como espaço a ser conquistado para formar quadros e promover suas ideias.

O portal do MSM era composto por diversos colunistas conservadores, que tinham como objetivo contrapor a “manipulação esquerdista do noticiário na mídia nacional”¹⁰⁹. O site funcionava como uma central para a aglutinação de colaboradores de Olavo e para a centralização de uma série de interpretações sobre os acontecimentos cotidianos do Brasil e do mundo. Assim, o pensamento olavista aumentava a sua capacidade de expansão com a incorporação dos enquadramentos interpretativos para fatos políticos que se desenrolavam em tempo real.

Nos primeiros 24 textos, publicados em conjunto no dia 8 de agosto de 2002, o MSM centrou sua abordagem na denúncia do viés “esquerdista” da mídia brasileira, que forneceria ao público uma visão “antiamericanista” e conivente com atos bárbaros praticados por ditaduras comunistas. Nesse contexto, a defesa dos EUA contra o comunismo é uma defesa da sociedade ocidental (capitalismo, democracia, religião e família) contra a destruição de sua cultura. Deste modo, os colunistas envolvem numa mesma teia de sentido: ataques a fazendeiros brancos pela população negra na África do Sul no pós-apartheid; a perseguição de cristãos e imigrantes pelo governo cubano; o predomínio de mortes de israelenses no conflito com palestinos; as prisões políticas na China; o infanticídio na Coreia do Norte; e até mesmo a tentativa de assassinato do Papa pela KGB. Em suma, o MSM alegava a existência de uma investida marxista/comunista/gramsciana em curso, que se faria presente numa série de conflitos ao redor do globo e que as redações dos jornais brasileiros buscariam esconder ou distorcer, pois teriam em sua composição uma maioria de jornalistas de esquerda. A deturpação dos valores ocidentais

¹⁰⁹ <http://web.archive.org/web/20021028120828/http://www.midiaseम्मascara.org/quem.asp>

seria o principal veículo de infiltração da ideologia marxista na sociedade brasileira, através do entretenimento, da imprensa cultural e da educação escolar.

Entre agosto e setembro de 2002, as pesquisas eleitorais escancararam uma realidade incontornável: Luiz Inácio Lula da Silva era o candidato presidencial com favoritismo disparado, chegando a 40% das intenções de voto¹¹⁰. O medo de ver chegar ao poder um partido declaradamente de esquerda começou a preocupar os colunistas do MSM: na publicação de 24 de agosto, apenas um dos textos era sobre o PT e outro sobre as eleições; já na de 18 de setembro, sete artigos mencionavam textualmente Lula ou o PT em seus títulos, com vários outros versando sobre o assunto de forma mais ou menos direta. O primeiro grande temor era o fortalecimento da esquerda latino-americana (Cuba e Venezuela) por meio do Foro de São Paulo. Além disso, destacavam que muitos membros do PT foram guerrilheiros, ou, como preferem, partícipes do “terrorismo comunista global antiamericano”. Fatos mais próximos, como as suspeitas de envolvimento do partido no assassinato do prefeito Celso Daniel, de Santo André, também causavam temor aos olavistas. Do mesmo modo, o PT era associado ao crime organizado e ao tráfico internacional de drogas (por suposto apoio às FARC na Colômbia). As relações do partido com organizações como a CUT e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), bem como seu funcionamento partidário, baseado no centralismo democrático, davam a impressão de que o PT tinha grande capacidade organizacional para mobilizar filiados e aliados em direção a um grande movimento revolucionário. A coligação do PT com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) servia para reforçar a crença de que o discurso de moderação de Lula escondia a verdadeira intenção dos petistas: dar um golpe para pôr em curso a revolução socialista. Enquanto alguns associavam Lula a Hitler, outros previam o caos fiscal e econômico em um futuro governo petista. Tudo isso, evidentemente, era visto como informação “abafada” pela imprensa, que teria predileção por uma vitória de Lula. Vale destacar ainda a coluna do padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, fundador do Pró-Vida Anápolis, que alertava:

Uma rápida visita às várias Assembléias Legislativas e às Câmaras Municipais revela que o PT tem um plano de ação nacional, muito bem orquestrado, para a implantação do aborto e do "casamento" de homossexuais em nosso país.¹¹¹

Quanto às funções dentro do portal, é importante ressaltar o papel fundamental de Maria Inês nesse empreendimento familiar: além de ter colocado o site no ar, a filha de Olavo revisava e postava os textos dos colunistas e traduzia artigos estrangeiros. Olavo de Carvalho contou no início com a parceria de Diego Casagrande para a edição e depois Sandro Guidalli (ambos

¹¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u37451.shtml>

¹¹¹ <https://web.archive.org/web/20030311175733/http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=94>

jornalistas), mas logo seguiu como único editor. Os colunistas eram todos voluntários e, no esquema sindicalizado, o MSM chegou a contar com mais de 50 autores e autoras. Dentre estes, havia autores com prestígio anterior, como Denis Rosenfield e Ipojuca Pontes; especialistas em temas específicos, como Graça Salgado (América Latina) e Julio Severo (pautas pró-família); e analistas mais imediatos, como Tibiriçá Ramaglio, Klauber Cristofen Pires e Carlos Azambuja, que tinham como função produzir uma leitura de fatos recentes sob a perspectiva olavista.

O grande foco do portal era mesmo a publicação de artigos dos colunistas, que muitas vezes eram enviados também para listas de e-mail. O MSM contava ainda com uma *newsletter* paga chamada Mídia@Mais, que fornecia um boletim exclusivo aos seus assinantes. Como visto anteriormente, a interação sempre foi parte essencial do espírito olavista e não seria diferente nesta iniciativa. A página de cartas promovia a interação com os leitores, já que estas eram respondidas pelos próprios autores dos textos. Além disso, muitos eram os textos em resposta a artigos de opinião e coberturas jornalísticas, ainda que de forma indireta.

A interação com a imprensa também se dava de forma mais direta: o grupo tinha como estratégia declarada a coordenação para fazer comentários em sites de notícias — prática chamada na literatura de *swarming*, ou redes de enxame. Isto serviria como forma de mostrar ao público daquele veículo a existência de um pensamento dissonante do “senso comum esquerdista”. Essa tentativa de promover o “confronto ideológico” ia além dos espaços da grande mídia: colunistas do MSM se dispuseram a espalhar a palavra do olavismo em páginas de mídia independente, como o CMI.

Um caso que demonstra a interação entre os portais é o da jornalista Milla Kette, que publicava artigos no portal olavista e viu uma brecha no portal independente para incutir interpretações conservadoras. Como já mencionado, o CMI aceitava textos escritos por qualquer pessoa; política que a integrante do MSM aproveitou para fazer publicações em território inimigo¹¹². A ação provocou um debate público nos comentários, confrontando os membros que reforçavam os princípios do grupo e aqueles que ressaltavam o caráter plural da plataforma. Alguns posts foram excluídos e, outros, escondidos pelos próprios usuários. O debate evidencia que os frequentadores do CMI se familiarizaram não só com a jornalista, mas com o próprio MSM, a quem muitos denotavam como “portal fascista”. A remoção dos textos

112

<https://web.archive.org/web/20051106052738/http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/02/248900.shtml>

fez com que Milla Kette publicasse críticas à “censura” ao mesmo tempo no CMI¹¹³ e no MSM¹¹⁴. O colunista Sandro Guidalli resume o episódio assim:

Quando a correspondente do MSM nos Estados Unidos, Milla Kette, reportou o estranho comportamento dos organizadores do CMI (Centro de Mídia Independente), ora retirando do ar artigos publicados nele por ela, ora simplesmente censurando seu viés antiesquerdista, ficara claro que de independente, isento e plural esta agência de notícias não tinha nada. O problema do CMI é, portanto, muito similar ao do Observatório da Imprensa, dirigido pelo veterano jornalista Alberto Dines. Ambos dizem que são uma coisa mas são outra. Tanto o CMI quanto o OI carregam nas tintas ideológicas e o problema está justamente em negar isso ao público que, assim, compra gato por lebre.¹¹⁵

A propósito, o Observatório estava mesmo no radar do MSM, e o próprio Guidalli teve textos publicados naquele site em 2002. O Observatório de Imprensa é “um veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na internet desde abril de 1996”¹¹⁶, criado pelo jornalista Alberto Dines. O objetivo do site era ser um fórum para o debate público de atores da sociedade civil sobre a mídia, com a publicação de textos com opiniões divergentes. Questionada sobre a diferença entre o MSM e o OI, Maria Inês de Carvalho respondeu:

Ao que me parece, o Observatório da Imprensa cumpre satisfatoriamente seu papel. Recentemente, aliás, mostrou que sabe ser efetivamente pluralista ao publicar artigos de Alceu Garcia, Percival Puggina e o manifesto iniciado pelo prof. Denis Rosenfield (os três, aliás, colaboradores do Mídia Sem Máscara). O que falta ali é uma fiscalização mais severa desde o ponto de vista ideológico, que é o ponto crucial hoje em dia, pois as distorções da mídia não são em geral causadas por pura incompetência ou por interesses comerciais das empresas, e sim pelo viés ideológico imperante nas redações – e isto o Observatório não quer ver. No fundo, me parece que o próprio Observatório observa a imprensa com olhos de esquerda, ou seja, tendo como padrão princípios da ideologia esquerdista, o que não é nenhuma novidade, pois se tornou absurdamente generalizado em nossa imprensa.¹¹⁷

Outro elemento que aponta para uma interação cada vez mais frequente entre esquerda e direita no ciberespaço foi a criação da paródia CMI Brasil - Centro de Mídia “Independente” do Socialismo Caviar.¹¹⁸ Seu conteúdo era basicamente uma série de provocações ao princípio anticapitalista do CMI e denúncias sobre o “autoritarismo” do portal, que escondia textos divergentes. No CMI original¹¹⁹, membros denunciaram a sátira e sugeriram a existência de uma infiltração mais ampla de atores da direita, mencionando o caso de Milla Kette e de outro

113

<https://web.archive.org/web/20030717114205/http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/249782.shtml>

114 <https://web.archive.org/web/20030822131727/http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=441>

115 <https://web.archive.org/web/20030822030351/http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=659>

116 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>

117 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/mrcio-moreira-alves-4/>

118 <https://web.archive.org/web/20030410071636/http://www.midiaindependente.blogspot.com.br/>

119

<https://web.archive.org/web/20030507185635/http://www.brasil.indymedia.org/pt/blue/2003/04/252153.shtml>

usuário que teria se infiltrado no fórum Comunismo¹²⁰. As relações entre olavistas e cmistas ficaram tão tensas que Olavo de Carvalho teria entrado com ação no Ministério Público do Rio de Janeiro contra as páginas do CMI e do Comunismo por comentário que teria proposto seu “fim físico”¹²¹; membros do portal de mídia independente alegaram tentativa de sabotagem¹²². As supostas ameaças de morte foram tema de colunas de Olavo no Zero Hora e em O Globo¹²³.

Neste ponto, deve-se apontar que a paródia do CMI não era exatamente um site, e sim um blog. O blog é um tipo específico de site da web, caracterizado pelo fluxo constante de postagens que se organizam em ordem cronológica reversa e que possibilitam a comunicação entre autor(as) e visitantes¹²⁴ (AMARAL; MONTARDO; RECUERO, 2008). Embora a dinâmica dos blogs seja elemento fundamental para entender sua crescente utilização na internet, o que de fato marca sua popularidade entre os internautas é o surgimento de sites que funcionavam como fábricas de blogs. Esse processo foi alavancado em 1999 com o lançamento do Blogger¹²⁵, um serviço da Pyra Labs (posteriormente comprada pelo Google) que permitia a fácil criação e administração de blogs de maneira gratuita. Deste modo, o usuário poderia criar uma página própria em alguns cliques, sem pagar nada à plataforma, sem precisar dominar qualquer linguagem de programação e podendo personalizar seu formato.

No Brasil, os primeiros blogs foram criados ainda nos anos 1990, mas só no começo da década de 2000 é que a modalidade foi de fato incorporada pelos internautas. A primeira plataforma nacional para a criação de blogs foi o Desembucha, lançado em 2001, mas que durou apenas cinco meses. Neste mesmo ano, foram criados no país o Weblogger e o Blig (do portal iG). Em 2002, nasceu o Blogger Brasil, numa parceria entre a Globo.com e o Blogger. Novamente a Rede Globo foi determinante para os rumos da internet no Brasil: a emissora testou a criação de blogs por telespectadores para a interação com o *reality show* estreado Big Brother Brasil e abriu um blog para o vampiro Bóris (o Blog do Bóris), personagem interpretado pelo ator Tarcísio Meira na novela O Beijo do Vampiro (FELITTI, 2009). Em janeiro de 2001,

¹²⁰ <https://web.archive.org/web/20030425182610/http://www.comunismo.com.br/>

¹²¹ <https://olavodecarvalho.org/2003/04/page/3/>

<https://web.archive.org/web/20030618152752/http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2003/04/03/ger020.html>

<https://web.archive.org/web/20030418032911/http://www.olavodecarvalho.org/cmi.htm>

¹²²

<https://web.archive.org/web/20030424060640/http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/251552.shtml>

¹²³ <https://olavodecarvalho.org/salvando-a-minha-pele/>

<https://olavodecarvalho.org/salto-qualitativo/>

¹²⁴ Desde o início o CMI Brasil segue essa lógica, já o MSM possuía formato mais estanque e sem espaço para comentários na própria postagem.

¹²⁵ Os blogs criados por este serviço podiam ser .blogger ou .blogspot.

a Folha de São Paulo reportava pela primeira vez a existência dos blogs¹²⁶, entrevistando blogueiras — termo este que estrearia no jornal em agosto daquele ano¹²⁷.

Como no resto do mundo, os primeiros blogs no Brasil eram verdadeiros diários virtuais, em que anônimos contavam suas histórias, suas angústias e seu cotidiano. À diferença dos diários de papel, os blogs eram abertos ao público, permitindo a leitura imediata e, na maior parte das vezes, a réplica àquele conteúdo (SCHITTINE, 2004). Embora discrepem quanto às classificações, Primo (2008) e Recuero (2003) concordam que a proliferação do uso desse formato produziu não só novos blogs reflexivos, mas também os blogs informativos.

Essa pluralização das formas de utilização dos blogs contou com o impulso de episódios de interação entre internet, imprensa e política. Em 30 de maio de 2001, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) renunciou ao mandato para se livrar de um processo de cassação, oferecendo um discurso contundente na tribuna do Senado¹²⁸. No dia 5 de junho, Sergio Faria publicou no seu blog Catarro Verde que parte do discurso de ACM foi, na verdade, um plágio do discurso do deputado udenista Afonso Arinos no plenário da Câmara em 1954¹²⁹. A descoberta, junto à comparação entre as duas passagens, foi publicada por Charles Pilger no dia seguinte na lista de discussões chamada Palíndromo¹³⁰. O apresentador Marcelo Tas seguia a lista, leu sobre o plágio e no mesmo dia levou a denúncia para uma reportagem do Vitrine, programa que comandava na TV Cultura¹³¹. A história do plágio do ex-senador que foi descoberto por um blogueiro virou notícia em diversos veículos de imprensa¹³² e marcou a entrada do formato no mercado de influência sobre a opinião pública (FELITTI, 2009).

O episódio do Catarro Verde mostra como comunidades virtuais podem fazer informações e opiniões chegar mais longe e atingir mais pessoas do que se ficassem contidas num site pessoal. Com a crescente chegada de atores ao ciberespaço, foram se formando esses povoados de afinidade. Recuero (2003) chamou de *webrings* os “círculos de blogueiros que lêem seus blogs mutuamente e interagem nestes blogs através de ferramentas de comentários”.

¹²⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u3961.shtml>

¹²⁷

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15063&anchor=5660433&pd=bc6d208c8985de3c2834924f0cc941ec>

¹²⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/05/30/acm-renuncia-ao-mandato-com-criticas-ao-governo>

¹²⁹ http://catarro.blogspot.com/2001_06_01_catarro_archive.html?zx=8a93b2aed0f5650f

¹³⁰

https://web.archive.org/web/20010630092107fw_/http://www.notitia.com.br/manguebit/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia=77&dataDoJornal=atual

¹³¹ https://web.archive.org/web/20031213044210/http://www2.uol.com.br/marcelotas/entrev_imprensa.htm

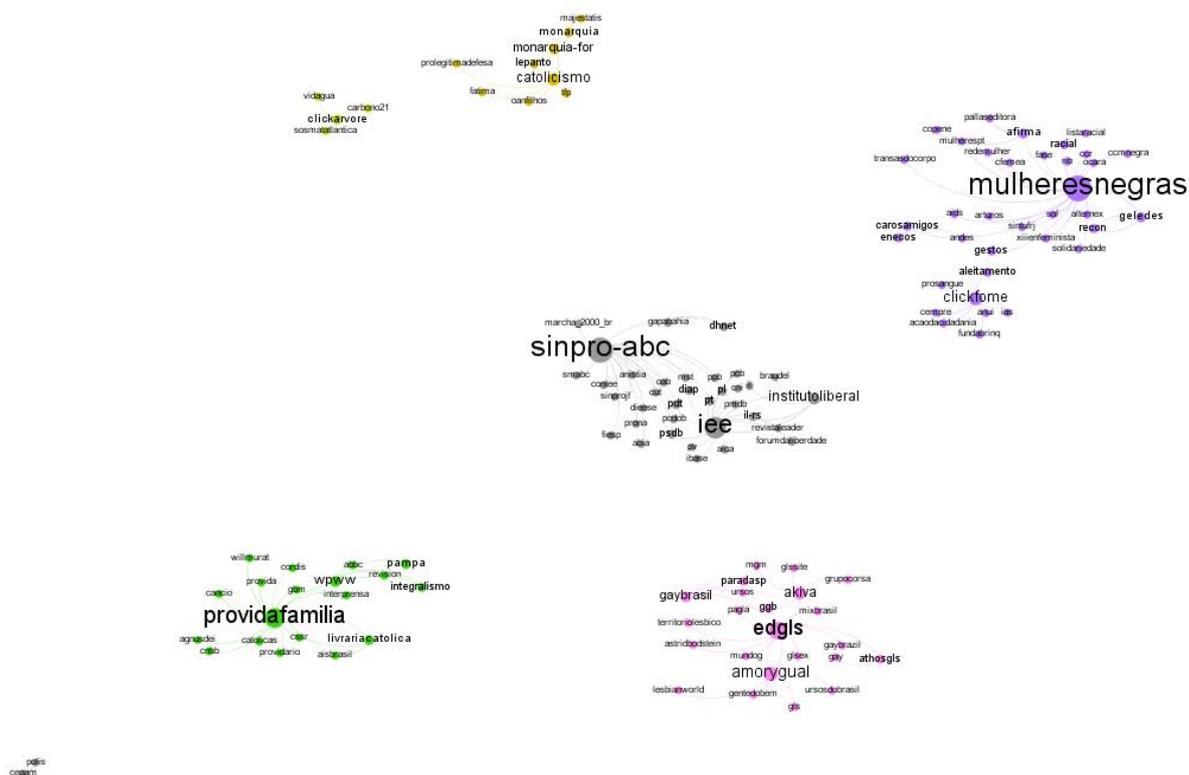
¹³² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/acm-plagiou-discurso-de-afonso-arinos.20010606p38198>
<https://web.archive.org/web/20011102163947/http://www.no.com.br/servlets/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia=22888&dataDoJornal=atual>

Como visto com os embates entre cmistas e msmistas, a prática do comentário contribui para a construção de identidades coletivas, seja com a reafirmação de ideias, com a crítica interna (sob o mesmo ideário) ou ainda com a oposição àquela postagem ou a outros comentários.

Ademais, os blogs usualmente apresentam uma listagem de blogs (*blogroll*), o que faz com que se constitua uma verdadeira blogosfera, ou seja, um espaço de interação entre blogs e blogueiras. Essa lista de blogs (e outros sites) mostra de forma mais explícita o alinhamento entre os atores, pois o próprio blogueiro ou blogueira elabora e divulga num espaço específico as páginas que considera interessantes, similares ou afetivamente próximas. Cabe lembrar que o link não é novidade dos blogs, mas parte da própria lógica de funcionamento da web. A diferença dos formatos é que os blogs em geral organizam essa listagem num espaço específico em sua própria estrutura, ao passo que muitos sites tendem a reservar uma página específica para tanto. De todo modo, progressivamente essa diferença vai perdendo o sentido, haja vista que blogs se tornam mais complexos e sites se tornam mais dinâmicos.

Nos grafos a seguir, é possível identificar a predominância de sites em detrimento de blogs até 2001. Mario AV é um dos poucos blogueiros de destaque na rede ciberativista, e tem ligação direta com a jornalista Cora Rónai. Em 2002, ocorre uma grande diversificação da rede, que está diretamente ligada à profusão de blogs, principalmente à direita. Nesse momento, a blogosfera de direita é tão extensa que acaba atraindo atores moderados ou mais à esquerda, ainda que de maneira indireta, com mediações — como é o caso dos próprios Mario e Cora, bem como dos cartunistas Laerte e Millor.

Grafo 5 — Rede ciberativista (2000)



Fonte: O autor, 2022.

No ano 2000, como mostra o Grafo 5, o catolicismo se divide entre os eixos anti-aborto/integralismo/neonazismo (verde) e o eixo TFP/monarquista (amarelo), reforçando laços presentes nos anos 1990 e criando novas possibilidades de articulação. Já o ambientalismo, que outrora circundava o Partido Verde (PV), ganha novos atores, como a campanha Click Árvore¹³³, que se propunha plantar uma árvore para cada registro enviado através de um formulário. A rede LGBT fica mais plural: girando em torno da Edições GLS, encontram-se portais (AmorYgual e MixBrasil), sites de nicho (Território Lésbico e Ursos do Brasil) e sites de organizações criadas fora da internet (Grupo Corsa, Grupo Gay da Bahia e Parada SP). À esquerda, salta aos olhos a centralidade do Mulheres Negras, “um espaço de comunicação, informação e integração da comunidade negra”, criado por Eliane Borges¹³⁴. O site conectava movimento negro (Racial e Afirma - Revista Negra Online), feminismo (Cfemea, Rede Mulher de Educação e Geledés) e outros sites de esquerda, como a revista Caros Amigos.

¹³³ <https://web.archive.org/web/20000816050308/http://clickarvore.com.br/>

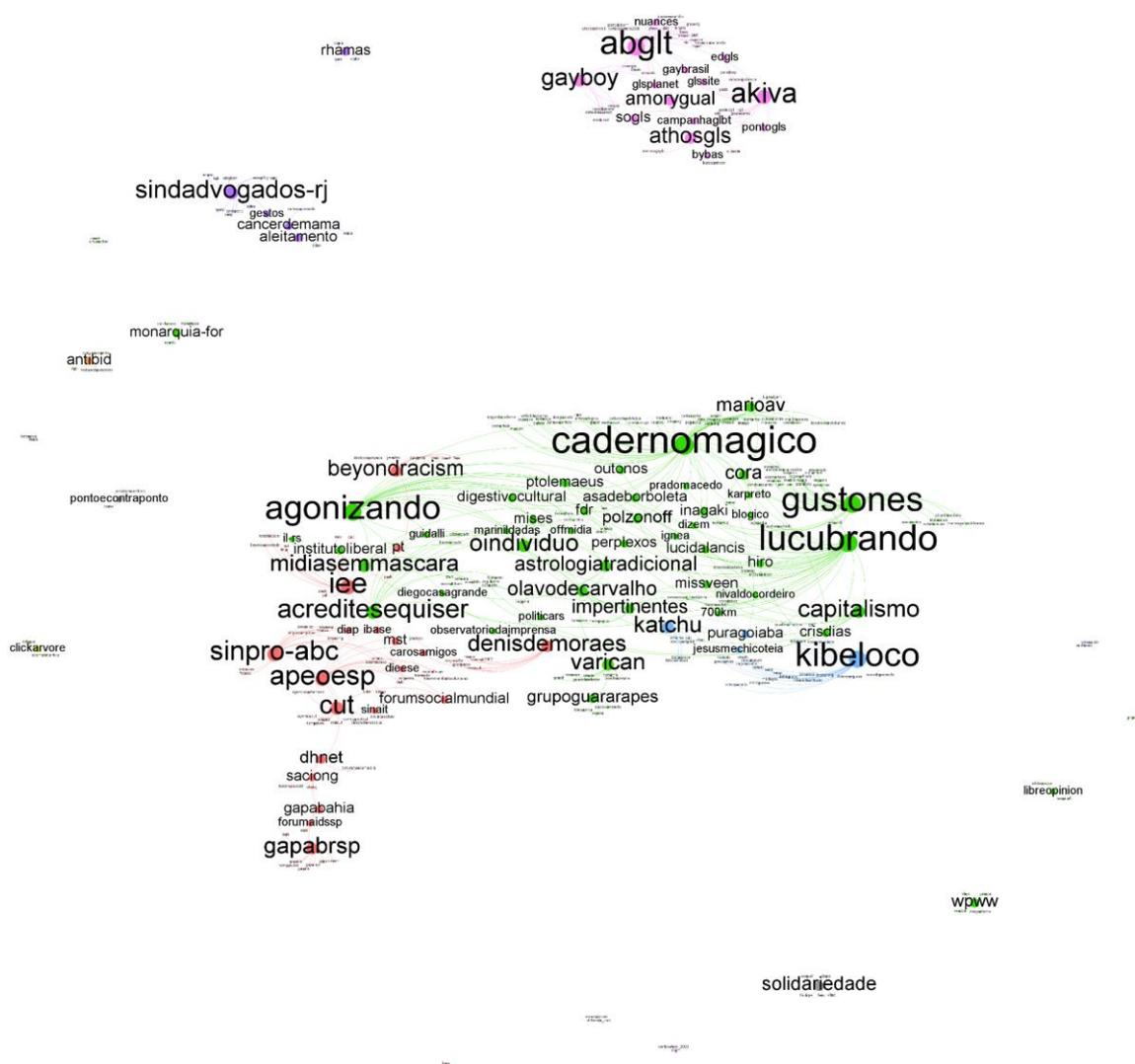
¹³⁴ Eliane Borges tem papel crucial para a organização da comunidade negra e, mais do que isso, das mulheres negras na internet. Além de ser idealizadora da Recon e do site Mulheres Negras, Eliane também criou a Lista de Mulheres Negras no Yahoo no ano 2000. Ver: <https://mamapress.wordpress.com/2017/05/01/falece-eliane-borges-a-mae-da-internet-preta-do-brasil-ela-criou-no-ano-2000-a-lista-de-mulheres-negras-do-yahoo/>

Como conheci? Escrevendo e eles me lendo. O que disparou esta minha fase literária, foi o atentado às torres gêmeas de Nova York. Quando houve o atentado, eu comecei a receber tantas asneiras antiamericanistas no meu computador que eu disse: isso não dá, não engulo isso! Comecei a distribuir artigos e fui formando amizades, como a Graça Salgueiro, do Mídia Sem Máscara. Comecei a escrever e muita gente gostava do que eu escrevia, cheguei a ser membro do Fórum dos Federalistas, mas me desentendi e sai. A partir daí entrei para o Instituto Liberal. Começou a chover um monte de pedidos. Um deles foi do Ternuma e veio através do coronel Odin. Um dia ele me convidou para ir ao Clube Militar, me apresentou ao Juarez (presidente do Ternuma), e no dia mesmo eu paguei a mensalidade e desde então estou lá. O Inconfidência, o Miguez me conhece há muito tempo. Já republicou artigo meu e agora me convidou para ser articulista fixo. No Guararapes, eu tenho uma ligação direta com o general Torres de Melo (SANTOS, 2009, p. 196).

De Paola, que foi colunista do MSM, tem em Olavo uma referência intelectual. Segundo Santos (2009), essa referência estava presente tanto na atuação virtual desses grupos, quanto em suas publicações impressas, com a reprodução de artigos. Afinal, o autor denunciava a hegemonia esquerdista da opinião pública e reservava lugar de destaque ao Exército na garantia da ordem¹³⁵.

¹³⁵ A relação de Olavo de Carvalho com o Exército era ambígua. Por um lado, elogiava a instituição pelo combate às guerrilhas e a tomada do poder em 1964; por outro, acreditava que os militares foram pouco assertivos durante a ditadura. Fato é que Olavo e os militares desenvolveram relações muito próximas tanto na internet como fora dela.

Grafo 7 — Rede ciberativista (2002)



Fonte: O autor, 2022

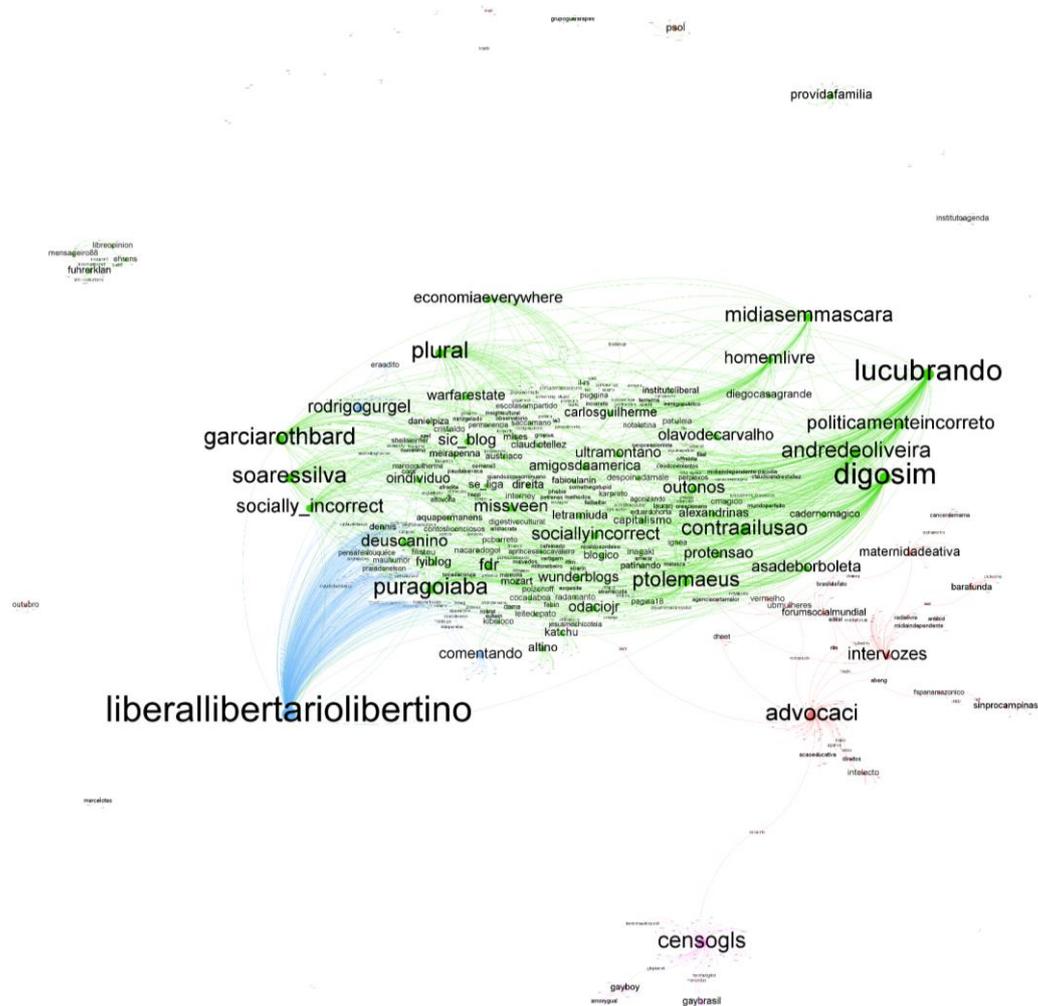
No ano de 2002, como visto no Grafo 7, a blogosfera de direita se ampliou e ganhou contornos mais duráveis, com o entrelaçamento de portais, sites pessoais e blogs. O grande marco foi o lançamento do Mídia Sem Máscara, que rapidamente se tornou uma vitrine do olavismo para além do próprio Olavo. Surgem então os “olavetes”: blogueiros seguidores de Olavo de Carvalho e que são reconhecidos por seus adversários como tais. Dentre os principais olavetes dessa época estão: Acredite Se Quiser, Agonizando, Capitalismo, FDR, Impertinentes, Lucubrando, Miss Veen e Ptolemaeus. Estes se referiam uns aos outros com links, comentários e postagens, tendo em comum o apreço pelos textos de Olavo de Carvalho e uma visão de

mundo baseada no liberal-conservadorismo: liberalismo econômico e conservadorismo social. Maria Inês de Carvalho estreou seu Ignea e, ao lado do pai, dava expediente no site Outonos, criado por Sue Medeiros e Evandro Ferreira. Nivaldo Cordeiro e Sandro Guidalli eram tidos como referências para os jovens olavetes. Um dos atores mais importantes e ao mesmo tempo mais ambíguos nesse agregado olavista foi o Digestivo Cultural, um site de jornalismo cultural fundado por Julio Daio Borges e influenciado pelos críticos Daniel Piza e Paulo Francis. O site certamente compartilhava posicionamentos com os olavetes, tinha olavetes em suas fileiras (como Polzonoff) e era compartilhado pelos blogueiros, mas sua adesão a Olavo em si não era imediata. Assim, o portal adentrava uma zona mais cinzenta do debate político e cultural.

Nesse espaço incerto — no grafo, azul —, estavam atores que faziam críticas à esquerda, mas que não eram necessariamente identificados com o olavismo. É o caso dos blogs de cunho literário, como Asa de Borboleta e Caderno Mágico, bem como o blog pessoal Gustones: nestes, a política era eventual, assim como as conexões com os olavetes. Jesus Me Chicoteia e Kibe Loco, mais distantes dos olavetes, tinham foco no humor, com comentários sobre trivialidades, religião e política.

No campo da esquerda, destaca-se o blog ComCult, de Dênis de Moraes, destinado à crítica das relações entre comunicação, cultura e política desde um ponto de vista progressista. O ComCult se conectava ao Observatório da Imprensa, ao portal Gramsci e o Brasil, ao CMI e à revista Caros Amigos. Já o núcleo LGBT seguiu em expansão, apesar do isolamento, com links partindo do portal Athos GLS, do judaico Akiva e da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

Grafo 9 — Rede ciberativista (2004)



Fonte: O autor, 2022

Os grafos 8 e 9 podem ser lidos em conjunto, porque representam um mesmo momento do campo ciberativista no Brasil: a expansão e consolidação da blogosfera olavista ao passo que a esquerda se concentrava nos mesmos atores, ainda sem grande domínio dos blogs. No campo da esquerda, permanece a confluência de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, com espaço cada vez menor para partidos e sindicatos. Entre os atores que se destacam, estão a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), a Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS), a União Brasileira de Mulheres (UBM)¹³⁶, o Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA) e o ADVOCACI - Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos.

O Intervozes tem relevância pois é uma “associação civil que atua para transformar a comunicação em um bem público e efetivá-la como um direito humano fundamental para a

¹³⁶ <https://web.archive.org/web/20020527074414/http://ubmulheres.org.br/>

realização plena da cidadania e da democracia”¹³⁷. Para esse fim, o coletivo participa da construção de políticas públicas na área, fornece materiais sobre movimentos sociais com vistas a subsidiar suas ações e cria “espaços de referência que reúnam as experiências de comunicação alternativa”. Nesse sentido, o Intervozes se somou a iniciativas como o Núcleo Piratininga de Comunicação, em que as práticas comunicativas são tematizadas a partir das realidades locais e das lutas sociais com a perspectiva de transformação social.

No âmbito do gênero e da sexualidade, Sônia Alves se atentou à escassez de dados sobre a população LGBT e juntou os portais GLS Planet e Grupo Arco-Íris para implementar um censo exclusivo da comunidade. A coleta dos dados se dava de forma completamente virtual, por meio de formulário no site do Censo GLS¹³⁸. Para atingir o público-alvo, o portal criou selos e banners informando sobre a pesquisa, a serem colocados em sites e blogs de conteúdos afins (ver Figura 14). Do mesmo modo, essas páginas poderiam reportar ao Censo para aparecer como parceiras do portal, criando uma grande rede de difusão da iniciativa.

Figura 14 — Banners do Censo GLS (2004)

Escolha seu banner:

Full: 480x60

**Agora ninguém vai poder
dizer que a gente não existe**

Código:

Médio: 140x134

Agora ninguém
vai poder dizer
que a gente
não existe

Código:

Bottom: 120x60

CENSOGLS.COM.BR
Saiba aqui
como participar
CENSOGLS.COM.BR

Código:

¹³⁷ <https://web.archive.org/web/20041015040543/http://www.intervozes.org.br/quem.htm>

¹³⁸ <http://web.archive.org/web/20040609041731/http://www.censogls.com.br/surgiu.shtml>



Danieli Hautequest - Oficial Website © 2003/2004

Fonte: Sites do Censo GLS e de Danieli Hautequest, 2003-2004.

O ano de 2004 representa um terremoto na esquerda brasileira: foi o rompimento definitivo de setores mais radicais com o governo Lula. Após desrespeitarem a orientação do partido e votarem contra a Reforma da Previdência, a senadora Heloísa Helena e os deputados Babá e Luciana Genro foram expulsos do Partido dos Trabalhadores. Essa expulsão foi a culminância de diversas dissidências ao PT, que terminaram se aglutinando em tendências para a formação de um novo partido de esquerda. Dentre as tendências, a Marxismo Revolucionário Atual (MRA)¹³⁹ aparece no Grafo 8 como uma revista digital: um espaço para a discussão teórica e sobre os rumos da esquerda brasileira, além de instrumento para a divulgação de “campanhas, fóruns e outras publicações importantes da esquerda socialista contemporânea”. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), formado pelos dissidentes, aparece no Grafo 9, embora separado do agrupamento de esquerda.

No campo da direita, atores liberais se acomodam na rede e surgem novos olavetes. No primeiro caso, é necessário ressaltar a incorporação definitiva do Instituto Liberal (IL-RJ)¹⁴⁰, fundado em 1983, à rede. O IL-RJ teve papel histórico para a circulação de personagens liberais e para a promoção do pensamento pró-mercado, de caráter ultraliberal, no país (ROCHA, 2018). A ênfase no liberalismo econômico também estava em blogs como o Economia Everywhere¹⁴¹. Poucos, porém, eram os que rompiam de fato com a associação entre liberalismo e conservadorismo, sendo o Liberal Libertário Libertino¹⁴² o grande exemplo. O blog foi criado por Alex Castro¹⁴³ para divulgar seus livros e expor seu processo pessoal de libertação de “prisões sociais”, como a monogamia e a heterossexualidade. Apesar de avesso à política, o escritor se dizia liberal econômica e politicamente: “Como poderia não ser? Como alguém pode ser liberal em termos culturais, morais, sexuais e religiosos, e também não ser liberal em termos políticos e econômicos? Não faria nenhum sentido”¹⁴⁴. Mesmo destoando no conservadorismo,

¹³⁹ <https://web.archive.org/web/20031121111158/http://marxismorevolucionarioatual.org/>

¹⁴⁰ <https://web.archive.org/web/20011203055559/http://www.institutoliberal.org.br/>

¹⁴¹ <https://web.archive.org/web/20030801042935/http://economiaeverywhere.blogspot.com/>

¹⁴² <https://web.archive.org/web/20031122120254/http://liberallibertarioliberalino.blogspot.com/>

¹⁴³ Castro também assinava como “Alexandre Cruz Almeida”. Ver: <https://alexcastro.com.br/quem-eu-era-e-quem-eu-sou/>

¹⁴⁴

a veia literária do LLL tornava seu selo presente em grande parte dos blogs da rede, incluindo os olavetes.

Assim, a rede extrapartidária do Mídia Sem Máscara (PATSHIKI, 2012) se ampliou, a começar pela criação do blog Nota Latina¹⁴⁵ pela colunista Graça Salgueiro, focado em denunciar as alianças da esquerda na América Latina. Flamarion Daia Júnior usava a alcunha de Garcia Rothbard e tinha três blogs: Garcia Rothbard¹⁴⁶, Contra a Ilusão¹⁴⁷ e Sociedade dos Amigos da América - Contra as calúnias antiamericanas¹⁴⁸. Se havia uma “direita envergonhada” no pós-ditadura (ROCHA, 2018), esses blogueiros não tinham vergonha de se assumir liberais e conservadores: o blog Direita¹⁴⁹ é um sinal muito explícito dessa autoafirmação.

Para além do próprio MSM, a maior expressão do olavismo naquele instante foi a emergência do condomínio de blogs hospedados sob o domínio Wunderblogs¹⁵⁰. Criado em 2003, o site reuniu sob a mesma égide amigos de São Paulo que gostavam de se ler e detestavam clichês. No fim de 2004, os wunders eram ao menos 25: Alexandre Soares Silva, Alexandrinas, Apeirophobia, Aqua Permanens, Blogauti, Canjicas, Colorina, Dies iræ, failbetter., FDR, Fogo Grego, letra miúda, Mercuccio, Mingau das almas, Miss Veen, nibelunga do cabelo duro, Pró Tensão, puragoiaba, Radamanto, Santo Agostinho, Saudade do presidente Figueiredo, Socially Incorrect, Tiezzi, Vertigem e xy7htk. Miss Veen e Felipe Ortiz (Alexandrinas) definem assim o perfil de seus aliados e seus adversários:

Folha - Qual o perfil do leitor dos blogs Wunder? Quem são os "inimigos" do Wunder? Veen - Eu diria que cada blog tem seus leitores cativos. Mas acho que é possível dizer que o nosso leitor médio é inteligente, interessado pela vida cultural além da morte cultural brasileira, e que pende um pouco para a direita em assuntos políticos. É mais 'conservative' que 'liberal'. Muitos são 'libertarians'. Diria que os 'inimigos' são o contrário disso aí --ficam mortalmente feridos quando alguém faz graça deles, aí passam a nos odiar, como se fôssemos um brontossauro leproso e reacionário que se recusa a morrer, fato que também é agravado por sermos jovens (se não me engano, a média de idade dos wunders publicados no livro é de 28 anos). Uma falta de senso de humor impressionante. Mas os leitores brasileiros sempre se acham muito inteligentes, nunca têm a humildade de dizer 'eu não sei bem; não tenho opinião; quero aprender'. Como já se disse, você pode convencer um louco de qualquer coisa, menos de sua própria loucura.¹⁵¹

Ortiz - O típico leitor dos Wunderblogs é o sujeito que morre de rir lendo a Veja, a Folha, o Estadão e uma grande parte da nossa tradição literária. Sente saudades de

<https://web.archive.org/web/20031231104314/http://www.sobresites.com/alexandreacruzalmeida/artigos/liberal.htm>

¹⁴⁵ <https://web.archive.org/web/20030329083453/http://notalatina.blogspot.com/>

¹⁴⁶ <https://web.archive.org/web/20040321213854/http://garciarothbard.blogdrive.com/>

¹⁴⁷ <https://web.archive.org/web/20030205064730/http://contraailusao.blogspot.com.br/>

¹⁴⁸ <https://web.archive.org/web/20030813004341/http://amigosdaamerica.blogspot.com.br/>

¹⁴⁹ <https://web.archive.org/web/20030419015104/http://direita.blogspot.com/>

¹⁵⁰ <https://web.archive.org/web/20041230054010/http://wunderblogs.com/>

¹⁵¹ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45595.shtml>

Paulo Francis. É conservador em algum dos muitos e equívocos sentidos desse termo, mas aprecia também humor e ironia; é chestertoniano, ainda que nunca tenha lido nada de Chesterton. E sente um certo vazio quando se lembra dos anos perdidos na USP, na Unicamp ou em alguma de nossas melhores UFs ou PUCs.

A hostilidade aos Wunderblogs provém essencialmente daquela parcela do público que sente orgulho de ser brasileira, e que dedica seu tempo à construção de uma sociedade mais justa. Quem acreditou no Fome Zero é anti-Wunderblogs. Chame isso de teste da farinha se quiser.¹⁵²

Em suma, os wunders se viam como críticos do pensamento dominante, associado principalmente à esquerda. Veen, Ortiz, De Polli¹⁵³ e companhia tinham como referência direta personalidades como Meira Penna e Olavo de Carvalho¹⁵⁴ — os guias dessa nova mentalidade liberal-conservadora no país. Foi assim, nesse intercâmbio de referências, textos, links e comentários, que o Wunderblogs se tornou o refúgio dos olavetes na internet (CHAGAS, 2007). O condomínio cresceu a ponto de lançar um livro em 2004 com um compilado de textos publicados online, que foi acompanhado de significativa cobertura midiática. Sobre o lugar desses blogueiros no estrato de direita do ciberativismo no Brasil, Julio Dairo Borges resume assim, na edição do Digestivo Cultural de 14 de julho de 2004:

Está surgindo uma “neodireita” na internet. Tudo começou, em 1994-1995, com Olavo de Carvalho. Na época, ele apareceu com um discurso “novo”: desancando a “hegemonia” da esquerda na mídia, conclamou uma “juventude” sem ideologia definida para lutar por um verdadeiro “debate de idéias”. Longe dos chavões da geração 1964-1968 (atualmente no poder) e longe das arenas onde as perguntas e respostas estavam viciadas. Há mais ou menos 10 anos, parecia interessante e até fez algum sucesso. De repente, Olavo de Carvalho estava pipocando nas principais publicações (“Jornal da Tarde”, “Folha de S. Paulo”, “O Globo”, “Bravo!”) e caindo nas graças de grandes nomes (Paulo Francis, Roberto Campos, Wagner Carelli). Mas, de repente também, ele começou a mostrar suas reais intenções. Era um “Nosso Senhor Jesus Cristo” que escapava daqui, era um preconceito contra as mulheres, os negros ou os homossexuais que escapava de lá. Era uma simpatia súbita pelos ideais da TFP e era uma visão de mundo tão distorcida quanto, por exemplo, a dos membros da Opus Dei. Olavo de Carvalho não era santo – e sob o pretexto de querer desanuviar algumas mentes confusas, estava doutrinando outras tantas. Muita gente, ao perceber a estratégia, pulou fora. Mas muita gente ficou – e continuou professando a “filosofia” de Olavo de Carvalho, adotando-o inclusive como guru. Foram os “olavettes”. Alguns deles fundaram o extinto site “O Indivíduo” e alguns deles, sim (a segunda denteição), vieram à tona com os “Wunderblogs”. Os “Wunders”, como são chamados, negam veementemente esse fato, mas quando foram recentemente abordados pela “Folha de S. Paulo”, que lhes pediu o nome de um pensador contemporâneo, não hesitaram em apontar... Olavo de Carvalho. Os “Wunderblogs” viraram agora livro e seria injusto reduzi-los à condição de discípulos de Olavo de Carvalho, principalmente por causa de Fabio Danesi Rossi (um ateu) e de Daniel Pellizzari (um neófito). Mas convém lembrar que os “Wunders” não são santos – e que uma “neodireita” pode ser tão nefanda quanto a “neo-esquerda” atual...¹⁵⁵

¹⁵² <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45592.shtml>

¹⁵³ Como citado previamente, Marcelo de Polli foi o criador do site pessoal de Olavo de Carvalho.

¹⁵⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45593.shtml>

¹⁵⁵

https://www.digestivocultural.com/arquivo/nota.asp?codigo=834&titulo=Sapientiam_Autem_Non_Vincit_Malitia

Os embates nefandos na internet veriam novos episódios com a entrada de um importante artifício no jogo: as redes sociais¹⁵⁶. Em 2004, um engenheiro turco do Google, Orkut Büyükkökten, lançou um site de relacionamentos que levava seu nome: Orkut. O site possibilitava aos usuários a criação de perfis com fotos, informações pessoais e quadros de recados. Os usuários ficavam “amigos” um dos outros (listagem que aparecia em seus perfis), podendo interagir através de comentários e depoimentos. Era possível também criar “comunidades”, isto é, fóruns temáticos em que usuários poderiam criar e comentar em tópicos, cujo conteúdo era regulado pelos moderadores. Apesar de voltado aos EUA, naquele mesmo ano o Orkut caiu no gosto dos brasileiros, que logo se tornaram o maior público dessa rede social. Não tardou para que o debate político se instalasse nas comunidades do Orkut. Ainda no primeiro ano da plataforma, havia ao menos três comunidades dedicadas ao olavismo — “Olavo de Carvalho”, “Filosofia em Olavo de Carvalho” e “Mídia Sem Máscara” (PATSHIKI, 2012) — e duas mantidas por seus detratores — “Olavo de Carvalho nos Odeia” e “Eu odeio Olavo de Carvalho” (ROCHA, 2018). Foi também nesse ano que surgiu a comunidade NEGROS, “Comunidade da união racial! Comunidade de Negro para Negro!” (ANDRADE, 2012).

Nesse momento, o ciberespaço brasileiro passou a comportar sites, blogs, portais e redes sociais, numa teia cada vez mais intrincada e menos dependente das organizações offline. A ampliação dos portais e, depois, das blogosferas, guarda relação íntima com aspectos sociotécnicos: o percentual da população com presença online passou dos 2% no fim dos anos 1990 para 19% em 2004. Além disso, os blogs diminuíram os custos de entrada na discussão política digital, tornando os internautas menos dependentes de conhecimentos de programação e dos custos financeiros para criar e manter um site.

De outro modo, fatores propriamente políticos se impuseram nesses passos iniciais do campo ciberativista no Brasil. Com a eleição de Lula em 2002, os liberal-conservadores viram a concretização de seu pesadelo: a chegada ao poder de um partido de esquerda, adepto de uma visão estatista, contrário à subserviência aos Estados Unidos e aliado das organizações populares latino-americanas. Pior ainda, enxergavam uma imprensa conivente com a infiltração esquerdista no tecido social. Nesse sentido, as ideias e a atuação de Olavo de Carvalho através do Mídia Sem Máscara foram fundamentais, pois o MSM arregimentou e fidelizou uma legião de seguidores, os olavetes. Em diferentes momentos, Olavo uniu também subgrupos da direita tão heterogêneos quanto integralistas, neonazistas, armamentistas e movimentos anti-aborto.

¹⁵⁶ O Fotolog, criado em 2002, foi uma das primeiras redes sociais a emplacar no Brasil, mas não há registros significativos de utilização política da plataforma. O mesmo ocorre com o Myspace, lançado em 2003.

À esquerda, houve uma confluência de sindicatos, partidos políticos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais de diversas tinturas — como os movimentos negro, LGBT feminista e pelos direitos humanos. Com menor presença no campo ciberativista, em termos de atores e conexões, a esquerda parece ter apostado mais nos portais do que nos blogs e sites individuais. Deste modo, o Centro de Mídia Independente foi muito importante para aglutinar ativistas autonomistas e promover a interlocução com lutas sociais. Para além disso, a inserção menos contundente da esquerda na internet pode ter a ver com a visão petista de que a grande mídia seria seu principal veículo de imprensa¹⁵⁷.

Neste capítulo foi possível perceber a entrada em cena dos primeiros personagens do campo ciberativista no Brasil, suas relações, seus esquemas de pensamento e suas leituras sobre a conjuntura política. Ademais, foram se estabelecendo também diferentes práticas. No aspecto organizacional, há grande diferença entre sites individuais e coletivos e, dentre estes, entre espaços mais centralizados ou mais horizontalistas. O blogroll se torna a principal forma de exibir seus aliados, seja na lista de links ou selos. A incorporação de links no corpo das postagens e o comentário em páginas alheias (com possibilidade de resposta) são formas de interação que podem tanto aproximar quanto pôr em conflito esses atores. Os posts emergem como modo de criação de identidades coletivas através do debate público, enquanto as redes de enxame podem configurar verdadeiras ocupações virtuais. Ainda no espaço da internet, surgem campanhas — de conscientização ou doação com base em clicks — e até mesmo pesquisas com a finalidade de obter dados para o movimento. Para além das telas, algumas páginas estimulam a compra e/ou distribuição de material impresso e a fiscalização de políticos, com vigilância atenta.

Nesse sentido, o campo ciberativista em formação vai lançando as suas bases como espaço para criação e difusão de informações e visões de mundo, que tenta tornar a política e a mídia mais responsivas, ou mesmo, e de ainda maneira incipiente, disputar o monopólio sobre a opinião pública. No próximo capítulo, o foco será em como essas práticas se sedimentam para a interação numa rede em consolidação, com atores e gramáticas mais cada vez mais delineados e interatuantes em relação aos acontecimentos nos campos da mídia e da política.

¹⁵⁷ O então governador Roberto Requião conta que o governo considerava a Globo uma possível aliada. Ver: <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdorovai/bblogdorovai-jose-dirceu-teria-dito-globo-e-tv-governo/>

4 CONSOLIDAÇÃO (2005-2012)

4.1 A febre do ciberativismo

Às 21h45 do dia 5 de junho de 2005, o jornalista Ricardo Noblat fez uma postagem em seu blog com o título “Vem bomba!” (FRANCO, 2005). No dia seguinte, a Folha de S. Paulo publicou uma entrevista do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) à jornalista Renata Lo Prete (ver Figura 15). Noblat repercutiu a publicação madrugada adentro, a partir da versão online do jornal. Na entrevista, Jefferson denunciava um esquema de compra de votos de parlamentares que teria sido orquestrado por membros do Partido dos Trabalhadores para a aprovação da agenda do governo federal. A denúncia do deputado de fato jogava uma “bomba” na política brasileira, porque implicava os principais ministros e até mesmo o presidente.

No dia 14 de junho, o deputado Roberto Jefferson prestava depoimento à Comissão de Ética da Câmara sobre as denúncias feitas à Folha. Em certo momento, Jefferson interrompeu o raciocínio para ler uma informação:

Nesses meus 23 anos de mandato, eu nunca tinha ouvido falar em mensalão aqui na Casa. Ouço falar sempre, todos os dias. Não me cumpriu nenhum papel especial, só destampeí o caldeirão. Estou vendo aqui que a Secretária... "bliG do Noblat. Bomba: Secretária confirma denúncias de mensalão".¹⁶⁰

O “bliG do Noblat” a qual Jefferson se referia era o blog que o jornalista mantinha no portal iG — no portal os blogs recebiam tal nomenclatura. No dia 16 daquele mês, a também jornalista e blogueira Córa Ronai reagia à menção de Jefferson a Noblat ao mesmo tempo em seu blog e em sua coluna n’O Globo:

Fiquei encantada. Como nerd, como blogueira de primeira hora, como leitora de blogs e crente incondicional do blog como ferramenta de democracia e de comunicação, a idéia de que um deputado já possa se referir a um blog sem precisar explicar à nação o que ele é me encheu de orgulho e de contentamento: chegamos lá!¹⁶¹

Nas semanas que se seguiram, o desenrolar da crise política do Mensalão provocou uma “febre” dos blogs de política (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2007). A temperatura desse fenômeno pode ser aferida em quatro parâmetros: 1) a intensificação de postagens dos blogueiros que comentavam política; 2) o aumento vertiginoso do acesso a esses blogs no ápice da crise; 3) a interação constante através da caixa de comentários e; 4) a criação de novos blogs para a discussão política. O blog do Noblat é o exemplo paradigmático: o jornalista chegou a 69 postagens e somou 72 mil visitantes únicos num mesmo dia quando cobria ao vivo o depoimento de Roberto Jefferson, batendo seus próprios recordes (FRANCO, 2005). Com isso, os veículos de imprensa passaram a investir na ferramenta, como sugere a própria ida do blog do Noblat para o Estadão em outubro daquele ano e a criação do blog Bastidores do Poder, sob responsabilidade de Josias de Souza, na Folha. Tereza Cruvinel, Helena Chagas, Ilimar Franco e Jorge Bastos Moreno haviam aberto seus blogs de política n’O Globo em 2003 e 2004. Nesses espaços, tornou-se comum a troca de comentários entre visitantes, bem como interações entre estes e os blogueiros.

O número excessivo de comentadores nos blogs, em particular nos blogs jornalísticos, já que esses é que despertam a maior audiência, favorece uma tendência à discussão paralela. O foro de comentários, por vezes, se assemelha a um chat à parte, onde

¹⁶⁰

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Reuni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=14/06/2005&hrInicio=14:39:00&hrFim=21:16:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0830/05&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:39&sgFaseSessao=&Data=14/06/2005&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:39>

¹⁶¹ <http://cora.blogspot.com/2005/06/o-triunfo-dos-blogsassim-como-no-outro.html>

usuários discutem suas posições entre si, alguns dos quais se notabilizam como veteranos do espaço (CHAGAS, 2007, p. 54).

Figura 16 — Matéria sobre o blog do prefeito César Maia (25/08/2005)

26 • RIO O GLOBO Quinta-feira, 25 de agosto de 2005

Críticas reais feitas a um prefeito virtual

Para cariocas, Cesar se dedica demais a seu blog e deixa cidade abandonada

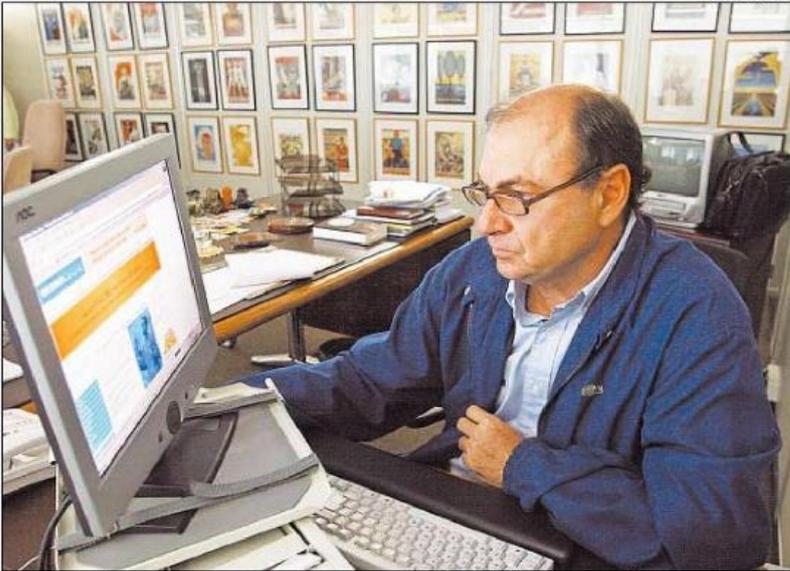
Laura Antunes e Malá Menezes

• A onipresença do prefeito César Maia no mundo virtual despertou a indignação real de moradores do Rio, que cobram empenho semelhante para resolver os problemas que atormentam a vida da cidade — considerada malconservada pelo próprio chefe da Executiva, em declarações recentes. Diante das queixas dos cariocas, ele, que há três semanas abastece avidamente o blog que criou, garante encontrar espaço na agenda para administrar a prefeitura. Mas afastou das discussões virtuais os problemas do Rio. O blog trata apenas de assuntos nacionais, em especial a crise política. Indiferente às críticas, ele assume suas duas outras atividades.

— Sou prefeito, mas sou político e vice-presidente nacional do PFL — disse, ao admitir sua ausência. Intencionalmente afirma Breno, de 26 anos, que já integrou a JCM e hoje tem a função, segundo ele, de acompanhar projetos da prefeitura.

O blog do prefeito ganhou repercussão nacional ao publicar, no último domingo, a acusação de que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, teria mentido em entrevista, ao omitir a informação de que a empresa Leão & Leão assinou contratos com a prefeitura de Ribeirão Preto, na época em que ele era prefeito da cidade. Na entrevista, o ministro, desmentira denúncias de que a prefeitura teria recebido R\$ 50 mil mensais da Leão & Leão, repassados ao PT.

O esforço de Cesar para entrar no cenário nacional — tanto pelo blog quanto pelos comentários que faz sobre a crise política — parece ainda insuficiente. A última pesquisa do Ibope sobre o desempenho dos prefeitos e deputados



CESAR EM seu gabinete: no blog criado por ele não são discutidos assuntos da cidade do Rio, apenas temas nacionais, como a atual crise política

CORPO A CORPO

CESAR MAIA

'As críticas são tolas e irrelevantes'

▶ Este conteúdo é Internet de manhã 5 mil... es não foram uma mensagem correta sobre...

Crise política, tema de 52 mensagens

Fonte: Acervo O Globo, 2005.

Os blogs também foram adotados por políticos, como o prefeito César Maia (PFL-RJ). Seu blog foi criado em meio à crise política para comentar os acontecimentos em Brasília e se voltava a temas nacionais — na contagem de O Globo (ver Figura 16), de 52 postagens num dia, apenas uma delas era sobre o Rio de Janeiro. A forte presença na internet rendeu a César Maia a alcunha de “prefeito virtual”, com críticas de cidadãos ao afastamento do governante em relação à realidade local. O blog, que era gerido também por membros da Juventude César Maia, servia de artilharia política: o prefeito atacava oponentes e tentava fortalecer sua pré-candidatura à presidência da República para as eleições do próximo ano¹⁶².

A ocasião da crise fez com que o interesse em política por parte de indivíduos e grupos de mídia aumentasse, criando uma demanda que encontrou a tecnologia já suficientemente enraizada, colaborando para ampliar o universo de cidadãos envolvidos na produção e busca de informação política (ALDÉ, ESCOBAR, CHAGAS, 2007, p. 31).

¹⁶² Sem conseguir emplacar nas pesquisas, Maia acabou abrindo mão da candidatura.

Além de jornalistas e políticos, os blogs também foram adotados por indivíduos anônimos ou sem grande expressão prévia, como já apontava o capítulo anterior. No contexto do Mensalão, atores como Por um Punhado de Pixels (Nemo Nox) e Biscoito Fino e a Massa (Idelber Avelar) se puseram a opinar sobre a crise política. No dia 1º de dezembro de 2005, por exemplo, o blog da Nariz Gelado comemorava as 50 mil visitas desde que foi criado (em março de 2003), agradecia a blogueiros amigos que também discutiam questões políticas e destacava:

é significativo que, destas mais de 50 mil visitas, cerca de 29.000 tenham ocorrido a partir de agosto deste ano - quando este blog, no embalo da atual crise política, começou a marcar uma média que ultrapassa as 7.000 visitas mensais¹⁶³.

Nesse contexto, surgiram também blogs voltados diretamente à crise, como Vizinho do Jefferson e Alice no País da CPI. O primeiro foi criado por Ricardo Lobo para relatar aos internautas a rotina e o *making of* da cobertura jornalística sobre seu ilustre vizinho, o deputado Roberto Jefferson. O blog de Lobo era uma mistura de *reality show* do protagonista do escândalo do Mensalão e também um espaço para comentários sobre notícias da crise. O Vizinho do Jefferson virou assunto entre jornalistas¹⁶⁴ e políticos e ganhou até comunidade no Orkut¹⁶⁵. Já Alice no País da CPI fazia alusão ao mundo fantástico e absurdo criado por Lewis Carroll, com comentários sobre o dia-a-dia da Comissão e expectativa pela cassação dos políticos apontados como culpados. Alice compunha suas observações do mundo político com desenhos do universo de Carroll e charges dos principais envolvidos no escândalo (ver Figura 17) — tudo isso em meio a relatos sobre a própria vida, reflexões existenciais, tematização de datas importantes e contribuição para causas sociais.

¹⁶³ <https://web.archive.org/web/20051214032109/http://www.narizgelado.blogger.com.br/>

¹⁶⁴ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/393429/noticia.htm>

¹⁶⁵ <https://www.estadao.com.br/noticias/geral.blog-espiona-dia-a-dia-de-roberto-jefferson.20050709p29221>

Figura 17 — Postagem do blog Alice no País da CPI

10 novembro 2005
Lá no País da CPI...



Tá se achando a própria ,Alice no "País das Maravilhas "...

posted by Alice @ **8:10 AM** 10 comments



Fonte: Blog Alice no País da CPI, 2005.

O escândalo do Mensalão levou à renúncia de quatro deputados federais e à cassação de Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Dirceu (PT-SP). Dirceu, que era figura vital para o PT e para o governo, havia pedido demissão do Ministério da Casa Civil no dia 16 de junho de 2005, dez dias após a entrevista de Jefferson à Folha. No dia 11 de abril de 2006, o Procurador Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma denúncia contra 40 pessoas que estariam envolvidas no Mensalão¹⁶⁶.

Em termos midiáticos, a cobertura do Mensalão representou um ponto definitivo de ruptura entre a grande imprensa e o Partido dos Trabalhadores. Depois de décadas de embates entre a mídia e o PT, o partido conseguiu estabelecer uma relação tranquila com a cobertura jornalística entre 2002 e 2004, porém em 2005 o jornalismo adotaria novamente um tom adversarial em relação ao PT (BIROLI; MANTOVANI, 2014). No caso da revista Veja, por exemplo, foram cinco capas negativas sobre o presidente Lula apenas em 2005, das quais duas mencionavam explicitamente a possibilidade de impeachment (NUNOMURA, 2012).

¹⁶⁶ <https://www.camara.leg.br/noticias/83476-ministerio-publico-denuncia-40-envolvidos-com-mensalao/>

Nas eleições de 2006, os principais jornais em circulação no país empreenderam uma cobertura desproporcionalmente negativa tanto do Lula presidente quanto do Lula candidato, em comparação com os outros competidores (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007). Apesar do desgaste político do escândalo do Mensalão e da cobertura negativa da imprensa, o governo Lula manteve aprovação maior do que a reprovação ao longo de todo o mandato, com recuperação expressiva das perdas ainda no primeiro semestre de 2006. Do mesmo modo, as pesquisas eleitorais mostravam a liderança absoluta de Lula ao longo de todo o ano, indicando, inclusive, a possibilidade de reeleição no primeiro turno.

As eleições de 2006 também tiveram impactos determinantes no ciberespaço. No início de julho daquele ano, existiam 54 comunidades do Orkut com mais de mil integrantes dedicadas aos principais concorrentes na disputa presidencial (Lula e Geraldo Alckmin); no fim de outubro, eram 118 comunidades. No começo de agosto, essas comunidades somavam 798 mil membros, contra 1,5 milhão no fim de outubro¹⁶⁷ (BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE, 2007). Os usuários do Orkut se utilizaram das comunidades como “fonte de informação, confirmação ou desmentido de boatos e contestação da ‘manipulação’ (da mídia, do governo etc.)” (BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE, 2007, p. 97).

O aumento no número de comunidades do Orkut relacionadas à disputa presidencial — e na soma de membros dessas comunidades — é mais um dos aspectos que ajudam a identificar a “febre” dos anos 2005-6, que é na verdade uma febre do ciberativismo. Os blogs são sua face mais visível, mas o ciberespaço como um todo aparecia aos usuários mais politizados como um espaço a ser disputado nesse momento de turbulência política. As teses de Camila Rocha (2018) e Eleonora Magalhães Carvalho (2017) apontam para uma mesma conclusão, ainda que observando (sub)campos opostos: a ocupação do ciberespaço emerge nesse período como uma possibilidade de produzir gramáticas alternativas àquelas hegemônicas na grande imprensa. Noutras palavras, o ciberativismo aparece aos atores políticos de esquerda e de direita como espaço de disputa da opinião pública.

De acordo com Rocha (2018), atores de direita percebiam a imprensa como pouco combativa em relação ao governo petista e viram a alta popularidade e a reeleição de Lula após o escândalo do Mensalão como uma ampliação da hegemonia da esquerda sobre a sociedade brasileira. Essa compreensão se aliava às ideias olavistas sobre infiltração comunista nos aparelhos ideológicos do Estado, como educação, cultura e informação. Deste modo, “a internet funcionou como um refúgio para anti-petistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se

¹⁶⁷ Cabe pontuar que um usuário podia fazer parte de várias comunidades, portanto esses números não devem ser entendidos como usuários únicos, apenas como a soma do número total de membros de cada comunidade.

sentisse representado pela bonança lulista” (ROCHA, 2018, p. 120), conformando o que a autora denomina “contrapúblico ultraliberal”. Como visto no capítulo 3 e como será discutido adiante, essa ampliação da participação da direita no campo ciberativista se dá sobre as bases construídas pelo olavismo digital — como o portal Mídia Sem Máscara e os olavetes, a exemplo dos Wunderblogs.

Por outro lado, Carvalho (2017) argumenta que atores de esquerda tomaram a crise política de 2005-6 e a eleição presidencial que se seguiu como um momento sensível do governo petista, que demandava ação coordenada para a defesa do mandato de Lula e de sua reeleição contra intentos golpistas e manipulações midiáticas. A queda de ministros e a cassação do mandato de parlamentares petistas, as discussões em torno do impeachment de Lula e a cobertura adversarial da imprensa contribuíram para o surgimento da “blogosfera progressista”. Carvalho (2017) sustenta que essa blogosfera foi composta, em sua maioria, por jornalistas profissionais, muitos egressos de grandes veículos de comunicação.

Além do contexto político e das possibilidades tecnológicas existentes, a autora pondera que outra condição importante para a ocupação progressista do ciberespaço foi o ideário do “jornalismo sem jornal”, isto é, a ideia de que “o jornalismo só seria realmente praticado longe das empresas de notícia, porque dentro delas não haveria liberdade ou autonomia para tal” (CARVALHO, 2017, p. 61). A BP surgia, então, como uma rede de sites e blogs de jornalismo político de esquerda com o objetivo de produzir uma gramática alternativa àquela dominante no jornalismo *mainstream*, de forma a disputar os rumos da opinião pública. Miguel do Rosário (dos blogs Óleo do Diabo e O Cafezinho) também vê uma mudança da parte dos leitores, e

atribui o surgimento deste novo campo de veículos ao fato de que ali no caso do Mensalão “existia uma audiência de esquerda e a mídia começou a ir muito para a direita. Então essa audiência começou a se sentir órfã e foi buscar outros lugares para se informar” (ROVAI, 2018, p. 132).

Nesse sentido, Rocha (2018) e Carvalho (2017) registram o mesmo fenômeno político desde pontos de vista antagônicos: esquerda e direita olham para a situação política do país com apreensão e consideram a imprensa parcial. Deste modo, campos políticos opostos recorrem ao ciberespaço como espaço privilegiado para a disputa da opinião pública. É a entrada massiva de atores políticos em confronto no ciberespaço o que conforma o período de consolidação do campo ciberativista no Brasil.

Quadro 3 — Número de nós e arestas a cada ano (1996-2006)

Ano	Nós	Arestas
1996	21	18
1997	52	48
1998	41	40
1999	72	68
2000	128	136
2001	260	255
2002	351	403
2003	428	607
2004	959	1551
2006	1483	3050

Fonte: O autor, 2022

Entre 2005 e 2006, surgem, à esquerda, sites e blogs como Amigos do Presidente Lula, Blog da Reeleição, Portal Mídia Petista e Tribuna Petista. Esses atores dão o tom da reação à crise política e da tentativa de construir uma defesa digital do governo do PT. À direita, Blog da Santa, Nemerson Lavoura e Tribuna Nacional são alguns dos endereços criados no contexto da crise, que se somam aos sites e blogs de Olavo de Carvalho, Cláudio Tellez e Alexandre Soares Silva. Em termos percentuais, nesse momento a direita representa 60% da rede, contra 21% da esquerda. 11% aparecem como espaço neutro (sem posição ideológica dominante) e outros 2% compõem um agrupamento feminista.

A disparidade entre esquerda e direita foi observada também nas comunidades do Orkut relacionadas aos candidatos presidenciais de 2006. A alocação dos membros estava, em ordem decrescente de volume, em comunidades contra Lula, a favor de Lula, a favor de Alckmin e contra Alckmin. Em termos individuais, a maior comunidade a favor de Alckmin somava 221 mil membros (“Geraldo Alckmin Presidente 45”), a maior comunidade contra Lula possuía 204 mil membros (“Fora Lula 2006”) e a maior comunidade a favor de Lula contava com 103 mil membros (“Nós votamos Lula Presidente 13”). Eram 70 comunidades contra Lula, 35 a favor de Lula, 11 a favor de Alckmin e 4 contra Alckmin (BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE, 2007) — ou seja, 68% das comunidades estavam à direita, e 32% à esquerda. Os dados apontam para uma maioria da direita em todos as métricas consideradas, e sugerem ainda uma polarização em torno de Lula.

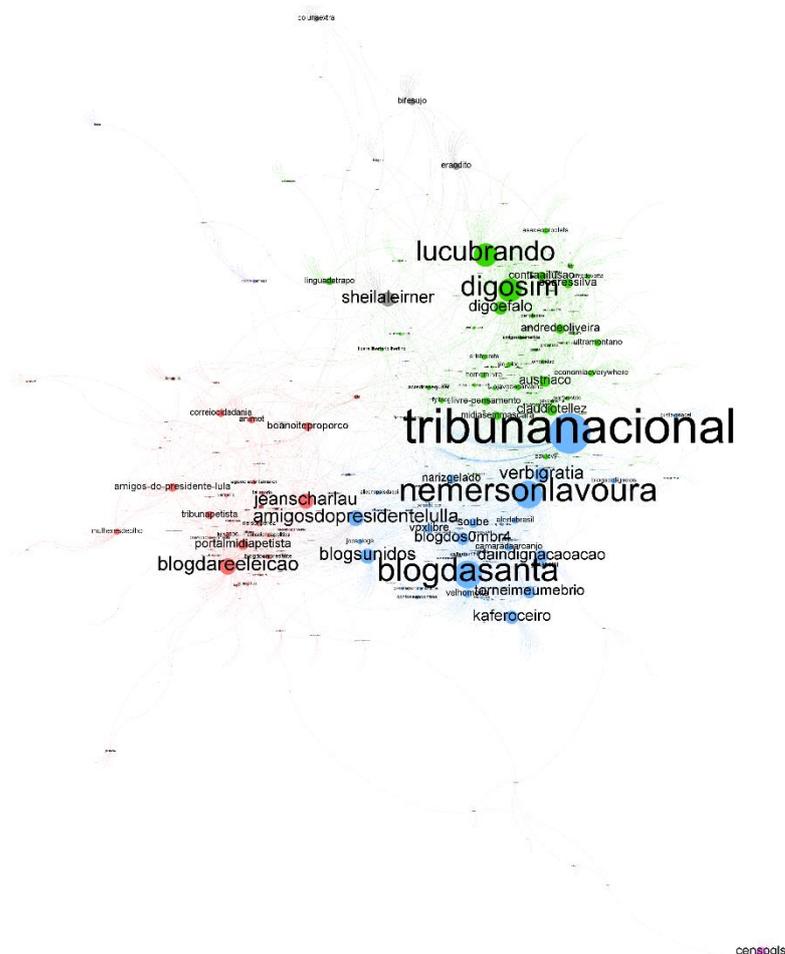
Barros Filho, Coutinho e Safatle (2007) argumentam que a predominância da direita no ciberespaço nesse momento pode ter a ver com a desigualdade social no acesso à internet. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios de 2006¹⁶⁸, apenas 14,49% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à internet naquele ano, com grande variação em relação à região: no Sudeste eram 18,74%, no Sul 16,90%, no Centro-Oeste 13,05%, no Norte 6,15% e no Nordeste 5,54%. A mesma pesquisa apontava que 33% dos respondentes já havia utilizado a internet alguma vez na vida, com um fosso enorme entre as classes sociais: 93,43% na classe A, 66,83% na classe B, 31,21% na classe C e 8,73% nas classes D e E.

Como sustenta Singer (2012), nas eleições de 2006 houve um realinhamento das bases sociais do PT, com perda de apoio entre os ricos e aumento da votação entre os mais pobres, numa reação tanto ao escândalo do Mensalão quanto às políticas sociais do primeiro governo Lula. Desse modo, faz sentido supor que um espaço com maior presença das classes mais altas seja mais avesso ao governo petista, embora os dados não sejam conclusivos.

Observando mais de perto, contudo, a simples divisão entre esquerda e direita não parece ser suficiente para explicar a rede ciberativista formada em 2006. Conforme discutido no capítulo 2, até aqui todos os grafos foram feitos com uma modularidade de resolução 5, o que força a formação de menos grupos (contendo mais atores). Essa opção se justificou pela fragmentação da rede: grafos com poucas conexões e muito desagregados tendem a gerar mais grupos, muitos dos quais podem ter alto grau de afinidade substantiva (avaliada a posteriori, fora do grafo). Por isso no Grafo 11 foi utilizada uma resolução 3 para a modularidade, de modo a dividir a mesma rede em mais grupos (com menos atores), uma vez que no ano de 2006 há muito mais nós e conexões do que em anos anteriores — afinal, utilizando uma resolução alta, grafos com muitos nós e arestas tendem a formar menos grupos, que são maiores e mais artificiais.

¹⁶⁸ <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-2006.pdf>

Grafo 11 — Rede ciberativista (2006), com mais grupos



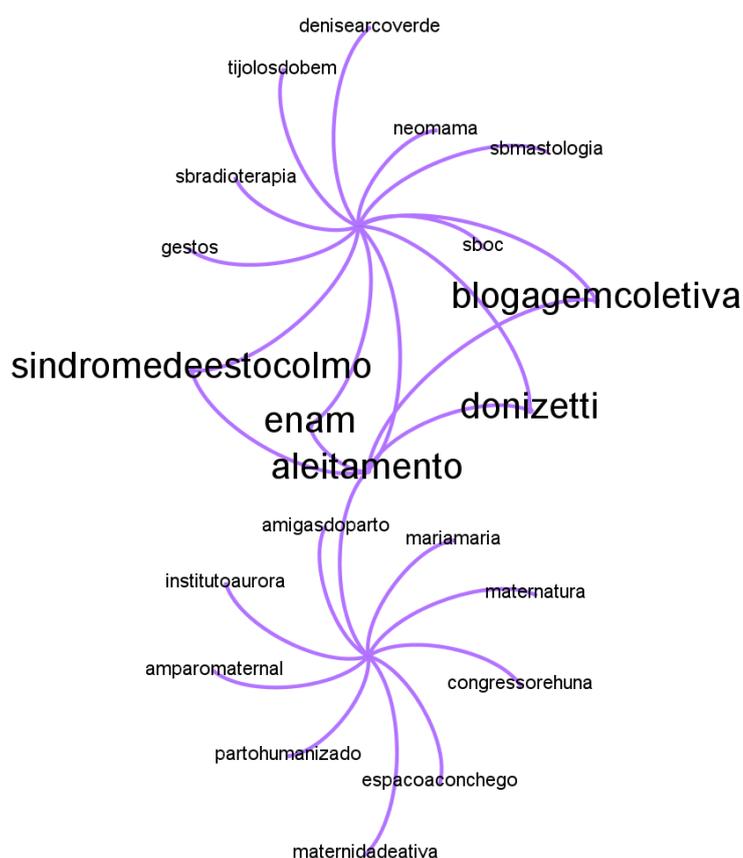
Fonte: O autor, 2022

Nesse grafo, é possível observar o aparecimento de outra direita (azul), que se diferencia da direita olavista (verde) pelas suas conexões com a esquerda (vermelho). Numa análise preliminar, essa “nova” direita, que será chamada de centro-direita (em distinção à direita radical do olavismo), comunga de diversas ideias de Olavo de Carvalho, mas tem como foco a gramática política que emerge da crise do Mensalão. Ademais, o grupo feminista (roxo) permanece no grafo e o grupo LGBT (rosa) se diferencia do grupo neutro (cinza), que reduz em tamanho. Na nova conformação do grafo, a proporção de nós em cada grupo é a seguinte: direita radical (28%); centro-direita (28%); centro-esquerda (22%); neutro (9%); LGBT (5%); feminista (2%). Esses grupos serão explorados em detalhe na próxima seção.

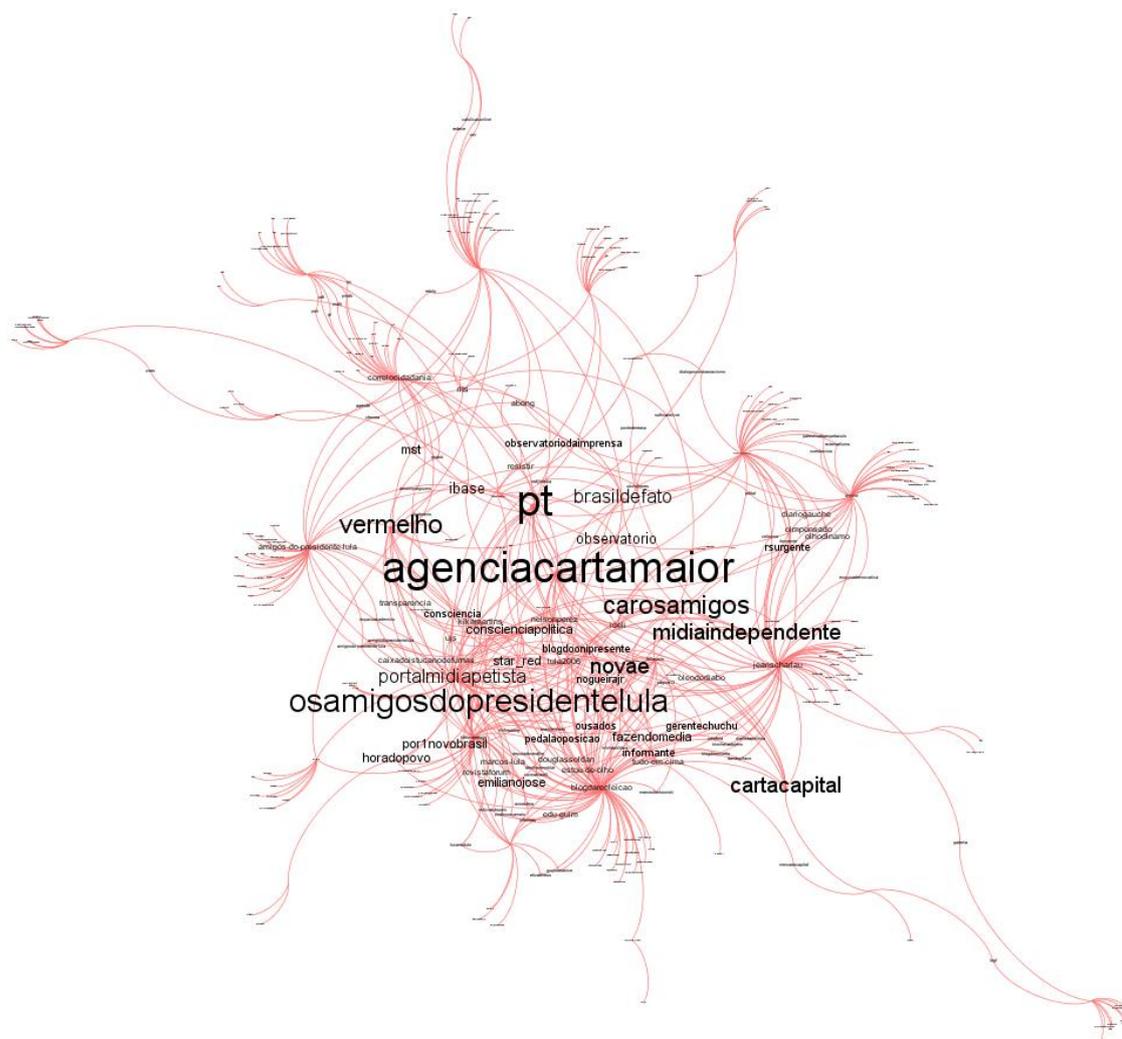
4.2 Blogosferas em disputa

A crise política de 2005-6 precipitou o surgimento de dois grandes subcampos no campo ciberativista — centro-esquerda e centro-direita —, que se acomodaram em relação ao agrupamento até então dominante da direita radical e remodelaram as relações no ciberespaço. Estes novos grupos despendiam parte considerável de sua atenção aos debates políticos em torno do governo Lula. Outros subcampos, sem posicionamento ideológico marcado ou sem inserção direta no debate sobre o cenário político nacional, permaneceram com menor tamanho, como feministas, LGBTs e blogs de temática inespecífica. Nessa seção, cada subcampo será analisado separadamente e para isso a importância (tamanho no grafo) dos atores será medida pelo grau de entrada, isto é, a quantidade de links direcionados para aquele site, blog ou portal. Com um número mais elevado de nós e arestas na rede, a medida de grau de entrada ajuda a entender quais os atores servem de referência em suas respectivas blogosferas, funcionando como um *proxy* para a compreensão da circulação do capital social no campo ciberativista — ou seja, a capacidade de mobilizar uma rede de atores naquele espaço social.

Grafo 12 — Subcampo Feminista (2006)



Grafo 14 — Subcampo de centro-esquerda (2006)



Fonte: O autor, 2022

O primeiro aspecto que salta aos olhos no grupo de centro-esquerda (Grafo 14) é a centralidade e o tamanho do site do PT na rede, o que atesta que o partido funcionava como ponto de ancoragem do subcampo. Na parte superior, próximo ao PT, aparecem outras organizações previamente existentes, como a ABONG, o MST, o Ibase e a RITS. Além disso, têm proeminência na rede as revistas Caros Amigos e Carta Capital, ambas de cunho progressista e lançadas originalmente em formato impresso nos anos 1990. Destacam-se ainda quatro portais criados diretamente em formato digital em anos anteriores: os já citados Centro de Mídia Independente e Observatório da Imprensa; o Vermelho, ligado ao PCdoB; e o NovaE, “um ponto de debate sobre o tema nova economia, cibercultura, comportamento e Internet”¹⁶⁹.

¹⁶⁹ <https://web.archive.org/web/20010127174600/http://www.nova-e.inf.br/projeto.htm>

Outros três sites foram criados a partir da experiência do Fórum Social Mundial de 2001: Brasil de Fato (também em formato impresso, como jornal), Fórum (também em formato impresso, como revista) e a Agência Carta Maior, portal que tem como elemento distintivo a colaboração de “nomes de destaque da intelectualidade brasileira e internacional” (CARVALHO, 2017, p. 129).

Dos sites criados no contexto da crise de 2005-6, o ator que mais mobiliza a rede é o blog Os Amigos do Presidente Lula, criado por Helena Sthephanowitz¹⁷⁰. Na descrição para os leitores, a autora diz que o blog “foi criado em homenagem a todos os cidadãos que apóiam o Presidente Lula, e que estão indignados, com a má fé da imprensa tucana e com a tentativa de golpe em que o PSDB e seu laranja PFL estão tentando aplicar no povo Brasileiro”¹⁷¹. Em geral as postagens serviam para enaltecer os feitos do governo Lula, atacar o PSDB e criticar a postura da imprensa. Na barra lateral, havia diversos canais de interação: um livro de assinaturas em apoio a Lula; um fórum de debates para petistas; uma comunidade do Orkut para a organização de um movimento em defesa da transposição do Rio São Francisco (“Transposição SIM Velho Chico”); um e-mail para envio de conteúdos para as postagens; e o manifesto “Pela radicalização democrática e contra a desestabilização do governo Lula”, lançado pela rede de universitários de esquerda Universidade Nômade, que em pouco mais de quinze dias atingiu 800 assinaturas¹⁷².

O blog possuía dois outros endereços sem layout definido e com conteúdo único: um homônimo, com “subsídios para o debate eleitoral em 2006” (lista de feitos do governo Lula, links pró-Lula e referências bibliográficas); e outro chamado Caixa dois tucano de Furnas, que trazia a polêmica “lista de Furnas”. A lista é um “documento sobre um suposto esquema de caixa dois nas eleições de 2002” que surgiu no contexto da CPMI dos Correios e mira principalmente nomes do PSDB. Sua veracidade é disputada: a oposição ao governo argumentava que a lista fora forjada para criar uma cortina de fumaça e abafar o escândalo do Mensalão; já os governistas sustentavam que a “direita raivosa” e a imprensa tentavam desqualificar a denúncia para esconder o escândalo tucano. Apontado como responsável por elaborar a lista de repasses, o ex-diretor de Engenharia de Furnas, Dimas Toledo, prestou depoimento à CPMI e negou a autoria do documento. No relatório final, a “lista de Furnas” foi

¹⁷⁰ A primeira versão, lançada em novembro de 2005, tinha o nome de Amigos do Presidente Lula e era gerida por Helena Sthephanowitz, Marcos Franco Couto e Jussara Seixas.

¹⁷¹ <https://web.archive.org/web/20051211121234/http://amigosdopresidentelula.blogspot.com/>
¹⁷² <https://web.archive.org/web/20060207014851/https://osamigosdopresidentelula.blogspot.com/>

¹⁷² <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16547&keyword=Manifesto%2CLula&anchor=5249485&origem=busca&originURL=&pd=a9e40e8345f3f7f0cfbbe7975a3de923>

considerada falsa e a CPMI dos Correios se negou a “dar curso a uma denúncia leviana e que claramente revela maquinação de cunho político pré-concebido ou de qualquer outra ordem”¹⁷³.

Os amigos de Os Amigos do Presidente Lula consistiam em portais progressistas pré-existentes, políticos petistas e uma série de sites e blogs criados no contexto da crise, dos quais se destacam: Consciência Política, Lula 2006, Por um novo Brasil, Portal Mídia Petista e Star Red. Nestes, o formato e o conteúdo eram muito semelhantes, com uma defesa inabalável de Lula e do PT e oposição ferrenha ao PSDB (também ao PFL e à cúpula da CPMI) e à imprensa. Na maioria das vezes reproduziam notícias e postagens de jornais, sites e blogs e comentavam brevemente os fatos. Outros blogs repetiam a tônica, mas com maior grau de liberdade criativa, como Kika Martins, Oni Presente e Olho Vivo. Já Jean Scharlau se distinguia pelo caráter autoral — e compunha o núcleo gaúcho, com Diário Gauche, O Olho-Dínamo e RS Urgente.

Figura 18 — Trecho de postagem do blog Olho Vivo (2006)

Com o intuito de reforçarmos nosso apoio ao Presidente Lula, redigimos esta carta, com o apoio de vários grupos, blogs e comunidades. A proposta é colhermos maiores números de assinaturas, para encaminharmos ao Presidente Lula, mídia, OAB, enfim a todos os órgãos possíveis. Mostre o seu apoio assinando e colhendo assinaturas de parentes, amigos, etc.

Para assinar basta enviar seu Nome, Profissão, Cidade e Estado para o e-mail:

companheiro.lula@yahoo.com.br

Contamos com a colaboração de todos os Amigos do Presidente Lula. Colham assinaturas dos amigos e nos envie pelo e-mail acima! Vamos dar um banho de democracia na oposição!

Blogosfera Lulista

--- repassem, vamos fazer a corrente pra frente que o Brasil precisa ---

Fonte: Blog Olho Vivo, 2014.¹⁷⁴

Essa blogosfera lulista (ver Figura 18) apresentava forte adesão ao governo do PT, com raras críticas — estas sempre pontuais e à esquerda, como a nomeação de Nelson Jobim ao Ministério da Defesa em 2007, que foi vista como retrocesso. Em termos estratégicos, empregava tanto a produção de narrativas a favor do governo quanto críticas aos opositores (no sistema político e midiático), a quem acusavam de manipulação e golpismo. Nas táticas,

¹⁷³

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/84897/RelatorioFinalVol2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

¹⁷⁴ <https://web.archive.org/web/20140601055219/http://estou-de-olho.blogspot.com/>

levaram a cabo a criação de um verdadeiro ecossistema midiático (CARVALHO, 2017), com a abertura de blogs, sites e portais conectados, mas também de comunidades no Orkut e perfis no Fotolog. Com fóruns e manifestos, reforçavam a identidade de esquerda na rede, formando uma espécie de petismo digital.

Os atores de centro-esquerda passaram, então, a explorar as potencialidades eminentemente virtuais. No blog Gerente Chuchu, por exemplo, as postagens eram feitas de forma irônica, sob o eu lírico de Geraldo Alckmin, com referências a pontos sensíveis da campanha do tucano — o personagem falava de sua relação com a Opus Dei, reclamava das críticas da imprensa e citava o trabalho de sua filha na Daslu. O Zero Fora, por sua vez, fazia um trocadilho com o nome do jornal Zero Hora e mirava o “PRBS”, ou seja, o Partido da RBS — o influente conglomerado midiático do Rio Grande do Sul. Além de promover um boicote ao Zero Hora, a paródia trazia a seção “Infernizar é Preciso”, em que recomendava aos internautas que reclamassem com os parlamentares. Nessa mesma seção, trazia links para sites de jornalistas e outros atores de direita a serem “infernizados”, muitos ligados ao olavismo, como Percival Puggina, Diego Casagrande e Políbio Braga.

Os sites que parodiam outros sites ciberativistas são um indicativo importante da autorreferencialidade do campo, uma vez que demonstram que os atores se percebem como parte do mesmo espaço de lutas, são capazes de se localizar espacialmente e se combatem mutuamente. Como exposto no capítulo 3, msmistas criaram uma paródia do CMI de modo a mimetizar o endereço e o layout do portal original, mas com ataques aos cmistas. Na rede do petismo digital, um dos nós é o blog Mídia Sem Máscaras, cujo endereço se assemelha ao do portal MSM, embora sem tentativa de copiar o layout e sem referência direta aos msmistas.

Por outro lado, há dois casos que evidenciam de maneira mais direta o reconhecimento mútuo dos atores de esquerda e de direita no campo ciberativista pelo uso da paródia. O primeiro é o blog Amigos do Presidente Lulla, que acrescenta um “L” ao nome do blog a que faz referência e pode remeter à ideia de impeachment do presidente, associando-o a Collor — artifício estético usado pela Veja numa das capas de 2005. Embora haja perdas do layout na Wayback Machine, é possível notar que o blog é quase idêntico a Os Amigos do Presidente Lula em termos visuais (ver Figura 19). De autoria anônima, as intenções declaradas do blog de paródia eram “1) Gozar com a cara de duas idiotas e seus asseclas, que gostam de gozar com a cara dos outros” e “2) Dar-lhes a experimentar do mesmo veneno que usam para atacar os blogs e as reputações alheias”¹⁷⁵. As “duas idiotas” a que o blog se refere são Helena

¹⁷⁵ <https://web.archive.org/web/20060206191132/http://amigosdopresidentelulla.blogspot.com/>

Sthephanowitz e Jussara Seixas, as criadoras das versões originais do Amigos. O blog “Lulla” de fato cumpria sua proposta e atacava as autoras (com referência especial a um desentendimento pelo controle do blog) e os petistas em geral. Diferente da gramática olavista, contudo, o blog do “Lulla” tinha como pauta prioritária a corrupção, com menções sobretudo ao contexto do Mensalão. Na barra lateral, havia um livro de visitas de repúdio a Lula, senha para acesso à Veja, um e-mail para comunicação com os editores, um link para o relatório parcial da CPMI dos Correios e ainda um link para a página do MSM que discorria sobre o Foro de São Paulo. O blog trazia também um blogroll da blogosfera lulista, sob a imagem de uma estrela ladra e o aviso de que “não vale a leitura”, bem como um blogroll com recomendações de sites e blogs da centro-direita.

Figura 19 — O blog Os Amigos do Presidente Lula e sua paródia (2006)



Fonte: Os Amigos do Presidente Lula e Amigos do Presidente Lulla, 2006

O jogo das paródias entre lulistas e anti-lulistas não parou por aí. O blog Por um novo Brasil (por1novobrasil), integrante da blogosfera petista, teve sua URL mimetizada pelo blog oposicionista Por um novo Brasil: sem PT! (porumnovobrasil). Um novo blog lulista foi criado em resposta: Por um novo Brasil sem PT? (porumnovobrasilsemp). O blog original (por1novobrasil) seguia a linha política do Amigos do Lula e mencionava apenas links da própria rede de esquerda. A réplica (porumnovobrasil), por sua vez, possuía conteúdo muito parecido com o do Amigos do Lulla, trazendo os links da centro-direita. Já a tréplica (porumnovobrasilsemp) seguia caminho próprio, com foco na campanha negativa em relação ao PSDB. Em sua descrição, esse último blog diz que tem como finalidade “mostrar como foi e como seria o Brasil sem PT” e alerta que “quem não gosta do Presidente Lula, não é anti-

Petista, são na verdade Anti-Pobre”¹⁷⁶. Além de fazer campanha negativa contra o PSDB, as postagens também eram usadas para comentar desentendimentos no ciberespaço. Num deles, lê-se: “Tem um blog da direita raivosa e virulenta, provavelmente pago pela oposição, alias a pessoa tem vários blogs com o mesmo teor, mudando somente o nome, que mostra bem as armações que estão sendo feitas para desmoralizar os petistas”. Em outras postagens, o blog comenta um tema recorrente e espinhoso nesse contexto: a exclusão de blogs ciberativistas como forma de sabotagem (ver Figura 20).

Figura 20 — Blogs de direita e de esquerda discutem a exclusão do Dá-lhe Reale (2005)

Ataques a Blogs

Parece que os Blogs estão incomodando.
É sinal que estamos conseguindo o nosso intento.
Então vamos bater mais forte ainda.

A Máfia do PT esta apavorada.

Pau neles.
Nossos sentimentos aos amigos do Blog **Dá-lhe Reale** em <http://www.da-lhereale.blogspot.com/> que foi apagado criminosamente.

Este é um exemplo claro de como os petistas respeitam os direitos alheios.
O PT nunca respitou a lei.
Seus militantes com raras exceções são terroristas travestidos de gente honesta.
Na realidade eles são "onestos" e só se assemelham a honestos, no som mas nunca nas intenções e ações.

FORA PT
FORA crapLULLA

POSTED BY PENINHA AT 12:12

30 Novembro 2005

Da-lhe Realeno pé...fu-ja!!!

Seu Reale deve ter dito uma péssima noite há uns dias atrás, convenhamos, feliz ele não deve ter ficado, ao ver seu nome de jurista metido em um sessenta e nove, e pior, junto com uma baranga!

Seu reale já teve dias melhores ao lado do seu fhc, mas ao que tudo indica, ao ver seu nome em página porno, mostrando o cartão vermelho para a barangona na foto ao lado, e ainda por cima dizendo, DA-LHE REALE, caiu em decadencia.

É evidente que seu reale tomou conhecimento deste deprimente fato, tanto é que no dia seguinte aos fatos(ou as fotos) o blog em questão foi devidamente invadido, uma boa saída para a o blog que dizia fazer homenagem(fracassada) ao jurista,. Isso sim é fogo amigo, haja visto que o tal blog , assim como seu reale são tucanos.

Só falta agora alguém da oposição dizer que o sessenta e nove foi invadido e a foto do seu reale foi postada no blog pornô por Petista.

Posted by Arimatéa Blogueiro Petista at 6:48 PM:: 0 Comments:: 

Fonte: Blogs A Marvada Pinga e Por um novo Brasil sem PT? 2005.

O blog Dá-lhe Reale é inacessível pela Wayback Machine e não está disponível na internet, mas é possível inferir que seu conteúdo era algo como uma exortação ao jurista Miguel Reale Júnior. Reale havia fundado o movimento "Da Indignação à Ação" durante a CPMI dos Correios e passou a cogitar a apresentação de um pedido de impeachment de Lula¹⁷⁷. O blog saiu do ar em novembro de 2005 e a causa foi motivo de disputa, bem como acusações mútuas. O direitista A Marvada Pinga, por exemplo, viu na exclusão uma ação da “máfia do PT” e um sinal de que “os blogs estão incomodando”. O blog da Nariz Gelado também via um movimento coordenado e financiado pelo PT; no post intitulado “Guerra Suja”, dizia:

¹⁷⁶ <https://web.archive.org/web/20110923022840/http://www.porumnovobrasilsemp.pt.blogspot.com/>

¹⁷⁷ <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1211200518.htm>

Algumas vezes, o leitor acha que exagero quando digo que estamos em uma verdadeira guerra ideológica.

Porém, ao longo dos últimos seis meses, conforme foi se aprofundando a crise ética em que meteu-se o atual governo, mais esta guerra foi tomando contornos assustadores.

De coleções de cadáveres, mortos em situações inexplicáveis, passando pelas tentativas oficiais de impôr alguma forma de controle sobre a liberdade de imprensa e culminando com o desfile de mentirosos profissionais nas CPIs, o Brasil cheira mal. Não é de hoje, também, que assistimos à ação coordenada de petistas - posto que não há outro nome para definir àqueles que defendem o PT - em fóruns, blogs e salas de bate-papo da internet. Onde quer que haja alguém criticando o governo Lula, há uma verdadeira horda de militantes ensandecidos, fazendo uso dos golpes mais baixos para desmobilizar o debate.

Não se trata de cidadãos normais, cujo interesse por política os aproximou de espaços de discussão. Trata-se de uma verdadeira força tarefa, muito provavelmente paga, mas sem dúvida alguma treinada, que busca impedir o debate democrático.

Se o espaço em questão for um fórum de discussões ou um chat, eles atacam em bando, desqualificando e agredindo pessoalmente a todo aquele que ousar fazer críticas ao governo Lula. Se for um blog, eles podem simplesmente copiar toda a programação visual e, a partir de um endereço muito parecido, cloná-lo - invertendo totalmente o sentido da mensagem original. Ou então, promovem um verdadeiro ataque no espaço destinado aos comentaristas - e quem acompanha este blog sabe que tive que adotar a moderação de comentários justamente por ter sido vítima deste tipo de vandalismo.

Hoje à tarde, porém, esta alcatéia defensora do governo Lula afundou um pouco mais na própria sujeira: invadiram e deletaram todo o conteúdo do Blog Dá-lhe Reale, que havia sido criado para apoiar o movimento pró-impeachment.

Por razões que não vêm ao caso agora, eu não apoio a idéia de um processo de impeachment. Mas estarei trabalhando, neste final de semana, para ajudar os amigos a reerguerem aquele blog. Porque pessoas honestas, que dispõem de seu tempo de descanso para defender aquilo em que acreditam, não serão caladas por uma meia-dúzia de micos amestrados do PT.

E se o Partido dos Trabalhadores se sentir ofendido com este post, que vá procurar saber quem é essa gente. Pois é em nome do PT que eles dizem estar lutando esta guerra suja.¹⁷⁸

Já o petista Por um novo Brasil sem PT? ironizou a exclusão e apontou o próprio Reale como possível responsável para que o endereço saísse do ar, já que o blog conteria uma associação de sua imagem à pornografia. O blog pró-Lula também levantou a suspeita de que o episódio poderia ser uma simulação de invasão e associou o caso à aproximação do ano eleitoral: “Quem frequenta comunidades de discussão política no Orkut já deve ter notado que em todas elas aparecem uns sujeitos com perfil falsos, defendendo posições direitistas de maneira agressiva e preconceituosa e em tom ameaçador”.

Outra invasão polêmica foi a do blog Seguindo pelo lado direito. Beto, que se declarava um anticomunista sem partido, cravou que seu blog foi invadido por petistas e sugeriu que a invasão a um ator “inexpressivo” como ele poderia ser um teste de estratégia a ser replicada posteriormente. Por um novo Brasil sem PT? novamente reagiu ao caso, desta vez apontando a

¹⁷⁸ <https://web.archive.org/web/20051214032109/http://www.narizgelado.blogger.com.br/>

subcampo de direita tem três diferenças principais com a direita radical que dominou a rede em anos anteriores: a preponderância da gramática anticorrupção, a centralidade da figura política do Lula como adversário e uma menor dependência de Olavo de Carvalho como ponto de ancoragem intelectual. Como será visto adiante, não há uma divergência absoluta entre os agrupamentos de direita, mas sim uma diferença de ênfase nas preocupações políticas.

Entre poemas e discussões sobre movimentos artísticos, o Blog da Santa trazia críticas ao governo Lula, seja com a reprodução de notícias e artigos ou comentários próprios, sempre acompanhados de alguma imagem. Seus alvos preferidos eram o ministro da Cultura Gilberto Gil, a corrupção do PT e como o governo petista na verdade era prejudicial aos pobres. Cada postagem da Santa recebia pelo menos 30 comentários; quando anunciou um recesso para tratamento de saúde, recebeu 151 comentários de solidariedade, expectativa pelo retorno e denúncias sobre malfeitos do PT. O blogroll da Santa trazia uma centena de outros blogs de direita, além de blogs estrangeiros, blogs de jornalismo e sites de arte — Olavo de Carvalho e o Mídia Sem Máscara não constavam entre os links, embora postagens do portal fossem eventualmente mencionadas. A boa relação da Santa com outros blogueiros é o que deve ter levado ao posto de nó com maior grau de entrada na rede de centro-direita.

Alerta Brasil, Blog do Moderado, Blog da Nariz Gelado, Blog do Ozéas, Minuto Político, O que pensa Aluizio, Resistência (Nemerson Lavoura), Serjão Comenta do Céu e Soube? são os principais amigos da Santa com destaque na rede de centro-direita. Esses blogs comungam da postura predominante no subcampo e variam em quatro sentidos: 1) no nível mais ou menos autoral das postagens (da simples reprodução de notícias à elaboração de reflexões originais); 2) na relação com o olavismo e, com isso; 3) na abrangência da crítica à esquerda, para além do PT e do tema da corrupção e; 4) no direcionamento da crítica apenas à esquerda ou ao sistema político como todo. Nesse último ponto, vale ressaltar as idas e vindas com o PSDB, afinal o partido também tinha seus próprios escândalos, mas ao mesmo tempo representava a alternativa mais viável para tirar o PT do poder.

“Roubalheira” é o termo que sintetiza as preocupações do grupo. Para eles e elas, Lula sabia do esquema do Mensalão e Dirceu era o articulador da corrupção petista. A solução passaria por uma renovação política e a adoção da “ética” como bandeira prioritária. Por vezes Lula era chamado pelos blogueiros de “o apedeuta”, apelido dado por Reinaldo Azevedo¹⁸⁰ e que significa “aquele que é ignorante, sem instrução”. Os petistas eram “petralhas”, apelido também dado por Azevedo e que deu origem ao blog Petralhas¹⁸¹.

¹⁸⁰ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/394422/noticia.htm>

¹⁸¹ <http://petralhas.blogspot.com/>

Eu Odeio Lula, Por um novo Brasil: Sem PT!, Limpa Brasil e Direita Volver são nomes de blogs do subcampo de centro-direita, mas poderiam muito bem expressar sua concepção sobre aquele momento político. Com o escândalo do Mensalão iniciado em 2005, as eleições de 2006 apareciam como momento crucial para a mobilização política contra a corrupção representada por Lula, pelo PT e por seus aliados. A saída estava à direita, seja pela escolha de Alckmin como a via para vencer Lula, seja com a adoção de pautas como a privatização de empresas públicas e o enxugamento do Estado como forma de diminuir o espaço para a corrupção. Ainda assim, a saída não era qualquer direita.

Em agosto de 2006, diversos blogueiros do subcampo de centro-direita lançaram o Movimento Digital de Libertação Nacional (MDLN), que consistia num repúdio à decisão da Justiça Eleitoral do Amapá contra a blogueira Alcinéa Cavalcante (ver Figura 21). Cavalcante havia publicado em seu blog uma foto de pichação num muro de Macapá com o escrito “Xô!” formado com o rosto de José Sarney, então candidato à reeleição para senador pelo PMDB. Participaram do MDLN blogs como Aparte (Parlamentando), Outras Letras, LCMarques e Lidos e Vividos. De um modo mais amplo, a blogosfera lançou o movimento “Xô Sarney”, que somou mais de 80 blogs e mobilizou até mesmo personalidades da mídia, como Marcelo Tas. A coligação de Sarney considerava “inaceitável que indivíduos que se dizem jornalistas armem uma longa teia de comunicação na internet para a prática de crimes” e alegava que a rede de blogueiros estava “organizada em prol de atingir a boa imagem do candidato”¹⁸².

¹⁸² <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82192.shtml>

Figura 21 — Postagem no blog Aparte como parte do movimento Xô Sarney! (2006)

28 AGOSTO 2006

REPÚDIO A SARNEY E SEUS ASSECLAS



O Movimento Digital de Libertação Nacional, constituído em rede nacional de blogs, vem a público manifestar o seu veemente REPÚDIO E PROTESTO contra a iniciativa da Coligação do Senhor Senador José Sarney, a qual através de liminar na Justiça Eleitoral do AMAPA, atenta contra a liberdade de expressão ao impor a censura a jornalista Alcinéia Cavalcante, que em seu blog reporta ao fato de um eleitor protestar contra a presença daquele senador naquele Estado, com pintura em muro conforme foto acima. Pelo restabelecimento pleno da dignidade no Congresso Nacional Brasileiro. Todo poder emana do povo que aqui o exerce diretamente, 27 de agosto de 2.006. MOVIMENTO DIGITAL DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Fonte: Blog Aparte (Parlamentando), 2006.¹⁸³

O blog de Norma Braga é um dos mais importantes conectores entre os subcampos da centro-direita e da direita radical. Na centro-direita, destaca-se sua conexão com nós como o Blog da Santa e o blog da Nariz Gelado. Na direita radical, seus laços excedem o meio digital. Doutoranda em Letras, Norma se tornou amiga de Olavo de Carvalho ao ponto de ser citada como referência em seu blog e de participar de programa televisivo ao seu lado¹⁸⁴. Além disso, a blogueira contribuía com artigos para o portal Mídia Sem Máscara. Na descrição, Norma diz que o blog, criado em 2005, é um “esforço, com a graça de Deus, de recolocar o cristianismo na via dos debates intelectuais”. De fato, suas postagens estão ligadas a debates filosóficos e religiosos de viés anticomunista e com forte conservadorismo social. O seu blogroll aponta nitidamente para esse diálogo com os diferentes agrupamentos de direita (ver Figura 22).

¹⁸³ <https://parlamentando.blogspot.com/2006/08/repdio-sarney-e-seus-asseclas.html>

¹⁸⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=IMyDskwm8ow>

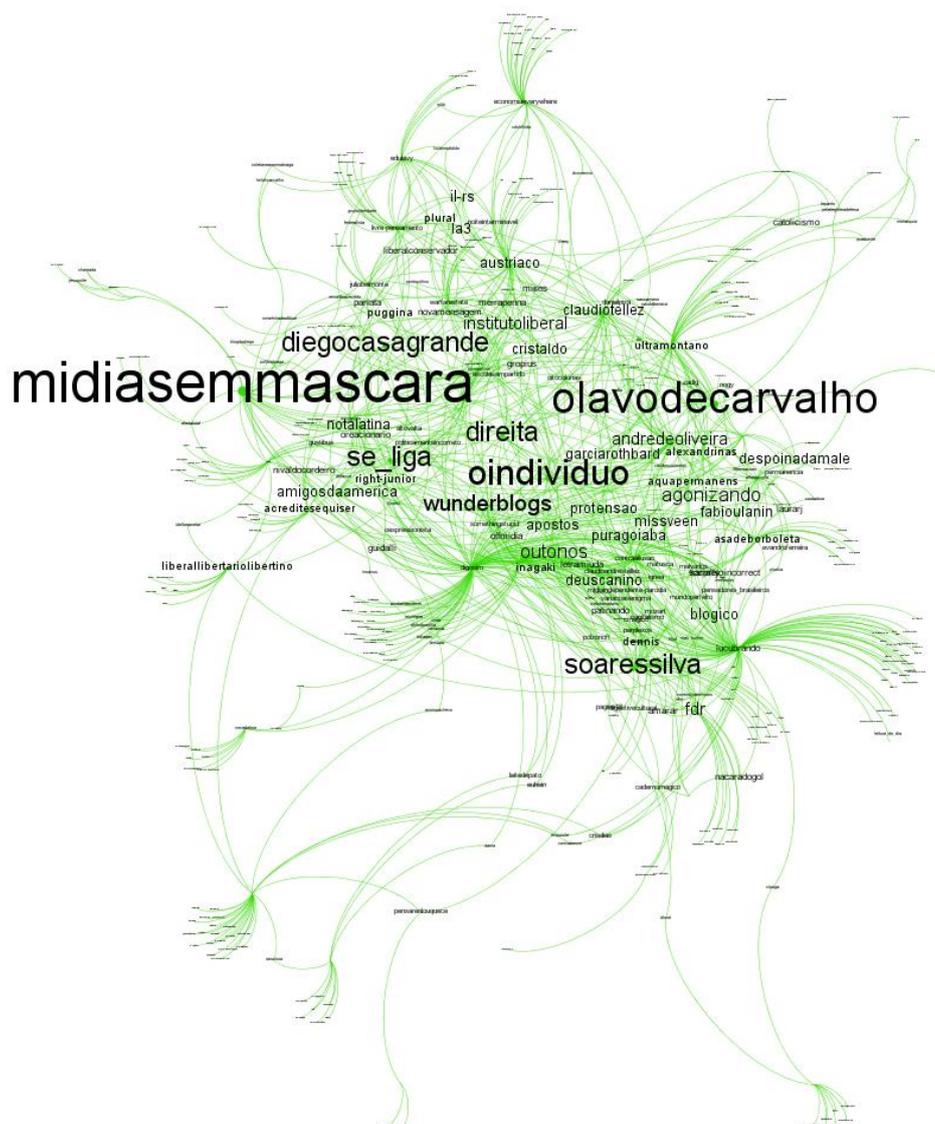
Figura 22 — Fragmentos do blogroll do blog da Norma Braga (2006)



Fonte: Blog da Norma Braga, 2006.

Na seção dedicada ao “Brasil Conservador” estão os links para os principais pontos de ancoragem da direita radical: o portal Mídia Sem Máscara; os pensadores Olavo de Carvalho, Nivaldo Cordeiro, Percival Puggina e José Osvaldo de Meira Penna; o movimento Escola Sem Partido, contra a dominação gramsciana nas escolas; e o Grupo Inconfidência, organização revisionista da ditadura com quadros civis e militares e de forte caráter anticomunista. Entre os “Blogs Amigos”, Norma trazia membros do subcampo de centro-direita, integrantes dos Wunderblogs e blogs como o Nadando contra a maré vermelha (la3), com foco em notas críticas ao governo petista, e O tempora, O mores (tempora-mores), um espaço de “reflexões fortuitas de alguns calvinistas sobre praticamente tudo”. Este último também compõe a seção “Cristianismo”, que traz ainda Julio Severo, colunista do MSM e ferrenho defensor da família heterossexual e cristã, bem como sites estrangeiros.

Grafo 16 — Subcampo de direita radical (2006)



Fonte: O autor, 2022

O Grafo 16, que enfoca o subcampo da direita radical, mantém no centro e com grande importância Olavo de Carvalho e os portais MSM e O Indivíduo, evidenciando uma construção a partir das bases previamente estabelecidas. Além disso, o grafo explicita um núcleo cristão em torno da revista *Catolicismo*, que parte de uma aresta do wunderblog *Ultramontano* (no canto superior direito da imagem). Esse conjunto de blogs cristãos envolve expoentes de diferentes denominações religiosas, como católicos e evangélicos, que discutem questões teológicas, o papel de lideranças mundanas na consolidação dos dogmas, a relação entre fé e política, visões religiosas (e conservadoras) sobre temas contemporâneos — como aborto e

homossexualidade —, bem como questões conjunturais, sobretudo em relação ao governo petista, governantes de esquerda e o lugar do comunismo no mundo atual.

Na parte de cima do grafo, forma-se um emaranho de conexões entre nós que se dedicam a debates econômicos, como Austríaco, Claudio Tellez, Economia Everywhere, Instituto Liberal e Liberal-Conservador. Longe de ser uma ruptura com o olavismo, essas conexões exploram o aspecto liberal do pensamento de seu guru. O blog Austríaco, por exemplo, traz na sua descrição uma citação de Olavo: "O mercado nao é uma ideologia, um regime, uma lei que um governante baixou e outro possa revogar, mas é uma dimensão da existência humana". Cada blog apresentava um grau diferente de abstração, indo de textos mais conjunturais, sobre os problemas da economia no governo Lula, a textos mais filosóficos, sobre correntes e autores do pensamento liberal — nesse caso, abarcavam tanto elaborações próprias quanto traduções de autores estrangeiros.

O Wunderblogs, por sua vez, permanece como o núcleo mais expressivo da rede, com muitos de seus membros superando até mesmo colunistas do MSM em termos de grau de entrada. O sucesso dos wunders inspirou a blogosfera. Assim, foi popularizado o formato do “condomínio” de blogs, que consiste na criação de blogs como subdomínio de um domínio que funciona como identificador daquele grupo. O blog 4themasses, por exemplo, indicava seis condomínios na seção “Coletivos”: Apostos, Gardenal, Insanus, Outonos, Verbeat e o próprio Wunderblogs.

No Apostos, que tinha expoentes como Nariz Gelado e Pura Goiaba (um ex-wunder), a política era eventual, sem tanta preocupação conjuntural. De viés liberal-conservador, o condomínio dava prioridade a discussões culturais, relatos prosaicos e elaborações semi-existencialistas. O Apostos se entendia como uma família e preferia ser descrito como portal em vez de comunidade. O “portal” então lançou seu “Blogma 2005” — inspirado no movimento cinematográfico Dogma 95 —, em que elencava alguns princípios para os blogs do grupo, como a proibição de citações de Foucault e a rejeição a opiniões em voga (positivas ou negativas) sobre Paulo Francis¹⁸⁵. Reinaldo Azevedo aparecia como figura de referência, assim como alguns wunders, tais quais Alexandre Soares Silva; já Olavo era *persona non grata*. O aposto Torre de Marfim chegou a escrever: “Se Sader é o ponta-esquerda da seleção dos idiotas, o Brasil também tem um bom nome na ponta-direita: Olavo de Carvalho”¹⁸⁶.

Insanus foi um empreendimento coletivo de alunos e ex-alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No formato, a

¹⁸⁵ <https://web.archive.org/web/20051126145152/http://www.apostos.com/blogma.html>

¹⁸⁶ <https://web.archive.org/web/20060616080208/http://atorredemarfim.apostos.com/>

condomínio inovou ao trazer para a página inicial um fragmento das postagens mais recentes dos condôminos. Os blogs variavam muito entre si, do layout ao número de autores, mas tinham como obrigatoriedade a disposição do logotipo do coletivo com um link para a página inicial do condomínio. No conteúdo, cada blog tinha um foco diferente, como: cotidiano, quadrinhos, culinária, futebol, pesquisas científicas e política (PRIMO; SMANIOTTO, 2006). Dentre os blogs políticos, destacam-se o coletivo Nova Corja e o individual Filisteu. O primeiro tratava da política brasileira e gaúcha em tom sarcástico, criticando atores da esquerda e da direita. Já Filisteu, que se considerava “o membro mais à direita do Insanus”¹⁸⁷, discutia política nacional e internacional, além de leituras libertarianas. A cobertura de membros do Insanus do Fórum Social Mundial de 2005¹⁸⁸, realizado em Porto Alegre, chegou a emplacar menções na imprensa¹⁸⁹. Essa mistura de pontos de vistas divergentes no mesmo condomínio gerava suspeitas sobre o posicionamento político do grupo, e o insano Gabriel Pillar, do Vertigo, explicou:

Abrindo o voto

Diante da cobertura da crise que os colegas do insanus vêm promovendo, achei interessante fazer um levantamento dos votos de cada um nas últimas eleições. Como eu já esperava, a maioria votou no PT tanto para presidente quanto no pleito municipal. Isso mostra que o insanus acreditou nas possibilidades de mudança no país com uma possível vitória da esquerda.

Sendo assim, os atuais posts contra o governo não são coisas "da oposição" ou de uma juventude vinculada ao PSDB, ou pior, ao PFL. O que o coletivo está mostrando é nada mais que a sociedade civil indignada com os rumos tomados pelo PT, que afundou esperanças e mostrou que, se tratando de poder, todos acabam entrando na mesma panela¹⁹⁰.

O Verbeat foi mais um dos condomínios bem sucedidos dessa época. Criado por Leandro Gejfinbein e Tiago Casagrande, o espaço era definido como uma “não-organização, não-lucrativa, não-governamental” com o objetivo de “agregar pessoas em não-grupos, onde se cria e se faz valorizando o indivíduo, seu talento, experiência e ambiente, misturando aos outros, mas que não sejam assimilados e nem assimiladores”¹⁹¹. O Verbeat Blogs abrigava iniciativas individuais e coletivas, com participação de seus membros em várias iniciativas ao mesmo tempo — como Milton Ribeiro, que mantinha um blog homônimo e também participava do Verbütfussballbloge, uma cobertura coletiva da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha. Em termos políticos, destaca-se no Verbeat o Bombordo, que foi

¹⁸⁷ https://web.archive.org/web/20050414220257/http://www.insanus.org/filisteu/archives/cat_blogs.html

¹⁸⁸ <http://www.insanus.org/martelada/archives/004619.html>

¹⁸⁹

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=16339&anchor=5256107&pd=568a93733763e6d6a86ef5915d38a976>

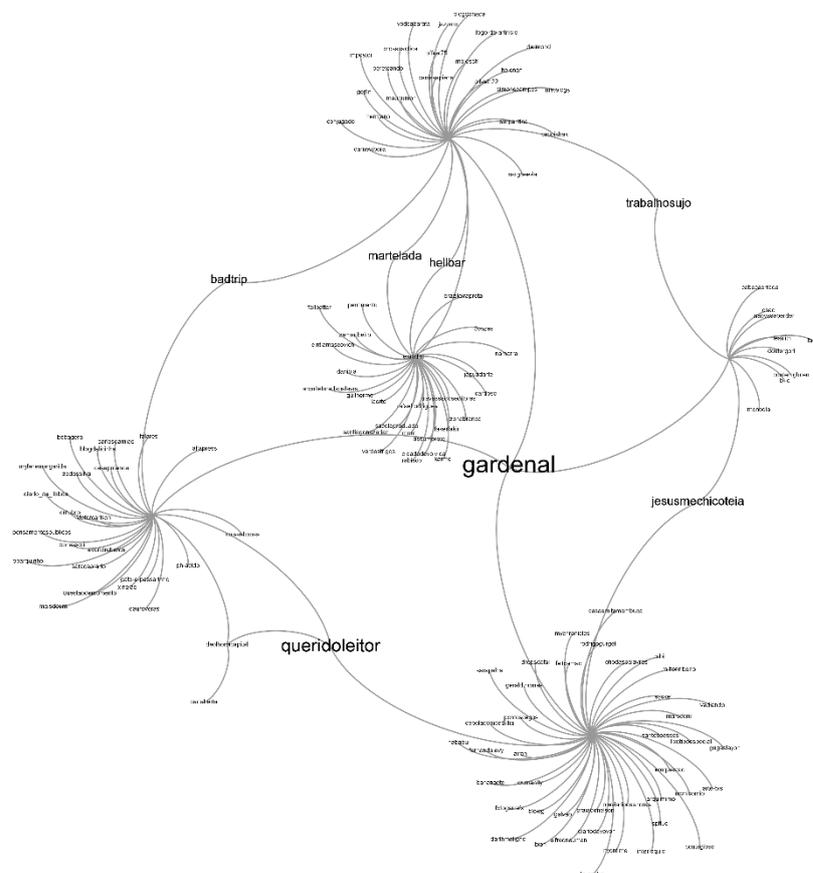
¹⁹⁰ http://www.insanus.org/vertigo/arquivos/politica/abrindo_o_voto.html

¹⁹¹ <https://web.archive.org/web/20060703103753/http://www.verbeat.org/>

um blog coletivo criado com o objetivo de reunir um grupo de blogueiros dispostos a posicionarem-se e debaterem politicamente os mais diferentes assuntos. Com esse nome estrategicamente escolhido, o blog surgiu no início de 2006 na esteira das mobilizações que, há quase um ano, vinham sendo organizadas por blogueiros que se identificam politicamente “à esquerda” e que, a partir das interações desenroladas em seus blogs, criaram a lista Blog-left como primeiro foro de discussão política do grupo (MÁXIMO, 2006, p. 148).

O Bombordo era um blog unificado dos integrantes da lista de e-mails Blog-left, que se organizava periodicamente para fazer blogagens coletivas sobre temas caros à esquerda brasileira, como a descriminalização do aborto e a proibição do comércio de armas e munição (MÁXIMO, 2006). O Nós na Rede era o espaço do Verbeat que listava essas blogagens coletivas, com o link para o texto publicado no blog de cada autor ou autora. Cynthia Semíramis, Denise Arcoverde (Síndrome de Estocolmo) e Idelber Avelar (O Biscoito fino e a massa) foram alguns dos membros dessa coletividade.

Grafo 17 — Subcampo neutro (2006)



Fonte: O autor, 2022

O condomínio Gadernal é central para o agrupamento neutro (ver Grafo 17), o que exemplifica bem o motivo da “neutralidade” do subcampo. Num movimento de “filantropia digital”, o site tinha como objetivo fornecer as ferramentas tecnológicas para a divulgação de talentos: “Esperamos que os sites que aqui nasceram e cresceram, um dia transformem-se nas próximas revelações da web e possam trilhar seus caminhos sozinhos”¹⁹². O Gadernal de fato abriu espaço para alguns condôminos de muito sucesso na internet no ramo da cultura pop, como B*Scene, Garotas que dizem Ni e Trabalho Sujo. Além deles, o condomínio chegou a abrigar o blog Pensar Enlouquece, Pense Nisso, de Alexandre Inagaki. Entre um clipping de jornais e uma reportagem sobre os Beatles, Inagaki aderiu a uma campanha virtual contra os “mandos e desmandos do casal Garotinho”. A política como trivialidade aparecia também fora do Gadernal, como exemplifica o blog Querido Leitor, um blog “Especializado em generalidades”, de acordo com sua descrição. Nele, a roteirista Rosana Hermann discutia sobre o BBB, sobre notícias absurdas e sobre o último acontecimento na crise do Mensalão, tudo na mesma toada (ver Figura 23). O chamado do site Jesus Me Chicoteia para subverter a enquete do PFL¹⁹³ é outro exemplo de como agiam os blogs de humor e entretenimento diante da crise política. Vale dizer, contudo, que muitos deles surgiram muito antes da bomba disparada por Roberto Jefferson em 2005.

Figura 23 — Postagem do blog Querido Leitor (2005)

Mensalão: garanta o seu

 Abalou Bangu esse cara... O mensalão abalou as estruturas do poder. Mas deixou muita gente imaginando como seria poder ganhar 30 paus pos mês. Não na roubalheira, mas trabalhando. De salário. Nada mau, nada mau. É o que pode acontecer com o Pânico, que foi pra Brasília brincar de Mensalão e Meu Salão. Se todo mundo for pro SBT, no mínimo, 30 paus pra cada um. A profecia, sempre se concretiza. Fazem sucesso, ganham bem, beleza, é isso aí. Quer ganhar bem? Trabalhe legal, faça sucesso, corra atrás. Ou melhor, 'Mensalão, garanta o seu'. Mas trabalhando. Trabalhando, dá. Sempre dá. Até pro Gugu, dadá.

 Um beijo, um browse, um aperto de mouse da Rosana Hermann às 12:10:30 PM
 Envie esta Mensagem
 Permalink
 Comments

Fonte: Blog Querido Leitor, 2005.

Os condomínios de blogs serviram como mais uma ferramenta para organizar blogosferas, assim como fizeram antes os blogrolls, a inserção de links nas postagens, o

¹⁹² <https://web.archive.org/web/20050408234256/http://www.gardenal.org/quemsomos.html>

¹⁹³ <https://web.archive.org/web/20020927110615/http://jesusmechicoteia.com/>

compartilhamento de selos (banners), a criação de portais e a adoção de referências comuns. Nesse amálgama de iniciativas, incorporam-se também os blogs agregadores. O Blogs Coligados, por exemplo, foi desenvolvido no âmbito da direita radical e trazia em sua página inicial um excerto de postagens dos blogueiros parceiros, cujo título era um link para o blog em que aquele texto fora originalmente publicado. Norma Braga, Nemerson Lavoura e Rodrigo Constantino são alguns exemplos de blogs coligados. Essa coligação nasceu do encontro entre adversidades e oportunidades:

Do lado das adversidades, espelha-se a dificuldade que tem tido os colunistas deste veículo a divulgar suas idéias por intermédio da mídia tradicional. De fato, aqui se professa um pensamento diferente, como o leitor há de perceber. Um pensamento voltado para a razão, para a valorização da vida humana e de sua relação com o Criador. Um pensamento que se acredita na capacidade do ser humano de pensar e agir por conta de seu livre-arbítrio, e que dispensa a interferência do uso da força externa para coagi-lo a ser bom, justo ou feliz.

A oportunidade surgiu graças a esta grande maravilha do nosso tempo, a Internet. Se, por meio da mídia tradicional, poderia haver a cartelização das expressões, ou simplesmente prevalecer uma idéia hegemônica, com o sufocamento das divergências, aqui se abre um novo campo, que ainda há de oferecer muitas novas oportunidades e recursos à humanidade, a propiciar a qualquer pessoa expressar as suas idéias; que a Verdade nasça da prova delas, e não do amordaçamento de seus interlocutores.¹⁹⁴

Ávido em conquistar seu latifúndio no ciberespaço, o olavismo digital lançou mão das mais diversas estratégias. Claudio Tellez, por exemplo, constava na listagem do Blogs Unidos, um projeto que visava agregar “blogs brasileiros que comentam exclusivamente sobre política ou tem conteúdo significativo sobre esse tema”. Além de blogs como o do Noblat e o do prefeito Cesar Maia, o Blogs Unidos contava com atores do subcampo de centro-esquerda (como Por Um Novo Brasil e o Portal Mídia Petista) e de centro-direita (como Blog da Santa e Seguindo pelo lado direito). Com a reunião de atores antagônicos, novas questões viriam à tona. Uma das páginas do Blogs Unidos era a “Nota de esclarecimento”, em que o editor criticava os pedidos para barrar uma vertente (não especificada) de blogs e defendia a livre expressão de todas as ideias para que o público decidisse o que preferia ler e com o que concordava e discordava¹⁹⁵.

Como procurou explicitar essa seção, a escalada da crise política de 2005-6 e o incremento no acesso à internet contribuíram para a consolidação do campo ciberativista no Brasil a partir da formação de subcampos políticos e da interação entre eles. Nesse sentido, não só novos atores de esquerda e de direita entraram em cena, mas estes construíram redes estáveis de relações com novos e antigos atores. Individual e coletivamente, os atores solidificaram a

¹⁹⁴ <https://web.archive.org/web/20070717022443/http://bcquemsomos.blogspot.com/>

¹⁹⁵ <https://web.archive.org/web/20070708071158/http://blogsunidos.blogspot.com/2005/09/nota-de-esclarecimento.html>

percepção quanto à localização de cada um no campo: via links, postagens, comentários, espaços de agregação dos aliados ou sites de paródia dos adversários.

De um lado, emerge uma gramática da crise como enquadramento amplo (*master frame*), que envolve a política como um todo e o PT em específico; de outro, vão se sedimentando esquemas próprios de organização do pensamento em cada subcampo. Para a centro-esquerda, a crise era uma investida da elite contra o governo dos pobres e mobilizava políticos de direita e a grande imprensa para derrubar o governo petista; assim, era preciso mobilizar os amigos de Lula em defesa do presidente. Na visão da a centro-direita, a crise explicitava a roubalheira do Partido dos Trabalhadores e dos políticos em geral, demandando soluções drásticas (impeachment, cassações e prisões), com uma renovação do poder e uma diminuição da participação do Estado na economia. Por sua vez, a direita radical entendia a crise como mais uma prova do poder colossal do PT e da degradação moral da esquerda, que roubava dinheiro para ampliar seu projeto de dominação cultural. Neste caso, a mobilização deveria ser constante e ir além das soluções de curto alcance propostas pela oposição e pela imprensa.

4.3 Ascensão, institucionalização e crise das blogosferas

A estruturação do campo ciberativista durante a crise política de 2005-6 levou a diversos conflitos no ciberespaço e até mesmo a interações conflituosas entre atores e subcampos ciberativistas com atores do campo da política, como evidenciam os casos Xô Sarney e a investigação da CPMI dos Correios sobre a lista de Furnas. Assim, a consolidação do campo ciberativista é também a conformação de um espaço social relativamente autônomo que é também reconhecido por outros campos. Nesta seção, o objetivo é explorar a mobilização sucessiva do campo ciberativista por outros campos, bem como as transformações pelas quais passou o ciberativismo no Brasil até o ano de 2012.

Em 2007, o jornalista e blogueiro Luis Nassif iniciou a publicação de uma série de artigos que chamou de “O caso Veja”. Nos textos, Nassif acusava a revista Veja de praticar um “anti-jornalismo”, que consistia em ataques a opositores, participação em guerras comerciais, espaço para o “mais puro esgoto jornalístico” e, de forma mais dura, envolvia a terceirização de “denúncias e o uso de notas como ferramenta para disputas empresariais e jurídicas” (DARBILLY, 2014; ROVAI, 2018). No Observatório da Imprensa, Carlos Castilho dizia que o “confronto entre o jornalista Luis Nassif e a revista Veja ganhou ares de primeira grande

batalha política a ser travada no mundo dos blogs brasileiros”¹⁹⁶. Nassif entrou em rota de colisão com Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo, ambos colunistas e blogueiros da Veja que passaram a desferir ataques contra o colega de ofício. O blogueiro progressista foi processado pelo diretor e editor da revista Veja por causa da série, no que Rovai considera “a primeira das grandes disputas que levaram a vários processos judiciais posteriores entre jornalistas” (ROVAI, 2018, p. 133).

O Judiciário também foi acionado para resolver uma querela entre blogueiros dos pampas. Criticado por Políbio Braga¹⁹⁷, o coletivo Nova Corja ironizou esse jornalista e blogueiro numa postagem, o que despertou sua ira e levou a uma intensa troca de e-mails entre os atores¹⁹⁸. O embate terminou com um boletim de ocorrência feito por membros do Nova Corja que continha o relato de suposta ameaça do jornalista. Já Braga processou Walter Valdevino por calúnia, injúria e difamação por uma postagem do grupo que o acusaria de receber “de instituições públicas uma verba para que não revelassem nenhuma irregularidade dos governos municipal e estadual”¹⁹⁹. O processo movido pelo jornalista gerou discussões no campo jurídico quanto à responsabilização em portais e blogs coletivos, uma vez que o texto em questão fora publicado por Rodrigo Alvares, e não por Valdevino, embora ambos compusessem o coletivo Nova Corja²⁰⁰.

Outro caso emblemático que foi parar nos tribunais é o do site Falha de S. Paulo. Criado no fim das eleições de 2010 pelos irmãos Lino e Mário Ito Bocchini, o Falha “parodiava de forma crítica e bem humorada os posicionamentos políticos e ideológicos do jornal de maior circulação no país, a Folha de São Paulo”²⁰¹. Uma liminar de primeira instância, depois referendada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), ordenou que o endereço fosse retirado do ar por violação do direito de marca, isto é, por alegadamente se apropriar do nome “Folha de S. Paulo” para confundir o público²⁰². Os irmãos Bocchini de fato retiraram o Falha de S. Paulo do ar, mas imediatamente lançaram o Desculpe a Nossa Falha, espaço em que repercutiam decisões e matérias sobre o caso.

¹⁹⁶ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/caso-nassifveja-esquenta-a-guerra-politica-na-blogsfera-brasileira/>

¹⁹⁷ Considerado por Olavo de Carvalho “um dos melhores comentaristas políticos do Rio Grande”. Ver: <https://olavodecarvalho.org/honra-ao-merito/>

¹⁹⁸ <https://web.archive.org/web/20080731214351/http://www.novacorja.org/?tag=polibio-braga>

¹⁹⁹

https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/18517/denuncia+de+propina+leva+jornalista+a+processar+blog+gaucho

²⁰⁰ https://www.conjur.com.br/2008-jul-12/jornalista_processa_administrador_site_dano_moral

<http://www.sedep.com.br/noticias/dono-das-palavras-editor-de-blog-no-responde-por-comentrio-ofensivo/>

²⁰¹ <https://artigo19.org/2013/04/09/artigo-19-se-posiciona-sobre-caso-falha-de-s-paulo/>

²⁰² <https://desculpeanossafalha.com.br/entenda-o-caso/>

A Petrobrás, por sua vez, gerou burburinho ao entrar na disputa política no ciberespaço (GENTILLI, 2012). O blog Fatos e Dados²⁰³ foi lançado pela empresa em 2009 no contexto da instalação da CPI da Petrobrás pelo Senado Federal, que tinha como objetivo apurar “irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP)”²⁰⁴. Para além da polêmica quanto a um blog servir como voz da empresa, esteve no centro dos debates a relação do Fatos e Dados com a imprensa. O blog antecipava as questões enviadas por jornalistas — e suas respectivas respostas — e ainda questionava a prática jornalística de veículos como Correio Brasiliense e O Globo (GENTILLI, 2012). No Observatório de Imprensa, Carlos Castilho acreditava que a polêmica em torno do blog da Petrobras mostrava “o surgimento de um novo espaço público para debates no país”²⁰⁵.

Esse espaço para debates passava a se compreender de fato como um espaço autônomo, como já apontava, por exemplo, a criação do Blogs Unidos. Foi nesse sentido que o campo ciberativista superou limites ideológicos para travar enfrentamentos com o sistema político de maneira mais centrada. Em 2008, o Senado aprovou o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para o projeto de lei sobre crimes cibernéticos — projeto que começou sua tramitação no Congresso em 1999²⁰⁶. A aprovação do PL pela casa superior do Legislativo provocou imediata reação do campo ciberativista, que viu ali um mecanismo que poderia ameaçar a atuação no ciberespaço pela própria lógica de funcionamento da internet. Os professores universitários André Lemos e Sérgio Amadeu Silveira e o publicitário João Carlos Rebello Caribé abriram uma petição online direcionada à Câmara dos Deputados com a demanda de reprovação do PL do senador Azeredo²⁰⁷. A petição tinha como título “Pelo veto ao projeto de cibercrimes - Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira” e argumentava que o projeto de lei atentava contra “a liberdade, a criatividade, a privacidade e a disseminação de conhecimento na Internet brasileira”. Lançada no portal Petition Online, a petição somou 27 mil assinaturas em menos de uma semana e 100 mil ao longo de um mês (SCHIECK, 2009). Além disso, o blog Xô Censura!, comandado por Caribé,

²⁰³ <https://web.archive.org/web/20101004011825/http://fatosedados.blogspot.com.br/>

²⁰⁴ <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=1461>

²⁰⁵ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/polemica-sobre-o-blog-da-petrobras-mostra-o-surgimento-de-um-novo-espaco-publico-para-debates-no-pais/>

²⁰⁶ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15028>

²⁰⁷ <https://web.archive.org/web/20080813005917/http://www.petitiononline.com/veto2008/petition.html>

propôs o dia da blogagem política, com foco no PL do senador Azeredo²⁰⁸; diversos blogs, como Luz de Luma e Ladybug, atenderam ao chamado²⁰⁹ (ver Figura 24).

Figura 24 — Selo do dia da blogagem política (2008)



Fonte: Blog Xô Censura! 2008.

No dia 16 de setembro de 2009, a Câmara de Deputados aprovou o texto final da reforma eleitoral com vistas ao pleito de 2010. Num dos pontos mais críticos para a comunicação política, a Câmara alterou a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que só permitia campanha eleitoral nos sites oficiais de candidatos e partidos. Com o novo texto, caíram as restrições a blogs, sites e redes sociais, com uma única ressalva: a proibição do anonimato²¹⁰. No mesmo dia da aprovação foi criado o blog ANABA – Associação Nacional dos Blogueiros Anônimos, com um estatuto que dizia ter “sede e foro na blogosfera” e “caráter eminentemente político, mas suprapartidário”, voltado ao combate aos “corruptos conhecidos que atuam na vida política do Brasil, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa”. Em termos organizativos, o estatuto dispunha: “As deliberações serão tomadas nos posts e área de comentários dos blogs filiados, sem colegiados e assembleísmos”²¹¹. A ANABA provavelmente foi uma criação do blogueiro Coronel²¹², conhecido na nascente blogosfera policial²¹³.

Os casos da petição contra o projeto de lei de ciber Crimes e do blog contra a restrição imposta pela legislação eleitoral exemplificam uma tomada de posição do campo ciberativista enquanto tal, defendendo sua existência e reivindicando sua autonomia ante o sistema político.

²⁰⁸ <https://xocensura.wordpress.com/2008/07/05/chamada-para-o-dia-da-blogagem-politica/>

²⁰⁹ <https://globalvoices.org/2008/07/19/brazil-blogging-against-web-censorship/>

²¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/09/625066-veja-como-ficou-o-texto-final-da-reforma-eleitoral-aprovada-pelo-congresso.shtml>

²¹¹ <http://blogdaanaba.blogspot.com/2009/09/comeca-nascer-o-estatuto-da-anaba.html>

²¹² <http://coturnonoturno.blogspot.com/2009/09/anonimato-e-liberdade-de-expressao.html>

²¹³ Para uma análise aprofundada sobre a blogosfera policial, ver Ramos e Paiva (2009).

O campo aparecia nesse momento tanto como “blogosfera” quanto como “internet brasileira”, evidenciando que os atores utilizavam diferentes nomenclaturas para descrever e defender um mesmo espaço de interação social. Essas formas de enfrentamento a tentativas de cerceamento correspondem a momentos de centramento do campo, que assume maior grau de organização, vide a petição com milhares de assinaturas, e identidade, a exemplo do ANABA. Esse último, contudo, evidencia ainda que a identidade coletiva do campo é em si mesma objeto de disputas, uma vez que o ANABA possuía forte preocupação anticorrupção. Essa gramática, embora se tentasse mais polida e neutra, desnuda suas inclinações no comentário de um de seus seguidores quanto ao estatuto da associação: “Suprapartidária um cacete. Não pode entrar petralha, comuna e outras misérias desse tipo”.

O sentimento antipetista, em voga no campo ciberativista, foi também um dos motores da primeira grande manifestação da direita nas ruas convocada através da internet. Em 2007, o Brasil ainda enfrentava uma crise no setor aéreo após o acidente com um Boeing da Gol, quando novo acidente acometeu um avião da TAM, deixando 199 mortos. Esse episódio foi o catalisador para um movimento lançado pelos empresários Paulo Zottolo e João Doria Jr e pelo presidente da OAB-SP Luiz Flávio Borges D’Urso. O Cansei, Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, contou com cobertura midiática e fez propagandas nos veículos de imprensa, contando com personalidades como Ana Maria Braga, Hebe Camargo, Ivete Sangalo e Regina Duarte. Além de recorrer à mídia tradicional, o movimento fez uso de um blog²¹⁴, de comunidades do Orkut e vídeos do YouTube como forma de propaganda (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2007).

O Cansei fez seu ato público na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 17 de agosto, congregando quatro mil pessoas²¹⁵. Apesar de ter reunido milhares de manifestantes e ter aglutinado diversas personalidades, o movimento foi criticado em muitos sentidos. Na imprensa, o movimento foi apontado como elitista (ROCHA, 2018) e surgiram denúncias de que familiares de vítimas dos acidentes aéreos teriam se sentido usados. Na centro-direita, o movimento foi visto como oportunista e estrategicamente ruim (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2007). Na esquerda, foi visto como uma movimentação tucana contra o governo petista — os gritos de “Fora Lula” no ato contribuíram para essa interpretação. O blog Tô Cansadinho, por exemplo, ironizava o movimento, denunciando sua “verdadeira” face: “um movimento de ricos paulistanos, aproveitando o acidente da TAM para fazer política”²¹⁶.

²¹⁴ <https://web.archive.org/web/20070904023515/http://blog.cansei.com.br/>

²¹⁵ https://istoe.com.br/2036_PROTESTO+SILENCIOSO/

²¹⁶ <https://web.archive.org/web/20080724182053/http://tocansadinho.blogspot.com/>

Na segunda metade dos anos 2000, ocorria a confluência entre o crescimento da blogosfera como um todo e a multiplicação de plataformas de redes sociais. Como discutido previamente, o Orkut, com suas comunidades e perfis, já havia caído nas graças dos brasileiros desde 2004, e o Fotolog, uma rede social focada na publicação de fotos, foi lançado em 2002 e fez sucesso estrondoso entre os internautas do país nos anos de 2003 e 2004 (RECUERO, 2009). A plataforma de vídeos YouTube, lançada em 2005, também se incorporou à internet brasileira. Outras plataformas, como Flickr (fotos) e MySpace (música), não tiveram o mesmo apelo no Brasil. Por outro lado, o Facebook e o Twitter, tornados disponíveis para o público geral em 2006, incorporaram cada vez mais usuários em território nacional, assim como o Instagram, lançado em 2010. Em que pese suas diferenças, essas três ferramentas trouxeram como funcionalidade o fluxo (*feed*)²¹⁷ de postagens, em que o usuário tem acesso a uma linha do tempo (*timeline*) com as postagens dos seus amigos ou daqueles a quem ele/a segue ou curte.

Essa diversidade de plataformas e formas de utilização da internet foi rapidamente incorporada aos movimentos políticos. O caso da aprovação da Lei da Ficha Limpa é exemplar nesse sentido. A movimentação anticorrupção tem longo percurso na história contemporânea do país, mas um ponto importante de inflexão foi a criação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) em 2002, a partir dos 130 comitês mobilizados em torno da Lei 9.9840 (Lei da Compra de Votos). A partir de 2007, o MCCE se institucionalizou, com a criação da Secretaria Executiva Nacional (SE-MCCE), do Comitê Nacional e do lançamento de ações de *advocacy*. Reagindo a aspectos conjunturais — como a questionada candidatura, em 2006, do ex-deputado Eurico Miranda, cassado em 2001 —, o MCCE elaborou um projeto de lei e lançou a Campanha da Ficha Limpa, que visava coletar assinaturas suficientes para propor um PL de iniciativa popular ao Congresso e também levantar o debate sobre o tema na sociedade (GUISORDI, 2017). O MCCE contou com espaço na mídia tradicional, a exemplo das 6.425 exposições de peças publicitárias na TV Globo, mas também fez uso de mídias digitais. Em seu site²¹⁸, por exemplo, o movimento disponibilizava formulários para que internautas pudessem baixar, imprimir e coletar assinaturas em todo o país.

No dia 29 de setembro de 2009, o PL foi finalmente entregue ao Congresso, iniciando uma nova fase da campanha. Além de lobby junto aos parlamentares e reuniões e manifestações offline, o MCCE mobilizou diversos meios para o ciberativismo. No site oficial, constavam as

²¹⁷ O *feed* não é uma criação dessas plataformas, e já era usado, por exemplo, para compilar postagens de blogs selecionados num mesmo espaço (os leitores de RSS). Contudo, o *feed* é uma mudança em relação à estrutura de redes sociais como o Orkut.

²¹⁸ <http://web.archive.org/web/20080707025412/http://www.mcce.org.br/>

notas públicas, com vistas a guiar os seguidores do movimento. Essas notas também eram publicadas em comunidades do Orkut, sendo a principal destas chamada “MCCE – Lei 9840 – Ficha Limpa”. A comunidade também era espaço para divulgação de informações e matérias sobre o PL, convocações para manifestações offline, mobilizações online (como coordenação do envio de e-mail para parlamentares) e debate sobre a tramitação do projeto — o que se intensificou com a aproximação da discussão final no parlamento. O blog da Campanha Ficha Limpa São Paulo²¹⁹ teve papel crucial em diversos momentos, como no lançamento, em parceria com o site Avaaz, de uma petição em prol da aprovação do PL em 7 de outubro de 2009, que atingiu 2 mil assinaturas em um único dia; outra petição do movimento no mesmo site obteve 2 milhões de assinaturas até 4 de maio de 2010. No Facebook, a página do MCCE somava 4 mil seguidores; no Twitter, eram 2 mil; já no Orkut eram 6 comunidades que somavam mais de 4 mil membros. O grupo também publicou vídeos de campanhas no YouTube e fotos das ações presenciais no Flickr (GUISORDI, 2017). Nesse sentido, a mobilização em prol da Lei da Ficha Limpa exemplifica como, em fins dos anos 2000, as diferentes redes sociais podiam ser integradas para construir uma ação política na internet, criar um grupo com identidade e pautas próprias e até mesmo chamar pessoas que se identificavam com esse grupo para ações fora da internet. Ademais, além de iniciativas próprias, o MCCE contou também com uma rede de blogs que apoiavam a causa.

Dialogando com a gramática anticorrupção presente no campo ciberativista, o movimento propunha a divisão entre ficha suja e ficha limpa, ou seja, entre corruptos e não corruptos. A campanha, contudo, não tinha viés marcadamente antipetista, e teve sua atuação facilitada, inclusive, por episódios como o Mensalão do DEM, escândalo que estourou em novembro de 2009. Como pontua Guisordi (2017), a internet também serviu como termômetro para aferir a relevância do tema na sociedade. A Lei da Ficha Limpa foi sancionada pelo presidente Lula em 4 de junho de 2010, após meses de pressão junto aos parlamentares.

No movimento de consolidação do campo ciberativista, atores em diferentes subcampos iniciaram também processos de institucionalização. Na direita radical, atores ultraliberais (em termos econômicos) como Rodrigo Constantino e Hélio Beltrão Jr. fundaram o Instituto Millenium (IMIL) em 2006, estimulados por figuras como o economista Paulo Guedes e a experiência do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). O IMIL contava com financiamentos empresariais e de organizações da grande mídia. O Instituto, contudo, não atendia completamente os anseios radicais do subcampo. Assim, a partir de uma proposta iniciada no Orkut, em 2007

²¹⁹ <https://web.archive.org/web/20101006171719/http://campanhafichalimpasp.blogspot.com/>

Hélio Beltrão Jr., em parceria com os irmãos Cristiano e Fernando Chiocca, lançou o Instituto Mises Brasil (IMB), o primeiro *think tank* ultraliberal do país. Nos primeiros anos, o IMB era apenas um site que servia como plataforma para a divulgação de ideias daqueles frequentadores de comunidades do Orkut e autores de blogs ultraliberais (ROCHA, 2018).

Com a criação de novos blogs, sites, comunidades, páginas e perfis somada à consolidação do IMIL e do IMB, membros do subcampo da direita radical passaram a participar também de fundações mais antigas, como o Instituto Liberal, o IEE e suas filiais (o Instituto de Formações de Líderes), a Fundação Friedrich Naumman, a *Foundation for Economic Freedom*, o *Atlas Network* e o *Cato Institute*. Foi a partir do Cato que, em 2009, Fábio Ostermann ajudou a fundar no Brasil o Instituto Ordem Livre, com financiamento do Grupo Localiza (ROCHA, 2018).

No âmbito das universidades, foram criados coletivos e chapas para a disputa de espaços de representação estudantil, como os grupos Liberdade USP e Liberdade UnB. O movimento que organizou e consolidou a presença da direita radical nas universidades brasileiras foi o Estudantes pela Liberdade, criado por Ostermann com inspiração no estadunidense *Students For Liberty* e depois presidido por Juliano Torres (ROCHA, 2018). Por trás dessa inserção direitista no movimento estudantil estava a concepção olavista de que as universidades brasileiras estariam a serviço do projeto esquerdista de dominação cultural.

O Orkut também foi primordial para a tentativa de criação do Liber, um partido com proposta libertariana. O Liber chegou a contar com programa político, site, contas no Twitter e Facebook e 500 membros que contribuía financeiramente; seu primeiro presidente foi Juliano Torres. Formado mormente por estudantes universitários e profissionais liberais, o partido não prosperou e seus membros também não conseguiram se aliar a partidos de direita (como o DEM) para concorrer às eleições. Bernardo Santoro, que presidiu o Liber, foi candidato a vereador pelo PSL no Rio de Janeiro e não se elegeu. A visibilidade adquirida com essa candidatura, contudo, o levou à presidência do Instituto Liberal do RJ (ROCHA, 2018).

Alguns personagens desse subcampo conseguiram inserção na mídia tradicional, como é o caso de Rodrigo Constantino, que havia começado a publicar textos no portal Mídia Sem Máscara em anos anteriores e se tornou colunista de O Globo entre 2009 e 2010. Esse movimento é contrário ao da maioria dos membros do subcampo de centro-esquerda: oriundos dos grandes veículos de imprensa, os blogueiros progressistas entravam em rota de colisão com seus antigos padrões e debatiam como financiar os projetos de mídia alternativa.

Basicamente, há duas “naturezas” de financiamento: externas ao blog, site ou outro tipo de iniciativa midiática – ou seja, recursos provenientes de verbas públicas ou da iniciativa privada, seja ela empresarial ou fruto de subvenção concedida por

instituições de fomento, em geral, internacionais; e outra relacionada a estratégias de autofinanciamento, a partir de esforços do próprio veículo de comunicação em gerar recursos para se manter economicamente viável. As principais fontes de recursos dos agentes da BP são obtidas por meio de a) vaquinhas coletivas (crowdfunding); b) assinaturas/paypal (cobrança de assinatura sobre conteúdos); c) oferta de serviços, como cursos de formação; d) venda de material editorial; e) publicidade privada; f) financiamento público; financiamento via g) instituições privadas sem fins lucrativos e h) movimentos sociais/sindicais ou partidos políticos (CARVALHO, 2017, p. 143).

Em termos de institucionalização, a consolidação da blogosfera progressista enquanto um grupo com maior centramento se deu com a fundação do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé. A ideia nasceu a partir da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) realizada em Brasília em 2009, que “reuniu Executivo, Legislativo, empresários e sociedade civil para debater propostas de políticas públicas de comunicação no Brasil”²²⁰. Da discussão entre blogueiros progressistas surgiu a vontade de institucionalizar essa blogosfera, transformando a atuação na internet do subcampo de centro-esquerda em projeto político (CARVALHO, 2017).

Em 2010, foi efetivamente lançado o Barão de Itararé, que realizou o I Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas nos dias 21 e 22 de agosto do mesmo ano, no Sindicato dos Engenheiros, em São Paulo. Deste encontro participaram 330 blogueiros e outros ciberativistas de 17 unidades da federação; este foi também o momento em que muitos ciberativistas progressistas se viram pessoalmente pela primeira vez. O nome do Centro, “Barão de Itararé”, alude ao jornalista Apparício Torelly (1895-1971), pioneiro do humor político e da mídia alternativa no Brasil (CARVALHO, 2017). O Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé possui quatro objetivos principais:

1) participar de todas as lutas por democratização da comunicação, o que engloba a regulação democrática da mídia, o debate em torno do marco civil da internet e questões mais específicas, como a luta por banda larga; 2) fortalecer todo tipo de mídia alternativa no Brasil, de rádio comunitária à blogosfera; 3) estudar a mutação que ocorre de forma acelerada na área de comunicação, produzindo, inclusive, conteúdo sobre isso – como a edição e publicação de Livros [...]; e 4) ajudar na formação de novos comunicadores (CARVALHO, 2017, p. 94).

Entre as práticas, ressaltam-se a realização de encontros presenciais, de cursos de formação e de espaços de debate, incluindo seminários internacionais — a exemplo do evento de 2011 que reuniu pessoas ligadas a mobilizações como a Primavera Árabe, os Indignados e Occupy Wall Street. Além disso, o Centro também tem como função agir na esfera jurídica. O site da organização conta com 229 atores cadastrados (contagem sempre defasada) e não

²²⁰ <https://intervozes.org.br/publicacoes/confecom-10-anos-depois/>

funciona como portal de publicações, numa opção deliberada para afastar a possibilidade de homogeneização do grupo (CARVALHO, 2017).

O Barão de Itararé tem uma “estrutura organizacional complexa, com distribuições hierárquicas de funções (presidência, secretaria-geral, diretorias, conselho fiscal e conselho consultivo)” (CARVALHO, 2017, p. 187) e é presidido por Altamiro Borges, do Blog do Miro. Para a manutenção de sua estrutura e para a realização de suas ações, a organização conta com campanhas de doação (como “Os Amigos do Barão”), pagamento por atividades e patrocínio para eventos (CARVALHO, 2017).

O Barão de Itararé teve papel importante internamente, “para maior organização do movimento e para recepcionar novos adeptos” (CARVALHO, 2017, p. 87), e externamente, para solidificar a imagem pública da blogosfera progressista, tanto para aliados quanto para adversários. A consolidação da identidade coletiva BlogProg vinha num momento de crescimento de plataformas de redes sociais e já no segundo encontro nacional, realizado em Brasília em 2011, a proporção entre blogueiros e ciberativistas que utilizavam basicamente as redes sociais era de 20% para os primeiros contra 80% para os últimos. Por isso, o evento passou a se chamar “Encontro de Blogueiros e Ativistas Digitais” e se tornou um “espaço de encontro de atores que compõem o ecossistema midiático” (CARVALHO, 2017, p. 186). Ao todo, a BlogProg somou cinco encontros nacionais entre 2010 e 2016, com diversas edições regionais. Além do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé, em 2010 também foi criada a Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação (Altercom), reunindo personagens que não se sentiam representados pelas associações da grande mídia e buscavam, dentre outras coisas, disputar o “bolo publicitário” (CARVALHO, 2017).

Se a blogosfera progressista apontava negativamente para a grande mídia como o Partido da Imprensa Golpista (PIG), em troca recebia a alcunha de “blogueiros sujos”. Em 2010, José Serra, então candidato do PSDB à presidência da República, acusou o governo Lula de financiar “blogs sujos” com o objetivo de promover “patrulhamentos e perseguições sistemáticas” a jornalistas²²¹. A nomenclatura acabou sendo reapropriada pela BlogProg, como atesta uma fala de Paulo Henrique Amorim (do Conversa Afiada): “Nós somos blogueiros sujos e membros fundadores do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé, que reúne blogueiros sujos e outros não tão sujos – ou futuros sujos” (CARVALHO, 2017, p. 96).

A ideia do ciberativismo como “patrulha virtual” se fortalecia conforme a própria atuação no ciberespaço aparecia como cada vez mais incontornável para as disputas políticas em geral.

²²¹ <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/08/785564-serra-acusa-governo-de-financiar-blogs-sujos-e-perseguir-jornalistas.shtml>

recuo de blogs de direita — alguns destes foram encerrados depois da crise de 2005-6, como Azimuth, Direita Volver, Limpa Brasil e Moderado, o idiota. Nesse caso, o abandono da direita do formato de site e blog pode significar não um abandono do ciberativismo, mas uma adoção mais rápida das redes sociais. É preciso pontuar, ainda, que esse grafo foi feito com modularidade de resolução 3, filtrando apenas pelos nós com mais de 3 graus de entrada (número de links recebidos); o grau de entrada também foi definido como medida para o tamanho dos nós (sua importância na rede).

Essa aparente estabilidade na rede ciberativista em termos das conexões traz uma diferença importante, que se localiza principalmente no subcampo da esquerda: na parte de cima do grafo, é perceptível que o blog Escreva Lola Escreva cria um polo em torno de si. Diminuindo a resolução da modularidade para 2, com o objetivo de formar mais grupos, é possível ver que esse agrupamento na verdade é um subcampo feminista.

Grafo 19 — Subcampo feminista (2012)



Fonte: O autor, 2022

O subcampo feminista representado pelo Grafo 19 congrega atores clássicos do campo ciberativista de esquerda, como Cynthia Semíramis, Denise Arcoverde (Síndrome de Estocolmo) e até mesmo Idelber Avelar — Liberal Libertário Libertino (LLL) também acaba incluído no grupo. Contudo, há ao menos três personagens novos que merecem atenção especial: o já citado blog da Lola, o Blogueiras Feministas e o Transfeminismo. Sobre a criação do Blogueiras Feministas (BF), Thayz Athayde conta que “na verdade, começou com a Cynthia Semíramis e a Maria Frô, que tinham um ativismo digital feminista super reconhecido na

época”²²⁴. O blog surgiu em 2010, impulsionado por debates em torno da eleição de Dilma Rousseff à presidência e o fato de que homens dominavam o debate virtual à esquerda. Thayz relembra que naquele ano havia sido marcada uma entrevista com o presidente Lula²²⁵

[...] aí foram chamados blogueiros progressistas, que eram só homens, e aí isso causou uma certa indignação na época na gente, e aí era uma eleição de uma mulher, primeira presidenta, então a gente — a Cynthia Semíramis e a Maria Frô começaram a se articular — falou “não, vamos formar aqui uma lista de discussão para a gente compreender o que que essas eleições, o que que significa isso, vamos enfrentar o que que tá acontecendo” [...] a lista começou para discutir as eleições de 2010 e do próprio machismo, misoginia que acontecia nas eleições da Dilma, que continuaram acontecendo, inclusive, mas ela acabou se tornando algo maior, se tornou algo além de apenas uma discussão das eleições, e aí se tornou uma lista de discussões sobre feminismo e aí posteriormente se tornou um blog.

Quanto à sua inserção pessoal no ciberativismo, a entrevistada narra que a trajetória de sua família passa pelo sindicalismo, mas que seu envolvimento com a militância se deu de fato com a entrada na universidade, quando entrou em contato com o feminismo e o movimento LGBT. Esse contato, entretanto, foi seguido de um estranhamento.

Eu ia para uns encontros feministas, aí eu falava “não é bem isso, né? não sei se eu me sinto à vontade aqui, não sei se esse é meu espaço...”. Eu não conseguia me encaixar nos espaços, e os espaços na época que eu tentava frequentar eram muito acadêmicos também, eu não me sentia à vontade e aí eu... as Blogueiras Feministas pra mim foi um lugar muito interessante, porque tinha uma diversidade de pessoas, de pensamentos, de gente, assim, de vários lugares, e aí eu... e tinha um diálogo; foi aí que eu consegui me encontrar.

Thayz possuía um blog antes de entrar nas BF, mas não este era ligado à militância. Foi exatamente o processo de escrita no blog coletivo que fez com que ela posteriormente despendesse mais tempo para o blog pessoal. Como conta, a passagem da lista de e-mails para o formato blog não foi uma decisão imediata e natural, antes envolveu um debate sobre a produção coletiva da escrita e sobre o fato de que “escrever e falar das nossas experiências enquanto mulheres é um saber, e um saber importante e potente de ser falado”.

nesse momento, tinha mulheres que já escreviam há muito tempo e já estavam... ou eram jornalistas, ou estavam no meio acadêmico, ou praticavam a escrita há muito tempo; e outras pessoas, como eu, por exemplo, que não praticava a escrita, que a escrita não era algo cotidiano na sua vida, então tinha pessoas assim. E aí começou um movimento mesmo na lista de falar assim: “olha, e se a gente começasse a escrever pro blog? E se essas discussões que nós temos internamente na lista se tornassem um post?”. E aí todo mundo ficou alvoroçado, falou assim “caraca, que legal!”, mas ao mesmo tempo todo mundo ficou muito nervoso porque, é... eu por exemplo, não tinha uma prática de escrita, e aí aconteceu um movimento que eu acho muito bonito e muito importante que é “olha, escreve o texto e a gente tem as madrinhas”, as madrinhas entre aspas, né, são as pessoas que vão agir, que vão falar “olha, vamos

²²⁴ Entrevista concedida ao autor por videochamada em 26 de maio de 2020.

²²⁵ A entrevista foi decidida em agosto no Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas e ocorreu em novembro, com a presença de 12 blogueiros — dentre eles, apenas Maria Frô de mulher. Ver:

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/lula-dara-nesta-quarta-entrevista-exclusiva-para-blogueiros.html>

dessa forma, escreve assim”; ajudar a pessoa a dizer aquilo que ela quer dizer, né, e isso foi muito legal porque, é, muita gente... eu mesma, eu comecei a escrever nas Blogueiras Feministas, muita gente começou a escrever por lá, aprendeu a escrever ou tomou gosto pela escrita; falou “ah, é isso que eu quero mesmo” e continuou escrevendo. Isso foi um processo muito legal.

Apesar de possuir uma coordenação, o BF não tem funções direcionadas a pessoas específicas, nem remuneração pelas mesmas, sendo as funções divididas conforme a habilidade ou disponibilidade: revisar o texto, preparar o post e mesmo participar da coordenação. No começo, a postagem no blog era aberta para qualquer pessoa alinhada com o feminismo, mas o crescimento do BF fez com que as blogueiras sentissem a necessidade de definir qual era o tipo de feminismo por elas praticado. “E aí nós começamos a mudar o tom do blog, que é falar assim ‘bem, então assim, as pessoas podem escrever pro blog, mas tem que estar alinhado com o editorial do blog’; e nas BF nós tentamos praticar o feminismo interseccional”. Nesse sentido, ao longo do tempo houve embates internos em relação à identidade coletiva e à forma de organização do coletivo.

Porque antes existia muito a visão da coordenação “ah, nós somos um grupo horizontal, então todas as pessoas podem opinar, podem falar coisas etc.”, e aí com o tempo e com os apontamentos a gente viu que se a gente era horizontal, se a coordenação era horizontal, mas, ao mesmo tempo, ela não se colocava, não se posicionava diante de certos temas, a gente também estava sendo omissa. Então a gente deixou de lado essa questão da horizontalidade, ainda abrindo espaço para as pessoas falarem, dizerem, estarem etc. e pra estarem na coordenação, ou contribuírem de forma mais administrativa, mas agora se posicionando de forma mais contundente, falando “olha, isso não é possível, isso não dá pra ser feito, isso aqui é preconceito, é racismo, é transfobia, é elitismo”, e aí isso foi importante pra gente construir nossas próprias pautas, a gente se posicionar, não só pessoalmente, mas enquanto coordenação. Claro isso aí trouxe... muitas pessoas não ficaram muito felizes, muitas pessoas saíram das Blogueiras, houve até uma grande saída das Blogueiras, sobretudo quando a gente se posicionou em relação ao transfeminismo, colocando-se ao lado do transfeminismo e também do putafeminismo, isso, assim, foi algo bem... que marcou mesmo. Porque aí muita gente saiu quando [conexão falhou] e dessa ruptura, porque, assim, se é preciso ser radical e cortar algo, a gente vai cortar agora. E outros posicionamentos causaram um certo tipo de... não foi tão bom, as pessoas não gostaram muito, mas eu acho que o posicionamento relacionado à transfobia foi onde nós fomos mais atacadas mesmo, até porque foi uma época onde eram as famosas tretas entre as feministas que excluem as mulheres trans do feminismo, as pessoas trans de uma forma geral do feminismo e as feministas que apoiavam o transfeminismo, então acho que essa foi uma época em que diz muito da nossa identidade e diz muito da nossa pauta, que é: olhar pras mulheres e entender que a mulher precisa falar sobre ela, sobre ela mesma, sobre aquilo que ela é, sobre sua própria identidade. E foi a partir disso que a gente começou a pensar no editorial e a pensar na nossa identidade também.

O fenômeno que Thayz Athayde apresenta como as “famosas tretas” entre feministas tem em seu centro o posicionamento dessas ativistas em relação à presença de pessoas trans no movimento feminista. Sem dúvidas, a centralidade do debate em relação ao lugar das mulheres trans se inicia com o processo de construção da identidade coletiva transfeminista a partir do

lançamento do site Transfeminismo.com, por Hailey Kaas, em 2011 (NUNES, 2017b). Embora a exclusão de mulheres trans do feminismo tenha sido o exato ponto de partida para a criação do transfeminismo há quase 40 anos, esses embates nunca cessaram e retornaram de maneira contundente no ciberativismo feminista brasileiro que se construiu no período de consolidação do campo de disputas ciberativistas.

O transfeminismo luta pelo reconhecimento de mulheres trans como mulheres e ainda pela desnaturalização das identidades de gênero (NUNES, 2017b; JESUS; ALVES, 2012). Assim, mulheres e homens “não trans” não seriam mulheres e homens “biológicos”, “naturais” ou “de verdade”, e sim pessoas cisgêneras (que se identificam com o gênero designado ao nascer). O feminismo radical, por sua vez, considera que mulheres constituem uma classe sexual, alvo de uma dominação patriarcal imposta por meio da reprodução (MARTINEZ, 2021). Nesse sentido, muitas das feministas radicais não reconhecem mulheres trans como mulheres e acusam o transfeminismo (chamado de “transativismo”) de propor um feminismo liberal (LibFem) que apenas multiplica os gêneros, mas não objetiva abolir as classes sexuais e a dominação patriarcal sobre as mulheres. Por outro lado, transfeministas e suas aliadas consideram o feminismo radical (RadFem) uma manutenção da ideia de sexo como diferenças biologicamente evidentes e ainda alegam que essa vertente é excludente e transfóbica por negar a existência de pessoas trans — na realidade, há uma especificação nesses casos: as TERFs, ou feministas radicais que excluem pessoas trans (*Trans Exclusionary Radical Feminism*).

Como apontou Thayz, a posição em relação ao transfeminismo era determinante para a rede de relações formadas no (sub)campo ciberfeminista brasileiro. Fundado em 1998 e sucesso de público, o blog feminista Escreva Lola Escreva viu sua caixa de comentários se tornar palco de muitas dessas “tretas”, o que fica sintetizado no título de seu post: “Radfems e transativistas deflagram a Terceira Guerra Mundial. De novo”. Essa enxurrada de comentários mais ou menos coordenados em postagens dos blogs é, como foi mencionado no capítulo anterior, uma prática tão antiga quanto o próprio ciberativismo: as redes de enxame (*swarming*).

Swarming é assim uma forma de ação em pequenos grupos dispersa e estruturada em rede. Essa permite a realização de ataques tão rápidos quanto a própria retirada deles para uma nova organização e funciona melhor quanto mais dispersa for sua estrutura (ALCÂNTARA, 2015, p. 80).

Em suma, as redes de enxame podem apresentar variados níveis de centramento, combinando identidade e organização em diferentes proporções. No caso do campo ciberfeminista, o que se torna explícito é uma construção hermenêutica forte, que está assentada não tanto na elaboração de identidades fechadas, mas na produção de uma gramática comum.

As postagens individuais, as traduções de textos, as blogagens coletivas e as conversas virtuais acabaram por produzir um enquadramento propriamente ciberfeminista; talvez, mais do que isso: uma ideologia ciberfeminista, o feminismo interseccional. Pesquisa de Martinez (2021) feita com as participantes do VII Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, realizado na Universidade Federal Fluminense em 2016, encontrou que a vertente feminista com maior pertencimento declarado foi o feminismo interseccional (26,6%), seguido pelo feminismo marxista/socialista (16,6%) e depois pelo feminismo negro (6,6%). Das entrevistadas, 20% disseram adquirir conhecimento feminista apenas fora da internet, 23,3% alegaram adquirir essas informações exclusivamente na internet, e ainda 53,3% apontaram ambos os meios como importantes.

Nos debates feministas até então, “interseccional” não era exatamente uma vertente, mas uma proposta de análise inaugurada por Kimberlé Crenshaw (1991) para dar conta das posições de dominação surgidas do entrecruzamento de marcadores sociais, como gênero, raça e classe. No ciberfeminismo brasileiro, porém, “a abordagem interseccional serve como um parâmetro de justiça, na medida em que exige que seja considerado o intercruzamento das desigualdades na inclusão de grupos e garantia de direitos aos mesmos” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 12). À interseccionalidade como ancoragem ideológica, somam-se conceitos próprios, como “lugar de fala”, “protagonismo” e “empoderamento”, além de debates sobre linguagem neutra de gênero (NUNES, 2017b; ALBU, 2017). Deste modo, munido de uma gramática feminista interseccional, o enxame ciberfeminista estava pronto para alçar voos maiores e mais arriscados, como conta Thayz sobre momentos que suscitavam indignação coletiva:

E o que acontecia também muitas vezes, sobretudo nessa época que a gente tentava lidar com as coisas sem saber muito bem o que era, mas tentando lidar com as coisas que aconteciam virtualmente, que é quando acontecia algum episódio machista de algum blog ou de algum lugar específico. Eu lembro que o Papo de Homem, que hoje inclusive é um blog que se repensou nesse sentido, mas que eles fizeram algumas postagens bem machistas e nós fomos lá nessa postagem, e a gente ia em grupo, claro, 10 mulheres, 15 mulheres, falava “gente tá rolando essa [conexão falhou]”. E na época, sei lá, 2011, 2012, isso era uma coisa, assim, que não existia; hoje já é muito mais comum você ir na postagem de alguém e falar “olha, isso é machista”, mas na época era pior, era algo que não acontecia, e aí nós fomos super atacadas, xingadas de tudo quanto é nome, mas nós insistíamos e continuávamos indo lá, e aí na época até houve uma tentativa de conversa, né, entre os caras que produziam o Papo de Homem e algumas BF que moravam em São Paulo, porque eles eram de São Paulo, e aí de conversar, porque eles queriam entender o que aconteceu etc. E aí hoje até me alegra ver que Papo de Homem é um blog que pensa masculinidade, por exemplo, que não era algo que acontecia naquela época. Então tinha essas ações também, e a gente não ia lá pra xingar “ah, seu babaca, machista”, mas a gente ia apontar “olha, isso que você está falando é machista”, então acontecia muito isso, além da blogagem, essa coletividade de ir até o lugar e apontar algo, porque não tinha coletivo, não tinha forma de fazer isso na época.

A recorrência e intensidade dessas disputas dá indícios de que um feminismo eminentemente virtual se formou a partir dos anos 2010²²⁶, com atores, práticas e gramáticas próprios. O ciberfeminismo pode ser considerado como uma quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada pela “centralidade da internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 3). Se o subcampo ciberfeminista surgiu do embate com os blogueiros progressistas e como reação a atitudes misóginas no contexto eleitoral, as próprias posições criadas nesse novo espaço de atuação feminista se estabeleceram por conflitos, como tornam evidentes os embates diretos entre feministas radicais e transfeminismo. O Blogueiras Negras, por sua vez, surgiu numa disputa mais indireta com o ciberfeminismo.

Em 2011, quando eu participava de uma lista de email de mulheres que se diziam feministas, iniciamos algumas vezes a discussão sobre raça. Era notória a falta de envolvimento naquelas conversas justamente porque parte significativa daquela lista se trava de mulheres brancas. lembro que num determinado momento, Charô - que também participava da lista - lançou um tópico “quem são as blogueiras negras de moda?” a partir do qual, começamos a mapear iniciativas de mulheres negras ali na lista. mais ou menos depois (não me lembro cronologicamente quando), nós nos engajamos na discussão da possibilidade de uma blogagem coletiva em memória do dia 21 de março - Dia de Eliminação da Discriminação Racial - onde uma convocatória para as mulheres negras daquela lista foi feita e como nós tivemos uma surpresa no que diz respeito a participação e a quantidade de conteúdos de mulheres negras escrevendo nos seus blogs àquela época (2011/2012). foi nesse momento que nos demos conta de que havia ali um conteúdo relevante e que compilar e visibilizar seria possível. foi nesse contexto que nasceu as Blogueiras Negras e foi nesse momento (de conversas via lista, trocas e da centralidade dos blogs) que nos entendemos um grupo. (Larissa Santiago, Blogueiras Negras)²²⁷

Ao falar sobre sua entrada no ciberativismo, Charô Nunes ressalta a continuidade da história de seus pais e avós em sua trajetória, que vai da luta por moradia à educação formal. Tendo se tornado pesquisadora do campo urbanístico, participou do Fórum Social Urbano.

Foi nesse tempo que conheci o Jardimagem Libertária, criando um pequeno núcleo que hoje não existe mais. Tive também a oportunidade de construir a Pratique Poliamor Brasil que era uma comunidade de discussão e um blog. O grupo foi crescendo e formando inclusive um núcleo no Rio de Janeiro. Chegamos a participar de uma reunião nacional articulada pelo Rede Relações Livres para formar uma organização não-monogâmica nacional e fazer o que hoje entendo como incidência. Ao mesmo tempo, por ter sido blogueira desde o comecinho dos anos 2000, acabei me aproximando das LuluzinhaCamp que promoviam encontros e discussões sobre a

²²⁶ O momento que demarca o surgimento do (sub)campo ciberfeminista no Brasil não é um ponto consensual. Para Perez e Ricoldi (2019), o marco foram as manifestações de 2013, que teriam formado novas militantes em todo o país; já para Martinez (2021), o ponto de virada são os protestos de rua e as ações digitais de 2015, que ficaram conhecidas como Primavera Feminista. Em ambos os casos, são sobredimensionadas as manifestações de rua e os momentos de muita visibilidade da disputa política, diminuindo a importância e o protagonismo dos blogs feministas criados nos anos anteriores. Nesse sentido, parece mais adequado tomar 2010 como o ano de irrupção do ciberfeminismo no Brasil, uma vez que a criação do Blogueiras Feministas possibilitou um ponto de contato e também de afastamento com subcampos e atores que construam o campo ciberativista anteriormente, ao mesmo tempo em que se insere numa rede de relações, de práticas e de gramáticas que contribuíram para construir o (sub)campo ciberfeminista brasileiro. Além disso, o período 2010-2013 foi o mais citado pelas entrevistadas de Martinez (2021) como momento em que passaram a se identificar como feministas.

²²⁷ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 21 de maio de 2020.

participação das mulheres na cultura camp e também Blogueiras Feministas. E assistindo como os blogueiros da época se abrigaram em seus condomínios como o Verbeat por exemplo.

Em 2019 ouvi de Dulci Lima, pesquisadora em São Paulo, que a gente se formou umas às outras à distância. E no dia 20 de abril deste ano quando conversamos com as Pensadoras BN, um grupo de mulheres que representa o que é o Blogueiras Negras, pude mais uma vez entender o que isso significa.

Então, diria que sou uma ativista negra que se vê nessa fronteira que conecta e ao mesmo tempo acirra o distanciamento entre diferentes territórios de informação. Me considero uma blogueira, alguém que trabalha com a escrita mas que reconhece que atua num espaço que se entende e é reconhecido como ciberativista. (Charô Nunes, Blogueiras Negras)

Charô e Larissa ressaltam a importância da internet para a organização interna do grupo, uma vez que é desse modo que conseguem se conectar a tantas outras mulheres negras pelo Brasil, o que inclui as coordenadoras, que moram em estados diferentes. A publicação de textos no blog é aberta, mas condicionada à editoria da coordenação. No começo, o grupo das BN no Facebook — que conta com 500 mulheres — foi um espaço importante para fomentar o debate sobre datas e temas relevantes (a partir do documento Agenda), o que poderia dar origem a textos para o blog. Para Larissa Santiago, uma das principais missões do Blogueiras Negras é “ressignificar o universo feminino afrocentrado através da escrita e da produção de conteúdo nas diferentes plataformas”.

Dito isso, nossas estratégias são desenhadas no sentido de refletir a visão e a opinião das mulheres negras em sua pluralidade, incentivando-as a escrever, falar ou mesmo se expressar das diferentes formas.

Dessa maneira, temos uma interface com a nossa comunidade de autoras, temos uma frente com as que consideramos “pensadoras BN”, além do diálogo com grupos, coletivos e organizações de mulheres negras para refletir o pensamento e os sonhos desse que é o nosso grupo. (Larissa Santiago, Blogueiras Negras)

Quando falamos de práticas, fico pensando nas palavras da companheira Larissa Santiago. O que a gente faz no nosso dia a dia tem a ver com responder muitos emails, estar em contato com as autoras, pensar e gerenciar redes sociais, fazer reuniões, articular com diversas organizações ao mesmo tempo que permanecemos atentas ao que acontece à nossa volta. Para então traçar estratégias.

No ano de 2018 iniciamos o ciclo de pensamento e atividades chamado Autonomia e Memória, que trata de nosso fortalecimento enquanto organização de mulheres negras e da preservação de nosso acervo que a partir desse ano conta com apoio do Fundo Baobá e Instituto Ibirapitanga.

Diria que a nossa estratégia poderia ser visualizada através do símbolo Sankofa. A gente está apostando na nossa própria história como ferramenta de construção do futuro. Estamos apenas mas não simplesmente fazendo aquilo que as nossas mães fizeram antes de nós, enquanto nações mas também através de nossas trajetórias pessoais que carregam consigo linhas do tempo e territórios diversos. (Charô Nunes, Blogueiras Negras).

Em termos de aliadas, Larissa destaca a Articulação de Negras Jovens Feministas e a Rede de Ciberativistas Negras, e Charô, citando Tarana Burke, reforça o caráter coletivo da empreitada: “falamos juntas é justamente sobre isso, nos fazer ouvir”. Do mesmo modo, Charô

menciona os “bastiões cisheteronormativos brancos das grandes corporações e governos” como principal ponto de oposição do projeto de sociedade das BN, e Larissa aponta para os comunicadores de direita, “como é o caso dos youtubers e intelectuais como Olavo de Carvalho”.

O Blogueiras Negras pode ser definido, para Larissa Santiago, como “coletivo de mídia negra que acompanha as pautas dos movimentos de mulheres negras brasileiras, da América Latina e do mundo”, que tem como agenda as pautas dos feminismos negros: “saúde, maternidade, política, economia e direitos”. Para Charô Nunes, o BN é “um espaço de memória bastante significativo para a história da mídia brasileira, notadamente aquela feita pela mulher negra”. E complementa, citando referências de ações comunicacionais feitas por mulheres negras:

É aquela conversa com as mulheres do “Informativo Nzinga”, com o “Jornal Quilombo” de Maria de Lourdes Vale Nascimento ou com Maria da Ilha de “A semana” e “Vida Ilhoa” nos anos 20 e 30 apenas para citar alguns nomes. É também aquela conversa com outros tempos e espaços, como se fizessemos parte de uma teia quântica de pessoas e narrativas. (Charô Nunes, Blogueiras Negras).

Decerto o ativismo de mulheres negras centrado na comunicação não é uma novidade. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, o ciberativismo de mulheres negras teve iniciativas pioneiras ainda nos 1990, como o Geledés - Instituto da Mulher Negra e a Rede Eletrônica de Comunicação de Mulheres Negras (RECON), criadas respectivamente por Sueli Carneiro e Eliane Borges. Como apontam Chaves e Cogo (2013), a apropriação negra das estratégias comunicacionais como forma de aquilombamento e resistência ao racismo data pelo menos dos manifestos nos jornais murais e passa ainda pela imprensa negra, que tem suas expressões iniciais na primeira metade do século XIX, com os jornais O Homem de Cor, no Rio de Janeiro, e A Alvorada, em Pelotas. De forma mais contemporânea, destaca-se a decisão da Fundação Cultural Palmares de lançar, em 1988, a Rede Palmares de Comunicação, que incluía rádio, televisão e revista.

Em 1996, foi lançada a revista Ìrohìn, após a Marcha Zumbi dos Palmares. Em 2004, Ìrohìn, editado como tabloide, ganhou também um site na internet. Antes, em 1997, foi ao ar o portal Afrobras, dedicado a ações afirmativas, que contava ainda com a agência de notícias Afrobras News, a revista Afirmativa Plural e a Rádio Zumba. Em 2005, foi criado o Instituto de Mídia Étnica da Bahia, que tinha como slogan “Vamos denegrir a Mídia” e contava com projetos para a produção de vídeos comunitários (Insurreição Rítmica) e de capacitação digital (Cyber-Aruá) e com o jornalismo colaborativo do portal Correio Nagô (CHAVES; COGO, 2013).

A Agência de Informação Multiétnica Afropress (originalmente Agência Afroétnica de Notícias Afropress) foi criada por Dojival Vieira dos Santos em 2004 e tem como foco a denúncia de casos de discriminação racial, a ampliação do debate sobre ações afirmativas e a “valorização da cultura afro-brasileira e africana” (CHAVES; COGO, 2013, p. 231). De acordo com Santos, a agência foi criada para fazer frente à invisibilidade negra na mídia, unindo o jornalismo ao ativismo político e social. Uma de suas bandeiras iniciais foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (CHAVES; COGO, 2013).

A Afropress conta com um portal próprio e ainda teve presença nos sites de redes sociais, como Orkut, Facebook, Twitter e Youtube. Sua primeira cobertura jornalística foi em 2005, com a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República do Brasil. Em termos organizacionais, a agência esteve ligada à ONG ABC Sem Racismo até 2012, quando se converteu em pequena empresa para angariar recursos — até então funcionava sem remuneração ou financiamento. Dojival Vieira dos Santos é o editor-chefe e quem articula a rede de colaborações do portal; também escreve e revisa textos e aprova as pautas. Na rede da Afropress, 20 colaboradores e colaboradoras dentro e fora do Brasil escrevem os textos, em contato com o editor-chefe (CHAVES; COGO, 2013).

Além de serem publicadas no site e nas redes sociais, as postagens são enviadas para uma lista de e-mails com mais de 10 mil endereços cadastrados, o que inclui ativistas de direitos humanos, mídias alternativas, órgãos de comunicação de instituições públicas e também a grande imprensa. Nesse último caso, Santos ressalta um trabalho focalizado de divulgação dos conteúdos da Afropress junto às maiores redações da imprensa brasileira. Um momento de grande visibilidade do portal se deu na cobertura de um caso de agressão racista. Em 7 de agosto de 2009, o técnico Januário Alves de Santana foi ofendido e fisicamente agredido no hipermercado Carrefour, em Osasco, ao ser “confundido” com um assaltante pelos seguranças do local. Quando os policiais chegaram ao hipermercado, desacreditaram a vítima e não prestaram socorro após elucidar o caso. Após dez dias de cobertura insistente, a Afropress conseguiu que a notícia fosse divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo e, depois, em diversos outros veículos de imprensa nacionais e internacionais. Deste modo, a agência levou o caso ao debate público e dois anos depois os agressores foram indiciados e denunciados por tortura motivada por discriminação racial (CHAVES; COGO, 2013).

A Afropress aponta para um uso emancipatório da internet, mas também se insere num contexto de violência digital: o portal da agência foi hackeado e seu editor-chefe, Dojival Vieira dos Santos, ameaçado pela internet e por telefone (CHAVES; COGO, 2013). Albu (2017)

apresenta dicotomia parecida no ciberfeminismo: o ciberespaço aparece como um lugar seguro para o debate feminista, ao mesmo tempo em que abriga críticas excessivas personalizadas (*trashing*). Assim, se o ciberfeminismo pode ampliar o alcance da mensagem e se encaixar na rotina, também pode levar a mal-entendidos, cultura do revanchismo e até silenciamentos.

O reconhecimento de um (sub)campo ciberfeminista passa a provocar tensões também quanto ao que seria o “feminismo de verdade”, sendo o ativismo na internet muitas vezes considerado pejorativamente um “ativismo de sofá” (MARTINEZ, 2021). Nesse ínterim, vale destacar um movimento que está no bojo do ciberfeminismo e que saiu do sofá para as ruas: a Marcha das Vadias. A nível mundial, a primeira *slutwalk* se deu em Toronto em 2011 e tinha como pauta aglutinadora o combate à culpabilização das vítimas de assédio e estupro. A incorporação do xingamento “vadia” (*slut*) ao movimento tinha como objetivo reivindicar a liberdade de ser das mulheres, sob o mote “meu corpo, minhas regras”. No Brasil, a primeira Marcha das Vadias aconteceu em São Paulo em 4 de junho de 2011 e reuniu 300 pessoas (DUTRA; GARCÍA, 2015). Nesse momento, blogs funcionavam como ponto de encontro, de debate e de preparação para marchas em outras localidades, como Belém, Brasília, Curitiba, Natal, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Ainda assim, o movimento foi alvo de dissensos dentro do próprio ciberfeminismo, sendo visto como um reforço à hipersexualização de mulheres negras, uma estratégia privilegiada e ainda um artifício liberal, porque descolado de soluções estruturais (DUTRA; GARCÍA, 2015).

O surgimento desse subcampo propriamente ciberfeminista aponta para um novo momento do campo ciberativista no Brasil, com permanências e rupturas. É possível ver linhas muito explícitas de continuidade, como a participação de figuras como Cynthia Semíramis e a menção ao Verbeat, bem como a adoção da prática da blogagem coletiva e da rede de enxame. A identidade de “blogueira” é adotada como uma identidade ativista válida, o que coaduna com o momento de consolidação do campo. Ao mesmo tempo, há uma forte ruptura em termos de gramáticas, com o fortalecimento do feminismo interseccional, que conjuga outros feminismos, como o putafeminismo, o transfeminismo e o feminismo negro, e, ao mesmo tempo, abre espaço para outras disputas, como o embate com a BlogProg e dentro do próprio feminismo, notadamente com o feminismo radical. Além disso, o aparecimento de uma rejeição ao “ativismo de sofá” reitera o espraiamento do ciberativismo entre os movimentos sociais.

Num cenário mais amplo, as blogosferas passavam por um momento ambíguo e isso pode ser visto em duas matérias do Estadão publicadas no segundo semestre de 2009. O jornal abriu uma discussão para a escolha dos 15 maiores blogueiros/blogs da década, que terminou com os seguintes nomes: A Nova Corja, Alexandre Soares Silva, Cocadaboa, Jovem Nerd, Juca

Kfourir, Kibeloco, Luis Nassif, Marcelo Tas, Pedro Doria, Pensar Enlouquece, Pense Nisso, Querido Leitor, Reinaldo Azevedo, Ricardo Noblat, Te Dou Um Dado e Tiago Dória²²⁸. Ao mesmo tempo, o Estadão trouxe uma reportagem intitulada “É o fim dos blogs ou só da blogosfera?”²²⁹. Entrevistando especialistas e blogueiros, os jornalistas Rodrigo Martins e Ana Freitas argumentavam que o blog se tornava apenas mais um dos muitos meios de existir no ciberespaço, dado que cada vez mais a população aderiu às plataformas de redes sociais. A publicação ressaltava, então, que a “blogosfera” na verdade ia se tornando um espaço de redes multiplexas, conectando diversas plataformas, e que o próprio termo “blogueiro” ia perdendo sentido nessa teia de conexões.

Mesmo entre as plataformas de redes sociais, mudanças importantes estavam em curso. Em agosto de 2011, o Orkut, que por sete anos se manteve como a rede social preferida dos brasileiros, foi ultrapassado em número de usuários únicos no Brasil pelo Facebook²³⁰. Neste período, 87% dos internautas diziam acessar alguma das plataformas de redes sociais, o que demonstra a centralidade dessas plataformas na navegação pelo ciberespaço. Com transformações de ordem material-tecnológica tão grandes, o próprio campo ciberativista se modificou.

No campo da política, houve também alterações importantes. Com a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República em 2010, o PT foi para o seu terceiro mandato consecutivo. Do mesmo modo, o julgamento do Mensalão pelo STF (na ação penal 470) marca o fim de uma crise que foi iniciada com o escândalo revelado em 2005. O escândalo do Mensalão passa então pelo momento de normalização: os atores envolvidos recebem sua pena e a corrupção passa a ser vista como um problema crônico do país (SILVA, 2014).

²²⁸ <https://web.archive.org/web/20170330084757/https://www.estadao.com.br/blogs/retrospectiva/blogueiro/>

²²⁹ <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090824-42314-spo-52-inf-12-not/>

²³⁰ <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html>

5 ROTINIZAÇÃO (2013-2018)

5.1 As manifestações de 2013

No dia 21 de janeiro de 2013, acontecia um pequeno protesto em Porto Alegre contra o aumento da tarifa do transporte público. Nos dois meses seguintes, foram realizados novos protestos na cidade, cada vez maiores²³¹. À frente das manifestações estava o grupo Bloco de Luta pelo Transporte Público. Em Goiânia, foi a Frente de Luta do Transporte Público que em 8 de maio de 2013 promoveu a primeira manifestação pela redução da tarifa, com outras se seguindo ao longo daquele mês (TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA, 2016). Em 15 de maio de 2013, realizava-se a Revolta do Busão, em Natal, mais uma manifestação contra o aumento da tarifa²³². No mês seguinte, os protestos contra o aumento da tarifa começavam em São Paulo, convocados pelo Movimento Passe Livre. No dia 13 de junho de 2013, protestos contra o aumento da passagem aconteceram em diversas localidades pelo Brasil: São Carlos, Sorocaba, Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Natal, Maceió e Santarém²³³. Foi em São Paulo, porém, onde a polícia atuou com maior força, reprimindo a manifestação com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha²³⁴. Neste momento, houve uma guinada da opinião pública — com destaque para a grande mídia — para uma posição favorável às manifestações.

O movimento ganhava caráter nacional, com marchas no dia 17 de junho somando quase 300 mil pessoas em 25 cidades. Nos dias posteriores, novos protestos procederam, culminando no dia 20 de junho com a mobilização de mais de 1,4 milhão de pessoas em mais de 120 cidades²³⁵. Ocorreram também atos em locais onde eram realizados jogos da Copa das Confederações. Além do tema do custo do transporte público, somava-se à pauta a discrepância entre os gastos com a Copa do Mundo (que seria realizada no Brasil no ano seguinte) e os investimentos em saúde e educação, bem como a corrupção e a repressão policial. Uma profusão de outras reivindicações locais ou pontuais eram trazidas à tona em cartazes. No geral,

²³¹ <https://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>

²³² <http://www.correiocidadania.com.br/social/8412-29-05-2013-a-forca-e-a-rebeldia-da-revolta-do-busao-em-natal>

²³³ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quinta-feira-tera-protestos-contr-o-aumento-da-passage-em-cinco-capitais-1099.html>

²³⁴ <https://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634.html>

²³⁵ <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>

a presença de organizações consolidadas, como partidos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda foi minoritária, ganhando intensidade os gritos de “sem partido” e “sem bandeira”. Ao lado de pessoas empunhando bandeiras do Brasil, marchavam também pessoas de centro-esquerda, que vestiam vermelho, e anarquistas, de preto (MISCHE; ALONSO, 2017). Em alguns casos, manifestantes de perfil autonomista aderiram à tática Black Bloc, que, dentre outras coisas, se configurou pela depredação de instituições privadas (bancos) e equipamentos públicos (prédios e pontos de ônibus). A intensiva repressão policial fez com que os protestos arrefecessem nos próximos dias e meses.

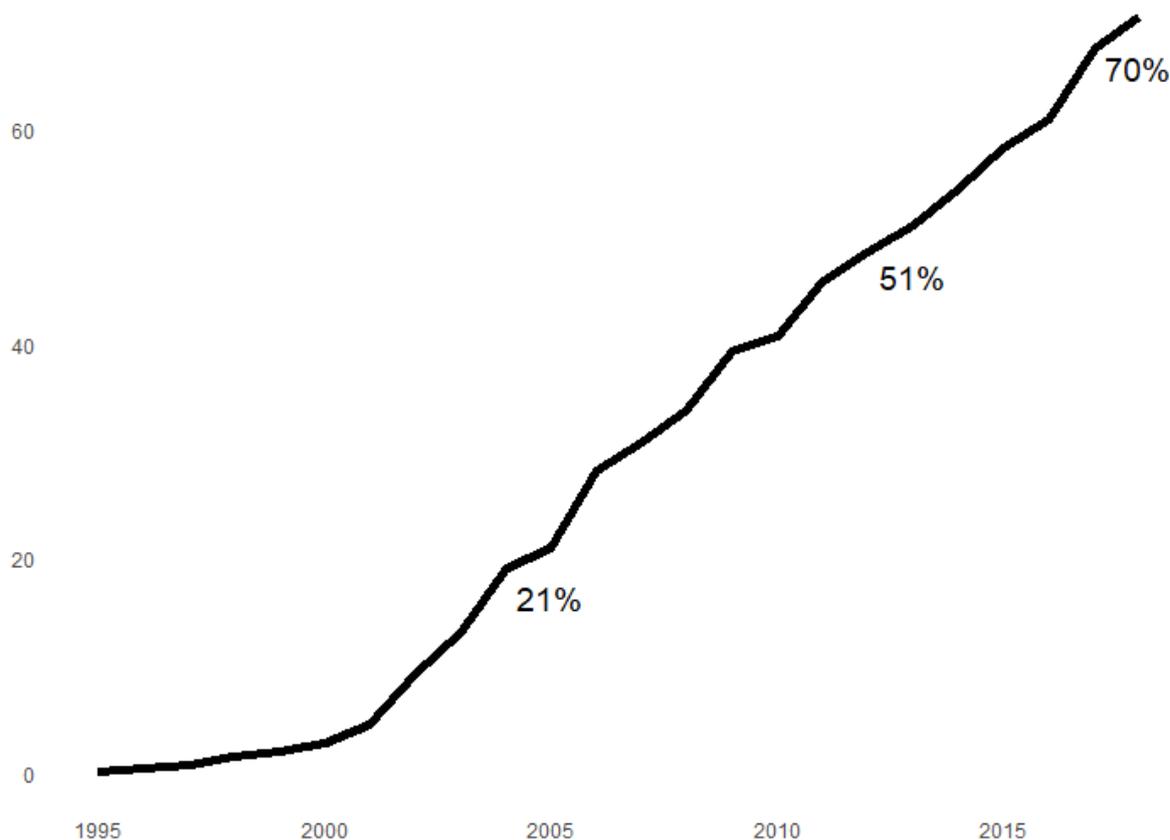
Embora tivesse um caráter difuso (ou mesmo por causa disso), as manifestações de junho de 2013 derrubaram a popularidade de prefeitos, governadores e da presidenta Dilma²³⁶, promovendo na sociedade um sentimento generalizado de insatisfação e indignação com a política. A resposta presidencial foi o lançamento de cinco pactos nacionais: 1) Responsabilidade fiscal e controle da inflação; 2) Plebiscito para formação de uma constituinte sobre reforma política; 3) Saúde; 4) Educação; 5) Transportes²³⁷.

Essa série de manifestações se insere num cruzamento de transformações em diversos níveis, seja tecnológico, social e político, algumas de caráter local, outras de caráter mais global. Do ponto de vista tecnológico, os protestos de 2013 estão no bojo de um ciclo global de protestos em que redes e ruas atuaram de forma coordenada (CASTELLS, 2013). Da internet para a praça, com internet na praça, da praça para a internet, todas as combinações eram possíveis conforme as novas tecnologias da informação e comunicação se tornaram mais próximas dos usuários. Espanha, Estados Unidos e Tunísia são alguns dos países que viram intensas ondas de protestos de rua mediados pela internet a partir de 2010. No Brasil não foi diferente.

²³⁶ <https://www.cartacapital.com.br/politica/governos-de-sao-paulo-e-rio-de-janeiro-sofrem-queda-na-popularidade-apos-protestos-9727.html>

²³⁷ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>

Figura 25 — Indivíduos usando internet no Brasil (% da população), 1995-2018



Fonte: Banco Mundial, União Internacional de Telecomunicações, 2022.²³⁸

Na Figura 25 é possível acompanhar a evolução do acesso à internet no Brasil desde a abertura comercial. A porcentagem de indivíduos que acessaram a internet foi de menos de 1% em 1995 para 21% em 2005; esse é um dos fatores fundamentais para a transição do período de emergência do campo ciberativista para o período de consolidação. Chegando a 51% em 2013, essa porcentagem foi a 70% em 2018, durante o período chamado aqui de rotinização. Entretanto, a mudança sociotécnica ao longo das últimas décadas não foi apenas no aumento do acesso à internet, mas também na forma desse acesso. Segundo dados da Pnad²³⁹, dos domicílios que utilizaram internet em 2013, 88,4% acessaram pelo computador e 53,6% utilizaram o telefone celular com uma das vias de acesso²⁴⁰ — na região Norte o uso de celular para acesso à internet (75,4%) ultrapassou o do computador naquele ano (64,8%).

²³⁸ <https://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.ZS?locations=BR>

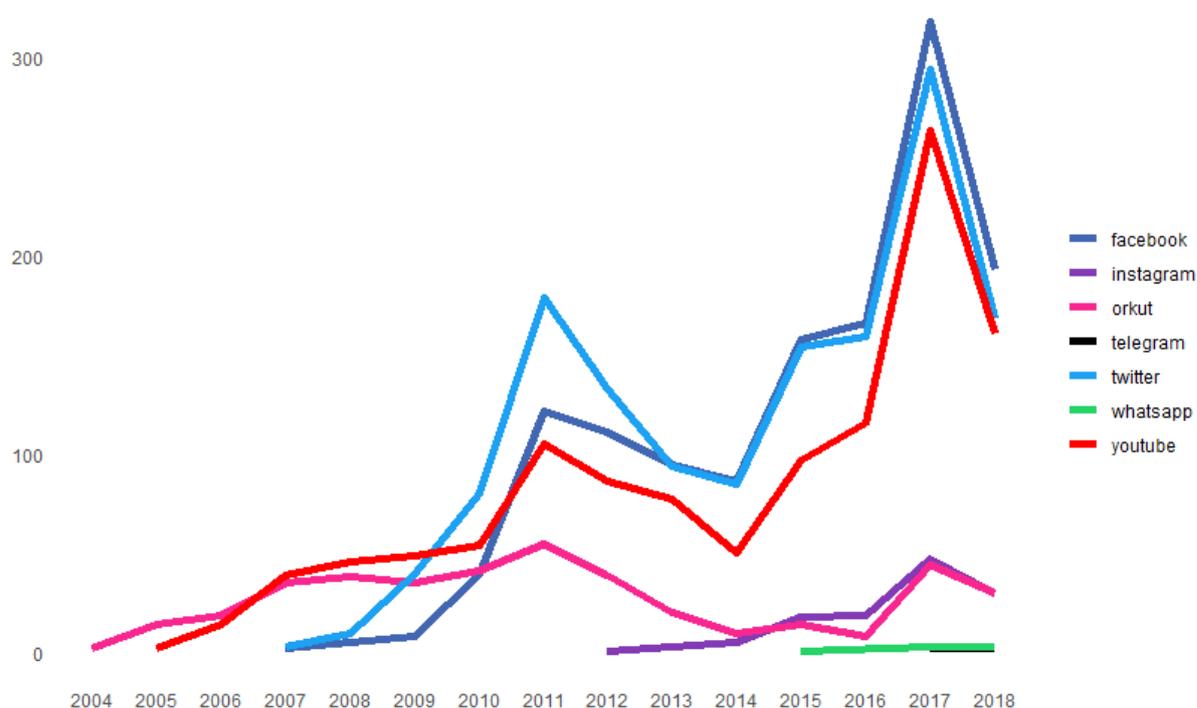
²³⁹ <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2876&busca=1&t>

²⁴⁰ Os dados não são exclusivos.

Esse cenário tecnológico aponta para a inserção de mais da metade da população no ciberespaço a partir de 2013 e, ao mesmo tempo, demonstra uma forte flexibilização nas formas de acesso, com a possibilidade cada vez maior de acessar a internet pelo celular; seja dentro ou fora de casa. Com isso, a ideia da internet como algo distante, a ser acessado num equipamento fixo, vai dando lugar à internet como parte do cotidiano, como componente inerente a um acessório que está sempre próximo ao usuário em suas atividades rotineiras. A internet passa a mediar grande parte das interações humanas, ou delas faz parte como uma fonte de informação. A internet, enfim, imiscui-se à vida.

Do ponto de vista sociopolítico, o uso massivo da internet via celular contribuiu para a diminuição dos custos de participação em ações coletivas. Ao tornar as relações entre público e privado mais porosas, essas tecnologias em muitos casos facilitam a passagem do privado para o público (BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2005). Reuniões, divulgações e até mesmo protestos podem ser feitos na palma da mão, sem sair de casa ou do local do trabalho, sem precisar se locomover pela cidade. Essa redução dos custos de participação também tem a ver com outro fenômeno no âmbito tecnológico: a plataformização da web.

Figura 26 — Sites com links para redes sociais, por plataforma (2004-2018)



Fonte: O autor, 2022

A Figura 26 foi elaborada a partir da base que compõe a tese, considerando o número de sites que possuíam links para redes sociais ao longo dos anos²⁴¹. Os dados aqui apresentados devem ser lidos sempre de maneira parcimoniosa, uma vez que a interação com arquivos da web desencoraja conclusões definitivas a partir de números absolutos e, por isso, faz mais sentido que as curvas sejam observadas de maneira relacional e face a dados de outras fontes. Isto posto, as tendências aqui desenhadas ora coadunam, ora se distanciam de outras referências sobre o tema. Em primeiro lugar, é possível observar o pioneirismo do Orkut e a rápida adesão brasileira à plataforma, com posterior queda conforme Facebook e Twitter se tornaram populares²⁴². O Ibope apontou o momento de virada em 2011: eram 30,9 milhões de usuários únicos do Facebook, contra 29 milhões do Orkut²⁴³. Na base da tese, que tem como foco o ciberativismo, essa virada se deu ainda em 2010. Além disso, a mesma pesquisa do Ibope apontava apenas 14,2 milhões de usuários únicos do Twitter no Brasil em 2011; na base, contudo, o Twitter ultrapassa o Orkut em 2009 e se torna predominante até 2013, quando passa a disputar com o Facebook. Esse descompasso nos dados pode indicar que os ciberativistas eram mais propensos ao uso de novas plataformas e mais simpáticos ao Twitter. O YouTube, por sua vez, aparece logo em 2005²⁴⁴, mas cresce de fato conforme Facebook e Twitter ganham predominância, conformando assim o primeiro pelotão de plataformas utilizadas pelos e pelas ciberativistas.

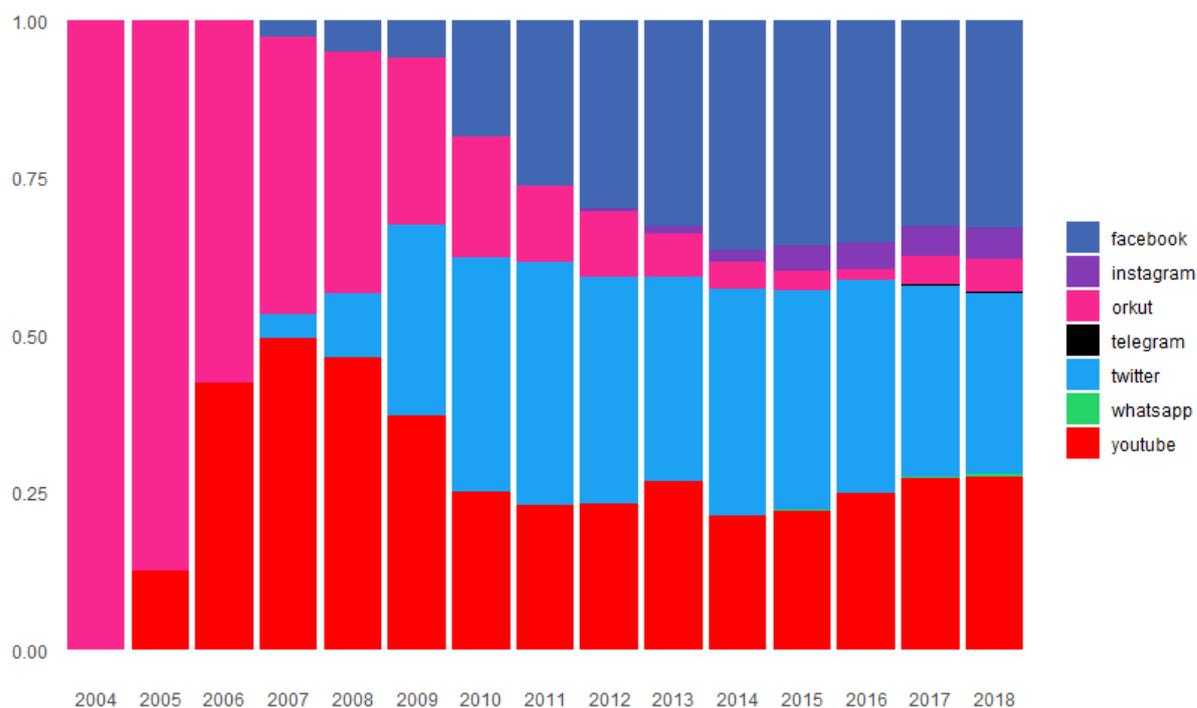
²⁴¹ Nem todas as plataformas de redes sociais foram consideradas, a exemplo de Fotolog, Flickr e Tumblr, e ainda Vimeo, Myspace e Soundcloud. Embora esses sites tenham sido importantes em determinados momentos, seu uso para a política é muito pouco explorado pela literatura brasileira. Optou-se, portanto, por selecionar as sete plataformas com maior incidência de ações políticas. Por outro lado, ainda que não se enquadrem em alguns dos aspectos do que se avalia como rede social, Whatsapp e Telegram foram incluídos porque possibilitam a comunicação mediada por computador e a formação de grupos/canais cujo acesso pode ser feito por meio de um link.

²⁴² O Orkut encerrou suas atividades em 2014. A elevação de links para o Orkut em 2015 e 2017 pode ter a ver com dois fatores. A primeira é um desbalanço na base, que pode ter produzido um incremento geral artificial, ainda que não afete o quadro como um todo. A segunda é que a Google lançou uma espécie de museu virtual do Orkut no fim de 2014 e o encerrou em 2017, o que pode ter ocasionado uma lembrança das comunidades nos dois períodos. Além disso, a base conta com sites e blogs que continuaram online mesmo sem serem atualizados, o que ajuda a explicar a permanência do Orkut ao longo do tempo. Isso sugere ainda, de maneira lateral, que muitos endereços foram criados e/ou se mantiveram ativos no auge do Orkut, numa convivência simbiótica.

²⁴³ <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html>

²⁴⁴ Já em 2005 o YouTube possibilitava a incorporação (*embedding*) de vídeos em sites externos por meio de um código em HTML (HELMOND, 2015), o que ajuda a explicar sua popularidade entre os atores que compõem a base da tese.

Figura 27 — Proporção das plataformas entre os links de redes sociais (2004-2018)



Fonte: O autor, 2022

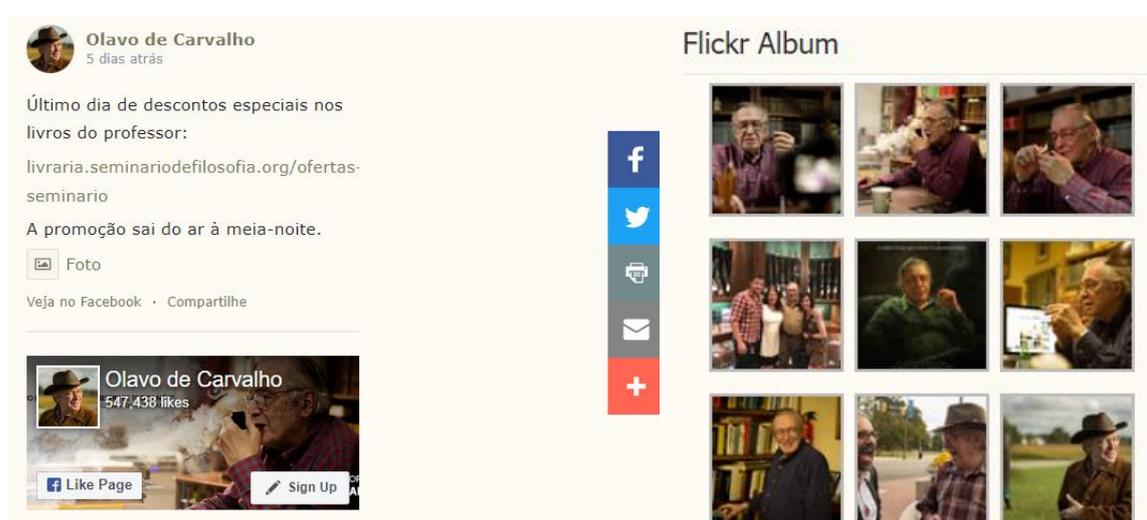
A Figura 27 explicita ainda mais a competição entre as diferentes plataformas, uma vez que converte os números absolutos da Figura 26 em dados percentuais. Deste modo, cinco conclusões são evidentes a partir do gráfico: 1) o Orkut perde espaço de forma acelerada no novo ambiente midiático a partir de 2009, aparentemente cedendo lugar ao Facebook; 2) a proporção do Twitter e do YouTube permanece praticamente inalterada em relação às outras plataformas desde 2010; 3) Facebook, Twitter e YouTube têm cada uma mais ou menos 30% do espaço entre links dos sites e blogs ciberativistas; 4) o Instagram ampliou consideravelmente sua participação em 2015²⁴⁵, mas não a ponto de se tornar central até 2018; 5) até o último ano considerado, não era uma prática comum fornecer links para o Telegram e para o Whatsapp.

Para entender os impactos dessas plataformas na vida em sociedade e no campo ciberativista mais especificamente, é preciso discutir o fenômeno da plataformização. Em primeiro lugar, plataforma é um termo polissêmico, que no contexto da internet está ligado a uma infraestrutura sobre a qual se pode criar aplicações e que possibilita a comunicação entre

²⁴⁵ Esse ponto está de acordo com os dados fornecidos pela empresa à época, que naquele momento lançava novas estratégias para atrair público dentro e fora do Brasil. Ver: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/11/instagram-tem-29-milhoes-de-usuarios-ativos-por-mes-no-brasil.html>

atores diferentes por diferentes canais. O conceito de plataformização da web diz respeito ao processo pelo qual plataformas de redes sociais se expandem pelo resto da web e, ao mesmo tempo, forçam a web a se adaptar às suas funcionalidades e mecanismos (HELMOND, 2015). Essa comunicação entre as plataformas e outros ambientes virtuais (como sites e aplicativos) se dá através de APIs, em que a circulação de dados é controlada. Assim, é possível realizar ações como fazer login num aplicativo de celular com o perfil do Facebook ou inserir os tuítes de um perfil num blog. A Figura 28 traz alguns exemplos dessa integração.

Figura 28 — Exemplo de integração de um site com plataformas de redes sociais



Fonte: Site de Olavo de Carvalho, 2022.

Os estudos sobre a plataformização da web se preocupam com os diversos impactos desse fenômeno para a vida social, desde as transformações próprias ao ciberespaço quanto à possibilidade de as plataformas moldarem o comportamento humano — da sociabilidade à política. No contexto dessa pesquisa, a plataformização aparece como uma reconfiguração dos usos de sites e blogs, uma vez que o novo cenário digital, com a hegemonia das plataformas de redes sociais, leva os internautas a três posturas em relação a essas formas de atuação: o abandono, a utilização instrumental e a utilização especializada.

Na Figura 29, por exemplo, emula-se a incorporação de um site em postagem no Facebook por meio de um link. Nesse caso, o título da postagem e a miniatura (*thumbnail*) são de suma importância para atrair a atenção do público e, mais do que isso, para comunicar a mensagem pretendida, uma vez que o usuário daquela plataforma pode não ter o interesse de deixá-la para acessar o conteúdo linkado. Esse caso aponta para um dos usos instrumentais dos sites e blogs, que podem ser incorporados a plataformas de redes sociais sem que seu conteúdo

de fato tenha algum valor. Nesses casos, importa apenas o endereço do site e o título e a miniatura gerados pela postagem. No exemplo trazido abaixo, o endereço “Folha Política” simula um veículo de imprensa, o título se inicia com o chamado “URGENTE” e a imagem faz uma associação entre atores em disputa. Nesse sentido, é uma ruptura de grandes proporções em relação ao uso de blogs de política para elaborar as próprias ideias e para estabelecer vínculos no ciberespaço.

Figura 29 — Exemplo de incorporação de site noticioso no Facebook (2022)



Fonte: Facebook, 2022.

No contexto das manifestações de 2013, páginas apócrifas no Facebook foram cruciais para a mobilização política e para a construção de narrativas. Em junho daquele ano, dos dez links mais compartilhados relativos às manifestações, quatro eram da página Folha Política (ALVES, 2019). Esse ator em específico é exemplar de uma das formas de utilização instrumental de sites integrados com redes sociais: seus conteúdos noticiosos trazem títulos sensacionalistas e imagens escolhidas para provocar o sentimento de indignação em relação à classe política. O site foi criado em 2013 por Ernani Fernandes Barbosa Neto, que também criou o site do Movimento Contra a Corrupção (MCC)²⁴⁶. Junto a Thais Raposo do Amaral

²⁴⁶ <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>

Pinto Chaves, Fernandes fundou o grupo Raposo Fernandes Associados (RFA), que administra uma série de sites e páginas nas redes sociais²⁴⁷. As páginas com maior alcance em junho de 2013 uniram tanto atores que surgiram na internet, quanto veículos de imprensa e políticos. As páginas mais compartilhadas foram, nessa ordem: AnonymousBr4sil, PROZAC virtual, Estadão, FORA PT, Folha de S.Paulo, Alvaro Dias, Apoio Policial, UOL, Portal R7, Brasil, é hora de acordar e Dilma Rousseff, NÃO (ALVES, 2019).

De caráter difuso e abstrato, muitas das páginas que ganharam relevância no período são anônimas e ancoradas no Facebook, como Anonymous, Prozac Virtual, Fora PT, Brasil é hora de acordar e Geração Invencível. A imprensa tradicional, Estadão, Folha de S. Paulo e Veja, já não tem a hegemonia de visibilidade, disputando a atenção com a produção de memes e núcleos de antagonismo, como Dilma Rousseff, Não e Cassação de Renan Calheiros (ALVES, 2019, p. 43-44).

Mendonça et al. (2019) entendem que houve uma disputa digital quanto às causas e o significado dos protestos de 2013. De um lado, o Movimento Passe Livre (MPL) reafirmava a todo o tempo a centralidade da pauta da redução da tarifa do transporte, razão inicial das convocações. Para o MPL, o direito à mobilidade no espaço urbano seria um dos pontos de entrada para a vida na cidade e por isso aglutinaria outras demandas por igualdade. Após a repressão aos protestos no dia 13 de junho, o MPL passou a trazer para o centro da agenda também o enfrentamento da violência estatal. Por outro lado, páginas como O Gigante Acordou (OGA) tinham foco a rejeição ao sistema político e faziam reiteradas menções à corrupção como um grande problema social. O OGA disputava explicitamente com o MPL o sentido das manifestações, adotando o slogan “não é só por 20 centavos” e tornando-o uma afronta à tarifa como pauta única, numa tentativa de diversificar as demandas — incluindo pautas como a destinação de verbas para a saúde e educação em detrimento dos grandes eventos. Conforme indica a pesquisa de Alves,

as páginas localizadas em segmentos de direita e esquerda disputaram a visibilidade na primeira metade do mês, os demais grupos ganhando picos eventuais por publicações virais. Todavia, depois do dia 15 de junho, é possível notar um descolamento da direita, que obteve maior volume de compartilhamento do que as demais até o final do mês. Os dados do Facebook permitem dividir o período em duas etapas, a primeira até o dia 17 com maior visibilidade das páginas de esquerda e a segunda, entre o dia 17 e 29, de direita. Além disso, já sugerem menor atenção dos grupos de centro, uma tendência de polarização que aumentaria nos próximos anos (ALVES, 2019, p. 36).

“O Gigante Acordou” foi uma das palavras de ordem popularizadas durante os protestos. Se a ruas produziam gritos de guerra, as redes mobilizaram *hashtags*. *Hashtags* são enunciados

²⁴⁷ <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,rede-pro-bolsonaro-engaja-mais-do-que-madonna-e-neymar,70002544629>

curtos (geralmente palavras-chave ou slogans) precedidos por uma cerquilha (#) e têm como objetivo agregar conteúdo sobre um determinado assunto nas redes sociais. As hashtags mais utilizadas pelas principais páginas do Facebook em 2013 foram, nessa ordem: #vemprarua, #eleicao2014, #changebrazil, #ogiganteacordou, #chupadilma, #grevegeral, #protestorj, #foradilma, #mudabrazil, #dmonline, #dilmavaiada, #pec37nao, #primaverabrasileira, #brasilacordou e #anonymous (ALVES, 2019). A predominância de hashtags de sentido inespecífico (Vem pra rua, O gigante acordou, Muda Brasil) evidencia a perda de centralidade do tema do transporte público e a união pouco substantiva entre os atores. Ao mesmo tempo, as hashtags antipetistas (Chupa Dilma, Fora Dilma, Dilma Online) apontam para uma provável hegemonia da gramática que posiciona o PT no centro dos problemas políticos do país. Já a menção específica à PEC 37 reitera tanto o caráter difuso das pautas quanto a ênfase na gramática anticorrupção — a PEC 37 pretendia retirar do Ministério Público a competência para investigação criminal e era vista como um retrocesso no combate à corrupção.

Com essa confluência nas ruas entre elementos autonomistas e anticorrupção, faz sentido que a página AnonymousBr4sil tenha se tornado central no Facebook. A descrição no site anunciava que Anonymous era uma “ideia” e não um grupo: “Somos uma ideia de um mundo onde a corrupção não exista, onde a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, e onde as pessoas não tenham que morrer lutando por seus direitos”. Como registra a Figura 30, a bandeira do Brasil sobre uma máscara do personagem V (do filme V de Vingança) representa uma espécie de anarquismo patriótico. Esse aparente oxímoro surge de uma fusão entre neo-anarquismo e populismo que Gerbaudo (2017b) chamou de cidadanismo: “uma ideologia emergente do cidadão indignado, que opõe os cidadãos auto-organizados contra as elites políticas e econômicas, e busca a recuperação e a expansão da cidadania, vistos como os pilares necessários de uma verdadeira democracia” (GERBAUDO, 2017b, p. 3, tradução minha)²⁴⁸.

²⁴⁸ No original: “an emerging ideology of the indignant citizen, that pits the self-organised citizenry against economic and political oligarchies, and pursues the reclamation and expansion of citizenship, seen as the necessary foundation of a true democracy”.

Figura 30 — Imagem da página "Sobre" do Anonymous Br4sil



Fonte: Site do Anonymous Br4sil, 2013.²⁴⁹

No campo da esquerda, destacou-se a atuação do Mídia Ninja — Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação —, um coletivo criado em 2011 para promover coberturas alternativas e colaborativas de diversas formas de mobilizações sociais. O Mídia Ninja surgiu como um desdobramento do Fora do Eixo — uma rede de coletivos culturais criada em 2005 —, a partir da experiência da Pós-TV. No contexto das manifestações de 2013, o Mídia Ninja deu especial contribuição ao debate nas redes sociais com a cobertura e transmissão ao vivo de diversas ações espalhadas pelo país, incluindo a denúncia da violência policial. Além disso, o coletivo teve papel importante na convocação para os atos de rua, elencando eventos programados e explicitando detalhes sobre o planejamento (VALLE et al., 2015).

A criação de eventos no Facebook foi uma das principais ferramentas utilizadas para a convocação dos protestos. Na plataforma, o “evento” é um espaço criado pelos usuários para programar a realização de uma atividade, com indicativo do nome, data, horário e local. Outros usuários podem interagir com o evento de três maneiras. A primeira é publicizando sua participação por meio dos botões de “participar” ou “talvez”, o que, por um lado, conforma uma lista de participantes confirmados, interessados e convidados e dá uma dimensão da adesão àquele evento, e, por outro, na data determinada envia uma notificação ao usuário que confirmou presença. A segunda forma de interação é a possibilidade de convidar amigos ou

²⁴⁹ <https://web.archive.org/web/20130115041853/http://www.anonymousbr4sil.com/p/sobre.html>

compartilhar o evento na própria linha do tempo (*feed*), ampliando o alcance e publicizando a amigos e seguidores seu interesse naquele evento. A terceira forma é a possibilidade de publicação de postagens na área destinada a discussões, o que serviu para o debate sobre o caráter dos eventos, a realização de enquetes e a emissão de comunicados pelos organizadores.

No âmbito de 2013, os eventos foram criados tanto por movimentos sociais (como o próprio MPL), quanto por organizações locais, indivíduos (militantes ou não) e páginas apócrifas. Deste modo, os eventos contribuíram para criar um sentimento de unidade e de concretude em meio à confusão de atores e à proliferação de pautas difusas. As figuras a seguir trazem exemplos de eventos criados durante as manifestações de 2013: o primeiro, com gramática autonomista, vinculado à pauta da redução da tarifa do transporte (Figura 31), e o segundo, com gramática antipolítica, sem pauta definida para além do rechaço ao sistema político (Figura 32).

Figura 31 — Evento no Facebook em junho de 2013, exemplo autonomista



Fonte: Blog de Rodrigo Gonzatto, 2013.²⁵⁰

²⁵⁰ <http://www.gonzatto.com/eventos-do-facebook-apoiar/>

Figura 32 — Evento no Facebook em junho de 2013, exemplo antipolítico



Fonte: A Redação, 2013.²⁵¹

A desconexão entre a pauta que originou a convocação dos protestos e a gramática que resultou do seu curso parece um desdobramento ilógico, mas é um dos cenários possíveis num ciclo de protestos. Segundo Tarrow (2011), ciclos de protestos dizem respeito a uma intensificação do conflito no sistema social, que começa com um grupo e num local específicos e se espalha por outros grupos organizados e não organizados e amplia a área de conflito societário. Esses momentos explosivos abrem uma janela de oportunidade que aumenta o poder de incidência da sociedade sobre o sistema político. Tatagiba (2014) salienta que as manifestações de 2013 se aproximam e se diferenciam de ciclos de protestos anteriores na história recente do Brasil, como as Diretas Já, em 1984, e o Fora Collor, em 1992. Em comum, os três ciclos contaram com a adoção de símbolos nacionais (verde e amarelo, bandeira do Brasil) e a pauta do combate à corrupção. Entretanto, os protestos de 1984 e 1992 foram protagonizados por partidos políticos e organizações da sociedade civil, ao passo que em 2013 as organizações políticas ficaram em segundo plano. Finalmente, o ciclo de 2013 se distancia dos dois outros por não apostar na democracia como forma de resolução do conflito.

²⁵¹ <https://www.aredacao.com.br/noticias/29616/policia-militar-se-organiza-para-possivel-manifestacao-nesta-segunda-feira>

Bringel e Pleyers (2015) argumentam que o ciclo de protestos de 2013 provocou, num primeiro momento, um transbordamento societário, com o envolvimento progressivo de atores não engajados previamente nos processos políticos. Num segundo momento, a mobilização massiva deu início a uma abertura societária, com a emergência de experimentações políticas. Para Mendonça et al. (2019), os protestos conformaram um acontecimento, isto é, uma ruptura com gramáticas preexistentes e a possibilidade de reinterpretação da realidade sociopolítica sob novos parâmetros, reorganizando inclusive as percepções sobre passado e futuro (MENDONÇA, 2007). Nesse sentido, Domingues (2016) defende que 2013 representou uma ruptura com a ordem da Nova República, inaugurada com a Constituição de 1988, reabrindo assim o espaço de disputas para a mobilização de novos atores, práticas e gramáticas. Nos anos posteriores aos protestos, essa reconfiguração do espaço sociopolítico passa pela fase de sedimentação (BRINGEL; PLEYERS, 2015). É o desenvolvimento desse novo cenário de disputas a partir da plataformização da web e dos protestos de 2013 o que será explorado na próxima seção, com foco na relação entre ruas e redes.

5.2 As redes e as ruas

1ª fase: 17/03/2014 – O início de uma operação histórica

Ainda sem grande destaque no noticiário da época, a Polícia Federal deflagrou, em uma segunda-feira pela manhã, uma operação contra lavagem de dinheiro em seis estados (Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) e no Distrito Federal. Entre os 81 alvos de mandados de busca e apreensão, figuravam suspeitos de ligação com contrabando, tráfico de drogas e câmbio clandestino, entre outros delitos. De acordo com as investigações, cerca de R\$ 10 bilhões teriam sido movimentados em atividades ilícitas — parte desse montante encoberto nas transações financeiras de uma rede brasiliense de lavanderia em postos de combustíveis. Dalí surgiu o nome que ficaria marcado na história brasileira: Operação Lava Jato.²⁵²

Em março de 2014, a Operação Lava Jato iniciava seu percurso rumo à monopolização do debate público brasileiro. Menos de um ano após a prisão dos primeiros condenados pelo STF no caso do Mensalão, a Lava Jato viria a ocupar o centro das discussões políticas com uma investigação de proporções crescentes que colocava a Petrobrás no olho do furacão. Como no escândalo do Mensalão, a operação avançou sobre diversos atores do sistema político, tendo o PT e o ex-presidente Lula como fios condutores da narrativa anticorrupção.

²⁵² <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/>

Apesar do fantasma do Mensalão e das investidas da Lava Jato, as eleições de 2014 terminaram com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff com 51,64% dos votos. A vitória com margem apertada abriu espaço para que o candidato derrotado questionasse o resultado eleitoral ainda em outubro. Aécio Neves (PSDB) contribuiu para o clima de polarização política que o país vivia ao lançar suspeitas sobre a legitimidade e o caráter democrático da quarta vitória petista (ALVES, 2019).

Durante a campanha eleitoral, as redes sociais foram largamente utilizadas pelos candidatos, com o intuito de compartilhar propostas, apresentar apoios recebidos e fazer ataques aos adversários (PENTEADO; PEREIRA; FIACADORI, 2016). Além disso, os internautas participaram do debate público nas redes sociais com o recurso do meme, levando os temas da disputa política para o campo do humor através da inserção de uma perspectiva individual — com referências intersubjetivas — aos fatos políticos que emergiram ao longo dos meses (CHAGAS, 2016). Por outro lado, os principais atores que movimentaram as redes sociais em 2013 tiveram baixa atuação nas disputas eleitorais virtuais e mantiveram o foco na crítica à democracia representativa (SEGURADO; CHICACRINO, 2016).

O fortalecimento da gramática anticorrupção e o sinal dado por Aécio quanto à possibilidade de manipulação do resultado eleitoral deram gás a um movimento pela destituição de Dilma Rousseff. A primeira mobilização com alguma expressão se deu no dia 1º de novembro de 2014, apenas seis dias após o segundo turno das eleições. Em ato convocado pelas redes sociais, cerca de 2,5 mil pessoas se dirigiram à Avenida Paulista para protestar contra o resultado eleitoral²⁵³. Essas manifestações se repetiram em novembro (ver Figura 33) e se avolumaram ao longo dos meses, até que no dia 15 de março de 2015 quase 2 milhões de pessoas foram às ruas de todo o país, no que muitos veículos de imprensa consideraram os maiores protestos desde as Diretas Já²⁵⁴ (ver Figura 34). No dia 16 de agosto, a cifra de pessoas em atos pelo impeachment atingiu 1 milhão, número menor do o que da manifestação anterior, mas ainda significativo²⁵⁵ (ver Figura 35).

²⁵³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>

²⁵⁴ <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150316-44344-spo-4-pol-a4-not>

²⁵⁵ <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>

Figura 33 — Convocação para o ato contra Dilma no dia 15/11/2014



Fonte: Página do Nas Ruas no Facebook, 2015.²⁵⁶

Figura 34 — Convocação para o ato contra Dilma no dia 15/03/2015



Fonte: Blog do Eduardo Azevedo, 2015.²⁵⁷

²⁵⁶ <https://www.facebook.com/watch/?v=726557510769482>

²⁵⁷ <https://eduardoazev.wordpress.com/2015/02/10/manifestacao-em-palmas-pelo-impeachment-de-dilma-ocorrera-no-dia-15-de-marco-11-mil-confirmaram-presenca-no-facebook/>

Figura 35 — Convocação para o ato contra Dilma no dia 16/08/2015



Fonte: BandNews FM Curitiba, 2015.²⁵⁸

Como nas manifestações de 2013, os protestos contra Dilma foram mormente organizados pelo Facebook. Penteado e Lerner (2018) encontraram uma rede variada de páginas que estavam mobilizadas em torno do impeachment na plataforma. O grupo da direita conservadora era composto por “Jair Messias Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Danilo Gentili; Canal da Direita; FORA Corrupção; Direita Conservadora; Direita Vive 3.0; Campanha do Armamento; Eduardo Bolsonaro; e Reinaldo Azevedo” (PENTEADO; LERNER, 2018, p. 18). Outro grupo possuía atores ligados às forças armadas e policiais, com destaque para a página Conacc -Comando Nacional de Caça aos Corruptos. O grupo da direita liberal incluía “MBL - Movimento Brasil Livre; Instituto Mises Brasil; Paulo Eduardo Martins; O Reacionário; Marcel van Hattem; Implicante; SFLB - Students For Liberty Brasil; Movimento Endireita Brasil; Socialista de iPhone; e La Banda Loka Liberal” (PENTEADO; LERNER, 2018, p. 19). Ligado a este, formou-se um grupo em torno do movimento Vem Pra Rua, que abrigava também o portal liberal O Antagonista. A imprensa e políticos do DEM, como Ronaldo Caiado e Onyx Lorenzoni, formavam um grupo à parte. A rede apresentava ainda um grupo ligado a páginas do PSDB, como “Aécio Neves, PSDB, Álvaro Dias, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Geraldo Alckmin, Carlos Sampaio, Aloysio Nunes Ferreira, Conversa com os Brasileiros e Observador Político” (PENTEADO; LERNER, 2018, p. 20). E por fim, havia um grupo central na rede em torno da página MCC - Movimento Contra Corrupção, mas que também era

²⁵⁸ <https://bandnewsfmcuitiba.com/milhares-de-pessoas-sao-esperadas-para-manifestacao-contr-o-governo-neste-domingo/>

composto por “Juventude Contra Corrupção, Movimento Contra, Corrupção - São Paulo, Dia do Basta, NasRuas e Política na Rede” (PENTEADO; LERNER, 2018, p. 20), bem como Folha Política e TV Revolta.

A rede reconstruída por Penteados e Lerner (2018) demonstra uma variedade de atores nas páginas de direita. Essas páginas dizem respeito a atores da política, da imprensa, de organizações e de movimentos sociais. Neste último caso, há tanto atores que se consolidaram antes de 2013 quanto atores que se forjaram em meio aos protestos. Algumas páginas fazem referência a atores que mantinham atuação offline, outras a atores cuja existência se dava mormente no ciberespaço. Nesse aspecto, destacam-se aqui alguns dos movimentos centrais para essas manifestações que conjugaram redes e ruas no impeachment de Dilma Rousseff.

Quanto às organizações preexistentes, cabe mencionar o Revoltados Online, criado em 2000 por Marcello Reis para organizar o combate à pedofilia na internet, agregando à pauta posteriormente a redução da maioria penal e a prisão de corruptos (DIAS, 2017). Suas principais lideranças eram, além de Reis, Beatriz Kicis, Patrícia Mello, Rodrigo Brasil e Valéria Andrade. Criada em 2015, a página do ROL no Facebook somava mais de 2 milhões de seguidores até ser removida, em agosto de 2016 (DIAS, 2017)²⁵⁹. Já o NasRuas foi fundado por Carla Zambelli (ex-esposa de Reis) em 2011, “com o objetivo de promover a ética e ao combate à corrupção no Brasil” (DIAS, 2017, p. 47). O movimento tinha como integrantes Dennis Heiderich, Valéria Andrade e Raquel Santana, além da participação de Joice Hasselmann.

Dois outros movimentos surgiram durante as manifestações de 2013 e foram cruciais para as mobilizações contra Dilma: o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua. O MBL foi idealizado por Juliano Torres, Felipe França, Renan Santos e Fábio Ostermann — este membro do Estudantes pela Liberdade e do Instituto Ordem Livre. O movimento surgiu com o objetivo de organizar ações de rua e promover pautas de cunho libertariano, como “a privatização de estatais, a redução da maioria penal, o fim de cotas raciais e a redução da intervenção do Estado na economia e na esfera privada” (DIAS, 2017, p. 48). O movimento tem seções locais e promove congressos nacionais. Logo as três figuras centrais do MBL se tornariam o próprio Renan Santos, Fernando Holiday e Kim Kataguiri. O VPR, por sua vez, foi criado pelos empresários Rogério Chequer e Colin Butterfield para impedir a reeleição de Dilma em 2014. O agrupamento também possui caráter libertariano, defendendo a “luta contra a corrupção e pela ética na política, por um Estado desinchado, pela liberdade econômica e menos impostos” (DIAS, 2017, p. 51).

²⁵⁹ Por isso não aparece na lista de Penteados e Lerner (2018).

Unindo atores de tendência mais liberal ou conservadora, os protestos contra Dilma formaram uma gramática antipetista, costurando uma colcha de retalhos dos temas considerados mais relevantes pelos manifestantes: combate à corrupção, à criminalidade, ao Estado interventor, ao comunismo e à dominação cultural da esquerda na cultura. Sob as cores verde e amarelo da bandeira do Brasil, restavam diferentes heróis: o juiz Sérgio Moro e a operação Lava Jato, as Forças Armadas e até mesmo Olavo de Carvalho (ver Figuras 36 e 37). Embora os manifestantes estivessem unidos pela identidade de direita e pela oposição ao PT, a solução proposta para a derrubada do governo Dilma não era consensual. A intervenção militar era uma saída defendida pelo ROL (que depois optou apenas pela remoção da presidenta) e por grupos como SOS FFAA e Foro do Brasil. Conforme o impeachment se tornava factível, a opção pela ação das Forças Armadas foi perdendo espaço e causando incômodo entre grupos de manifestantes²⁶⁰.

Figura 36 — Manifestação com apoio à Lava Jato e à Intervenção Militar



Fonte: Hoje em Dia, 2016.²⁶¹

²⁶⁰ <https://exame.com/brasil/grupos-que-protestam-no-rio-se-envolvem-em-discussao/>

²⁶¹ <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/acaba-manifesta%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%B3-impeachment-em-copacabana-1.401969>

Figura 37 — Manifestação com apoio a Olavo de Carvalho



Fonte: Coluna de Felipe Moura Brasil na Veja, 2015.²⁶²

Do outro lado, a esquerda foi às ruas para defender o mandato de Dilma, mas em número muito menor do que as mobilizações pró impeachment²⁶³. Além do próprio PT, os principais atores envolvidos na convocação dos atos foram os Petroleiros da Federação Única (FUP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)²⁶⁴. Entidades estudantis, outras centrais sindicais e outros partidos de esquerda também adensaram as fileiras do movimento. Nesse contexto, a gramática mobilizada tinha como eixo articulador a concepção de que um impeachment sem crime de responsabilidade configuraria golpe (ver Figura 38) e de que a direita golpista, em parceria com o Congresso corrupto e a grande mídia, queriam derrubar a presidenta para provocar o retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais conquistados durante os governos petistas. Parte dos e das manifestantes também dava centralidade à violência política de gênero que representava um parlamento composto

²⁶² <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/15-de-marco-olavo-tem-razao/>

²⁶³ O G1 elaborou um mapa das mobilizações contra e a favor de Dilma nesse período, ver: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>

²⁶⁴ <https://pt.org.br/cut-fup-e-mst-lideram-articulacao-pro-dilma-com-movimentos-sociais/>

majoritariamente por homens acabar com o mandato da primeira mulher eleita para a presidência do Brasil.

Figura 38 — Manifestação pró-Dilma



Fonte: Site do PT, 2015.²⁶⁵

A mobilização de argumentos feministas contra o impeachment foi protagonizada por organizações como a Marcha Mundial de Mulheres e a União Brasileira de Mulheres, ambas vinculadas a partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, essa forma de enquadrar o debate aponta para o fortalecimento da gramática ciberfeminista que foi sendo construída em anos anteriores. No ano de 2015, uma série de ações feministas ocorreram na internet ou por meio dela. A hashtag #MeuPrimeiroAssedio reuniu diversos depoimentos sobre os primeiros assédios sexuais sofridos (principalmente) por mulheres quando crianças. A onda digital iniciada pelo coletivo Think Olga foi uma resposta a comentários sexistas dirigidos a uma garota de 12 anos que participava de um reality show. Da mesma forma, a hashtag #MeuAmigoSecreto, criada pelo coletivo Não me Kahlo, reuniu inúmeros testemunhos de assédio e violência sofridos por mulheres cotidianamente (ARAÚJO, 2016). Nas ruas, protestos protagonizados por mulheres se espalharam por todo o país. Divulgados principalmente online, na forma de eventos do Facebook, essas manifestações foram uma reação ao então presidente

²⁶⁵ <https://pt.org.br/cut-fup-e-mst-lideram-articulacao-pro-dilma-com-movimentos-sociais/>

da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e à negociação do Projeto de Lei 5069/2013, que consistia num ataque aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (BRITO, 2017). Esse movimento, que ficou conhecido como a Primavera das Mulheres, numa alusão à Primavera Árabe, conseguiu impactar a opinião pública, engendrando o debate sobre a atualidade do feminismo (ver Figura 39).

Figura 39 — Capa da *Época* sobre a Primavera das Mulheres (09/11/2015)



Fonte: *Época*, 2015.²⁶⁶

Conjugando ruas e redes, floresceram também iniciativas do feminismo negro. Comentários racistas e misóginos contra personalidades negras nos sites de redes sociais fomentaram debates sobre o tema e promoveram ondas de indignação e solidariedade, como a mobilização do #SomosTodosMaju em 3 de julho de 2015, após comentários discriminatórios

²⁶⁶ <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

contra a jornalista Maria Júlia Coutinho — o assunto contou até mesmo com discussão no Jornal Nacional, o maior telejornal do Brasil²⁶⁷. No Facebook, emergiram grupos de discussão sobre cabelos crespos e cacheados, que aproximavam relatos e dicas de estética a debates sobre gênero e raça e, em muitos casos, se converteram em reuniões presenciais, como os encontros do grupo Crespas e Cacheadas de Sergipe, e manifestações de rua, como a Marcha do Empoderamento Crespo em Salvador. Nesse sentido, a 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras, coordenada por diversas organizações do movimento negro, foi realizada em Brasília no dia 18 de novembro de 2015 e contou com um site e uma página no Facebook para mobilizar manifestantes dos diversos estados (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

Além das manifestações a favor e contra o impeachment de Dilma Rousseff e da Primavera Feminista, um marco da relação entre redes e ruas nesse período se deu com o movimento de ocupação das escolas. Em setembro de 2015, o governo Alckmin propôs uma reorganização da rede de ensino de São Paulo, o que acarretaria o fechamento de 93 escolas e a transferência de muitos alunos. De novembro em diante, mais de 200 escolas foram ocupadas no estado e em janeiro de 2016 os e as estudantes conseguiram reverter a proposta do governo (KETZER; ROSA, 2018; ROMANCINI; CASTILHO, 2017; VANZINI, 2016).

Na ocupação das escolas paulistas, teve importância o manual “Como ocupar um colégio?”, feito pela página do Facebook O Mal-Educado e disponibilizado no site Grêmio Livre (ver Figura 40). A cartilha era uma tradução de material escrito por estudantes argentinos a partir de experiências próprias e inspirada também pela Revolta dos Pinguins, mobilização de secundaristas no Chile ocorrida em 2006. O conteúdo, lançado em português em outubro de 2015, rememorava a ocupação de uma escola em Mato Grosso do Sul em 2012, discutia os princípios e a razão de ser das ocupações estudantis e elencava uma série de práticas a serem adotadas: assembleia como forma de tomada de decisão, realização de atividades ao longo do dia e a divisão das tarefas em comissões — comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas (ROMANCINI; CASTILHO, 2017).

²⁶⁷ <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/curiosidades/somostodosmaju/>

Figura 40 — Manual "Como ocupar um colégio?"

COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizéssemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “*Como ocupar um colégio?*”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

f O MAL-EDUCADO

<http://gremiolivre.wordpress.com>

O movimento paulista serviu de inspiração para estudantes por todo o Brasil e, com isso, entre 2015 e 2016 ocupações se deram em Goiás, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Com a demanda geral de valorização da educação pública, as ocupações adotavam também pautas locais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foram alvo das e dos secundaristas dois projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa do estado: o PL 44, que visava estender a gestão das Organizações Sociais (OS) para áreas como a educação, e o PL 190, conhecido como Escola Sem Partido, que tinha como um dos eixos a punição de docentes que promovessem um ensino “ideológico”. No segundo semestre de 2016, o Paraná deu início a uma nova onda de ocupações (e reocupações), que incluiu não só escolas do ensino básico, mas desta vez também universidades. Nesse momento, a mobilização se espalhou pelo país em rechaço à MP 746/2016, que instaurava a Reforma do Ensino Médio, e à PEC 241 (depois PEC 55), que propunha o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, o que poderia acarretar perdas nos investimentos em educação (KETZER; ROSA, 2018).

As ocupações de 2015 e 2016 se tornaram um marco na história recente do país pela intensa mobilização juvenil e também pela diversificação dos usos das plataformas de redes sociais. Instagram, Twitter, Youtube, Whatsapp, Telegram; todos de alguma forma foram utilizados para a comunicação interna e externa do movimento, mas o que de fato teve centralidade foi, de novo, o Facebook (KETZER; ROSA, 2018). Em primeiro lugar, é notável a criação de páginas para as unidades de ensino ocupadas e ainda a criação de páginas de coordenação regional ou mesmo de simpatizantes da causa estudantil. Levantamento de Romancini e Castilho (2017) a partir de dados do CMI mostra que 23% das escolas ocupadas em São Paulo possuíam página no Facebook, percentual que sobe para 58% quando considerada apenas a capital.

As páginas do Facebook apareciam como canal oficial de comunicação do movimento e serviam para divulgar notícias, pautas e informações, fazer cobertura das atividades internas, pedir doações e ainda compartilhar conteúdos mobilizatórios, como músicas, vídeos, montagens, gifs, memes e paródias. Sobressai, porém, um uso muito específico do Facebook: a produção de uma autodefesa do movimento. A todo o momento, estudantes buscavam demonstrar preocupação com o espaço escolar e também enfatizar a organização e seriedade da ocupação. Assim, as páginas das escolas ocupadas contavam com descrições, depoimentos e registros do cotidiano interno, apontavam para a realização de limpeza e reformas e, no ato da

²⁶⁸ <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>

desocupação, prezavam pela documentação de que as escolas foram devolvidas em boas condições (KETZER; ROSA, 2018; ROMANCINI; CASTILHO, 2017; VANZINI, 2016).

Nesse sentido, as ocupações estudantis almejavam disputar a opinião pública sobre o movimento, enfrentando discursos governamentais, a rejeição da imprensa e até mesmo posições da diretoria e de seus próprios pais e mães. Portanto, as e os estudantes, que inicialmente tiveram que pesquisar no Google como fazer manifestação porque não possuíam socialização política prévia (ROMANCINI; CASTILHO, 2017), conseguiram ocupar de forma natural o campo ciberativista de modo a enfrentar a opinião pública e, de certa maneira, criar uma opinião pública autônoma. Vale dizer que essa disputa da opinião pública era essencial para as ocupações, uma vez que seu sucesso e mesmo sua continuidade estavam atrelados ao respaldo social que conseguiam alcançar. Após as desocupações, muitas páginas no Facebook foram desativadas, enquanto outras permaneceram compartilhando “conteúdos sobre educação, política, gênero, discriminação, luta estudantil, violência” (KETZER; ROSA, 2018, p. 13) e denúncias sobre medidas burocráticas e jurídicas adotadas contra as e os estudantes.

Em suma, pode-se dizer que as manifestações de 2013 de fato provocaram uma abertura societária, que foi melhor instrumentalizada por atores da direita, que se uniram num bloco caoticamente coeso, mas também visibilizou pautas e gramáticas de esquerda. Após os protestos multitudinários disparados pela demanda de redução da tarifa do transporte público, atores se voltaram para a mobilização contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, o que marcou uma medição de forças entre direita e esquerda. Se a direita conseguiu efetivamente consumir o golpe, a esquerda mostrou que estava mobilizada em torno de pautas diversas, como mostraram a Primavera das Mulheres e as ocupações estudantis. De um lado e de outro, os atores repetiram 2013 no sentido de articular redes e ruas de maneiras inventivas.

A forma destacada de uso da internet para a política foi a convocação de protestos, especialmente pelo Facebook. Entretanto, não seria verdadeiro afirmar que essa rotinização do ciberativismo teve como efeito a dissolução do ciberativismo como campo de disputas, e que este agora seria apenas incorporado à dinâmica entre redes e ruas no dia a dia dos movimentos. Antes, o campo ciberativista demonstrou sua centralidade relativamente autônoma, uma vez que a importância dos atores na rede se tornou um ativo para a capacidade de mobilização nas ruas e mesmo para a continuidade e sucesso dos movimentos. As gramáticas produzidas online serviam também como frases para os cartazes e enunciados de gritos de guerra. Ademais, o registro do protesto se tornou tão importante quanto o próprio protesto, uma vez que este amplia a mensagem sobre a força do movimento para além do local em que se deram as mobilizações offline. Assim, após sua emergência e consolidação, o ciberativismo permanece como um

campo de disputas que se constrói em interação com a política e a mídia com vistas a produzir a opinião pública. O que muda após sua rotinização é a complexificação da rede de relações, que passa a envolver diversas plataformas de redes sociais e também uma proximidade entre o on e o offline.

Nesse contexto, sites e blogs não foram completamente abandonados, mas ganharam utilidades específicas, seja como espaço para o compartilhamento de conteúdos fixos, seja pela incorporação às plataformas de redes sociais. Os sites Folha Política e Grêmio Estudantil, explorados acima, são exemplos desses usos. Movimentos reacionários também mantiveram o uso da web, como o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), impulsionador do movimento Tradição, Família e Propriedade, que manteve um site muito atuante como forma de contrapor posições laicas e modernas — notadamente relacionados à homossexualidade e ao aborto — e de influenciar a opinião pública (CALDEIRA; GAMA, 2019). Luiz Dafur, membro deste movimento tradicionalista católico, continuou atualizando uma série de blogs com ideias e valores tefepistas, como As Cruzadas e Idade Média. Do mesmo modo, em 31 de outubro de 2014, Sérgio Vasconcellos lançou um chamado para a realização do 1º Encontro dos Blogueiros Integralistas do Estado do Rio de Janeiro:

Em 2001, com a criação do primeiro "site" Integralista por iniciativa de Marcelo Eiras e do saudoso Companheiro Marcelo Mendez, o Integralismo ingressou na era da difusão virtual. Daí em diante a presença do Sigma na WEB só fez crescer, com a criação de diversos "sites", fóruns, listas de discussão, vídeos, álbuns de fotográficos, twitters, blogs, redes sociais, etc., tudo graças ao esforço individual de Integralistas empenhados na propaganda do Movimento e compenetrados da importância da Internet na difusão do Ideal Integralista.

Como era de se prever, grande parte destas iniciativas ressentiu-se de um inevitável amadorismo. Somente com o trabalho excepcional dos Companheiros Lucas Carvalho e Eduardo Ferraz, responsáveis pela TI da Frente Integralista Brasileira - FIB -, o Portal Oficial do Integralismo (já na sua segunda versão) adquiriu um notável grau de profissionalismo, exercendo um salutar efeito em todas as expressões virtuais do Movimento Integralista.

Nós, os Blogueiros Integralistas do Estado do Rio de Janeiro, percebendo a importância dos Blogs para a transmissão do Integralismo e reconhecendo que os mesmos não estão em um aproveitamento de excelência, resolvemos nos reunir para um exame específico desta mídia, levantando suas limitações e traçando estratégias para sua potencialização.

Assim, se você, Companheiro, é do Rio de Janeiro, tem um Blog ou pretende criar um, então, convidamo-lo a vir participar do Primeiro Encontro de Blogueiros do Estado do Rio de Janeiro.²⁶⁹

Em que pese a permanência da utilização de sites e blogs em determinados contextos no campo, certamente a plataformização da web levou a mudanças profundas no ciberativismo. Larissa Santiago, Charô Nunes, André Fischer e Thayz Athayde têm uma percepção muito

²⁶⁹ <http://encontrodosblogsintegralistas.blogspot.com/2014/10/1-encontro-dos-blogueiros-integralistas.html>

parecida sobre essas mudanças, que passam não só pela adoção das plataformas em si, mas pela alteração na própria forma de utilização social da internet.

Nesse sentido, penso que o que mudou significativamente e influenciou diretamente o campo do ativismo digital foi o modelo econômico da internet. Quando as empresas descobrem o jeito de fazer dinheiro, logo isso chega nos blogs, páginas e canais de vídeo, convertendo a atividade em lucro, renda e status. Penso que para nós, houve uma transição lenta, mas que significou também nossa abordagem: o que chamamos de facebookização da vida e um foco exacerbado no indivíduo transformou a luta coletiva em atuação solo e alçou personalidades negras dos diferentes campos do ativismo (arte, música, entretenimento, academia). Tudo isso nos ajudou a entender qual o nosso papel como mídia negra e o quanto caminhamos lado a lado dos movimentos de mulheres negras. (Larissa Santiago, Blogueiras Negras).

O que faz o blog continuar tão ativo em tempos de redes sociais? Tem muita coisa envolvida nessa pergunta. A primeira delas é o que ainda motiva as mulheres negras a continuar construindo esse espaço. E para cada uma de nós existe uma motivação mas talvez possamos destacar que acreditamos na escrita como ferramenta de liberdade.

Por outro lado, a gente tem também alguns aspectos técnicos. Se a gente considerar que o blog também pode ser usado como uma rede social onde as pessoas se comunicam com seus grupos afins e algumas vezes nem tanto, não espanta que ainda existam pessoas se apropriando desse dispositivo para criar redes.

E daí a gente chega na outra pergunta que fala sobre as mudanças que temos percebido. Esse caminho que Larissa Santiago coloca nos faz perceber o quanto esse território que se advogava como livre, de fato nunca foi. O que temos agora com as grandes redes sociais corporativas demonstra isso. O que faz o blog continuar existindo é que em alguma medida ainda temos os meios para estamos em nosso pequeno lote na grande rede mundial dos computadores, para mencionar aqui Nei Lopes. (Charô Nunes, Blogueiras Negras).

Olha, eu acho que teve uma mudança fundamental, que esse ativismo, pelo menos no caso da gente ali, se confundia muito com jornalismo, né, por uma formação minha, da maneira como o Mix foi se... ele foi pro UOL, né, então pela maneira como ele foi acontecendo, a gente entendia que a nossa militância era da produção de notícias, de abertura de espaço para informação, para a comunidade estar bem equipada para fazer, enfim, o que quer que fosse, para saber o que estava acontecendo, e eu vejo que houve uma mudança, e aí foi justamente quando eu resolvi fechar, por entender ali uma diminuição de relevância, né, dessa questão de produção de notícias; em primeiro lugar porque essas notícias tinham já migrado, né, pros veículos de notícia... sei lá, o último ano do Mix a gente tava, né, a gente tinha uma redação, mas essa redação era muito menor do que a redação da Folha, ou de qualquer outro veículo, que já estava cobrindo as questões LGBT, então de repente o Mix vira um reprodutor de notícias da Folha, então qual o sentido em primeiro lugar. Em segundo lugar acho que vai mudando o foco de interesse da própria comunidade, né, até porque ela já tá, já tem condições de se informar de outras formas, de trocar informações, e é quando começa a ascensão dos influenciadores, onde a principal notícia, ela não deixa de ser notícia, mas a principal informação é a vivência das próprias pessoas que estão colocando ali, então deixa de ter, passa a ser uma coisa muito mais individual, né, histórias de indivíduos, do que uma organização, um veículo trazendo informações mais gerais. E aí eu acho que, assim, para mim perde o sentido, e aí eu infelizmente sou muito aquariano, perco o interesse; então se como modelo de negócio já não faz mais tanto sentido, então eu prefiro fechar e abrir um negócio de vinho, fazer outra coisa; continuo fazendo o festival, né, que tem outra função, porque aí é outra coisa, tem trabalho de curadoria, de ver o que tá acontecendo na produção cultural do mundo, mas enquanto produção de informação diária para comunidade eu acho que ele para mim perdeu o sentido ali lá para 2013.. aí 2014 fecha... acho que o site ainda seguiu talvez até 2015 (André Fischer, MixBrasil).

Eu acho que eu vejo uma grande mudança no ciberativismo, né, e não apenas por não ter mais blog, né, mas porque... é uma brincadeira até que a gente fazia, assim, “gente, a gente precisa colocar vários gifs e vários memes e várias coisas nos nossos textos, diminuir o texto pras pessoas conseguirem ler”, né, porque antes a gente tinha uma discussão maior sobre as coisas, a gente conseguia inclusive, e quando eu falo discussão, eu falo que são discussões conflituosas, né, assim, de pessoas que falavam “olha, você está sendo transfóbica”, esses foram momentos para que a gente pudesse [conexão falhou] ter com certas questões; a Hailey, a Hailey foi [conexão falhou] eu até falo dela na minha tese, porque ela leva essa questão do transfeminismo pras BF e cai todo o nosso castelinho, fala “ah, acabou”, porque a gente entra em conflito e percebe que existem outras formas de praticar o feminismo e de ser mulher, numa época em que isso não era discutido tanto quanto hoje, né, e a mesma coisa pro racismo, pro elitismo, e várias outras coisas que perpassam o feminismo. E eu acho que o que eu mais sinto falta desse ciberativismo das Blogueiras é esse conflito, acho que a gente tá num momento do ciberativismo em que alguém fala e aí ninguém pode discordar, né, e se discorda já é... vira outra coisa. Eu sinto falta do discordar, né, inclusive no blog tinha isso, né, de alguém faz um post, aí eu vou lá e respondo o post da outra pessoa, aí eu reflito sobre isso. De alguma forma traz algo né. Então, né, eu sinto falta disso. (Thayz Athayde, Blogueiras Feministas).

A primeira tendência apontada nessas falas é a centralidade dos sites de redes sociais e da alimentação de sua dinâmica cada vez mais acelerada e constante como parte do funcionamento desse novo momento do ciberativismo. No campo teórico, Shoshana Zuboff (2019) tem argumentado que as plataformas atuais põem em curso um capitalismo de vigilância, que tem como capital exatamente a produção de quantidades enormes de dados a partir dos conteúdos produzidos pelos indivíduos — os indivíduos e seus dados, na realidade, são a mercadoria comercializada entre as empresas. Esse processo tem a ver com o espaço quase inescapável em que se convertem os sites de redes sociais para a interação humana e para a produção de identidades individuais e coletivas.

Nesse sentido, a “ascensão dos influenciadores” promove uma personalização do ciberativismo, em consonância, de certo modo, com a proposta de análise de W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2013). Os autores apontam para o surgimento da ação conectiva, que consistiria muito mais na produção de enquadramentos personalizados do que na criação de identidades coletivas. Essa interpretação, é claro, não deve ser tomada como unificadora, já que a construção de coletividades é sempre um processo disputado e mesmo a construção de identidades individuais passa por referências a aspectos coletivos. A gramática ciberfeminista que tem no centro o feminismo interseccional, por exemplo, permanece no debate digital brasileiro, ainda que não necessariamente em referência direta às Blogueiras Feministas, às Blogueiras Negras ou ao Transfeminismo.

Ademais, Thayz Athayde traz à tona uma mudança no que concerne à possibilidade de empreender interações conflituosas de forma construtiva. A virulência nas redes sociais vem sendo tratada pela literatura em diversos sentidos, como na formação de câmaras de eco e na

intensificação da polarização política (ALVES, 2019). Noutra sentença, autores como Tarcízio Silva (2022) tentam abrir a caixa-preta das plataformas de redes sociais ao demonstrar como seu funcionamento estimula comportamentos específicos. O debate é, então, sobre como o fenômeno da plataformização da web abriu espaço para outro processo sociotécnico: a algoritmização das plataformas. Em suma, a actância dos algoritmos põe em xeque de forma ainda mais contundente a ideia de que a internet seria um espaço neutro para debates e requer novas investigações sobre como o ciberativismo se insere nesse contexto.

Por fim, vale a pena elencar uma última tendência dos debates contemporâneos sobre ciberativismo que segue a reflexão sobre interações conflituosas e que se conecta com a proposta da próxima seção. Parte do que se considera como impeditivo para o ativismo digital hoje tem a ver com a “cultura do cancelamento”. Em geral, essa noção é utilizada para fazer referência a qualquer prática coletiva de deslegitimação ou ataque a um indivíduo ou grupo de indivíduos com base em algum princípio ético ou moral. Cristiano Rodrigues resume bem as discussões ao considerar a chamada cultura do cancelamento como “um acerto público de contas e um pedido de ajustamento de condutas em relação a alguma transgressão social que não passou por um controle adequado nos canais tradicionais” (RODRIGUES, 2020, n.p.). Essa definição permite uma reinterpretação da polêmica a partir de três elementos do ciberativismo anteriormente discutidos e que têm a ver com o período de rotinização do campo. Em primeiro lugar, as gramáticas produzidas no campo ciberativista se tornam mais amplas, complexas e naturalmente incorporadas e princípios, como o do ciberfeminismo, conseguem se espalhar, tornando-se moralmente condenáveis quaisquer casos de “racismo, misoginia, capacitismo, LGBTfobia e transfobia” (RODRIGUES, 2020, n.p.). Além disso, práticas como as redes de enxame se tornam muito mais instantâneas, constantes e próximas, envolvendo maior rapidez nas interações, um maior número de atores disponíveis para a investida e ainda um processo que acontece na palma da mão dos indivíduos — os que “cancelam” e os que são “cancelados”. Finalmente, é possível dizer que essa “cultura” se dá num momento em que o ciberativismo não só disputa a atenção da mídia e da política, mas reivindica para si o monopólio da emissão legítima da opinião pública, o que faz com que o “cancelamento” seja visto como uma reprovação da própria sociedade àquele indivíduo, grupo ou comportamento. Esse último argumento será elaborado na próxima seção tomando como ponto de partida a construção comunicativa de Jair Bolsonaro e o que representou sua eleição em 2018.

5.3 O campo ciberativista como opinião pública

Em 3 de setembro de 1986, o capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro escreveu na Veja o artigo “O salário está baixo”, em que criticava desligamentos na Academia Militar das Agulhas Negras e denunciava a crise financeira da corporação. O artigo rendeu ao capitão uma prisão disciplinar, mas também a solidariedade de oficiais e esposas de militares e uma chuva de telegramas de apoio. Em 1987, novamente Bolsonaro se chocou com o regimento militar por questões salariais ao planejar um atentado — apesar disso, foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar no ano seguinte. Com essa projeção dentro da instituição, o capitão passou para a reserva em 1988 e concorreu às eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1990, o vereador Jair Bolsonaro se lançou a deputado federal e foi eleito, permanecendo no cargo até 2018, com sete mandatos consecutivos na Câmara de Deputados²⁷⁰.

Figura 41 — Topo do site de Bolsonaro (2002)



Fonte: Site de Bolsonaro, 2002.²⁷¹

A incursão do deputado no ciberespaço começou em 6 de julho de 2002, com o lançamento de seu site (ver Figura 41). Com foco nas eleições gerais daquele ano, o site trazia logo no topo o número da candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro e também o número de campanha do seu filho, Flávio Bolsonaro, que concorria ao cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Logo depois, trazia link para o material de campanha a ser impresso, um vídeo da campanha e o link de sua página no site da Câmara. A seguir, em um fundo verde, Jair Bolsonaro parecia romper o conjunto frio de imagens e links com um texto em primeira pessoa direcionado aos visitantes:

Prezado(a) Sr(a),

²⁷⁰ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>

²⁷¹ <http://web.archive.org/web/20020719193757/http://bolsonaro.com.br/>

Tenho defendido a necessidade de se obter maior representatividade no Congresso elegendo parlamentares (militares ou civis) em outros Estados. Com certeza, se tivéssemos mais deputados comprometidos com nossos interesses não teríamos sido tão prejudicados como fomos por ocasião da edição da nova LRM, além da subtração de outros direitos.

É importante que criemos um espírito de unidade e procuremos fazer contatos com outros companheiros nos diversos Estados conscientizando-os da necessidade de engajamento nessa luta política.

Assim, após manter contato com diversos seguimentos ligados à nossa classe, sugerimos os militares candidatos, nos diversos Estados, todos com reais chances de vitória e que assumiram o compromisso de lutar pela rejeição da PEC 136 que, na prática, inclui os militares das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, servidores civis da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas pensionistas em sistema semelhante ao do falido INSS e, também, quando da votação da MP 2.215-10, defender posições que, no mínimo, diminuam os prejuízos que a nova LRM causou aos militares e às suas pensionistas.

Figura 42 — Santinho digital de Bolsonaro para as eleições de 2002, parte 1

PRESIDENTE	
Nome	Nº
CIRO GOMES	23

Cargo	Deputado Federal		Deputado Estadual		
	Estado	Nome	Nº	Nome	Nº
	RJ	JAIR BOLSONARO Cap R/1 (EB)	1120	FLAVIO BOLSONARO Universitário / Direito	11.120
	RS	ENIR GARCIA Cap Dent R/1 (EB)	2222		
	MS	WALMIR Cel Méd R/1 (EB)			
	CE			ÁVILA PINTO Subtenente (EB)	22.789
	DF	ALBERTO FRAGA Ten-Cel (PM)	1510	FARIA Cabo (EB)	40.023
	BA	LUIZ MOREIRA Cel Méd (EB)	2533		
	RN	IVAN FROTA Brigadeiro			
	PA	LUIZ Suboficial Aer		IVANILDO Cap PM	
		WALTER MONTEIRO Ten-Cel Méd			
	RR	JOÃO FAGUNDES Cel R/1 (EB)			
	MG	JULIO Cabo (PM)			
	RO			MORAES GOMES Cel R/1 (EB)	11.120

OS COMPANHEIROS QUE DESEJAREM CONSTAR NO QUADRO ACIMA, FAÇAM CONTATO COMIGO PARA QUE POSSAMOS AJUSTAR COMPROMISSOS EM DEFESA DOS MESMOS IDEAIS.
Rio de Janeiro (21) 3350-2841 - Brasília (61) 318-5482

Fonte: Site Bolsonaro, 2002.

Logo após a mensagem, o site trazia uma tabela com um santinho digital com apoio à candidatura de Ciro Gomes à presidência e uma lista de candidatos das forças de segurança, a começar pelos próprios Jair e Flávio Bolsonaro (ver Figura 42). Numa caixa de texto em vermelho, o deputado deixava o telefone para contato caso algum candidato quisesse integrar a lista. Em continuação, uma nova caixa de texto em fundo verde trazia a voz de Bolsonaro, agora indicando candidatos de fora do círculo militar, mas comprometidos com a corporação:

Da mesma forma, sugerimos, no quadro abaixo, os atuais Deputados que têm apoiado matérias de interesse dos militares que concorrerão à reeleição em seus respectivos Estados, bem como outros nomes de candidatos que concorrerão à eleição já com compromisso de defender a mesma bandeira.

Mais uma vez, o texto era seguido de uma lista de candidatos — tão distantes ideologicamente como Celso Russomano, então no Partido Progressista, de direita, e Aldo Rebelo, no Partido Comunista do Brasil, de esquerda — e abria a possibilidade de contato para a inclusão de novos nomes (ver Figura 43).

Figura 43 — Santinho digital de Bolsonaro para as eleições de 2002, parte 2

Cargo	Deputado Federal		Deputado Estadual		
	Estado	Nome	Nº	Nome	Nº
MT	WILSON SANTOS Ten Inf R/2 (EB)				
	SP	CELSO RUSSOMANO			
NELSON MARQUEZELI					
ARNALDO FARIA DE SÁ					
ALDO REBELO					
GO	SANDRO MABEL				
BA			PAULO DAPÉ	18.369	

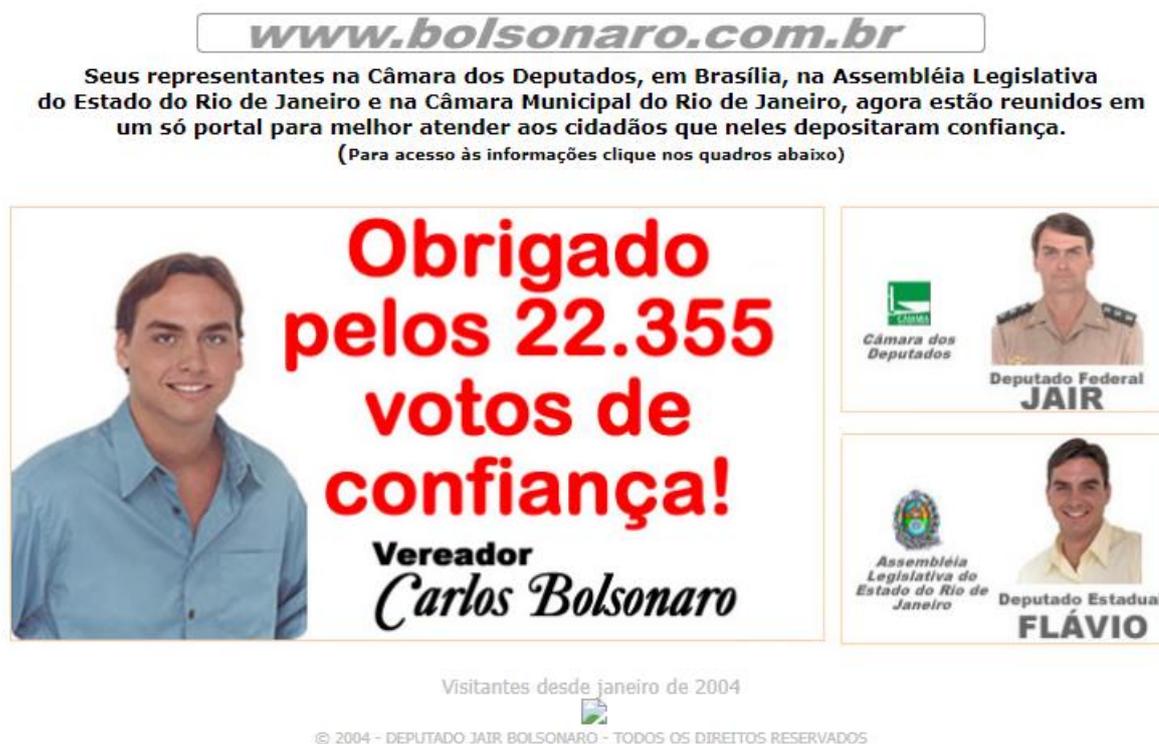
OS DEMAIS PARLAMENTARES QUE DESEJAREM CONSTAR NO QUADRO ACIMA, FAÇAM CONTATO COMIGO PARA QUE POSSAMOS AJUSTAR COMPROMISSOS EM DEFESA DOS MESMOS IDEAIS.
Rio de Janeiro (21) 3350-2841 - Brasília (61) 318-5482

Senador		
Estado	Nome	Nº
BA	José Silva Gazar Capitão-de-Corveta	261

Fonte: Site Bolsonaro, 2002

Como fica evidente, o site criado por Bolsonaro em 2002 era um espaço inteiramente dedicado às eleições gerais daquele ano, com o objetivo de expor a atuação do deputado, montar santinhos digitais e formar um grupo de parlamentares comprometidos com pautas das forças de segurança, especialmente dos militares. Logo após as eleições, o site passaria a comportar um sumário das votações e ações dos políticos da família Bolsonaro: Jair, Flávio e Carlos — este eleito vereador em 2000. Em 2003, o endereço se converteria em um portal com link para a site de cada um dos três Bolsonaro (ver Figura 44).

Figura 44 — Site Bolsonaro (2004)



Fonte: Site Bolsonaro, 2004.

Desde o princípio, os temas mobilizados no site guardavam relação direta com a base eleitoral de Jair Bolsonaro: os militares. Preocupado principalmente com questões corporativas (como questões salariais), o deputado também defendia a ditadura militar e fazia apologia à violência praticada durante o regime, como a tortura — deslegitimando lutas por verdade e reparação.

2010 é o ano em que começa a mudar tanto a atuação política quanto a atuação midiática dos Bolsonaro, que passam a focar em temas morais e a articular diversos recursos comunicacionais nesse sentido. Nesse ano, Carlos Bolsonaro criou o blog Família Bolsonaro²⁷² e começou a se apropriar das ferramentas do ciberespaço, como a publicação de fotos no blog para a incorporação de imagens positivas de Jair Bolsonaro à busca do Google²⁷³. Os perfis de Carlos e Jair no YouTube foram criados em anos anteriores, respectivamente em 20 de setembro de 2007 e 30 de junho de 2009; do Twitter, em 2009 e 2010; do Facebook, em 28 de maio de 2013 e 14 de junho de 2013. O filho vereador criava, assim, um ecossistema midiático para a família Bolsonaro, integrando as diferentes ferramentas: o perfil no Twitter publicava um link

²⁷² <https://familiabolsonaro.blogspot.com/2010>

²⁷³ <https://www.youtube.com/watch?v=5vihBffYeqo>

para o blog, que tinha links para o YouTube com discursos de Jair na Câmara e participações de TV e assim por diante.

É nesse momento que Jair Bolsonaro inicia seu périplo por programas televisivos de entretenimento: foram mais de 34 participações em atrações como CQC, Superpop e Programa do Ratinho entre 2010 e 2018 (PIAIA; NUNES, 2019). O principal tema mobilizado pelo deputado era o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Bolsonaro entendia que o PNDH-3 oferecia muitos privilégios à comunidade LGBT e afrontava a família tradicional. Nessa cruzada, a maior indignação era destinada ao kit anti-homofobia: o “kit gay”, como apelidou o deputado, teria como objetivo inserir uma ideologia LGBT na sociedade brasileira por meio da conversão das crianças nas escolas. Com forte discurso reacionário, Bolsonaro foi repetidamente convidado a explicitar suas posições nos programas de entretenimento, que tratavam esses debates na chave da “polêmica” (PIAIA; NUNES, 2019).

Figura 45 — Jair Bolsonaro em programa de entretenimento (25/11/2010)



Fonte: Canal de Jair Bolsonaro no Youtube, 2010.²⁷⁴

A participação em programas de TV servia para alimentar os canais do deputado na internet (ver figura 45) e as “polêmicas” movimentavam o blog: enquanto postagens sobre outros temas não chegavam a uma dezena de comentários, a denúncia do PNDH-3 angariava centenas de comentários. Do mesmo modo, os embates televisivos e discursos na Câmara contra a “dominação homossexual” fizeram com que Bolsonaro batesse o próprio recorde de cobertura da imprensa em 2011, com alto volume de menções nos jornais nos anos subsequentes (NASCIMENTO et al., 2018).

Nas manifestações de 2013, a família Bolsonaro teve posições contraditórias. No dia 14 de junho, Carlos fez uma postagem no blog da família de título “Bandidos partidários políticos destroem e ameaçam sob falso pretexto de protestar contra aumento de passagem de ônibus”²⁷⁵, em que acusava os manifestantes de serem financiados pelo PSOL e PSTU — citava reportagens da imprensa e tuítes de apoio ao movimento feitos pelo deputado federal Jean

²⁷⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=uG-MvfE3nCs>

²⁷⁵ <https://familiabolsonaro.blogspot.com/2013/06/bandidos-destroem-e-ameacam-em-falso.html>

Wyllys —, ironizava a ausência de protestos contra o PT e comparava a situação caótica com as guerrilhas de esquerda em 1964. A condenação dos protestos por suposto envolvimento do PSOL foi reforçada pelo vereador no plenário da Câmara do Rio, como aponta vídeo publicado em seu canal do YouTube em 24 de junho²⁷⁶. No dia 18, portanto depois da guinada da cobertura da imprensa, uma postagem no blog atribuída a Flávio²⁷⁷ direcionava para um vídeo em seu canal do YouTube²⁷⁸ com o título “Bolsonaro aplaude as recentes manifestações mas faz um alerta”. O tom é de celebração da gramática anticorrupção e antipetista, mas reprovação dos métodos (“vandalismo”) e dos atores iniciadores (MPL). Nem Flávio, nem Carlos, nem Jair, contudo, tiveram destaque durante os protestos de 2013 (ALVES, 2019).

Ainda que a família Bolsonaro não tenha angariado tanta visibilidade em 2013, a abertura societária provocada pelos protestos animou e uniu atores da direita. Para começar, vale reforçar que a página oficial Jair Messias Bolsonaro foi criada no dia posterior ao 13 de junho de 2013, dia em que as mobilizações conquistaram grande adesão e visibilidade. Carlos relata intensa interação com eleitores pelas redes sociais durante as eleições de 2014²⁷⁹, ano em que Jair Bolsonaro recebe 464 mil votos (quatro vezes mais do que costumava receber) e se torna o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro²⁸⁰. Nesse momento, Bolsonaro tem novo pico de menções na imprensa (NASCIMENTO et al., 2018) e passa a receber apoio digital para o lançamento de sua candidatura presidencial (ALVES, 2019). Como descrito anteriormente, apenas seis dias após a reeleição de Dilma, foi realizada uma manifestação em São Paulo contra o resultado eleitoral, contando com 2,5 mil pessoas. A Folha de S. Paulo relatou assim a presença do recém-eleito deputado federal Eduardo Bolsonaro no carro de som do ato:

Sob aplausos, o deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), foi apresentado ao microfone como "alguém de uma família que vem lutando muito pelo Brasil".

Em discurso, o parlamentar disse que, se seu pai fosse candidato a presidente, ele teria "fuzilado" a presidente. Segundo ele, Jair Bolsonaro será candidato em 2018 "mesmo que tenha de mudar de partido"²⁸¹.

A construção do processo de impeachment foi também a construção da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro para as eleições de 2018. Em 13 de março de 2015, Jair

²⁷⁶ https://www.youtube.com/watch?v=0jwOgC116_g

²⁷⁷ <https://familiabolsonaro.blogspot.com/2013/06/a-populacao-nao-aguenta-mais-tanta.html>

²⁷⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=RV1JtP4dyRA>

²⁷⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=5vihBffYeqo>

²⁸⁰ <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>

²⁸¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>

Bolsonaro apresentou um pedido de impeachment de Dilma Rousseff²⁸². Na manifestação pelo impeachment que aconteceu em 13 de dezembro de 2015 no Rio, trajando uma camisa escrito “Direita Já”, Bolsonaro “foi recebido pelos manifestantes como um popstar e parou para fazer selfies, receber abraços e pedidos de ‘tira a Dilma de lá’”²⁸³.

O processo de impeachment fora aberto em 2 de dezembro de 2015 pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitando um pedido de Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Na votação da autorização do prosseguimento do processo de impeachment, em 17 de abril de 2016, Jair Bolsonaro fez questão de homenagear o torturador de Dilma na época da ditadura militar: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”²⁸⁴. Esse voto conectaria definitivamente a imagem de Bolsonaro à queda de Dilma e ao combate à esquerda. Em 31 de agosto de 2016, dia da votação definitiva do impeachment no Senado, a hashtag #Bolsonaro2018 entrou para os assuntos mais comentados (*trending topics*) do Twitter (ALVES, 2019). Ao mesmo tempo em que investia na guinada moral de sua atuação parlamentar e se tornava “o terror da esquerda”, Bolsonaro procurou tecer laços concretos com a direita radical.

O filho do então deputado federal, Carlos Bolsonaro, começou um trabalho de monitorar as mídias sociais e entrar em contato com canais de apoiadores para alinhar o discurso e, em alguns casos reportados pela imprensa, remunerar a produção de vídeos com cargos em gabinetes. No núcleo duro da construção digital de um movimento bolsonarista de direita, influenciadores e políticos realizavam *hangouts*, encontros ao vivo por webcam transmitidos pelo Google ou pelo Youtube, com a presença da família Bolsonaro, Olavo de Carvalho, líderes dos Revoltados Online, Marcelo Reis e Bia Kicis, além de administradores de *fan-pages* e canais de direita nas mídias sociais em um grupo que se chamava de “Panelinha da Direita” (ALVES, 2019, p. 87).

Em 2016, a família Bolsonaro se filiou ao Partido Social Cristão (PSC), ao qual estava filiado Eduardo. O partido já caminhava para se tornar uma agremiação conservadora, pelas mãos do ex-Liber Bernardo Santoro, e a entrada da família Bolsonaro acelerou o processo, firmando a marca do radicalismo e a filiação de aliados e apoiadores (ROCHA, 2018). No mesmo ano, Carlos se reelegeu vereador, Flávio se candidatou à Prefeitura do Rio e terminou em 4º lugar (com 14% dos votos) e Jair foi lançado pelo PSC como pré-candidato à

²⁸² <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-entra-com-pedido-de-impeachment-contradilma-15589545>

²⁸³ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-tem-recepcao-de-popstar-em-ato-pro-impeachment-no-rio,10000004719>

²⁸⁴ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb

Presidência²⁸⁵. Com o giro temático na atuação, a aliança com ciberativistas, a filiação partidária e a construção de uma estratégia digital, só faltava um elemento para o sucesso da campanha de Jair Bolsonaro à presidência da República: o Whatsapp²⁸⁶.

A entrada de Bolsonaro no Whatsapp começou por volta de 2014, quando Jair diz ter elegido Eduardo apenas com o aplicativo de mensagens e com o Facebook. Daí em diante, o potencial presidencial investiu na criação de grupos de apoio no aplicativo, chegando a milhares de grupos de caráter local ou temático (PIAIA, 2021). Em pesquisa exploratória sobre o funcionamento dos grupos bolsonaristas durante as eleições de 2018, Piaia e Alves (2020) concluíram que mais de 65% dos links postados ali vinham de plataformas de redes sociais, notadamente YouTube, Facebook, Instagram e Twitter. Os autores também argumentam que duas estratégias se destacaram: a produção de enquadramentos preventivos e a coordenação da votação proporcional. No primeiro sentido, os grupos bolsonaristas produziram e compartilharam conteúdos que criavam narrativas sobre fatos que poderiam vir a acontecer, como fraude nas urnas, manipulação midiática e sabotagem em atos para associação ao candidato. A segunda estratégia contou com a elaboração de santinhos digitais do “Time Bolsonaro Brasil”, com listas de aliados do candidato que concorriam a eleições para diversos cargos em todos os estados do Brasil (PIAIA; ALVES, 2020). Como exposto nas páginas anteriores, o santinho digital com aliados em todo o país marca a própria entrada de Bolsonaro no ciberespaço, em 2002; sua aplicação dezesseis anos depois se torna mais ampla e mais próxima do eleitorado, desta vez envolvendo a co-criação dos conteúdos.

A reconstrução do percurso digital da família Bolsonaro é interessante porque mostra uma aposta decidida e intencional nas ferramentas existentes na internet como forma de comunicação política. Além disso, evidencia a utilização de diferentes meios e articulação entre eles ao longo dos anos: do blog ao Whatsapp, sempre passando pelo YouTube. Nesse sentido, o movimento da família Bolsonaro nas redes guarda paralelo com algumas das práticas adotadas em momentos anteriores do ciberativismo no Brasil. É possível também ver como elementos contextuais aproximaram Jair Bolsonaro dos subcampos da direita e de suas gramáticas, sobretudo a anticorrupção e anticomunista, fundidas no antipetismo. Mais ainda, a vitória de

²⁸⁵ <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>

²⁸⁶ Alves (2019) destaca ainda a criação ou mobilização de páginas e perfis a partir de 2014 que sugerem estratégias automatizadas e impulsionamento digital, provocando um crescimento artificial da rede de direita. Do mesmo modo, reportagens de Patrícia Campos Mello para a Folha de S. Paulo revelaram um esquema de disparo via Whatsapp. Ver Piaia (2021) e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

Bolsonaro foi vista como uma vitória da direita ciberativista, como aponta a postagem comemorativa da blogueira Norma Braga no dia seguinte à eleição:

Mudança à vista

Décadas de PT nos legaram o sequestro da inteligência brasileira. As universidades foram transformadas em centros de militância e locais de perseguição a oponentes: conservadores, liberais, judeus, cristãos. Não fosse a mão de Deus, nada teria mudado. Oro hoje para que tenhamos mais liberdade de abençoar este país com nosso estudo dedicado e nosso desejo de compreender as verdades: de Deus, do homem, do mundo. Educar não para formar militantes, mas pessoas capazes de viver conforme essas verdades.

Desde que abri o blog, em 2005, e ao publicar meu livro *A mente de Cristo*, em 2012, venho instruindo os evangélicos sobre a destruição mental, emocional e espiritual causada pela posituação da ira e da inveja no pensamento politicamente correto.

Enquanto o governo PT roubava, minava o equilíbrio dos três poderes e fazia o contrário do que a Bíblia ordena - punia os bons e incentivava os maus -, dificultava muito o trabalho intelectual da igreja. Éramos solitários (e desprezados) autodidatas. Com a vitória de Jair Bolsonaro, eu creio que teremos no Brasil uma atmosfera de muito mais liberdade para o progresso e a difusão da cosmovisão cristã, que é bênção para todo o país. Estou alegre e esperançosa. E continuarei orando por nosso presidente.

(publicado originalmente no Twitter)²⁸⁷

Essa espécie de fechamento da história do campo ciberativista é, na verdade, um recomeço. Ao pesquisar grupos bolsonaristas no Whatsapp, Leticia Cesarino (2020) destaca a abertura de um canal exclusivo de comunicação como a formação de uma “realidade paralela”, ancorada na ideia de populismo digital. Para a autora, esses grupos atuaram como uma correia de transmissão da comunicação do líder (Jair Bolsonaro) para o povo (conservadores), que fomentou tanto a homogeneização de pautas diversas na construção de uma identidade coletiva (nós) quanto a repulsão ao inimigo externo (eles). O “nós” punha na mesma cadeia de equivalências diversos elementos que compunham o cidadão comum (religiosidade cristã, defesa da família tradicional, apelo à violência contra criminosos), que era convocado a resistir a uma elite que se articulava em diferentes dimensões: o globalismo, o sistema político, o PT e a mídia.

Como apontado até aqui, o campo ciberativista se consolidou exatamente na interação, ora conflituosa, ora cooperativa, com os campos da política e da mídia. Essa disputa entre os campos constitui o que Marcus Figueiredo (2000) chamou de mercado de informação. Naquele momento, o autor tinha em mente a disputa entre políticos e veículos da imprensa pela hegemonia na construção da opinião política do eleitorado. Nesse mercado, o valor da informação está diretamente atrelado à credibilidade do enunciador e, por isso, à demonstração de desinteresse em relação ao conteúdo (BOURDIEU, 1998). Nesse sentido, tanto teórica

²⁸⁷ <http://normabraga.blogspot.com/2018/10/mudanca-vista.html>

quanto empiricamente, os veículos de imprensa saem na frente de atores reconhecidamente políticos (FIGUEIREDO, 2000), uma vez que os jornais reivindicam imparcialidade e alegam apenas reportar fatos; diferente dos políticos, que buscam persuadir e convencer com base em perspectivas parciais.

Esse “mercado” de informação, contudo, é na verdade uma disputa aberta não só quanto à opinião político-eleitoral, mas no que concerne à opinião pública. Desde os estudos sobre agendamento, firmou-se o entendimento de que parte considerável da atuação dos movimentos sociais se direciona a provocar mudanças na opinião pública. Como foi apontado até aqui, com o campo ciberativista não foi diferente: atores os mais diversos coordenaram suas ações e se enfrentaram para a produção de gramáticas alternativas àquelas presentes na imprensa. Da esquerda à direita, os subcampos buscaram apontar o sistema político como viciado e a mídia como interessada — tirando o véu da neutralidade desse ator político.

Nesse sentido, nos três períodos considerados na tese, pode-se dizer que o campo ciberativista se construiu como um espaço em que estava em disputa a capacidade de agendar a opinião pública. Para esses atores e também para a literatura especializada, a opinião pública é vista como um espaço entre a política, a mídia e o público. Piaia (2021) ressalta que a expressão da opinião pública como uma entidade autônoma ganhou tração com as pesquisas de opinião, que quantificam as percepções coletivas e são utilizadas por atores midiáticos e políticos. No contexto da internet, essa quantificação da opinião pública ganha aspecto particular, uma vez que

as redes sociais vulgarizam formas intermediárias de mensuração da opinião do público sobre determinado assunto. Os *trending topics*, do Twitter, e os números de compartilhamento de alguma postagem opinativa, no Facebook, se inserem em uma zona que transcende a mera confirmação em redes de proximidade física ao mesmo tempo em que não cumprem os requisitos amostrais para generalizações de grande porte. Pouco importa. Pensando em seus efeitos sociais, estamos cada vez mais cercados por enquetes e medições que exprimem opiniões de coletividades abstratas que funcionam como uma opinião pública (PIAIA, 2021, p. 43-44).

Nesse sentido, atores presentes nas plataformas de redes sociais disputam o monopólio da opinião pública ao se reivindicarem como expressões da opinião pública. Pode-se dizer, por exemplo, que após a eleição de Bolsonaro, o contrapúblico ultraliberal (ROCHA, 2018) se entende como esfera pública ultraliberal, reivindicando a expressão do real desejo popular. Aqui vale a pena destacar a diferença elementar entre os conceitos de esfera pública (HABERMAS, 2011) e contrapúblico (FRASER, 1990): a postura dos atores. Na esfera pública os atores se posicionariam de modo a se expressar diante de um público, num exercício de universalização das opiniões. No caso do contrapúblico, o público ao qual os atores se dirigem está encapsulado

num espaço não universalizante, que comporta apenas uma porção limitada de características e opiniões. Deste modo, o que se tem a partir da rotinização do campo ciberativista é que os atores não só interagem entre si como contrapúblicos na batalha pela construção de uma identidade coletiva, mas passam a se reivindicar como a esfera pública legítima. E é essa esfera pública, e não as notícias ou colunas dos jornais, que de fato representariam a resultante da opinião pública.

De certo modo, é esse deslocamento do que é a opinião pública do domínio da imprensa para o campo ciberativista que Alves (2019) chama de confluência entre o desarranjo da visibilidade e a desordem informacional. No primeiro sentido, o autor observa a perda de hegemonia de páginas de imprensa no Facebook quando comparadas com outros atores políticos, incluindo páginas que não são ancoradas em organizações fora da internet. Como aponta Piaia (2021), ainda que os conteúdos de portais de notícias possam ainda apresentar maior grau de credibilidade²⁸⁸, estes são progressivamente mediados pela “curadoria dispersa” dos indivíduos que compartilham os links ou prints em suas linhas do tempo (*feed*) ou num grupo de conversas, muitas vezes expressando sua própria opinião sobre o fato (de maneira explícita ou contextual). Além disso, a desordem informacional seria o conjunto de estratégias de organizações que visam moldar a percepção do público sobre determinado assunto, ou seja, tornar-se opinião pública. Nesse sentido, Piaia (2021) destaca os registros compartilhados por usuários sobre supostas fraudes nas urnas eletrônicas nas eleições de 2018:

A predominância de registros aponta para elementos estéticos que buscam criar a sensação de retrato da realidade de modo desintermediado, o que não é sinônimo automático de adesão por meio de gatilhos emocionais. Pelo contrário, elementos emocionais, nesse caso, são instrumentos de uma interação que, por emular a experiência direta, é baseada a todo momento em reconhecimentos e parâmetros sensoriais e cognitivos. De modo geral, a campanha de Jair Bolsonaro foi marcada pela tentativa de criar materiais sem finalização profissional, buscando construir a imagem de uma campanha barata, autêntica e que retrata aspectos da realidade sem maquiagens (PIAIA, 2021, p. 114-115).

Com isso, o campo ciberativista reivindica o monopólio da emissão legítima da opinião pública ao se mostrar como espaço da sinceridade (BOURDIEU, 1998). Ao desnudar os interesses (escusos) de atores políticos e midiáticos, os ciberativistas desvalorizam o valor da informação vinda de ambos os lados. No caso da mídia, o campo ciberativista contribui para a “desordem informacional” ao questionar o status de imparcialidade das informações ao mesmo

²⁸⁸ Pesquisa do Datafolha de 2018 apontava que “Notícias em sites de jornais e revistas” eram a terceira principal fonte de informação dos eleitores (22%), atrás de “Programas jornalísticos de TV” (35%) e “Horário eleitoral na TV”, e à frente de “Notícias no Facebook” (21%), “Site do candidato a internet” (16%) e “Notícias no Whatsapp” (11%). Ver: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/11/programas-jornalisticos-de-tv-sao-principal-fonte-de-informacao-sobre-candidatos-a-presidente-diz-datafolha.ghtml>

tempo em que aposta na proximidade do registro como ativo de realidade contra os dados distanciados de especialistas. Com ampla capacidade de produção de informações, a “pluralidade de formatos, tipos, emissores, situações e abordagens” do campo ciberativista “cria um arco que envolve os usuários por estratégias que mobilizam a emoção, razão e credibilidade em autoridades e especialistas” (PIAIA, 2021, p. 118). Assim, abre-se um novo período do campo, em que o ciberativismo deixa de ser apenas um espaço em que cooperações e conflitos acontecem com vistas a influenciar a opinião pública (concentrada principalmente na mídia) e passa a se posicionar como o lócus da verdadeira opinião pública, ensejando tanto interações multiplexas na internet quanto a especialização do uso de determinadas plataformas. Esse período, contudo, deve ser alvo de estudos futuros.

CONCLUSÃO

Essa tese nasceu de uma inquietação com as narrativas políticas e acadêmicas elaboradas sobre o ciberativismo no Brasil. Do otimismo normativo das teorias sobre o poder democratizante das redes até o pessimismo algorítmico, a história da política feita através da internet tem se dado, na maioria das vezes, pelo esvaziamento de análises mediadas por conceitos. Em geral, textos sobre o ciberativismo no país pagam o devido pedágio às correntes ciberotimistas ou ciberpessimistas — a depender da época e do objeto —, elencam desenvolvimentos tecnológicos e suas incorporações pelo ativismo local em países estrangeiros (notadamente os EUA) e passam a uma descrição detalhada, porém normativa, sobre o objeto em questão. Ainda que nesse meio do caminho se produza alguma análise empírica, raramente essas contribuições são resgatadas nos anos posteriores, criando a impressão de que o ciberativismo é sempre uma novidade. Nesse sentido, até pouco tempo não havia no Brasil um esforço significativo para organizar as histórias pontuais do ciberativismo numa história de maior alcance, que considerasse processos, continuidades, rupturas e multidimensionalidades. Ou apenas uma preocupação mais detida com a elaboração de uma narrativa histórica empiricamente orientada.

Nos anos recentes, contudo, há uma proliferação de estudos de fôlego que buscam reconstituir os caminhos do ciberativismo no Brasil, com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. A tese de Eleonora Magalhães de Carvalho, “Jornalismo em rede: a blogosfera progressista como ecossistema midiático”, defendida em 2017, é um dos grandes exemplos. A autora utiliza entrevistas, análise de redes sociais e o conteúdo dos sites como fonte para reconstruir o percurso que levou a esquerda a ocupar a internet de forma determinante, conformando uma complexa blogosfera, que então se institucionalizou. Do lado diametralmente oposto, Camila Rocha, com a tese “‘Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)”, defendida em 2018, soma às entrevistas uma análise das comunidades do Orkut por meio da Wayback Machine do Internet Archive para descrever como a direita radical escolheu o ciberespaço como espaço privilegiado de atuação política e produziu diversos frutos institucionais e ganhos políticos. Já Marcelo Alves, que defendeu a tese “Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018” em 2019, deu grande contribuição aos estudos sobre ciberativismo ao destrinchar o desenvolvimento das disputas informacionais entre esquerdas, direitas e imprensa ao longo dos anos a partir de dados do Facebook. A esses esforços mais próximos, soma-se ainda a

dissertação de Lucas Patschiki, “Os litorais da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)” defendida em 2012, e que esmiuça de maneira muito densa os contornos do olavismo digital tendo como fio condutor seu principal portal. A tese de Rayza Sarmiento, “Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)”, defendida em 2017, indica um caminho interessante de análise com foco nas disputas em dois lados da opinião pública: a imprensa e o movimento feminista, incluindo o ciberfeminismo.

Os trabalhos acima citados demonstram a existência de um movimento recente de construção de narrativas históricas sobre o campo ciberativista no Brasil. Contudo, eles certamente não fazem jus a tudo o que se produziu até hoje na literatura sobre o tema, assim como esse trabalho tampouco se arvora caráter totalizante. O que se buscou nessa tese foi outra coisa: tecer um fio condutor que explore os elementos fundamentais de um processo histórico que raras vezes é reconhecido em seu aspecto estrutural. Com a composição de dados inéditos e a remissão a importantes referências bibliográficas, a tese procurou traçar o desenvolvimento do campo ciberativista no Brasil, começando por afirmar sua autonomia relativa contra posições que alegam o fim da separação entre o online e o offline.

Tomando como ponto de partida a teoria das subjetividades coletivas como teoria geral e a teoria dos campos como teoria de médio alcance, a pesquisa colocou no centro de suas preocupações a interação entre atores que, na combinação entre cooperação e conflito, produzem um espaço social relativamente autônomo. Esse movimento foi necessário para romper a prática comum na área de passagem direta do abstrato para o empírico sem mediações. Por outro lado, visando uma mediação que não se limite à construção de meros “conceitos empíricos”, esse trabalho se ancorou nas principais teorias dos movimentos sociais para a construção de categorias analíticas — outra lacuna na literatura sobre ciberativismo, que dificilmente mobiliza abordagens do campo de estudos sobre movimentos sociais. Assim, conjugando as discussões coletivas em torno da pesquisa “Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada”, a teoria das subjetividades coletivas, a teoria dos campos e as teorias dos movimentos sociais, foram elaboradas as categorias de atores, práticas e gramáticas.

Num passo seguinte, o ciberativismo, tomado como objeto teórico, foi definido como a disputa política levada a cabo por meio da internet e, como objeto empírico, como um campo de disputas no Brasil. Antes de partir para a análise empírica, entretanto, foi necessário refletir sobre os aspectos digitais envolvidos na pesquisa. Em primeiro lugar, a proposição de uma sociologia digital leva em conta tanto a análise sociológica do digital quanto as repercussões da

digitalização no próprio trabalho de pesquisa, em especial em termos de programação. Ademais, a reflexão se estendeu para os acervos digitais como fonte de pesquisa, de modo a caracterizar sua especificidade e expor suas possibilidades e fragilidades. De forma mais detida, passou-se a uma descrição da elaboração do corpus e como este pode ser compreendido por meio do método de análise de redes sociais — alimentando-se de dados adicionais. O arquivo disponibilizado pelo Internet Archive por meio da Wayback Machine foi essencial para a reconstrução histórica proposta nessa tese. Nesse sentido, a interação automatizada com esse acervo e a utilização dos dados obtidos para a análise de redes sociais (ARS) despontam como uma contribuição original dessa tese para a sociologia digital como um todo e para os estudos sobre ciberativismo em específico.

A principal contribuição da tese certamente é a construção de uma narrativa histórica do ciberativismo no Brasil a partir de pesquisa empírica com dados originais e do diálogo com a literatura existente sobre o tema. Como exposto ao longo dos capítulos, essa história se divide em três períodos: Emergência (1995-2004), Consolidação (2005-2012) e Rotinização (2013-2018). Cada intervalo proposto tomou como base fatores materiais e políticos para marcar o início e o fim, embora as mudanças ao longo do tempo sejam evidentemente mais nuançadas.

O capítulo sobre emergência apresentou uma “pré-história” do ciberativismo com a construção da sociedade em rede no país e o papel do IBASE nesse processo. Seu início efetivo, contudo, se dá em 1995, com a abertura comercial do acesso à internet. Nos anos 1990, os *Bulletin Board System* (BBS) progressivamente foram substituídos por portais temáticos (cultura LGBT, direitos humanos, anti-aborto) — que concentravam uma miríade de conteúdos no mesmo endereço dada a dificuldade para a navegação na rede e abertura de sites —, bem como a criação do site de Olavo de Carvalho. No começo dos anos 2000, os portais Centro de Mídia Independente e Mídia Sem Máscara protagonizaram embates entre uma gramática radical de esquerda (antiglobalização) e uma gramática radical de direita (anticomunista). Nesse momento também surgiam os primeiros blogs, e o olavismo digital saiu na frente construindo uma blogosfera densa, composta destacadamente pelos Wunderblogs — ou “olavetes”.

A crise política iniciada em 2005, com o escândalo do Mensalão, encontrou uma população mais conectada à internet e coincidiu com a popularização da ferramenta dos blogs, o que culminou na febre dos blogs de política, que é também a febre do ciberativismo. Somada a crise política à aproximação das eleições de 2006, atores à esquerda e à direita viram no ciberativismo um espaço para disputar a opinião pública, forjando seus próprios contrapúblicos. No subcampo de centro-esquerda, também chamado de blogosfera progressista, o objetivo era defender o governo dos golpismos que se formavam na política e na mídia. Para o subcampo

de centro-direita, a meta era denunciar a corrupção e promover uma limpeza geral na política, começando pelo petismo. Já a direita radical, referida ainda como contrapúblico ultraliberal, considerava a imprensa e o sistema político lenientes, incapazes de perceber o projeto de dominação e a força da esquerda global, representada no Brasil pelo PT. Nessa fase, essas gramáticas se consolidaram sob o arco mais amplo da crise e os blogs tornaram a atuação digital mais autoral, rápida e expandida, com embates diretos ou indiretos entre os subcampos. Os atores que se inseriram no ciberativismo nesse momento passam então por um processo de institucionalização, com a formação de organizações para a coordenação de ações dentro e fora da internet. Ao mesmo tempo, as redes sociais se popularizam e se integram com as blogosferas, até que estas começam a entrar em crise — processo que ocorre em concomitância à ascensão do subcampo ciberfeminista, que é norteado pelo feminismo interseccional.

As manifestações de 2013 puseram em marcha o processo de rotinização do campo ciberativista. Do ponto de vista material, três fatores foram determinantes: a presença de cerca da metade da população brasileira na internet, a utilização crescente do celular para esse acesso e a plataformação da web — que constitui a expansão das plataformas de redes sociais sobre a web, tanto no domínio de plataformas (Facebook, Twitter e Youtube) quanto na imposição de sua lógica sobre a internet. Do ponto de vista político, o ciclo de protestos de 2013 significou uma abertura societária, que se iniciou com a pauta da redução da tarifa no transporte público e terminou por dar espaço para as gramáticas antipolítica e antipetista. De forma determinante, o ciberativismo passa a ser visto como campo incontornável de ação política, uma vez que o chamamento virtual de protestos — sobretudo em páginas e eventos do Facebook — levou milhões de pessoas às ruas de todo o país. Nos anos seguintes, a direita obteve sucesso com a articulação entre redes e ruas num movimento pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o que se tornou uma escola de política para muitos atores e fortaleceu a identidade e o orgulho de ser de direita. À esquerda, a mobilização contra o golpe foi pífia, mas outra articulação entre redes e ruas se fez visível: a primavera feminista. Forjado em anos anteriores, com diversas blogueiras feministas, o feminismo interseccional ganhou força como uma gramática de defesa do direito das mulheres e outras minorias, levando grandes manifestações às ruas do país e ao mesmo tempo produzindo ações na internet com forte e rápida adesão. Além disso, as ocupações de escolas se mostraram como novo momento de socialização política e de uso inventivo do ciberativismo como espaço para angariar apoio da opinião pública. Desse modo, o campo ciberativista não se dissolve, mas se torna um mediador da opinião pública, que vai das redes para as ruas, de volta para as redes e de novo para as ruas num ciclo contínuo. Por fim, a reconstituição da construção digital de Jair Bolsonaro aponta para uma adesão planejada

do candidato a diferentes ferramentas e sua integração com outros atores e gramáticas. Além disso, deixa antever um ponto em que o campo ciberativista passa a reivindicar o monopólio de emissão da opinião pública legítima.

Em que pese o esforço para superar alguns entraves desse campo de estudos em formação, essa tese também apresenta limitações, que vão desde a produção dos dados até a própria construção sociológica de uma narrativa histórica sobre o ciberativismo no Brasil. Em primeiro lugar, destacam-se as particularidades dos próprios acervos da web e do Internet Archive em específico, em que os dados sobre todo o período considerado não são completos e em muitos casos sequer é possível fazer uma validação desses dados. Portanto, uma primeira dificuldade é fazer generalizações a partir dos dados obtidos como correspondentes aos rastros efetivamente deixados na internet. Mais do que isso, a própria interação automatizada com o acervo apresentou erros que podem ter tornado os dados ainda menos passíveis de conclusões muito precisas. Do ponto de vista da construção do corpus, a seleção inicial de URLs pode ter gerado distorções, em que pese ter sido repetida com os links resultantes. Além disso, as limpezas posteriores também são uma parte sensível da tese, sobretudo aquelas que envolvem alto grau de avaliação subjetiva, como a definição de quais links eram ou não referentes à disputa política. Outra limitação derivada da digitalidade do acervo é a ausência quase completa de dados provenientes de plataformas de redes sociais, o que torna complicada a construção de uma base válida a partir desses espaços comunicativos. Esse ponto tornou especialmente difícil fazer relações entre a base construída e as plataformas de redes sociais, sendo necessário trazer como referência análises produzidas por outros pesquisadores e pesquisadoras.

Metodologicamente, a análise de gramáticas e práticas não foi totalmente satisfatória, por dois motivos. Primeiramente, os entraves para automatizar a análise hermenêutica de grande quantidade de arquivos HTML acabou por impossibilitar a implementação de técnicas como a mineração de texto, mesmo em termos mais simples como o processamento de linguagem natural. Para contornar essa lacuna, foi feita uma observação dos sites e leitura das postagens, incluindo ainda a alusão a bibliografias especializadas. Em termos de práticas, apenas parte delas pôde ser considerada a partir da base, deixando de fora, por exemplo, ações mais subterrâneas como o hacktivismo e mesmo o *microtargeting*. Ademais, a dimensão organizativa é de difícil acesso, uma vez que, via de regra, sua execução não é pública. Decerto postagens dos próprios atores e a literatura complementar (incluindo textos jornalísticos) ajudaram a suprir esse problema, mas outras técnicas de coletas de dados poderiam ser mais proveitosas. Nesse sentido, as entrevistas foram cruciais para entender o funcionamento desses atores coletivos por dentro, além de possibilitar o entendimento da perspectiva dos atores de forma mais elaborada.

De todo modo, ainda que tenham sido de grande valia, as entrevistas mobilizadas não apresentem variedade suficiente para serem usadas de maneira sistemática ou como fonte única.

Levando em conta as contribuições empíricas da tese, o principal impasse se relaciona à escolha dos atores, postagens e episódios considerados. Não obstante a recusa à construção de uma narrativa unificadora e definitiva sobre o campo ciberativista no Brasil, esse trabalho pode ter negligenciado partes importantes da construção do campo ciberativista no país. Do mesmo modo, a necessidade de redução da complexidade para que o foco se mantivesse no esquema teórico-conceitual proposto, acabou por diminuir o espaço para a discussão de diversas implicações teóricas dos achados, notadamente com estudos de outros âmbitos do campo de comunicação política e dos efeitos da digitalização sobre a sociedade e a política.

Parte das eventuais limitações e lacunas dessa pesquisa apontam, na verdade, para a necessidade da consolidação de um campo de estudos sobre ciberativismo no Brasil, que passe pelo refinamento dos métodos, pela colaboração para a ampliação das bases de dados e ainda pela exploração de temas específicos, subcampos e trajetórias, com abordagens variadas. Em termos metodológicos, o primeiro desafio tem a ver com a construção de bases de dados mais sólidas, o que envolve a produção e reavaliação coletiva de códigos, bem como a pluralização dos acervos disponíveis. Nesse sentido, o compartilhamento de bases e códigos entre pesquisadoras é um passo fundamental para o desenvolvimento das pesquisas; afinal, em alguns casos é impossível reconstruir os dados — por exemplo a lista de seguidores de uma página num determinado momento histórico — e a revisão dos códigos pode torná-los mais robustos e também mais acessíveis. Para além das formas de coleta, é necessário também ir adiante com os métodos analíticos. Análise de redes sociais, frequência simples e mineração de texto são apenas algumas das possibilidades abertas pela sociologia digital; inferência causal e aprendizado de máquina (*machine learning*), por exemplo, não devem ser desconsiderados. É preciso, além de investir em métodos quantitativos, explorar também métodos qualitativos, incluindo debates sensíveis, como: é possível fazer etnografia virtual ou arqueologia de artefatos digitais a partir de acervos de conteúdos produzidos na internet?

Em se tratando de temas a serem explorados, um mundo se abre com acervos da web e bases de dados coletadas de plataformas de redes sociais. Um aspecto relevante é a relação do ciberativismo brasileiro com o de outros países; um dos exemplos é a proximidade entre a direita radical do Brasil e de Portugal ao longo dos anos 2000. Ainda, há uma infinidade de atores e relações a serem investigadas de maneira mais detida, como o lugar do neonazismo ao longo do tempo, seus principais expoentes, gramáticas e práticas face a episódios sociopolíticos. Outro ponto a ser observado é o papel da esquerda mais radical no período de consolidação,

sobretudo a relação entre atores como o CMI, os governos petistas e a blogosfera progressista. Além disso, há uma série de debates teóricos que podem ser aprofundados, inclusive para colocar em perspectiva alguns pressupostos do campo de I&P. As discussões sobre o ciberespaço como esfera pública e o surgimento da polarização social com as redes sociais podem ser cotejadas, por exemplo, com a existência de discursos radicais em disputa na internet muito antes do surgimento de plataformas de redes sociais como Twitter e Facebook. Enfim, essa tese busca ser um incentivo para que os estudos sobre ciberativismo se complexifiquem em termos analíticos, que passem a estudar o passado de maneira mais sistemática e também que levem em consideração do ciberativismo como a abertura de um novo campo de ação, que se torna cada vez mais incontornável na vida política do país.

REFERÊNCIA

- ALBU, D. Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. In: 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, Florianópolis, **Anais...** 2017.
- ALCÂNTARA, L. M. **Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: organização, repertórios e difusão.** Dissertação (Mestrado) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora (PUCSP. Online)**, v. 8, p. 73-97, 2015.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, V. A. (org.). **A mídia nas eleições de 2006.** São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v.36, n. 2, abr. 2017, pp.139-280, 2017.
- ALVES, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018.** 2019. 399f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- AMARAL, A.; MONTARDO, S. P.; RECUERO, R. Blogs: Mapeando um objeto. **VI Congresso Nacional de História da Mídia**, no GT História da Mídia Digital; UFF, RJ, 2008.
- ANDRADE, M. M. F. **Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância - um estudo de caso da comunidade Negros do Orkut (2004-2011).** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, J. O pessoal ainda é político: hashtags e compartilhamento de testemunhos pessoais como estratégias ciberfeministas. **ABCiber**, São Paulo: PUC-SP, 2016.
- ARAÚJO, R. P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 1597-1619, 2015.
- ARAÚJO, W. F. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. In: **V Simpósio Nacional da ABCiber**, 2011, Florianópolis. Simpósio Nacional da ABCiber. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

BARROS FILHO, C.; COUTINHO, M.; SAFATLE, V. Os usos das novas mídias na campanha presidencial de 2006. In: LIMA, V. A. (org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

BENAKOUCHE, T. Redes técnicas/redes sociais: pré-história da Internet no Brasil. **Revista USP**, 35, 1997, p. 124-133.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment **Annu. Rev. Sociol.** 2000. 26:611–39. 2000.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. **The logic of connective action**: digital media and the personalization of contentious politics. New York: Cambridge University Press, 2013.

BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment. **Communication theory**, v. 15, n. 4, p. 365-388, 2005.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2015.

BLÜHDORN, H. A relação entre pragmática, semântica e gramática. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.5-43, jul./dez. 1997.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu** (Coleção Grandes cientistas sociais). São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

BRAIGHI, A. A.; CÂMARA, M. T. O que é midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; CÂMARA, M. T. (Orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. 1ed. p. 25-42. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

BRASIL. **Portaria Interministerial** n. 147, de 31 de maio de 1995, Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.cgi.br/portarias/numero/147/>. Acesso em: 23 set. 2021

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”, **Revista Nueva Sociedad**, 2015.

BRINGEL, B. De las protestas de Junio de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. **Brasil**: cambio de era. Crisis, protestas y ciclos políticos. Madri: Catarata / Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación - Universidad Complutense de Madrid, 2018.

BRINGEL, B. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, **Insight Inteligência**, São Paulo, vol. 67, pp. 43-51, out., 2013.

BRITO, P. C. S. **Primavera das mulheres**: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 201. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRÜGGER, N. **The Archived Web**: Doing History in the Digital Age. Cambridge/Londres: MIT Press, 2018.

BUTLER, J. **Bodies that matter**. On the discursive limits of ‘sex’. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

CALDEIRA, R. C.; GAMA, V. A. Cruzada pela família: os métodos de penetração no espaço público de um movimento católico (2008-2017). **REB**. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 79, n. 314, p. 571-590, 2019.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: K. Knorr-Cetina; A.V. Cicourel (ed.). **Advances in social theory and methodology**: toward and integration of micro- and macro-Sociologies. Boston: Routledge; Kegan Paul, 1981.

CAMPOS, L. A.; SZWAKO, J. Biblioteca Bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999-2018). **BIB**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 91, p. 1-25, 2020.

CAMPOS, L. A. Imprensa e Esfera Pública: retomando o debate Lippmann-Dewey. **Sinais Sociais**, v. 28, p. 107-138, 2015.

CARNEIRO, M. R. S. R. **Do Sigma ao Sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção das memórias integralistas. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFF, 2007.

CARVALHO, E. M. **Jornalismo em rede**: a Blogosfera Progressista como ecossistema midiático. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação (Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2019.

CHAGAS, V. H. C. S. **A blague do blog**: interatividade, subjetividade, e horizontalidade nos blogs jornalísticos de política. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007.

CHAGAS, V. “Não tenho nada a ver com isso”: Cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (orgs.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016.

CHAVES, L. S.; COGO, D. Ativismo pela igualdade racial no Brasil, comunicação em rede e internet: a Agência de Notícias Afropress. **Index.comunicación**, v. 3, n.2, p. 211-245, 2013.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: De la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, abr. 2016.

COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity, 2017.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, pp. 1241-1299, 1991.

DARBILLY, L. V. C. **Blogosfera, estratégias de subversão e o campo da comunicação no Brasil**: uma análise do movimento dos blogueiros progressistas sob uma perspectiva de estudos organizacionais. Tese (Doutorado em Administração). FGV EBAPE, Rio de Janeiro, 2014.

DEMENTSHUK, M.; HENRIQUES, P. **Pássaros voam em bando**: a história da Internet do século XVIII ao século XXI. João Pessoa: Editora ANID, 2019.

DI FELICE, M. O Net-ativismo e as dimensões ecológicas da ação nas redes digitais. **PAULUS**: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 4, n. 7, 2020.

DIAS, A. A. M. **Os anacronautas do teutonismo virtual**: uma etnografia do neonazismo na internet. 2007. 329 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

DIAS, T. S. "**É uma batalha de narrativas**": os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DOBLER, T. **Wittgenstein on Grammar and Grammatical Method**. 2011. PhD Thesis (Philosophy) - School of Philosophy, University of East Anglia, Norwich, 2011.

DOIMO, A. M. **A vez a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo: ANPOCS e Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, J. M. Brazilian political cycles and the impeachment of president Dilma Rousseff. **Open Democracy** / ISA RC-47: Open Movements, 1 September, 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/jos-maur-cio-domingues/brazilian-political-cycles-and-impeachment-of-president-dilma-rousseff>

DOMINGUES, J. M. **Emancipação e história**. O retorno da teoria social. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

DOMINGUES, J. M. Public opinion and collective subjectivity: a conceptual approach. **Distinktion**: Scandinavian Journal of Social Theory, p. 1-19, 2018b.

DOMINGUES, J. M. **Sociological Theory and Collective Subjectivity**. 1. ed. Londres; Basingstoke; Nova York: Macmillan/Saint Martin's Press, 1995.

DOWNING, J. **Radical media**: Rebellious communication and social movements. Londres: Sage, 2001.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-226, 2004.

EARL, J. The future of social movement organizations: the waning dominance of SMOs online. **American Behavioral Scientist**. 59(1): 35-52, 2015.

ELM, M. S. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research? In: MARKHAM, A. N.; BAYM, N. **Internet inquiry**. Conversations about method. Los Angeles: Sage, 69-87, 2009.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

FASE. (Org.). **A luta popular urbana por seus protagonistas**: direito à cidade, direitos nas cidades. 1ed. Rio de Janeiro: FASE, 2018.

FELITTI, G. **Blogues**: debates sobre três perspectivas e desenvolvimento do fenômeno no Brasil. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, M. Mídia, mercado de informação e opinião pública. In: GUIMARÃES, C.; JÚNIOR, C. (orgs.). **Informação e democracia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FRANCO, B. V. M. **Os blogs e a crise do mensalão** – Novos padrões na cobertura política. 2005. 56 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, Estados Unidos, v. 25, n. 26, p. 56-80, 1990.

GALLO, S. **Guia do CBBS**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GENTILLI, V. Blog da Petrobras: novas relações entre jornalista e fonte?. **Comun. & Inf.**, v. 15, n.1, p. 165-178, jan./jun. 2012.

GERBAUDO, P. From Cyber-Autonomism to Cyber-Populism: An Ideological History of Digital Activism. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 15, n. 2, p. 477-489, 2017a.

GERBAUDO, P. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest**. London/New York: Oxford University Press, 2017b.

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. London: Pluto Press, 2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUISORDI, P. C. **Os impactos da internet sobre os processos de mobilização política: uma análise da campanha da ficha limpa**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1981].

HELMOND, A. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social Media + Society**, vol. 1, n. 2, p. 1-11, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUSU, H. M. Bourdieu and Social Movements: Considering Identity Movements in Terms of Field, Capital and Habitus. **Social Movement Studies**, v. 12, n. 3, p. 264–279, 2013.

JACOMY, M. ForceAtlas2, a continuous graph layout algorithm for handy network visualization designed for the Gephi software. **PloS one**, v. 9, n. 6, p. 1-12, 2014.

JASPER, J. A Strategic Approach to Collective Action: Looking for Agency in Social-Movement Choices. **Mobilization: An International Quarterly**: February 2004, Vol. 9, No. 1, pp. 1-16. 2004.

KARATZOIANNI, A. **Firebrand waves of digital activism 1994–2014: the rise and spread of hacktivism and cyberconflict**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

KATEMBERA, S. R. Sociologia digital ou sociologia do digital?. **Revista Abordagens**, Vol. 2, n. 1, 2020.

KETZER, A. M.; ROSA, R. “Se não tivesse o Facebook, talvez nem tivesse acontecido”: contranarrativas juvenis em rede no movimento de ocupação de escolas públicas brasileiras (2015-2016). VII Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul, 2018. **Anais...** 2018.

LATOURE, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (orgs.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, p. 11-23, 2003.

LENIN, V. I. Que fazer? **The Marxists Internet Archive**. 1902. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 21 out. 2016.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUXEMBURGO, R. Questões de organização da social-democracia russa (1904). In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MALINI, F.; ANTOUN, R. **A internet e a rua**: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, v. 16, p. 55-69, 2016.

MARTINEZ, F. J. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 29, n. 3, 2021.

MARTINS, A. B.; PIAIA, V. Time, Social Theory, and Media Theory: Contributions of Schutz to the understanding of new social realities. **Networking Knowledge**, v. 13, p. 49-63, 2020.

MATTONI, A. A situated understanding of digital technologies in social movements. Media ecology and media practice approaches. **Social Movement Studies**, 2017.

MÁXIMO, M. E. **Blogs**: o eu encena, o eu em rede. Cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sócio-técnicas. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MCADAM, D. TARROW, S. TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**. n. 6, 1212-1241, May, 1977.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**: from standpoint of a social behaviorist. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 [1934].

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, R.F. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, n. 72, p. 115-142, 2007.

MENDONÇA, R. F. et al. Protests as “Events”: The Symbolic Struggles in 2013 Demonstrations in Turkey and Brazil. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 27, n. 69, 2019.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NASCIMENTO, L. F. **Sociologia digital**: uma breve introdução. Salvador: EDUFBA, 2020.

NASCIMENTO, L. et al. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 135- 171, 2018.

NUNES, R. Ciberativismo e identidade coletiva: uma adequação metodológica. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; CÂMARA, M. T. (Orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. 1ed. p. 679-697. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

NUNES, R. Organização e ciberativismo: apontamentos para um debate. In: ABCiber 10 – X Simpósio Nacional da ABCiber, 2017, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: ABCiber, 2017a.

NUNES, R. Outlining the history of cyberactivism in Brazil. **Internet Histories**, v. 4, p. 1-17, 2020.

NUNES, R. **Transfeminismo.com**: ciberativismo e identidade coletiva. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017b.

NUNES, R.; PIAIA, V. R. Política, entretenimento e polêmica: Bolsonaro nos programas de auditório. In: Carolina de Paula e João Feres Júnior. (Org.). **Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira**. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v., p. 105-110.

NUNOMURA, E. Y. **O mensalão impresso**: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVER, P.; JOHNSTON, H. What a good idea! Frames and ideologies in social movement research. **Mobilization** 5: In press. 2000.

PARSONS, T. **The structure of social action**. Glencoe: The Free Press, 1949.

PASSOS, M.; GARCÍA, T. A Marcha das Vadias como redes de movimentos e significados. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, v. 18, n. 36, p. 153-168, 2015.

PATSCHIKI, L. **Os litores da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)**. 2012. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P; ARAUJO, R. P. A. O movimento “cansei” na blogosfera: o debate nos blogs de política. In: **COMPOLÍTICA**, 2., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política. 2007.

PENTEADO, C. L. C; PEREIRA, N. B.; FIACADORI, G. O planalto em disputa no Facebook: Um estudo dos perfis de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (orgs.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016.

PENTEADO, C. L. C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PEREZ, O.; RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: 42º Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, **Anais...** 2019.

PIAIA, V. R. **Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PIAIA, V. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, v. 43, n. 3, Set-Dez, 2020.

PRIMO, A. Blogs e seus gêneros: avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. **Anais eletrônicos...** Natal: Intercom, 2008.

PRIMO, A.; SMANIOTTO, A. M. R. Comunidades de blogs e espaços conversacionais. **Prisma.com**, v. 3, p. 1-15, 2006.

RAMOS, S.; PAIVA, A. (Coord.). **A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao Twitter**. Brasília: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; Universidade Candido Mendes; Unesco, out. 2009.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RECUERO, R. C. Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais. **404notfound**, v. 1, n. 31, 2003.

ROCHA, C. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. **TOMO (UFS)**, v. 36, p. 43-77, 2020.

ROCHA, C. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, M. E. M.; PETERS, G. Facetas de um Bourdieu tupiniquim: momentos de sua recepção no Brasil. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 91, p. 1-30, 2020.

RODRIGUES, C. Pode o cancelado cancelar?. **Revista Gama**, 2020. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar/>

ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v. 40, n.2, p. 93-110, 2017.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático**: a história do jornalismo digital no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2018

RUSKOWSKI, B. O. et al. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais. **Revista Compolítica**, v. 10, p. 43-84, 2020.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLAS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 285-320, 2016.

SAMPAIO, R. C. et al. Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura: Uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da ANPOCS. **Anais da Anpocs**, p. 1-31. Caxambu: ANPOCS, 2017.

SANTOS, E. H. J. **Extrema direita, volver!** Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e os militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SANTOS, J. G. B.; ALDÉ, A.; SCHWAMBACH, A. C. F. Panorama das teses e dissertações brasileiras envolvendo Internet e Política de 1995 a 2014. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2016, Caxambu, MG. **Anais do 40o. Encontro Anual da ANPOCS**, p. 1-22, 2016.

SARMENTO, R. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SARMENTO, R.; VIANA, L. A pesquisa brasileira sobre ativismo político online: mapeamento de publicações em periódicos das áreas de Ciência Política e Comunicação (2000 a 2017). **Anais do VIII Congresso da Compolítica**. Brasília: UnB, 2019

SCHAUN, A. et al. Brazilian Scientific Production on Cyberactivism in the Communication Area from 2002 to 2012: A Preliminary Mapping. **Journal of Latin American Communication Research**, p. 36-56, abr. 2018.

SCHIECK, M. Ciberativismo: um olhar sobre as petições online. **BOCC**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SEGURADO, R.; CHICARINO, T. Posicionamento político no Facebook: um estudo sobre coletivos/movimentos sociais durante as eleições de 2014. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (orgs.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016.

SILVA, T. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SILVA, M. T. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do “Mensalão”. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.00, n.30, p. 72-92, jul. 2014.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, C. A. L. **ONGs e internet**: da ação educativa e política no lugar ao ciberespaço. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TARROW, S. **Power in movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: University Press, 2011.

TATAGIBA, L. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, 2014.

TAVARES, F. M. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. **Opinião Pública**, v. 22, p. 140-166, 2016.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, A. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor**. Ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

UGARTE, D. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VALLE, T. D. et al. Ciberativismo em ação: a cobertura do coletivo Mídia Ninja, no Facebook, durante as manifestações de junho de 2013, no Brasil. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia - Alcar 2015, de 03 a 05 de junho de 2015, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre: Alcar, 2015.

VANZINI, K. V. S. Ocupação das escolas estaduais paulistas e a literacidade na internet. In: Congresso Internacional de Comunicação e Consumo, 2016, São Paulo. **Anais Comunicom** 2016.

VIEIRA, E. **Os bastidores da Internet no Brasil**. São Paulo: Manole, 2003.

VINSEL, L. J. **Field Theory and Technology**: Notes Toward a Conversation (Working Paper). s.d.

WRIGHT MILLS, C. Ações situadas e vocabulários de motivos. **RBSE-Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 44, p. 10-20, agosto de 2016.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs Books, 2019.